



**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

MIRELE HASHIMOTO SIQUEIRA

**A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA GRASMSCIANA: UMA MATURAÇÃO
POLÍTICA *WORK IN PROGRESS***

**TOLEDO - PR
2019**

MIRELE HASHIMOTO SIQUEIRA

**A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA GRASMSCIANA: UMA MATURAÇÃO
POLÍTICA *WORK IN PROGRESS***

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Toledo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social.

Orientador: Dr. José Alfonso Klein.

TOLEDO - PR
2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Siqueira, Mirele Hashimoto

A estratégia revolucionária gramsciana : uma maturação política work in progress / Mirele Hashimoto Siqueira; orientador(a), José Alfonso Klein, 2019.
181 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2019.

1. Gramsci. 2. Estratégia revolucionária. 3. Conselhos de fábrica. 4. Moderno príncipe. I. Klein, José Alfonso.
II. Título.

MIRELE HASHIMOTO SIQUEIRA

**A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA GRASMSCIANA: UMA MATURAÇÃO
POLÍTICA *WORK IN PROGRESS***

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Toledo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Alfonso Klein
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Profª. Dra. Maria Lúcia Duriguetto
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Toledo, 12 de setembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que toda construção é sempre coletiva, quer dizer: contribuição direta ou indireta de homens e mulheres no processo de elaboração ideal e de transformação real.

Por isso, agradeço à minha família, pelo respeito e, sobretudo, pelo apoio, a todas as minhas escolhas desde meu ingresso na Universidade. Vocês foram *berço de certeza* quando eu era *poço de dúvidas*. Obrigada!.

Ao meu orientador, Alfonso Klein, com certeza um militante e defensor incansável da classe trabalhadora! Sou grata pela recepção e pela dedicação que teve comigo no processo de investigação científica do mestrado. Obrigada por compartilhar sua *paixão revolucionária*!.

Ao professor Alfredo Batista, o meu orientador de graduação, mestre e amigo! Grata por me apresentar ao sardo e suscitar a *expertise* da pesquisa científica. Com certeza, nosso eterno professor de “Trabalho...” e o meu estímulo para me lançar a investigação científica da tradição marxista – me lançar a “*viver sem ilusões e sem desiludir-se*” (e é o próprio sardo quem diz).

Ao professor Geraldo Magella, pelo *novo rico encontro com o sardo* que me proporcionou! Obrigada por compartilhar seus conhecimentos e por redimensionar minha experiência com Gramsci: agora, com certeza, mais rica e mais *apaixonada*. Obrigada por não me mostrar o final, mas me fazer valorizar o *caminho* até o final.

Ao meu companheiro, Dieison Coraça, pelo enorme incentivo ao meu ingresso no mestrado. Obrigada por acreditar em mim, por vezes, mais do que eu mesma. *Você sempre me tornou gigante!*.

Ao apoio institucional inicial da Prefeitura Municipal de Iracema do Oeste, município em que tive minha primeira (ainda que breve) experiência profissional. Obrigada pela possibilidade de cursar as disciplinas do mestrado, quando de meu ingresso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo investimento público em minha formação profissional durante os 12 meses em que permaneci na condição de bolsista com dedicação exclusiva ao Programa.

Ao apoio institucional da Prefeitura Municipal de Nova Aurora, município em que, ainda no processo do mestrado, me possibilitou a participação nos eventos da Universidade – da graduação em Serviço Social e do PPGSS. Grata pelas amigas que ali me fortaleceram: Salete, minha enfermeira preferida, guardo com muito carinho a equipe da ESF I; Nadia, minha psicóloga da saúde e da saúde mental, sem você eu não teria conseguido! Obrigada por compartilhar toda sua experiência; Vandrea, a nutricionista dos cardápios mais flexíveis (embora eu ainda esteja à espera do meu); Gizele, a moça dos “sistemas” e minha companheira de pré-conferências; Solange, impossível não pensar em você e não me lembrar de suas gargalhadas (e de nossos almoços sempre chuvosos!); Josiane, obrigada pela

solicitude de sempre; Laís, minha bioquímica doutoranda, obrigada por dividir a casa e os anseios de nosso novo trabalho. Com certeza Nova Aurora ficou mais fácil e mais divertida de se morar! Grata também aos motoristas que nos socorriam: Kito, Má, Jonatas, Amador (*in memoriam*). De forma mais ou menos direta e/ou indireta, vocês me fortaleceram em minhas escolhas!

À professora Cristiane Konno e, em particular, à turma de graduação de 2017, pela realização do estágio de docência em sua disciplina, “*A Questão Social e o Serviço Social I*”. Obrigada por me fortalecer na docência, acreditar em mim e ser referência!

Às minhas amigas de graduação e *para além*: à Alícia, mesmo distante, nunca esteve longe!; à Leila, minha eterna admiração por você – pela pessoa que és e pela enorme profissional que sei que se tornou; à Taina; à Simone. Obrigada por sempre serem *colo e afeto*.

À turma do mestrado de 2017: à Bruna, à Carol e à Juliana, todas nós, bolsistas, grata pelos cafés e pelas prosas de todos os dias. Vocês deram mais *vida* ao cotidiano!. À Vivian, minha amiga querida, obrigada por compartilhar o conhecimento e a vida. À turma do mestrado de 2018: à Thiane e ao Berti, em especial vocês, carrego no coração.

Ao meu professor de italiano, Miha Comarella, e sua esposa, Danielle Comarella, por terem me possibilitado condições de me apropriar, ainda que inicialmente, da língua italiana. Obrigada pela aproximação que vocês me proporcionaram a leitura da obra gramsciana e pela preocupação com o aprendizado – livre de fórmulas rígidas e modelos esquemáticos. *Aprender uma nova língua deve ser também liberdade*.

À recepção dos docentes do colegiado do curso de Serviço Social da UNIOESTE, *campus* de Toledo, meus professores, que me receberam de forma muito receptiva para este novo desafio – *locus* que jamais pensei em ocupar. Em especial, à India Nara, à Thaise Mares, à Cleonilda Dallago, à Cristiane Konno e à Diuslene Rodrigues, pela disposição de estarem junto a mim, reservando parte de seu tempo para me esclarecer às dúvidas.

Aos meus professores da graduação em Serviço Social e do PPGSS da UNIOESTE, *campus* de Toledo, por me *formarem* na escola do pensamento crítico. Certamente minha trajetória no *locus* da Universidade tem muito de vocês! Obrigada pelos saberes e pelos conhecimentos compartilhados.

Às secretárias do PPGSS, em particular, Eva, Catarina e Magali, pela solicitude de sempre em nos esclarecer as dúvidas e os trâmites burocráticos ao longo de nossa permanência no Programa.

À banca examinadora, Alfredo Batista e Maria Lúcia Duriguetto, e aos seus suplentes, Esther Luíza de Souza Lemos e Júlio da Silveira Moreira, por aceitarem o convite de compor a banca. Com certeza, fornecerão ricos elementos para problematizar a pesquisa em questão.

Por fim, agradeço à UNIOESTE, por ter me possibilitado cursar uma Universidade Pública, Laica, Gratuita e de Qualidade – *passado certo que tivemos e futuro duvidoso que nos espera*.

“[...] não existe neutralidade possível: o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados”.

(Florestan Fernandes)

SIQUEIRA, Mirele Hashimoto. **A estratégia revolucionária gramsciana: uma maturação política work in progress.** 181 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/PR, 2019.

RESUMO

O presente trabalho dissertativo estabeleceu como a sua temática de pesquisa científica a estratégia revolucionária de Antonio Gramsci, propondo-se a responder a seguinte problemática norteadora: “A estratégia revolucionária de Antonio Gramsci elaborada no *biennio rosso* e expressa nos Conselhos de Fábrica, e aquela elaborada nos *Cadernos do Cárcere* e manifestada no moderno príncipe, apresentam relação de continuidade entre si?” Para tanto, definimos como objetivo geral: analisar como a estratégia revolucionária de Antonio Gramsci expressa no movimento conselhistas durante o *biennio rosso* de Turim desenvolveu-se até chegar à elaboração do partido político, expressa no moderno príncipe, nos *Cadernos do Cárcere*. Para garantir a sua viabilidade, estabelecemos como objetivos específicos: 1) identificar a estratégia revolucionária elaborada por Gramsci no período turinense do *biennio rosso* e expressa nos Conselhos de Fábrica; 2) identificar a estratégia revolucionária elaborada por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* e expressa no moderno príncipe e; 3) analisar as relações de continuidade presentes entre a elaboração teórico e prática da estratégia revolucionária conselhistas do *biennio rosso* e a da estratégia revolucionária dos *Cadernos do Cárcere* manifestada no moderno príncipe. Assim é que utilizando-se de pesquisa de tipo exploratório, bibliográfica e qualitativa, a pesquisa afirma a indissociabilidade entre o *biennio rosso* e os *Quaderni* principalmente no tocante a elaboração teórica de Gramsci. Só podemos compreender o pressuposto da indissociabilidade quando compreendemos que as suas elaborações teórico e práticas se inserem num processo contínuo de maturação política – caminho do qual se percorreu e do qual se deve ser percorrido.

Palavras-chave: Gramsci; Estratégia revolucionária; Conselhos de Fábrica; Moderno Príncipe.

SIQUEIRA, Mirele Hashimoto. **The Gramscian revolutionary strategy:** a political maturation *work in progress*. 181 p. Dissertation (Master in Social Work). State University of Western Paraná, Toledo/PR, 2019.

ABSTRACT

The present dissertation established as its theme of scientific research Antonio Gramsci's revolutionary strategy, proposing to answer the following guiding problem: In the *Prison Notebooks* and manifested in the modern prince, do they have a relation of continuity with each other? elaboration of the political party, expressed in the modern prince, in *Prison Notebooks*. To ensure its viability, we set as specific objectives: 1) to identify the revolutionary strategy developed by Gramsci in the Turin period of the *biennio rosso* and expressed in the Factory Councils; 2) identify the revolutionary strategy elaborated by Gramsci in the *Prison Notebooks* and expressed in the modern prince; 3) to analyze the continuity relations present between the theoretical and practical elaboration of the *biennio rosso's* revolutionary advisory strategy and that of the revolutionary strategy of the *Prison Notebooks* manifested in the modern prince. Thus, using exploratory, bibliographical and qualitative research, the research affirms the inseparability between the *biennio rosso* and the *Notebooks* mainly in Gramsci's theoretical elaboration. We can only understand the presupposition of inseparability when we understand that its theoretical and practical elaborations are part of a continuous process of political maturation - a path from which it has been traveled and must be followed.

Keywords: Gramsci; Revolutionary strategy; Factory Advice; Modern prince.

LISTA DE SIGLAS

- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CC – Cartas do Cárcere
- CF – Conselhos de Fábrica
- CGL – *Confederazione Generale del Lavoro* (Confederação Geral do Trabalho)
- CI – Comissões Internas
- EP – Escritos Políticos
- FGSI – *Federazione Giovanile Socialista Italiana* (Federação Italiana dos Jovens Socialistas)
- IC – Internacional Comunista
- IGS – *Internacional Gramsci Society* (Sociedade Internacional Gramsciana)
- KDP - *Kommunistische Partei Deutschlands* (Partido Comunista da Alemanha)
- NEP – Nova Política Econômica
- PCI – Partido Comunista Italiano
- PCUS – Partido Comunista da União Soviética
- PICV – Programa de Iniciação Científica Voluntário
- POSDR – Partido Operário Social-Democrata Russo
- PPI – Partido Popular Italiano
- PSI – Partido Socialista Italiano
- SPD - *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (Partido Social-Democrata da Alemanha)
- TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
- UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
- UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
- Q – *Quaderni del Carcere* (Cadernos do Cárcere)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA NO <i>BIENNIO ROSSO</i> (1919-1920).....	18
1.1 UM SARDO EM TURIM: A DESPROVINCIALIZAÇÃO E A NACIONALIZAÇÃO	19
1.1.1 Nacional, mas “tendencialmente croceano”: socialismo e cultura entre 1914-1917	31
1.2 A REVOLUÇÃO RUSSA: IDEALISMO E MARXISMO.....	37
1.3 <i>L’ORDINE NUOVO</i> E OS CONSELHOS DE FÁBRICA	45
2 A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA NOS <i>QUADERNI DEL CARCERE</i>.....	64
2.1 REFORMAR O VELHO OU CRIAR O NOVO?	65
2.1.1 O novo <i>formato</i> do Estado burguês: o fascismo.....	72
2.2 O PARTIDO POLÍTICO NO PRENÚNCIO DO CÁRCERE (1921-1926).....	78
2.3 O PARTIDO POLÍTICO NOS <i>QUADERNI DEL CARCERE</i>	96
3 A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA DE MATURIDADE.....	120
3.1 O ESPONTANEÍSMO SORELIANO E A ELABORAÇÃO <i>ORDINOVISTA</i>	123
3.2 A ESPONTANEIDADE GRAMSCIANA E A TRAVESSIA DO <i>MODERNO PRÍNCIPE</i> ..	136
3.3 A <i>AUFHEBUNG</i> GRAMSCIANA: A SUPERAÇÃO COM PRESERVAÇÃO	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS.....	178

INTRODUÇÃO

Se o processo de investigação científica do objeto de pesquisa é processo cuja exposição deve se iniciar no momento mesmo de seu fim, quer dizer, se estamos preparados para iniciar a exposição da pesquisa científica após o seu próprio caminho investigativo percorrido e “finalizado” (ainda que nenhuma pesquisa se finalize por completo – *é capaz de atingir o seu fim, mas não de se finalizar*), dado que o método de exposição é posterior ao método de investigação (NETTO, 2009), o presente trabalho é, desde já, *esforço (coletivo) intelectual* cujo método de exposição é *paripassu* ao método de investigação, haja vista as próprias condições objetivas impostas pela cientificidade burguesa de nosso tempo: *estabelecedora de tempo médio para o alcance do próprio conhecimento científico*.

É assim que, mesmo considerando esta limitação, o presente trabalho dissertativo apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social (PPGSS), nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Toledo, apanhou como **tema** de pesquisa científica “a estratégia revolucionária de Antonio Gramsci” e estabeleceu como **problema** a seguinte indagação: “a estratégia revolucionária de Antonio Gramsci elaborada no *biennio rosso* e expressa nos Conselhos de Fábrica, e aquela elaborada nos *Cadernos do Cárcere* e manifestada no moderno príncipe, apresentam relação de continuidade entre si?”.

Se se analisar o *processo* de construção da problematização exposta, se constatará que a sua elaboração objetiva é resultado de um decurso percorrido pela própria pesquisadora que o propõe: o início da aproximação com as elaborações teóricas de Gramsci se deu a partir do interesse despertado no período em que se cursava o curso de graduação em Serviço Social pela UNIOESTE, *campus* de Toledo. O primeiro (e tímido) contato com o autor “sardo” durante a frequência no curso, ainda que não tivesse se dado pela via de acesso às suas obras e fontes originais, se exerceu por intermédio das discussões saltadas em torno do processo de constituição do Estado Moderno: é na feita deste ensejo que se soldou as primícias para o início das *aproximações sucessivas* em torno das elaborações de Gramsci. O desenvolvimento posterior de aproximação, em relação ao primeiro contato, se ampliou pela possibilidade de poder participar do Programa de Iniciação Científica Voluntário (PICV) no ano de 2016. É na feita do desenvolvimento desta participação que se oportunizou a investigação sobre a “elaboração intelectual a partir da contribuição teórico/prática de Antonio Gramsci”; fora um episódio oportuno para se desbravar o tema do Intelectual Orgânico a contar com a circunscrição de novos progressos: a aproximação com o tema se fez a partir do contato direto com as obras originais do autor “sardo”, e, em particular, àquela marcada pelo momento ápice de toda a sua elaboração teórica, qual seja: os *Cadernos do Cárcere*. Assim é que, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado em 2017, fora subsidiado pelo desenvolvimento *paripassu* do PICV. A sua proposta, no

entanto, se diferia – ligeira e sucintamente – daquela investigada durante o período de vigência da proposta de iniciação científica: a partir da verificada relação entre o Intelectual Orgânico e o Partido Político, a proposta de tratar da possibilidade de elaboração da consciência de classe pela função desempenhada pelo Intelectual Orgânico no centro do Partido Político, pôde ser consubstancializada no formato do TCC. O “término” da investigação que se propôs na graduação e a transição para o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, deixou uma nova inferência: àquela que se “abriu” com desenvolvimento e com a elaboração do próprio TCC. Expliquemo-nos: os trilhos percorridos para a investigação científica da teoria do Partido Político a partir de Gramsci em pesquisa anterior (TCC), circunscreveu um novo problema de pesquisa possível de ser investigado. A objetivação do presente trabalho dissertativo e a construção da presente problemática de que pretende se ocupar não é senão expressão de indagações saltadas a partir de pesquisa precedente: aí reside o próprio ponto de partida da pesquisadora.

Após o ingresso no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social e, mais exatamente, após a proposta de pesquisa encaminhada a banca de qualificação, se tornou possível amadurecer o objeto de pesquisa. Se a proposta inicial se propunha analisar a centralidade do partido político na estratégia revolucionária de Gramsci, superando o período *ordinovista* anterior, baseado nos Conselhos de Fábrica e na defesa da *auto-organização* para o estabelecimento do poder operário na fábrica, sugeriu-se avançar para a verificação das *possíveis relações de continuidade* existentes entre o período da elaboração da *estratégia conselhistas*, no *biennio rosso*, e o período da elaboração da *estratégia revolucionária nos Quaderni*, expressa no moderno príncipe. Incorporando as sugestões apresentadas é que se elaborou como **objetivo geral** da presente pesquisa: “analisar como a estratégia revolucionária de Antonio Gramsci expressa no movimento conselhistas durante o *biennio rosso* de Turim desenvolveu-se até chegar à elaboração do partido político, expressa no moderno príncipe, nos *Cadernos do Cárcere*”. Para atingir o objetivo geral, estabeleceram-se como **objetivos específicos**: 1) identificar a estratégia revolucionária elaborada por Gramsci no período turinense do *biennio rosso* e expressa nos Conselhos de Fábrica; 2) identificar a estratégia revolucionária elaborada por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* e expressa no moderno príncipe e; 3) analisar as relações de continuidade presentes entre a elaboração teórico e prática da estratégia revolucionária conselhistas do *biennio rosso* e da estratégia revolucionária dos *Cadernos do Cárcere* manifestada no moderno príncipe.

Para o Serviço Social a presente proposta de pesquisa adquire relevância porque está direta e verticalmente imbricada aos seus fundamentos teórico-metodológicos. A “intenção de ruptura” com

o Serviço Social tradicional, em marcha até os dias atuais¹, é um processo que, em especial a partir da década de 1980, adquire contornos mais sólidos com o marco do Congresso da Virada de 1979 e com o Código de Ética de 1986, caracterizado pelo rompimento com a suposta neutralidade profissional. A década de 1980 data o terreno de inauguração de um novo posicionamento da categoria: àquele que reconhece o profissional como parte integrante da classe trabalhadora e que, por esse motivo, se posiciona na defesa de seus direitos e de suas garantias. Esta postura assumida pela profissão, de rompimento com os postulados do capital e de ruptura com o referencial teórico-metodológico do positivismo, *é o que permitiu a aproximação da categoria profissional com a tradição marxista: é consenso que, mediada pela produção teórica de Marx, conforme indica as produções de Yamamoto (2007) e de Netto (1989), temos hoje a constatação de marxismos; o contato direto da profissão com os marxismos foi o que tratou de permitir a superação com as abordagens reducionistas das obras de Marx, comuns nos primeiros contatos da profissão*². Assim é que se tornou possível um novo encontro de nova qualidade pelo Serviço Social com a tradição marxista por intermédio da produção teórica marxiana, propriamente dita, e de seus intérpretes que desenvolveram e enriqueceram a sua produção original a partir das novas inferências colocadas pela ordem capitalista madura de seu tempo; entre eles estão: Gramsci, Lukács, Heller, Mandel (IAMAMOTO, 2007).

É por esse motivo que, investigar a produção gramsciana, é imprescindível e de grande valia para contribuir para os próprios fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social: ora, *primeiro porque* o retorno ao autor “sardo” possibilita solidificar ou intensificar o recurso à tradição marxista no interior da profissão e, em particular, aos contributos da teoria gramsciana; *segundo porque* o tema gramsciano de que se optou por investigar, a estratégia revolucionária, é valioso ao Serviço Social. Se é certo dizer que a profissão não é responsável, à custa de sua própria empreitada, pelo ordenamento da revolução, seja porque não se pode confundir o Serviço Social com militância política, seja porque foge a natureza profissional tamanha feita, ela também não lhe é totalmente alheia e/ou estranha. Na medida em que sua natureza política, afirmada pelo projeto ético-político, se posiciona na defesa e na luta por uma nova ordem social *sem exploração e dominação de classe, etnia e gênero*, a perspectiva ou o horizonte da profissão não é senão o da supressão da ordem capitalista, possível pela insurreição

¹ “A década de oitenta consolidou, no plano ídeo-político, a ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social. Entendamo-nos: essa ruptura *não significa que o conservadorismo (e, com ele, o reacionismo) foi superado no interior da categoria profissional*; significa, apenas, que [...] posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica e/ou contestadora em face da ordem burguesa conquistaram legitimidade para se expressarem abertamente” (NETTO, 1996, p. 111, grifos nossos).

² “Entre os desdobramentos da leitura de Marx feita por Althusser, aponto, apenas uma repercussão desta que, reduzindo a proposição marxiana, rebateu no Serviço Social. Trata-se da separação feita por ele com relação à obra de Marx – os primeiros escritos, considerados filosóficos, contemplando a condição humana como geradora de seu próprio destino e os escritos que ele considerava de maturidade de Marx expressando sua proposição científica, baseada num entendimento mais estrutural da sociedade e sobrevalorizando a determinação econômica” (QUIROGA, 1991, p. 101).

da revolução – ainda que, contraditoriamente, a subversão da ordem signifique a erosão das próprias bases que estende o terreno para a sua justificação; *terceiro porque* se é consenso tácito que o Serviço Social tem como objeto de intervenção as múltiplas manifestações da “questão social”³, também a gênese da própria “questão social” só pode ser suprimida com a supressão da dinâmica capitalista. Seu fundamento e/ou o seu *núcleo duro*, como lembra Netto (2001), se assenta na contradição entre capital e trabalho, de modo que é assertivo afirmar que só se pode extinguir e esgotar as expressões da “questão social” tocando nos próprios fundamentos estruturais da sociedade burguesa; *quarto porque* se os coveiros, na referência clássica de Marx e de Engels (1998), de que a burguesia também tratou de ascender àqueles que empunharão as armas que a levarão a própria morte, ainda não levaram a falência ou a derrocada do modo de produção capitalista, a insurreição da revolução ainda se coloca como função histórica de classe a ser protagonizada na “ordem do dia”; *quinto porque* se ocupar da investigação em torno da estratégia revolucionária gramsciana permite capturar uma série fértil de elementos para pensar a atualidade: Estado, hegemonia, bloco histórico, sociedade civil, cultura e intelectuais orgânicos e tradicionais são categorias presentes durante todo o itinerário gramsciano e estão diretamente atravessadas no estudo da temática da estratégia revolucionária.

Assim é que, para viabilizar a presente pesquisa, classificamo-nos a como sendo de abordagem **qualitativa**, de objetivo **exploratório** e de natureza **bibliográfica**. Partindo do pressuposto de que o objeto de pesquisa das Ciências Sociais é sempre qualitativo, porque busca apreender o universo de significados compilados no fenômeno que *não se transparece na pura imediatez da aparência empírica*, este tipo de abordagem “[...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e em estatísticas” (MINAYO, 2002, p. 15). Por meio desta abordagem exercitou-se *extrapolando a descrição do objeto* para buscar a sua interpretação, a análise daquilo que não é visível em sua aparência. Por se caracterizar como de tipo exploratório, esta pesquisa é àquela de *caráter aproximativo*, haja vista que é a que possibilita capturar as informações acerca do objeto e mapear as suas formas de manifestação (SEVERINO, 2007). Também a sua natureza é bibliográfica porque se caracteriza por ter como fonte principal os documentos impressos, quer dizer, livros, artigos, ensaios e teses. Este tipo de pesquisa também não pode ser confundido como sinônimo de revisão literária, se inserindo na esteira da mera reprodução de conhecimentos já existentes e já publicados. A sua operacionalização deve buscar reinterpretar o objeto de pesquisa com o objetivo de trazer à baila novas contribuições e inspirar a produção de novos conhecimentos (LIMA; MIOTO, 2007).

³ Utiliza-se do recurso das aspas para se referir a “questão social” por entender, na esteira de Netto (2001), de que se trata de uma expressão referente à contradição entre capital e trabalho, na qual a riqueza socialmente produzida é apropriada privadamente – diferenciando de sua apropriação pelo pensamento conservador.

O **primeiro passo metodológico** para a execução desta pesquisa científica foi a realização de um **levantamento bibliográfico geral**. Este levantamento foi buscado em três principais fontes de consulta: 1) o “*Banco de Teses e Dissertações*” da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); 2) a biblioteca física da UNIOESTE e; 3) o “*Mapeamento Bibliográfico de Gramsci no Brasil*”⁴. O levantamento bibliográfico geral (e inicial) teve como finalidade a realização de uma revisão geral da bibliografia existente acerca do pensamento gramsciano a fim de promover *aproximações sucessivas* acerca do objeto. Esta sistematização inicial foi importante para selecionar, em momento subsequente, as fontes primárias e as fontes secundárias de que utilizamos na produção da pesquisa. Ainda que as três fontes principais de consultas foram utilizadas no primeiro momento, realizamos ao longo de toda a pesquisa sempre nova revisão bibliográfica, haja vista as necessidades abertas em seu próprio processo: *a própria pesquisa foi nos colocando as suas próprias exigências*.

O **segundo passo metodológico**, a partir do levantamento bibliográfico geral realizado, foi o de selecionar e o de classificar as fontes primárias e as fontes secundárias da pesquisa. Para as fontes primárias, priorizamos: 1) obras originais; 2) obras cujo objeto de estudo é diretamente a estratégia revolucionária gramsciana; 3) obras cujo objeto de estudo é diretamente os Conselhos de Fábrica e o moderno príncipe. Para as fontes secundárias, utilizamos os materiais cujo objeto de estudo não é diretamente a estratégia revolucionária gramsciana, os Conselhos de Fábrica e o moderno príncipe, mas apresentou *elementos complementares* para enriquecer a investigação sobre o tema de pesquisa. Esta **separação didática** foi realizada de modo a permitir a melhor exploração das informações e dos dados contidos na literatura existente, garantindo centralidade aos objetivos específicos da pesquisa.

Feita a seleção das fontes primárias e secundárias, passamos ao **terceiro passo metodológico**, ao conjunto de técnicas para viabilizar o *tratamento dos dados*. Para tanto, distinguindo o essencial do levantamento bibliográfico geral pela classificação dos materiais primários e secundários, utilizamos o recurso do fichamento para extrair as principais sínteses das obras trabalhadas com a finalidade de facilitar os seus manuseios e de localizar, com maior facilidade, as informações pretendidas durante o processo de investigação. A partir da leitura dos materiais também foram identificadas e extraídas as principais categorias. Este exercício de *identificação* e de *extração* serviu para sua própria *tabulação*, proporcionando a possibilidade de observação da totalidade das categorias trabalhadas pelos autores com vista a captar os nexos e as relações que estabelecem entre si. As categorias são importantes, pois são *complexos de complexos* que se articulam para configurar uma totalidade igualmente complexa.

⁴ O “*Mapeamento Bibliográfico de Gramsci no Brasil*” é um importante documento produzido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação da Universidade Federal Fluminense, em agosto do ano de 2016. Condensa o quantitativo geral de produções científicas (incluindo artigos, livros, capítulos de livros, dissertações e teses) com referência a teoria gramsciana em diversas áreas do conhecimento. Está disponível para acesso público na página da Internacional Gramsci Society (IGS) – Brasil.

É nesta medida que captar os complexos de complexos é fundamental para reconstruir, por meio e no campo da abstração, a própria constituição do objeto enquanto totalidades parciais que se relacionam entre si (MARX, 1978).

Seguido o referido caminho metodológico é que organizamos o trabalho dissertativo em três capítulos. O **primeiro capítulo** é uma busca pela reconstituição dos primeiros passos de Gramsci que possibilitaram o seu ingresso na vida prática e militante de Turim. Para tanto, tivemos de retornar a Sardenha para identificar como se iniciou o contato de Gramsci com a *proposta socialista* e quais as *influências intelectuais* que já se logram no interim teórico do “sardo” antes mesmo de sua estadia no norte piemontês. Com esta *bagagem na mão*, desembarca no *locus* de seu encontro com o processo de *refundação comunista*, ainda que, num primeiro momento, só pudesse permanecer a estabelecer contato com os neoidealistas à direita do movimento de revisão do marxismo e com os autores latinos de revisão à esquerda, particularmente, de Sorel. Soldadas as suas influências *teóricas/intelectuais*, o “sardo” também estabeleceu uma importante articulação prática: o ingresso no Partido Socialista Italiano e a aproximação com os jovens socialistas do partido, em particular, Tasca, o lançaram a vida política militante, fazendo acentuar os seus embates com o *reformismo* e o *imobilismo* do partido pelo extremo peso da *vontade* e da *ação* que valoriza pela bagagem “sarda” idealista no fazer da história. O próprio Gramsci já era, a esta época, *um severo crítico do partido*. Para tratar deste período, nos utilizamos das principais obras de referência, *clássicas e contemporâneas*, e que aqui indicamos: Fiori (1979), Lajolo (1982), Dias (2000; 2004a), Coutinho (1992), Rapone (2014) e, sobretudo, os próprios artigos redigidos por Gramsci (2004a).

Episódio que exerceu grande influência na teoria e prática de Gramsci foi a Revolução Russa. Já em nova divergência com o Partido Socialista pela neutralidade assumida diante da entrada do país na guerra mundial, Gramsci exalta a revolução bolchevique e a interpretada aos *olhos de Sorel* – importante porque também demarca o afastamento com neoidealismo de Croce e Gentile, os quais lançam a defesa imperialista. A Revolução Russa fornece o primeiro contato com a herança de Lênin, ainda que não assimilada em sua plenitude. Este é o momento de destacarmos as contribuições de Galastri (2015), Rapone (2014), Del Roio (2017), Mussi e Bianchi (2017), Schelesener e Lima (2017), Coutinho (2017) e do próprio Gramsci (2004a).

A experiência da Revolução Russa é ponte direta para despertar no “sardo” a possibilidade de *se fazer a Itália experimentar a mesma experiência que a Rússia*, desta vez, pelo atento das novas organizações proletárias que surgiam no centro da vida na fábrica: as Comissões Internas de Fábrica. É daí que a defesa da transformação das *Comissões* em *Conselhos de Fábrica* é difundida como a inspiração dos *soviets* da Revolução Russa pelo *L'Ordine Nuovo*, trilhando a elaboração da **estratégia**

revolucionária no *biennio rosso*, donde nos utilizamos de: Rapone (2014), Del Roio (2005), Dias (2000; 2004b), Neres (2012) e, sobretudo, de Gramsci (2004a; 2004b).

No **segundo capítulo**, a nossa análise avança para as implicações decorrentes da derrocada da experiência do movimento dos Conselhos de Fábrica. Duas inferências se sucederam a partir do esgotamento do *biennio rosso*: a separação dos socialistas e dos comunistas por meio da fundação do Partido Comunista Italiano – movimento do qual Gramsci participou energicamente; e a ascensão do fascismo com a organização da pequena burguesia e da burguesia em partido. É o momento de se lançar a esta investigação por meio de: Del Roio (2005; 2018), Neres (2012), Fiori (1979), Dias (2000; 2004b) e Gramsci (2004b).

Estas duas inferências são importantes porque é partir delas que Gramsci passará a voltar a sua atenção para a elaboração *teórico e prática* sobre o partido político. Se desde o seu ingresso no Partido Socialista Italiano, o “sardo” lançava críticas ao seu caráter, a ruptura com o partido fará com que confirme o seu *reformismo* e o seu *imobilismo*, elaborando uma teoria do que deveria, de fato, corresponder o próprio partido e, por conseguinte, o próprio Partido Comunista Italiano. Estamos aqui diante do momento de incorporação do marxismo por Gramsci, em que *assimilada* a herança de Lênin, engendrará a sua *aplicação* e a sua *tradução*, entrando em confronto com o primeiro grupo dirigente do Partido Comunista e, por conseguinte, exprimindo uma teoria do partido político. Para tanto, nos referenciamos, sobretudo, em: Fiori (1979), Neres (2012), Del Roio (2005; 2018) e Gramsci (2004b).

Em continuidade com o período pré carcerário, Gramsci *deslança* a sua teoria do partido na reflexão carcerária, promovendo uma síntese dos temas e dos autores anteriores desenvolvidos em consonância com novas referências introduzidas, levando *a fundo* uma *refundação comunista*. É o momento da tradução do partido político na figura histórica do *príncipe*, quer dizer, da ciência política marxista numa *ciência maquiaveliana*, expressando a **estratégia revolucionária nos *Quaderni***. Continuamos na investigação de: Neres (2012), Del Roio (2005; 2018), Vacca (2012), Fiori (1979), Liguori e Voza (2017) e Gramsci (2014).

No **terceiro capítulo**, estabelecemos uma mediação crítica entre os dois momentos separados apenas *metodologicamente* para verificar as possíveis relações de continuidade entre as elaborações teórico e práticas, analisando, a partir do próprio movimento intelectual e político de Gramsci, as decomposições que nos permitiram afirmar a possibilidade da continuidade. Para tanto, tivemos de retomar os constructos dos conteúdos desenvolvidos até aquele momento para nos dedicarmos a análise crítica – base recompositiva para capturarmos, *no plano ideal, o movimento real do objeto*.

1 A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA NO *BIENNIO ROSSO* (1919-1920)

O processo de *maturação* política de Gramsci, *tomado por sua incorporação do marxismo*, é processo cuja antecipação “finalística” não deve preceder o próprio meio, quer dizer: o processo de assimilação do marxismo por parte de Gramsci é, seguramente, um *processo*. É preciso assinalar esta inferência porque nela reside nosso *ponto de partida*: Gramsci não inicia em sua atividade prática e militante *turinesa* propriamente em contato profundo com as obras marxiana e marxistas, tampouco se encontra, em 1911, quando do início de sua estadia em Turim, totalmente imbuído da assimilação do conteúdo destas referências. Se a *maturação* política é *processo*, a indagação a ser realizada para possibilitar o “gatilho” da apreensão da própria *maturação* enquanto *processualidade*, é a seguinte: **Por que** Gramsci não inicia em sua atividade prática e militante *turinesa* propriamente em contato profundo com as obras marxiana e marxistas, tampouco se encontra, em 1911, quando do início de sua estadia em Turim, totalmente imbuído da assimilação do conteúdo destas referências? Além de uma questão de *método*, isto é, de partimos da *negação* da *afirmação* para problematizá-la e exprimi-la em suas *múltiplas determinações*, esta indagação nos leva a mapearmos outras duas questões: *de onde Gramsci está partindo* e *de quem Gramsci está partindo*. A identificação destas questões é que nos permite iniciar a questão por aquele *ponto de partida* – o que seria o que mesmo que iniciar pela 1) formação social da Itália para compreender o *Risorgimento* italiano e o significado da condição de “sardo” – *de onde está partindo* e; 2) pelas influências intelectuais que, mais precisamente, estiveram presentes em sua formação intelectual e política desde o “berço” da Sardenha (Croce e Salvemini) – *de quem está partindo*.

É, pois, daquele “núcleo complexo” (*de onde e de quem*) que se torna possível investigar a *maturação* política de Gramsci, dado o seu estopim pela sua *desprovincianização* “sarda” e pela sua *nacionalização* turinesa, quer dizer: o início da *maturação* política de Gramsci se dá quando passa a integrar os círculos práticos e militantes dos trabalhadores turinenses na capital piemontesa e quando passa a incorporar novas referências intelectuais pela aproximação com a *esquerda do movimento de revisão do marxismo* e, em particular, de Sorel, e com a *vertente de refundação comunista* e, em particular, de Lênin.

Neste momento, Gramsci já se encontra inscrito ao Partido Socialista Italiano, estabelecendo severas críticas ao imobilismo dos reformistas e dos maximalistas, possível pelo *ponto de partida* dos neoidealistas italianos que comporta em sua bagagem “sarda”. É exatamente por esta influência dos neoidealistas, sintetizada na absorção da subjetividade extremada na condução dos processos sociais, que Gramsci integra a aproximação, no plano prático, com Tasca e os jovens socialistas do partido, valorizando a temática da *cultura*.

É assim que, ao passo da influência neoidealista italiana e, agora, ao lado de Sorel, Gramsci acompanha diretamente, ainda que com carência de informações, o desenrolar da Revolução Russa. Apesar da limitação de suas fontes intelectuais (ainda baseadas no *neoidealismo* e no *sorelianismo*), Gramsci se coloca a partir daquele momento como *marxista*, travando leituras de Marx e de Lênin. O Lênin incorporado, quando de 1917, no entanto, é um revolucionário que objetiva a realização da *revolução como um ato de cultura*, uma *revolução que modificaria “os costumes e a moral”*. Vê-se, pois, que esta assimilação de Lênin por Gramsci está, na realidade, como *uma assimilação soreliana de Lênin por Gramsci*. Somente quando se atenta para os *soviets* como embrião do *Estado operário* e para a necessidade de extrair do bolchevismo *pontos de referência* para promover a gestação das condições revolucionárias na Itália, construindo o novo tipo de Estado, é que adentra na experiência *ordinovista*, durante o *biennio rosso* – tempo e espaço em que se dedica (ao que poderíamos aqui denominar) a **estratégia revolucionária no biennio rosso**, a estratégia *conselhista* elaborada a partir da transformação das Comissões Internas de Fábrica em Conselhos de Fábrica. Vejamos, portanto, como este processo se desenvolve, quer dizer: como a experiência *ordinovista* expressa a estratégia *conselhista* e como a estratégia *conselhista* exige que se traga a baila àquele *processo* de maturação política de Gramsci, dado que sua elaboração só é possível através das 1) *referências intelectuais* que vai incorporando, do 2) diálogo que vai estabelecendo com os *atores italianos no centro do PSI* e do 3) cenário internacional que vai se ilustrando com a *fundação da terceira Internacional Comunista*.

1.1 UM SARDO EM TURIM: A DESPROVINCIANIZAÇÃO E A NACIONALIZAÇÃO

Se é consenso tácito que o início da vida política de Gramsci se deu a partir de sua filiação ao Partido Socialista Italiano (PSI) em 1913, a gênese de seu aprendizado político pode ser localizada desde muito antes: **foi gestada no “berço” da Sardenha** – *locus* donde viveu grande parte de sua infância e de sua adolescência. Assim é que para compreender a sua chegada em Turim em 1911 e as influências intelectuais que “desembarcou”, é preciso resgatar alguns *condicionantes fundamentais* que serviram de afluxo para seu engajamento político na vida italiana do século XX. Certamente, a Sardenha não é apenas um dado geográfico; é também um dado político que se expressará, inclusive, através de diversas reflexões do próprio “sardo”.

Para caracterizar o ambiente geográfico que Gramsci está imerso é preciso levar em conta o *Risorgimento* italiano. No quadro geral da Europa Ocidental do século XVI, o que se podia observar era a formação dos primeiros Estados nacionais unificados a partir da constituição das monarquias

feudais⁵. O processo de *centralização política* assistido foi acompanhado pela *unificação territorial*: se a Idade Média se caracterizava pela formação de *pequenas cidades-Estado fragmentadas*, a Idade Moderna (com o fim do século XV e o início do século XVI) assinalou a unificação territorial e seu governo pelos monarcas absolutistas. A justificativa para a formação dos *Estados unificados* tinha relação direta com a expansão do *projeto burguês de sociedade*: era preciso canalizar esforços para ampliar os mercados regionais (superando o mercado local pelo mercado nacional). Assim é que, o que se salta aos olhos no final do século XVI, é a configuração política de governos encabeçados por monarquias feudais, mas de **caráter burguês**, isto é: os Estados unificados representaram o primeiro ordenamento para a *ruptura com o feudalismo e a introdução do capitalismo*. A própria sociedade burguesa moderna se gesta dentro da sociedade precedente, promovendo a ruptura política completa com as revoluções burguesas – Revolução Francesa e Revolução Gloriosa. A capacidade de expansão do projeto burguês de sociedade no interior do próprio *Ancien Régime* se deu pela função processada pelos intelectuais orgânicos. A possibilidade de difundir uma concepção de mundo aliada à própria burguesia foi condição para preparar o *terreno subjetivo* para a expansão de seu projeto⁶. Somente com a preparação das *condições subjetivas* pelos *intelectuais orgânicos* é que se tornou possível às condições objetivas também se formarem concretamente (atingindo o seu ápice com as revoluções burguesas do século XVIII) (NERES, 2009).

É nessa conquista ideológica que entre o papel do intelectual na dinâmica do processo histórico, articulando dialeticamente *forma e conteúdo* através da difusão da nova concepção de mundo burguesa, criando as condições para a formação de um novo bloco histórico que garanta a preponderância hegemônica da nova classe privilegiada. Portanto, é preciso universalizar no plano das instituições aquilo que já vinha se universalizando no plano dos valores e da prática social cotidiana (ou seja, os valores ético-mercantis da burguesia) desde o início do século XI (NERES, 2009, p. 27, grifos do autor).

Enquanto a Europa Ocidental do século XVI organizava seu processo de unificação e formava suas monarquias absolutistas, a Itália não apresentava a mesma forma clássica de unificação. A sua

⁵ “Progressivamente, os principais países da Europa Ocidental do século XVI caminhavam para a unificação territorial através da constituição de suas monarquias absolutistas de base nacional. A Espanha, com o casamento de Isabel I e Fernando II, ocorrido em 1469, deu início a esse processo. O matrimônio dos reis católicos permitiu a união dos reinos de Castela e de Aragão, possibilitando a construção de um Estado centralizado com uma grande extensão territorial. Isso também aconteceu em Portugal, que já no final do século XIV, sob o reinado de Dom João de Alves, iniciou a construção das estruturas que iriam moldar o futuro do Estado absolutista português [...] O mesmo processo de unificação territorial se repetiu na Inglaterra e na França” (NERES, 2009, p. 92).

⁶ “É precisamente através da elaboração e difusão, entre os grupos sociais, de uma nova concepção de mundo, que os intelectuais contribuem para a dinâmica do processo histórico [...] Essa categoria de intelectuais deveria se incumbir do processo de hegemonização do campo social, unificando o conjunto das classes sociais sob a direção dessa nova classe progressiva [burguesia], subtraindo, assim, a hegemonia da nobreza feudal” (NERES, 2009, p. 27).

característica de um país atrasado permanecia reproduzindo a “geografia” da Idade Média: insistia numa organização baseada nos **particularismos locais**, o que a tornava suscetível ao domínio das potências estrangeiras – sobretudo a França e a Espanha. É nesse sentido que, o que se observa no século XVII, é uma espécie de “*refeudalização*” da Itália, atravessada por sua incapacidade de desenvolver o projeto burguês pela permanência da fragmentação de seu próprio território: esta é uma singularidade de sua formação social. A incapacidade dos intelectuais orgânicos da burguesia de difundir sua concepção de mundo ou de elaborar uma vontade coletiva nacional-popular para a extensão do terreno para o projeto burguês é a principal inferência desenvolvida por Gramsci para justificar o “atraso” da unificação territorial da Itália: na particularidade do país, os *intelectuais orgânicos da burguesia* foram capturados pelos intelectuais tradicionais da aristocracia feudal; este fato inviabilizou a conformação do Estado unitário no marco do século XVI. A burguesia italiana se investiu de séria debilidade congênita e o **papel cosmopolita** dos intelectuais da burguesia foi o que retardou o processo de unificação da península, adiando o *Risorgimento* italiano para o século XIX – se estendendo num processo entre 1815 e 1870. O processo do *Risorgimento* na Itália foi liderado pelo Estado do Piemonte (o norte do país) e se fez a mediante a **exclusão dos camponeses da luta política**, o que acabou por descaracterizar o *Risorgimento* como uma “via clássica” de unificação de tipo “jacobino”, isto é: de intensa participação das camadas sociais no entorno das transformações econômicas e políticas. Na Itália, a unificação se deu a partir do divórcio entre burguesia progressiva e massas rurais, dado que segregou os camponeses – em particular, do Sul (o *Mezzogiorno*) – da “revolução”. O *Risorgimento* foi, pois, um processo que permitiu consolidar a unificação territorial da Itália, mas permaneceu investindo na disparidade entre o Norte e o Sul. Nas palavras de Neres (2009), o que fora possível foi uma “*união política, não unidade social*”. O *Risorgimento* italiano se deu pela via do *Renascimento* e não da *Reforma*: a Reforma é a “via clássica de tipo jacobino” de aliança entre classes (no caso, a burguesia e o povo) para a inauguração política da nova ordem, com a difusão de sua concepção de mundo pelos intelectuais orgânicos; o Renascimento é a via pela qual se pode caracterizar a própria Itália: a separação entre a classe progressista (burguesia) e o povo, já que a própria burguesia nacional e, em particular, os seus *intelectuais orgânicos não assimilaram os intelectuais tradicionais da aristocracia feudal; ao contrário, foram assimilados por eles* (NERES, 2009).

É no contexto do pós-*Risorgimento* que Gramsci está imerso e afeto pelas particularidades meridionais. “Nino” nasceu em uma pequena cidade da Sardenha, em Ales (sul da Itália), em 22 de janeiro de 1891. Filho de Francesco Gramsci e Giuseppina Marcias, é o quarto herdeiro na geração

dos sete⁷ filhos do casal. Vindo de Gaeta para “dirigir” o cartório de Ghilarza, Francesco Gramsci era estudante de advocacia quando se mudou para a Sardenha, em decorrência da morte de seu pai. Na pequena Ghilarza, conheceu Giuseppina e a união do casal não tardou para ser oficializada. A transferência de Francesco para o cartório de Ales (a “cidade natal” de Antonio), representou uma breve passagem na vida da *família Gramsci*: quando “Nino” completou apenas um ano de idade, Francesco foi transferido novamente – dessa vez, para Sòrgono; Antonio viveu até os sete anos de idade em Sòrgono e, posteriormente, se instalou em Ghilarza, junto de sua família. A mudança de Sòrgono para Ghilarza foi marcada por uma fase turbulenta: instaurou marcas profundas na vida e no desenvolvimento do pequeno “Nino” (FIORI, 1979).

A prisão por peculato de Francesco (no fundo, um resultado de disputas políticas⁸) em 1898, instaurou sérias dificuldades para a família. A perda do emprego e a prisão de Francesco assinalou a mudança de Sòrgono para Ghilarza. Giuseppina haveria de carregar sozinha o “peso” de sete filhos; abria-se um novo capítulo na história da família: àquele atravessado por uma série de humilhações e de acalento na miséria (LAJOLO, 1982).

Para garantir as necessidades do estômago da família, Giuseppina teve de vender uma parte da terra herdada de seus pais e de se dedicar ao ofício da costura (*ainda que a custa da renúncia ao sono*). Nesta condição turbulenta é que “Nino” haveria de manifestar outra deficiência: a *doença de pott*. Antonio, quando criança, desenvolveu uma espécie de inchaço nas costas e sofria de frequentes indisposições⁹ (FIORI, 1979).

[...] o tratamento indicado [para o “caroço”] foi o de mantê-lo suspenso em uma trave que prendia do teto. Arranjaram-lhe também um colete com anéis. Nino vestia o colete e *tiu* Gramsci ou Gennaro punham-no amarrado ao teto, deixando-o suspenso no ar. Pensava-se que este era o melhor modo de endireitá-lo. Mas a protuberância nas costas e depois também na frente aumentou e nunca houve remédio. Nino continuou sempre baixinho. Mesmo quando grande, não superou um metro e meio (FIORI, 1979, p. 22, grifo do autor).

A renda da família pôde ser discretamente “alargada” a partir do emprego de Gennaro nos mapas cadastrais, em 1900. Quando Gramsci estava no quarto ano escolar e, por conseguinte, com

⁷ Gennaro (1885), Grazietta (1887), Emma (1889), Antonio (1891), Mário (1893), Teresina (1895) e Carlo (1897).

⁸ Tudo havia se iniciado com as eleições locais de Sòrgono de 1897. Dois candidatos disputavam o “páreo”: Cocco Ortu, de grande tradição na política, e Enrico Carboni Boy. Na ocasião da disputa eleitoral, Francesco havia apoiado Enrico; mas o resultado apontou para outro vencedor: Cocco Ortu. Assim é que, na ocasião da ausência de Francesco do cartório (devido sua ida a Ozieri pela morte de seu irmão), foi ordenada uma inspeção no próprio cartório. A investigação resultou na abertura por peculato contra Francesco e sua prisão (FIORI, 1979).

⁹ “Sofre freqüentemente de estranhos mal-estares; e, com quatro anos, experimenta uma primeira terrível crise: uma hemorragia que o faz perder sangue durante três dias, acompanhada de convulsões: Na família, teme-se que Nino possa morrer, e chega-se mesmo a preparar um pequeno caixão e uma roupinha especial para o sepultamento. [...] Depois da crise, nunca mais se restabelece completamente; o seu físico permanece frágil e doentio” (LAJOLO, 1982, p. 15).

onze anos de idade, se juntou à Gennaro no cadastro para trabalhar durante o seu período de férias. É nesta época que “Nino” teve a infância, época de sua fantasia e inocência, interrompida (LAJOLO, 1982). Mais tarde, quando adulto, recordará¹⁰:

Há muito tempo me oriento sozinho e já me orientava sozinho desde menino. Comecei a trabalhar quando tinha onze anos, ganhando minhas 9 liras por mês (o que, de resto, significava um quilo de pão por dia) por dez horas de trabalho diário, inclusive domingo de manhã, tratando de carregar livros de registro que pesavam mais do que eu, e em muitas noites chorava escondido porque o corpo todo me doía. Só conheci quase sempre o aspecto mais brutal da vida e consegui dar um jeito, bem ou mal (GRAMSCI CC¹¹, 2005b, p. 246).

Depois de terminado o primário escolar, “Nino” enfrentou outra dificuldade: estava no ano 1903 e não conseguiu ingressar no ginásio. As cidades da Sardenha que ofertavam esta modalidade de ensino se situavam a distâncias territoriais bastante longínquas de Ghilarza – o que significaria a necessária residência noutra cidade para cursar suas atividades. Nesta época, os baixos rendimentos da família (apesar da entrada da contribuição de Gennaro) não permitiam mantê-lo distante. Assim é que, esta condição objetiva, tornou a forçar o abandono dos bancos escolares pelo “sardo”. É nesta trilha que “Nino” desenvolverá o seu primeiro *sentimento de revolta*: “[...] vive instintivamente a sua rebelião contra os ricos, porque compreende que o filho do açougueiro, do farmacêutico, do comerciante de tecidos pode estudar, enquanto a sua família não tem o dinheiro suficiente para mandá-lo à escola” (LAJOLO, 1982, p. 19).

A saída de Francesco da prisão em 1904 é o que permitirá a pequena melhoria nas condições de vida da família: conseguirá um emprego no cadastro e é onde se manterá pelo resto da vida. Em 1905, Gramsci pôde retornar aos estudos institucionais no ginásio de “Santulussurgiu” – a dezoito quilômetros de Ghilarza. O que pode se destacar deste período (e este é um elemento essencial para capturar o terreno fértil do início da trajetória política de Gramsci) é que os seus primeiros contatos com a **proposta socialista** se deu por meio do acesso aos *jornais* e aos *folhetos* “subversivos” (em particular, o *Avanti!*, órgão oficial do PSI) de que recebia de Gennaro¹² – de Turim. Assim é que, incentivado pelo irmão mais velho, Gramsci pôde desenvolver o *espírito de novas ideias*. É pela configuração deste cenário que se torna possível exprimir elementos férteis para observar a própria aproximação de Gramsci, ainda que disforme, à proposta socialista: 1) o intenso espírito de revolta

¹⁰ Carta a Tatiana, sua cunhada, datada de 3 de outubro de 1932. A relação que Gramsci manterá com Tatiana teve início com o pedido de Giulia Schucht, a sua futura companheira, para localizá-la em nome da família. “Depois do encontro com Gramsci, Tatiana retomou as relações epistolares com a família” (VACCA, 2012, p. 93).

¹¹ Utilizaremos a sigla “CC” para referenciar as *Cartas do Cárcere* ao longo do texto.

¹² Gennaro já havia ido para Turim, centro urbano italiano, para a prestação do serviço militar.

contra os ricos; e 2) a grande aceitação dos jornais e dos folhetos “subversivos” do norte piemontês (FIORI, 1979).

Em 1908, Gramsci vai para Cagliari – junto de Gennaro – para prosseguir nos seus estudos institucionais (depois de dois anos interrompidos em Ghilarza e de três anos em Santulussurgiu). As condições em que viviam, no entanto, não eram melhores que aquelas dispostas em Ghilarza¹³. É em 1910 que publicará o seu primeiro artigo na *L'Unione Sarda*. Intitulado *Oprimidos e opressores*, o artigo demarca duas inferências principais: uma é a resultante direta da outra. O ator principal que tratará de “introduzir e estimular” a influência intelectual inicial de Gramsci é o seu professor Raffa Garzìa. Diretor da *L'Unione Sarda*, Garzìa é que fomenta as leituras de Croce e de Salvemini para Gramsci. Nesta época, o “sardo” já havia travado algumas leituras de Marx, mas por “*curiosidade intelectual*”. Assim é que, a aproximação ao socialismo por Gramsci, se faz diretamente por Raffa Garzìa; mas o “socialismo apresentado” foi àquele conduzido por um “**esteio sardista**”. São estas as inferências necessárias de se demarcar para compreender sua chegada em Turim (LAJOLO, 1982).

Pela influência de Garzìa e sua estimulação de Croce e de Salvemini, Gramsci é fortemente **sardista**. Croce fez parte do movimento neoidealista italiano: adquiriu importância histórica porque travou grandes lutas contra a corrente positivista difusa na Itália e pelos centros clericais. Apesar da “guinada de seu pensamento”, isto é, de “**revisão do marxismo**” para “**conservador aberto**”¹⁴, Galastri (2015) nos indica um ponto nodal para a influência que incidiu sob Gramsci: **a moral**. O neoidealismo se contrapunha ao positivismo porque não se baseava na neutralidade do sujeito e na permanência da objetividade do fato; ao contrário: considerava a moral, a *subjetividade*, como o fator determinante da história (SCHELESENER, 2007b). Bianchi (2007) é basilar quando denota que *Croce não era um marxista, mas precisou se aproximar do marxismo para manter um diálogo crítico*. Com a morte de Engels, em 1895, o marxismo passou um intenso *movimento de revisão*, o

¹³ As condições de vida de Gramsci e de Gennaro se faziam sentir, sobretudo, sob “Nino” no colégio. É deste contexto sua carta redigida a Francesco: “No dia 26 de fevereiro, os alunos do segundo e do terceiro ano do liceu farão uma excursão a Gùspini para visitar as minas de Montevecchio, portanto, eu também tenho de ir, e estou mesmo indecente com esta jaqueta que já tem dois anos, toda gasta e lustrosa. Por isso eu queria que você me autorizasse a ir em algum alfaiate encomendar um traje novo por sua conta...Hoje não fui à escola porque tive de trocar as solas do sapato[...]” (GRAMSCI *apud* FIORI, 1979, p. 69). E em outra carta reforça: “Agora devemos falar sobre um assunto doloroso; você não me escreveu nada sobre a roupa nova, e olha que quando fui a Ghilarza na Páscoa estava indecente, como você mesmo disse...e para não envergonhar você e a mamãe não saí de casa durante dez dias seguidos. Se na Páscoa eu estava indecente, agora que já se passou mais de um mês e meio, os rasgos estão maiores, não estou mais indecente e sim sujo e esfarrapado...Se o diretor da escola mandar o inspetor aqui em casa eu vou lhe dizer claramente que não vou à aula porque não tenho uma roupa limpa para vestir” (GRAMSCI *apud* FIORI, 1979, p. 70).

¹⁴ A “primeira fase” de Croce, como revisor do marxismo, pode ser compreendida entre os anos 1896-1899; é um período onde se dedica a revisão do marxismo, utilizando-se dos argumentos de Labriola para evidenciar uma suposta concordância de ideias entre si. Sua “segunda fase” se localiza na segunda metade da década do século XX, se investindo de um caráter antidemocrático e antissocialista, refutando o próprio marxismo. É nesta “segunda fase” que Labriola se afasta de Croce e “[...] se firma como opositor do movimento revisionista que se desenvolvia na Europa e possuía como carro-chefe a social-democracia alemã” (GALASTRI, 2015, p. 85).

revisionismo, decorrente da suposta “crise do marxismo”, isto é: da ultrapassagem e insuficiência dos fundamentos de Marx para a explicitação da realidade. Enquanto na Alemanha, Bernstein¹⁵ foi à figura centrífuga (e difusa na II Internacional), Benedetto Croce (na Itália) e Georges Sorel (na França) se inseriram no contexto que Galastri denomina de **revisionismo latino**. Ora, Croce, Sorel e Antonio Labriola (professor de Croce) figuraram entre os principais interlocutores de Gramsci. Aqui é necessário se deter um pouco mais a questão.

A “primeira fase” de Croce, indicada por Galastri (2015) e por Bianchi (2007), se dedica ao debate da época acerca do revisionismo. A interlocução de Croce se dá, sobretudo, com Labriola (na verdade, o único dentre o próprio Croce e Sorel a combater o positivismo com base no marxismo e na dialética materialista). Croce se utilizou de Marx para criticar o positivismo dominante na Itália, fundando a sua filosofia do espírito, resguardando o caráter idealista da filosofia clássica alemã: ora, o idealismo de Hegel¹⁶ é recuperado e reinterpretado para o plano prático de Croce. Para tanto, na refutação do positivismo (por considerá-lo uma busca pela neutralidade) e do marxismo (por tomá-lo como economicista), Croce é liberal e idealista na medida em que deposita no sujeito o motor de movimento da história; se é certo que o *pôr teleológico* do homem na história é o que – de fato – torna capaz de movimentá-la segundo suas próprias intencionalidades, a própria consciência do ser é determinada pelas experiências vivenciadas na objetividade da história/realidade, o que significaria dizer que não é a consciência que determina o ser e, portanto, não é o ideal que põe o real, mas é o real que põe a ideia. Para Croce¹⁷, a história/realidade é constituída pelas necessidades de ação dos

¹⁵ O estopim do movimento revisionista se deu pela “tradução” do prefácio de Engels para *As lutas de classes na França*. Desde o prefácio de 1895, seu texto foi utilizado como sustentáculo das teses da social-democracia alemã. Engels tinha razão quando afirmava que a derrota da Comuna de Paris, em 1871, haveria de transferir o centro do movimento operário da França para a Alemanha, pois o país passou por um rápido processo de desenvolvimento econômico com a indenização pela guerra. O que chama atenção, no entanto, é o modo como o seguinte argumento de Engels foi apropriado: para ele, a derrota de 1871 havia demonstrado a necessidade de encontrar outros meios de luta que aqueles militares e “violentos”. É este o fundamento que, ao ser apropriado pela social-democracia alemã, serviu para sustentar o seu próprio revisionismo. Bernstein, compreendendo, “assim como Engels”, que a atual fase do capitalismo exigia a utilização de outros meios para a luta, defendia, como alternativa as táticas de lutas militares e violentas, a conquista de votos para influir no parlamento. Assim é que “Estavam elaboradas as premissas teóricas da nova política que ele queria ver posta em prática. Pretendia haver mostrado que as tendências do desenvolvimento capitalista que, segundo Marx, possibilitariam a tomada do poder pelo proletariado, não agiam absolutamente com a força que Marx havia suposto. A social-democracia não poderia esperar a derrocada da ordem social capitalista, nem tampouco a revolução do proletariado. Haveria, na realidade, apenas uma possibilidade: agir pelo desenvolvimento pacífico e progressivo rumo ao socialismo” (GALASTRI, 2015, p. 33).

¹⁶ Hegel atribuía a ideia (ao processo do pensamento, a razão) o motor de desenvolvimento da história/realidade. A ideia cria o real e o real é a sua manifestação externa, isto é, a própria manifestação da ideia (do pensamento). Para Hegel, a razão e a realidade se identificam e é a consciência que determina o seu ser, com o imperativo da ideia criando o mundo ou – se assim se quer dizer – com o mundo criado pela ideia. Com esta elaboração, Hegel pretendia evidenciar que a história/realidade já está dada na mente dos homens e, portanto, a sua objetivação é apenas *reprodução*. Por esse motivo é que a historicidade real como movimento (ser e, ao mesmo tempo e simultaneamente, não ser), sendo determinada por espectros da própria consciência acaba por recusar a própria história (formada pelos homens e por suas intencionalidades atravessadas pelo meio em que vivem) (LUKÁCS, 1979).

¹⁷ É reconhecido o desenvolvimento do argumento de Croce de tomar o marxismo como um *cânone de interpretação* histórica, refutando a sua fundamentação como método científico. A justificativa para sustentar o argumento é dada pelo

homens na própria atualidade presente, sendo sua intervenção de ação no presente a condição para a reinterpretação do passado: em Croce, não se visualiza o passado como possibilidade de leitura para prospecções ou como forma assumida para a iluminação futura; a sua proposta (do juízo histórico determinado pelo presente) é imanentista na medida em que o elemento espiritual, a *subjetividade*, se apresenta como o elemento determinante para a ação do homem. *A história está presente em seu espírito e é condicionada por ele*. A história está assentada na ação a partir da necessidade; a ação não é senão paixão histórica (SCHELESENER, 2007b).

É desta influência direta de Croce, apresentada por Garzìa, que Gramsci absorverá a moral, a *subjetividade* extremada na condução dos processos sociais. No artigo *Opressores e oprimidos*, o “sardo” já demarcava a “fratura” entre as classes sociais possuidoras e despossuídas por ele atentada: “[...] que os privilégios e as diferenças sociais, sendo produtos da sociedade e não da natureza, podem ser superados” (GRAMSCI *EP*¹⁸, 2004a, p. 46). O artigo traz implícita a ideia da questão meridional como pano de fundo, transparecendo no “sardo” o veio *sardista*. Ora, o socialismo de que estabelecia contato era mais *sardismo*: a luta pela independência do sul em relação ao norte. A justificativa para essa defesa advém do título aferido ao *Mezzogiorno* como a “bola de chumbo”¹⁹ da Itália; a região atrasada que travava o desenvolvimento geral do país. A solução apostada pelo **socialismo sardista** era exatamente a constituição do sul como Estado Federal²⁰: esta era a proposta da qual Salvemini (membro do Partido Socialista Italiano) compartilhava, e da qual àquela juventude sarda – inclusive Gramsci –, absorveu em grande escala. “Na Sardenha; a orientação, correspondente de uma certa forma à de Salvemini, era uma mistura de sardismo, radicalizado à extrema veleidade separatista, e de socialismo com matizes revolucionários” (FIORI, 1979, p. 84). Pode-se dizer que o idealismo de juventude, via Croce e Salvemini, e o *sardismo* tido como socialismo de inspiração salveminiana são as principais inclinações das quais Gramsci recebe quando de sua infância e de sua adolescência na Sardenha.

fato do marxismo permitir apenas a “reunião de observações aproximativas” para compreender a história; o marxismo não seria um método, mas *cânone* que permitiria *aproximadamente* se apropriar da realidade (GALASTRI, 2015).

¹⁸ Utilizaremos a sigla “EP” para referenciar os *Escritos Políticos* ao longo do texto.

¹⁹ O artigo de Gramsci *A questão meridional*, de 1926, às vésperas de sua prisão é clássico para ilustrar sua posição: “É conhecida a ideologia que foi difundida capilarmente pelos propagandistas da burguesia entre as massas do Norte: o Sul é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos para o desenvolvimento civil da Itália; os sulistas são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas da natureza, que os fez sulistas poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros, temperando esta sorte madrastra com a explosão puramente individual de grandes gênios, que são como as palmeiras solitárias num deserto árido e estéril” (GRAMSCI *EP*, 2004b, p. 409).

²⁰ O *Risorgimento* possibilitou a unificação italiana sob a dinastia da casa de Saboia. Desde os anos 1900 até a declaração da República, em 1946, a Itália foi governada pelo rei Vitor Emanuel III, com parlamento legislativo instituído. A proposta de Salvemini repousava em fazer do sul um Estado Federal, anexo a nação, mas provida de autonomia, haja vista que depositava na intensa clivagem entre norte e sul como a resultante direta do centralismo do Estado monárquico.

Experimentando direta e verticalmente o governo do primeiro ministro Giovanni Giolitti²¹ e as concessões para alavancar a política liberal na Itália (o protecionismo alfandegário concedido às indústrias nortistas, os tratados de comércio – fazendo do sul uma espécie de “mercado colonial” do norte) tendia a permanecer na base da formação pessoal e intelectual de Gramsci enquanto “sardo”. É somente em 1911, quando consegue uma bolsa de estudos pelo Colégio Carlos Alberto para cursar a Universidade de Turim²², que se verifica o início daquele processo de “*mutação genética*” em sua base de formação política e intelectual: o encontro com o comunismo crítico (embora não gradual), se dá exatamente por conta de sua *desprovincianização* – naquele momento, ainda provinciana “*ao quadrado e ao cubo*”.

Se a estada de Gramsci em Cagliari, junto de Gennaro, permitiu sua participação na Câmara do Trabalho (uma espécie de sindicato) e de suas reuniões, o exercício prático da atividade política é estimulado e colocado em movimento em Turim. Isso significa dizer que embora àquele socialismo defendido por Gramsci, baseado no autonomismo sardo salveminiano, e as inspirações idealistas, em larga medida absorvidas através de Croce, já pairassem em sua “atmosfera” política, é somente pelo contato com os operários nortistas que Gramsci iniciará a sua intervenção prática. Mas a “novidade” introduzida por Turim não repousava apenas na inauguração da atividade política prática do “sardo”: está concentrada, inclusive, no distanciamento de sua formação intelectual inicial e na aproximação com o pensamento marxista. Eis o **duplo movimento** assinalado por Turim na formação política de Gramsci: o início fértil de sua intervenção na vida política italiana como militante e o despertar para novas influências intelectuais, a contar de sua desaproximação do movimento idealista. Foi na capital piemontesa que pôde desenvolver seu fundamento de socialismo (não mais confundido e reduzido ao *sardismo*). É assim que encontrará nos Conselhos de Fábrica – durante o *biennio rosso* – a feita para expressar e traduzir o seu programa de transformação social (NERES, 2012). Para compreender esta inferência é necessário analisar de que maneira o desenvolvimento da formação política de Gramsci caminhou até desembocar na elaboração teórico e prática acerca do próprio movimento conselhistas.

²¹ Após décadas de disputa de intervenção católica na política italiana com o Estado liberal anunciando sua afirmação, o governo do primeiro-ministro Giovanni Giolitti representa exatamente a união da direção católica com o Estado liberal. O principal motivo para a referida aliança se deu pelo avanço das forças socialistas: católicos e liberais em proximidade para dar continuidade a própria política liberal (DIAS, 2000). Em realidade, Giolitti exerceu o cargo de primeiro-ministro por cinco vezes, demarcando a chamada “era giolittiana”: entre 1892-1893; 1903-1905; 1906-1909; 1911-1914 e 1920-1921.

²² Naquele ano no qual Gramsci concorrera, em 1911, haviam 39 bolsas de estudos disponíveis: 70 candidatos estavam inscritos para uma seleção que incluía a relação das notas obtidas no colegial, os exames escritos e orais. Nos resultados finais, o “sardo” ocupou o nono lugar (FIORI, 1979).

A sua chegada em Turim, em 1911, é marcada por sérias dificuldades financeiras e de saúde. Por conta deste cenário²³, Gramsci deixou de prestar alguns exames necessários na Universidade, em 1913. É neste período que também assiste a greve promovida pelos operários automobilísticos de Turim, iniciada em 19 de março daquele ano: durante 96 dias de greve, os trabalhadores organizavam reuniões nas praças públicas a fim de discutir os assuntos coletivos. Dois amigos de Gramsci trataram de estimular a sua participação naquelas reuniões gerais: Palmiro Togliatti e Angelo Tasca.

Através das ligações de Tasca com a seção socialista turinense, Gramsci tem seus primeiros contatos com o movimento operário organizado durante as greves de março de 1913. Naquela ocasião, juntamente com outros estudantes, entre os quais Palmiro Togliatti, escuta os discursos dos trabalhadores em agitação, a fim de compreender o sentido das suas reivindicações. Aqueles encontros lhe causam uma intensa emoção, suscitando nele a exigência de conhecer melhor os programas do Partido Socialista e da organização sindical (LAJOLO, 1982, p. 21).

A aproximação com Togliatti é facilmente observada: a condição de “sardo” de ambos tratava de possibilitar a simpatia entre os estudantes de Letras e de Direito. Tasca era o único já engajado na vida política; era filho de um operário socialista e militante do Partido Socialista Italiano. O contato com o mundo operário de Turim, estimulado em grande medida por Togliatti e Tasca, é o que permite Gramsci se *desprovincianizar para nacionalizar*, isto é: superar o *sardismo* por uma problematização nacional, de toda a Itália. Alguns elementos podem nos auxiliar na compreensão daquele processo de nacionalização de Gramsci. O **primeiro** deles é o seu retorno a Ghilarza²⁴, no ano de 1913, em meio a sua crise mais intensa em Turim. É nesta ocasião que pôde acompanhar, de perto, as novas eleições desenroladas por meio da ampliação do sufrágio²⁵ para a elegibilidade do parlamento italiano: era a primeira vez que as massas camponesas tinham a possibilidade de se inserirem no exercício do voto. É desta participação que Gramsci atentará para a política como via de mobilização e transformação. Ora, se a observação em torno das reivindicações dos operários automobilísticos no centro urbano de Turim denunciava a subjugação dos trabalhadores aos capitalistas industriais, o atento sob a luta dos

²³ “O frio, a desnutrição, o fato de não poder afastar-se dos estudos devido ao risco de perder a bolsa do Colégio Albertino, tudo isso acarretava um estado físico que alcançara, naquele momento, a precariedade extrema. E a solidão contribuía para agravar ainda mais esse mal-estar [...] Como em Santulussurgiu, durante o ginásio, vendia uma parte dos seus alimentos para comprar livros, agora, administrador pouco atento das 70 libras mensais da bolsa, era capaz de ficar sem dinheiro em troca dos livros que o atraíam” (FIORI, 1979, p. 104).

²⁴ Devido sua crise de saúde, retornou para a Ghilarza. Em consequência, “Em 1913 não pôde fazer os exames necessários para a confirmação da bolsa, mas conseguiu que ela não lhe fosse retirada, mas apenas suspensa, com a apresentação de um atestado médico: teria de recuperar os exames no prolongamento do período outonal, em março” (LEPRE, 2001, p. 19-20).

²⁵ No exercício do cargo de primeiro-ministro entre 1911-1914, Giolitti promoveu uma reforma eleitoral a fim de conter as forças “subversivas”: “A lei sancionada a 30 de junho de 1912 garantia a extensão do direito de ser eleitor, conservava o sistema uninominal e instituía o salário dos deputados. O eleitorado passava de 3 329 147 (9,5% da população) para 8 672 249 (24,5%). O golpe era importante: Giolitti aparecia como tendo ‘dado’ o sufrágio ampliado a nação” (DIAS, 2004a, p. 101).

camponeses do sul, feitos de sustento para o norte piemontês, denunciava uma situação semelhante: a classe despossuidora do norte também enfrentava as mesmas dificuldades que assolavam as massas camponesas pobres do sul. Esta inferência tratará de expandir o programa socialista gramsciano para além do *sardismo* e conferi-lo um caráter nacional. O **segundo** elemento presente para a apreensão da desprovincianização e nacionalização é sua filiação ao Partido Socialista Italiano. Se a observação da condição similar entre os trabalhadores do norte e os camponeses do sul evidenciou a necessidade de ir além daquele *sardismo* característico do pensamento salveminiano, a sua filiação é a inferência que denota o “*operar*” para ir-além, isto é: é pela atividade política que se torna possível a elaboração de um verdadeiro programa de transformação social que não se limite aos particularismos locais, mas, ao contrário, que assuma, antes, um caráter nacional. Assim é que dois pontos são fundamentais para se atentar quando do processo de desprovincianização do “sardo” e nacionalização de Gramsci: 1) para que o *sardismo* de juventude pudesse ser amadurecido, Turim e a aproximação com seu movimento operário foram as molas propulsoras. O ir-além de Gramsci em relação ao *sardismo* não significou o abandono de suas origens; pelo contrário, respondendo a condição semelhante dos operários do norte, estaria também dando respostas a sua própria ilha. Por esse motivo é que não se trata de um abandono do *sardismo*, mas de um **amadurecimento**; 2) do amadurecimento do *sardismo* de Gramsci também é desenvolvida uma nova fundamentação em torno do socialismo. Se o socialismo de juventude sarda se dedicava a defesa do autonomismo local, expressão direta do “rebeldismo sardo” em detrimento de toda a Itália e com tendência separatista, a sua filiação ao PSI dimensiona a preocupação de Gramsci com um programa que fosse capaz de abranger todo o país. Assim é que seu “novo encontro” com o socialismo se dá quando passa a observar a necessidade de união entre os camponeses meridionais e os operários setentrionais em contraposição aos industriais do norte e latifundiários do sul. Este era o “*novo*” programa socialista de transformação social *amadurecido* por Gramsci: “*novo*” porque se diferenciava daquele *sardismo* separatista e autonomista; *amadurecido* porque permanece aguerrido a sua origem: “[...] Gramsci não cortava as raízes territoriais, mas especificava a dimensão intelectual e política na qual buscava a explicação e perseguiria a solução para as angústias e os problemas específicos da Sardenha, lugar originário e indelével de sua tomada de consciência dos antagonismos sociais” (RAPONE, 2014, p. 64).

A nacionalização de Gramsci é, pois, um processo que se caracteriza pelo distanciamento da concepção comum de socialismo em torno do *sardismo* difundido entre a juventude sarda e pela sua elaboração de um programa de transformação social: um socialismo que contemple a transformação unitária de todo o país. É por esta premissa que Gramsci adentra e visualiza no Partido a possibilidade de elaboração concreta deste programa universal, isto é: nacional; da nação como um todo. Se é do amadurecimento do *sardismo* que permite Gramsci iniciar seu processo de “mutação genética” para

a aproximação com o pensamento marxista através da vivência no centro do movimento operário, a elaboração de um programa de transformação social e *nacional* é exatamente o primeiro indicativo desta inferência. Seu ingresso no Partido Socialista Italiano, demarcando a preocupação *nacional* de Gramsci, se faz, no entanto, de maneira contraditória: ao mesmo tempo em que o Partido sinalizava a necessidade de elaboração de um programa de transformação *nacional*, àquele programa (ou aquelas “vias” para se chegar ao socialismo) dominante no PSI não era compartilhado por Gramsci. Ora, o PSI era dominado por duas frações distintas e em constante disputa em seu interior²⁶: os reformistas e os maximalistas. Os reformistas, encabeçados pela bandeira de reformas sucessivas e graduais no cerne da sociedade burguesa moderna, sintetizavam o fundamento de *reformatar para conservar*. Na fração representativa reformista do PSI, podia-se atentar para uma “espécie” de confusão entre “reforma e socialismo”, numa efêmera concepção de que as reformas levariam a mecânica instauração da nova ordem societária. Os maximalistas, semelhantes em seu imobilismo político, permaneciam aguerridos a certa evolução do capitalismo para a sociedade socialista; a nova ordem societária era tomada como um fim inevitável e, por esta razão, atava-se a expectativa da grande crise do capital para a sua objetivação.

[...]era dominante entre os dirigentes socialistas italianos uma concepção positivista-evolucionista do marxismo; e essa concepção servia como uma luva para justificar ideologicamente a prática política imobilista, fatalista, que predominava então nas correntes em que se dividia a maioria do PSI. [...] os principais ideólogos do PSI entendiam a revolução proletária como o resultado de uma inexorável lei do desenvolvimento econômico: o progresso das forças produtivas, aguçando a polarização de classe e conduzindo a crises de tipo catastrófico, levaria fatalmente, em dado momento, a um colapso do capitalismo, com a conseqüente irrupção da insurreição proletária (COUTINHO, 1992, p. 4).

Pela influência do idealismo da formação de juventude de Gramsci é que ingressa no Partido combatendo o fatalismo e o imobilismo que acorrenta a ação concreta: se a sua formação intelectual e política valorizava à vontade e a *subjetividade* na condução da própria dinâmica histórica, o PSI era atravessado por frações internas (os reformistas e os maximalistas) que, na prática, estavam fixadas na imobilização de ação. Por esse motivo que, contraditoriamente, Gramsci adentra no Partido negando as vias pelas quais àquele socialismo estava pactuado. Se o processo de desprovincianização iniciado

²⁶ O Partido dos Trabalhadores Italianos foi fundado no Congresso de Gênova, em 1892, tendo como principal articulador Filippo Turati. A principal feita de organização do Partido consistiu na separação entre movimento anarquista e socialista. Em 1893, no Congresso de Reggio Emilia, o Partido recebeu o nome de Partido Socialista dos Trabalhadores Italianos. Em 1894, entra na clandestinidade e em 1895, em Parma, é realizado o III Congresso às espreitas, optando pela denominação definitiva de Partido Socialista Italiano (PSI). Os vários Congressos do Partido que se desenrolaram – a partir de então – permaneceram atravessados pela constante disputa entre reformistas e maximalistas.

pela aproximação com a classe trabalhadora de Turim possibilitou Gramsci amadurecer seu *sardismo* – atentando-se não mais para um movimento separatista, mas antes para a “união dos camponeses e dos operários” para a transformação do país –, as “vias” do socialismo, presente no interior do PSI, também não satisfazia o seu próprio “programa *nacional* de transformação social”, pois permanecia aprisionado no imobilismo prático e no fatalismo, trilhando o caminho para o socialismo pela via das “reformas superficiais” e/ou pela espera do “grande dia de transformação radical”. Assim é que, se Gramsci inicia o seu processo de desprovincianização pelo amadurecimento do *sardismo*, tornava a combater tanto o “*sardismo* puro” de juventude (àquele autonomista e separatista), quanto as “vias” para o socialismo, adotadas pelo PSI (imobilista). Já estava atento para a necessidade de elaboração de um programa de transformação social *nacional*, mas não encontrava nas “vias” do socialismo do PSI o elemento essencial para a sua operacionalização (naquele momento, para Gramsci, à vontade, construída e elaborada a partir de um trabalho de *penetração cultural*, como ele próprio desenvolverá mais adiante).

1.1.1 Nacional, mas “tendencialmente croceano”: socialismo e cultura entre 1914-1917

O ambiente intelectual e político de Gramsci em Turim, afora a sua filiação ao PSI em 1913, foi largamente envolto pelas leituras que travava: especialmente *La Voce*, de Giovanni Papini e de Giuseppe Prezzolini, e *L'Unità*, de Salvemini. Ambas eram inspiradas pela influência do movimento neoidealista, tão em voga na Itália daquele período. Na esteira desta proposta, o acompanhamento de Gramsci nas discussões travadas no interior da Federação Juvenil Socialista Italiana²⁷ (*Federazione Giovanile Socialista Italiana* – FGSI), da qual Tasca intervia ativamente, contribuiu para enfatizar o papel da cultura na criação da história. O principal debate da FGSI envolveu àquela necessidade de funcionar como uma “*preparação ideológica e cultural*” para o movimento socialista. A demasiada importância depositada na cultura para operar a revolução evidenciava o “espírito” da vontade na sua condução, em detrimento da espera do fim inevitável da própria revolução. Assim é que a cultura, traduzida pela preparação do *pensar* para a revolução, estava rompendo com a “espera natural” de substituição da ordem social (característica imobilista do próprio positivismo) e permeou diretamente a inspiração da FGSI e de seus jovens socialistas²⁸. As condições subjetivas pareciam se constituir na

²⁷ A Federação Juvenil Socialista Italiana foi fundada em Florença em 1903 e consistia numa organização dos jovens do Partido Socialista Italiano. A FGSI era responsável pela publicação do jornal *L'Avanguardia*, desde 1907, e era destinado a divulgar as ações dos jovens socialistas (MUSSI, 2014).

²⁸ Nos Congressos da FGSI, o forte embate entre Angelo Tasca e Amadeo Bordiga caracterizaram as distintas propostas de orientação da Federação. Tasca pretendia difundir pela via da cultura, a possibilidade de uma preparação ideológica e cultural para superar a crise interna do PSI (à época, dividido entre reformistas e maximalistas) e alavancar o movimento

condição para operar a própria objetividade: àquela inversão da ideia criando o real. Este era o fulcro dorsal com o qual Gramsci tomou contato e se aproximou por “desembarcar” na capital piemontesa com a sua bagagem neoidealista. A composição no Grupo Estudantil Socialista de Cultura, em 1914 promovido por Tasca, também fornece indícios para a restauração do ambiente intelectual e político de Gramsci em seus primeiros anos em Turim e trata de reforçar a influência “culturalista” de que recebe (MUSSI, 2014).

É de sua aproximação com a influência “culturalista”, mas ao mesmo tempo de aproximação com o movimento operário turinense que Gramsci vai tomando contato e estabelecendo relação com o pensamento marxista. Apesar do intenso contato com o culturalismo de Tasca e dos demais jovens socialistas, Gramsci incorpora a cultura de modo distinto: desde 1914 e, mais especificamente, desde 1916 (donde inicia a publicação enérgica de artigos nos jornais socialistas) toma a cultura a partir de sua **dimensão política**. Porquanto, afora a participação na FGSI e no Grupo Estudantil Socialista de Cultura, a sua primeira intervenção política prática na vida italiana se dá com a publicação, em 31 de dezembro de 1914, de *Neutralidade Ativa e Operante*, no *Il Grido del Popolo*. O artigo manifesta a sua posição em relação à participação da Itália na Primeira Guerra Mundial. Ao contrário da posição defendida por Tasca e pela direção do PSI, que se assentava na defesa da neutralidade absoluta, isto é, do apoio a passividade e a postura adotada pela II Internacional (de defesa dos países imperialistas), Gramsci compartilhava de uma *neutralidade ativa e operante*, àquela também defendida por Benito Mussolini²⁹ em artigo de mesmo nome, publicado em 18 de outubro de 1914 no *Avanti!* – pouco tempo depois da declaração oficial dos socialistas pela opção pela “neutralidade absoluta”, em 4 de agosto. A defesa da *neutralidade ativa e operante* era contrária à dos reformistas que colocavam o proletariado como espectador imparcial da luta de classes e o acorrentava ao imobilismo. Para tanto, Gramsci assinalava a necessidade de se passar da *neutralidade absoluta* para a *neutralidade ativa e*

socialista. Para Tasca, a cultura permitiria superar àquela crise interna e transformar os ideais (a base ideal do partido), tão necessária para a ação prática. A cultura aparece – para Tasca – como sobreposta a ação revolucionária, pois é dela que se torna possível elaborar uma consciência coerente com os fins. A sua proposta é, portanto, àquela que se diferia da fração reformista do PSI (alijados ao apoio do governo Giolitti) e da fração maximalista; apostava na “terceira via”: o caminho da preparação ideológica e cultural para a formação das consciências e transformação de ideais para a própria atividade prática socialista. Bordiga, ao contrário – acusando a proposta de Tasca como “culturalista” –, via na cultura apenas um meio para o fim revolucionário. A sua preocupação era centrar-se em conferir a FGSI e ao PSI um caráter, sobretudo, combativo e de luta antiburguesa: este deveria ser a centralidade do movimento socialista na Itália (MUSSI, 2014).

²⁹ Benito Mussolini ingressou no Partido Socialista Italiano quando tinha apenas 17 anos. Fundou, em 1909, o jornal *Lotta di Classe* e se tornou diretor do *Avanti!* entre 1912 e 1914. De início, os jovens socialistas – dentre eles, Angelo Tasca – admiravam a figura de Mussolini, sobretudo, por compor a ala esquerda do PSI (àquela que se opunha aos reformistas). “[...] eles [os socialistas] viram no diretor do *Avanti!* não só, pela idade, como fator de ruptura com as velhas gerações socialistas, e, pelo temperamento e a ação exercida, suscitador de mobilizações populares e determinação revolucionária, mas também e sobretudo como alguém que, como eles, colocava a serviço da política socialista a bagagem cultural nova em relação à mais cediça tradição do partido e inspirada na mesma sensibilidade diante do elemento volitivo, criativo, idealista da ação humana, em conflito com as influências italiana e europeias” (RAPONE, 2014, p. 73).

operante. A *neutralidade absoluta* era a manifestação direta do reformismo do PSI³⁰. A *neutralidade ativa e operante* é que possibilitaria evidenciar a guerra como um episódio que acentuaria a luta e o antagonismo de classe, isto é: salientaria os distintos interesses entre a burguesia e o proletariado. A *neutralidade ativa e operante* não aceitava a posição “neutra” adotada pela *neutralidade absoluta*, o que não significava dizer que apoiava a guerra; mas acabava por tomá-la como meio para alavancar o próprio projeto socialista: a guerra poderia funcionar como estopim para colocar em movimento o próprio proletariado. A defesa da *neutralidade ativa e operante* demarcava, portanto, duas inferências principais: 1) a crítica ao imobilismo da direção do PSI e; 2) a apoderação da guerra como via para despertar *o fazer da história* pelo próprio proletariado: era a tática “adversa e avessa” ao imobilismo dos reformistas da *neutralidade absoluta* (RAPONE, 2014; MUSSI, 2014). Gramsci vislumbrava,

Em resumo, que a burguesia faça a guerra e vá assim ao encontro do seu fracasso histórico: o proletariado, empurrando-a por este caminho, mas reafirmando ao mesmo tempo seu alheamento à guerra, apressar-lhe-á o fim, porque a obrigará a tornar evidente sua incapacidade, e a nação perceberá que só é possível sair do “beco sem saída” em que foi encerrada pela burguesia com uma mudança total da sociedade (RAPONE, 2014, p. 30).

Embora a interpretação de Gramsci seja inovadora em relação a guerra, demonstrou a intensa aguerrida ao fundamento neoidealista na medida em que tomava os revolucionários (os defensores da *neutralidade ativa e operante*) como àqueles que “[...] concebem a história como criação do próprio espírito, feita de uma série ininterrupta de rupturas amarradas às outras forças ativas e passivas da sociedade, e preparam o máximo de condições favoráveis para a *ruptura* definitiva (a revolução)” (GRAMSCI, 2004a, p. 48, grifo do autor). A história permanece como sendo criada e movida pelo *espírito*, numa valorização extremada da vontade (da ação) para o movimento da dinâmica histórica. Outrossim, a aproximação da defesa da *neutralidade ativa e operante* entre Gramsci e Mussolini passa logo a se esfumçar e a se colocar em evidência. Ainda que Mussolini afirme sua posição em relação a guerra, não a afirma como mola propulsora para potencializar o próprio movimento revolucionário. Apenas estimula a participação da Itália na guerra, tornando a convencer o PSI de sua proposta, visto que a burguesia estaria apenas cumprindo o seu “destino” e/ou a sua função histórica com a entrada

³⁰ “[...] para Gramsci o traço distintivo da mentalidade reformista parece ser a passividade, a tendência a se deixar arrastar pelo curso da história, em vez de esforçar-se para modificá-lo e orientá-lo através da iniciativa política. Na ‘cômoda posição’ da neutralidade absoluta, Gramsci vê [...] a tendência para abandonar-se a ‘uma posição de ingênua contemplação e renúncia budista aos nossos direitos’. O neutralismo dos reformistas resolve-se em absenteísmo, em alheamento do processo de fazer a história” (RAPONE, 2014, p. 26).

no conflito. A interpretação de Gramsci³¹, “*se interpretou bem*” (como ele próprio diria), buscou, em realidade, pontos de apoio no desenvolvimento da argumentação de Mussolini, isto é, empenhou-se por buscar “[...] nas palavras de Mussolini todo e qualquer pretexto que corrobore sua interpretação e seus propósitos” (RAPONE, 2014, p. 39). Mussolini, ao contrário, procurava – muito mais – alertar a necessidade de intervenção da Itália na guerra (a necessidade da *neutralidade ativa e operante*) para demonstrar que a ausência intervencionista da monarquia e de seu governo no conflito, abriria espaço para o desabrochamento do movimento socialista. Este fundamento se torna mais evidente a partir de sua expulsão do PSI em 24 de novembro de 1914, da renúncia da direção do *Avanti!* e da fundação do *Popolo d'Italia*, demarcando o distanciamento – de maneira mais profunda – entre Gramsci³² e Mussolini, passando posteriormente também o “sardo” a extrema convicção de combate a própria guerra (RAPONE, 2014).

É a partir da Primeira Guerra Mundial que Gramsci inicia o seu processo de **distanciamento** com suas fontes iniciais: sobretudo, Croce e Gentile. Enquanto os intelectuais neoidealistas atribuem um caráter *cultural* a natureza da guerra, isto é, valorizam o conflito como o “[...] antagonismo entre culturas e civilizações diferentes, ou entre fés opostas [...]” (LOSURDO, 2011, p. 57) e como o “[...] confronto entre visões opostas do mundo, entra cultura alemã e cultura francesa, ou entre civilização germânica de um lado e civilização latina e anglo-saxã de outro” (LOSURDO, 2011, p. 50-51), a lente de Gramsci se atenta para o pano de fundo *político-social* no desencadeamento da guerra. Enquanto Croce e Gentile se dedicavam ao intervencionismo sobre a justificativa da defesa nacional, Gramsci atentava para a não participação na guerra pelo signo de alijamento à burguesia, visualizando, pois, a guerra sobre o signo da luta de classes. Apesar do distanciamento iniciado não ser percebido de início por Gramsci, tornará a se expressar de modo mais preciso com a Revolução Russa, donde caminhará no sentido de assimilação da relação “objetividade/subjetividade”. Na verdade, o ponto culminante que contribuiu para o afastamento definitivo entre Gramsci e os neoidealistas foi a aproximação de Croce e de Gentile ao fascismo. Ao mesmo tempo desta aproximação, Gramsci também se engajara ao processo de corporificação do marxismo pela via da herança leniniana e trilha a absorção bastante acentuada da influência soreliana (LOSURDO, 2011).

³¹ Salvemini, figura intelectual sarda da qual Gramsci inspirou-se de início, já assinalava um distanciamento entre o próprio Gramsci. Enquanto a divergência com Mussolini se intensificava e Gramsci colocava-se hostil e contrário a participação da Itália na guerra, Salvemini defendia a intervenção do país, dado que pretendia “impor pelas armas” o fim do capitalismo, assumindo um caráter chauvinista – daí é que sai do PSI em 1911, funda a *L'Unità* e chega a se alistar para combater no conflito. Apesar da divergência no campo intervencionista com Gramsci, Salvemini também se opõe duramente – semelhante a Gramsci – ao fascismo na Itália, denunciando o seu regime (LOSURDO, 2011).

³² Do “mussoliano inicial”, isto é, de intervencionista/nacionalista a favor da guerra, Gramsci passará a sua oposição: “[...] em 1916, de fato, o jovem sardo participava de modo pleno e convicto da oposição à guerra, e os artigos que desde o fim do ano anterior escrevia nos jornais socialistas, não raro polêmicos precisamente contra os correspondentes turinenses do *Popolo d'Italia* [...], dão um amplo testemunho disso” (RAPONE, 2014, p. 47-48).

O período subsequente – do final do ano de 1914 e início de 1915 – foi extremamente difícil para Gramsci: não conseguiu prestar todos os exames institucionais necessários e teve a sua bolsa do Colégio Albertino suspensa por quatro meses. Para garantir as condições mínimas de seu sustento teve de se dedicar ao trabalho de aulas particulares. Prestou seu último exame em 13 de abril de 1915: os estudos universitários foram interrompidos a partir de então. É também neste período que, em maio do mesmo ano, a Itália anuncia sua entrada na Primeira Guerra Mundial. Gramsci se encontrava sem os “velhos amigos”: Tasca, Togliatti e Terracini (também colega de universidade) foram chamados para o combate no conflito, logo após o seu início. Superada a intensa crise que o abateu nos fins de 1914 e 1915 (decorrente do afastamento dos estudos institucionais e das relações com a sua família e seus amigos), o interesse de viver como “combatente” no centro do movimento operário despertará uma nova inferência na vida de Gramsci: àquela que se abre com sua própria dedicação ao trabalho **jornalístico**. Gramsci entendia que o “[...] socialismo era a resposta a todos os problemas, inclusive os pessoais, que o angustiavam; era a solução da crise. De fato nascia nesse período, entre o final de 1915 e o início de 1916, o ‘revolucionário profissional’” (FIORI, 1979, p. 125). Passará a contribuir como redator na seção turinesa do *Avanti!*, sendo responsável pela coluna “*Sotto La Mole*”, e no *Il Grido del Popolo*. Na coluna do *Avanti!*, em “*Sotto La Mole*”, se dedicou, de início, a publicação de crônicas que retratavam os aspectos da vida cotidiana turinesa: “[...] se dirigiam especialmente contra os representantes do positivismo na vida intelectual do Piemonte e, como alternativa, projetava a necessidade de fundir, em um único campo teórico, o socialismo e o pensamento neoidealista” (MUSSI; BIANCHI, 2017, p. 271).

A pretensa “fusão” do socialismo com o pensamento neoidealista pode ser observada a partir da retomada da temática da **cultura**. É com as publicações de Gramsci no *Il Grido del Popolo* que se observará, com maior destaque, esta discussão. O artigo *Socialismo e Cultura* – de 29 de janeiro de 1916 – é manifestação direta daquela “fusão”. Nele, Gramsci afirma a cultura como distinta daquela “acumulação de saber enciclopédico”, isto é: a cultura não significa a detenção extremada do saber de dados empíricos e de conhecimentos acumulados; a cultura não é intelectualismo. Se for tomada a partir desta perspectiva se reduz aos limites da cultura burguesa – àquela que é estática, a-histórica e incorporada sem crítica. Portanto, a principal inferência que Gramsci desenvolverá neste período é o tratamento da cultura como **crítica**. Implica em construir uma nova cultura (a cultura socialista) que se diferencie da cultura burguesa – base para a construção de uma nova ordem social. Assim é que, sendo elaborada a partir dos acontecimentos sociais e políticos, isto é, considerando o conhecimento acerca da dinâmica histórica e da própria sociedade burguesa, o proletariado tem de se diferenciar da

burguesia para a produção de sua identidade de classe. É nesta diferenciação que poderá *conhecer-se a si mesmo, reconhecer seu valor histórico*³³ porque conquistou uma *consciência superior*. Cultura é a apropriação do *eu interior* que não se dá por evolução espontânea (e aí a crítica sob o PSI), mas sob reflexão continuada. Se a Revolução Francesa foi precedida do Iluminismo (revolução magnífica por ter internacionalizado a consciência unitária em torno do espírito burguês), também o socialismo deve preceder de um intenso *trabalho cultural*, isto é, de crítica e de reflexão em busca da formação da consciência unitária do proletariado (GRAMSCI *EP*, 2004a). É assim que a noção de cultura de Gramsci se diferencia de Tasca (e dos jovens socialistas da FGSI) e de Bordiga. Para Tasca, a cultura deveria se somar ao mero *pensamento*, preparar o *pensar*; para Bordiga, a cultura não deveria ser a intervenção central dos socialistas, mas antes as preocupações com as necessidades reais da classe – daí que sua postura *anticulturalista*. Gramsci, com esta elaboração (já desde 1916), evidencia que a cultura não deixou de ser pensada na imbricação com a política: a cultura é um *pensar para a ação*. Diferente de Tasca, não é saber que se soma para o *pensamento*, mas do pensamento para a condição para a *ação*. Cultura é possibilidade de conhecer para *transformar*. Aqui, ainda que o nexos “cultural-política” já esteja demarcado, se desenvolverá nos anos posteriores. A influência neoidealista de sua origem ainda permanece com ressonâncias no “sardo”: a valorização extremada da subjetividade, já herdada de Croce, se alia ao combate ao determinismo do PSI, isto é: a espera do “fim inevitável” da revolução dos maximalistas e as reformas superficiais dos reformistas conduziam o partido a própria passividade. Em nome do combate a este “determinismo socialista” do partido, Gramsci acentuava a sua ênfase na valorização da *vontade* – “[...] movimento concreto do pensamento que conduz à ação e vontade transformadas” (MUSSI; BIANCHI, 2017, p. 276).

Os contornos mais sólidos em relação ao tema e a explicitação de sua formação inicial serão apresentados em *La Città Futura*, jornal porta voz da Federação Juvenil Socialista Italiana, publicado em 11 de fevereiro de 1917, em número único e escrito e editado por Gramsci. Desde fins de 1916, além de redator, o jovem “[...] saía cada vez mais dos limites da sala de redação” (FIORI, 1979, p. 131) para proferir conferências nos círculos operários de Turim: o seu contato com os trabalhadores nortistas se tornava mais intenso. *La Città Futura*, redigido em único número, servia como estímulo ao movimento socialista e como convite para a reflexão no entorno dos limites em que o socialismo italiano esbarrava. Evidenciar a redação do jornal *La Città Futura* por Gramsci é fundamental para demarcar a matriz cultural de que tinha contato: a menção de trechos selecionados de autores como

³³ “Conhecer-se a si próprio supõe adquirir consciência das relações vividas; significa retomar a história e reinterpretá-la, liberando-se de preconceitos e de toda posição dogmática, formando uma consciência clara das distinções de classe para, distinguindo-se, firmar a identidade de classe [...] Esse é o trabalho a ser realizado nas instituições criadas pelos trabalhadores. A cultura é crítica e construção de um projeto político instaurador de uma nova ordem social e, como tal, se produz no encaminhamento das ações quotidianas [...] na união e solidariedade na ação” (SCHLESENER, 2002, p. 53).

Salvemini (“*de que todos deveriam ler*”), de Croce (“*o maior pensador da Europa atual*”) e de Gentile (“*aconselhava-se a leitura e meditação*”) indicavam, como recordará mais adiante, de que Gramsci era “*tendencialmente croceano*”. O artigo é uma recusa a ala reformista do PSI; aos indiferentes: “A indiferença é o peso morto da história” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 84). O fazer na história é, em igual proporção, determinado pela vontade. A abdicação da própria vontade é fatalidade; é absentéismo e é não fazer a história. Aqui, novamente, é possível se visualizar o reforço do papel da vontade como condicionante da própria dinâmica histórica, resgatando a intensa influência neoidealista do início do século. É exatamente por este fundamento que Gramsci criticava – largamente – a incapacidade do socialismo italiano (em particular, do PSI) de se lançar a história, isto é: a sua crítica permanecia repousando sob o imobilismo prático do partido (GRAMSCI EP, 2004a). *La Città Futura* foi, direta e verticalmente, a dedicação de iniciar o processo de “**penetração cultural**” para o desenvolvimento da ação socialista: exatamente àquela necessidade de “penetração cultural” já atentada em *Socialismo e Cultura*. A edição de *La Città Futura*, redigida por Gramsci, recebeu críticas no interior do partido e mesmo no movimento juvenil socialista³⁴. Foi acusado de intelectualismo por redigir um número editorial pouco compreensível para leitores proletários. Para Gramsci, no entanto, a importância da penetração cultural deveria incidir sob seu conteúdo formativo e não em sua linguagem informativa (MUSSI; BIANCHI, 2017; RAPONE, 2014). O dado original “trazido” por Gramsci na discussão da cultura seria exatamente este: uma educação das consciências que não se reduza apenas aos círculos intelectuais, mas antes que abranja o *público*, isto é: a massa. Por esse motivo é que, apesar da atenção destacada da vontade e da cultura no fazer da história, a própria cultura também era, para Gramsci, política: possibilidade de fazer *conservar* ou *transformar* a própria dinâmica histórica. Assim é que, embora o nexa cultura-política não tenha se afluído de modo explícito nas formulações de Gramsci, a Revolução Russa fornecerá o alicerce para o deslocamento de suas influências intelectuais e para a aproximação com o pensamento marxista: momento donde o nexa “cultura-política”/“subjetividade-objetividade” pôde se delinear com maior nitidez.

1.2 A REVOLUÇÃO RUSSA: IDEALISMO E MARXISMO

Se Gramsci permaneceu politicamente distante da Rússia até então, a eclosão da Revolução no leste em fevereiro, chamou a atenção do jovem ainda croceano. A carência de informações exatas e,

³⁴ “Um dos maiores expoentes no plano nacional do movimento juvenil socialista, Nicola Cilla, diretor do *Avanguardia*, o órgão de imprensa da organização, em carta aberta aos companheiros piemonteses, julgou *La Città Futura* uma publicação para iniciados [...] os expoentes da tendência revolucionária [...] [nutriam] pronunciada desconfiança em relação a quem demonstrava instrução e cultura, afirmando que as lições da vida valiam bem mais do que as da teoria” (RAPONE, 2014, p. 85).

em grande medida, a distorção dos acontecimentos, não permitiam uma visão clara da situação atual da Rússia na Itália. O primeiro artigo de Gramsci sob a conjuntura russa foi publicado em 29 de abril de 1917 no *Il Grido del Popolo* e intitulado de *Notas sobre a Revolução Russa*. Nele, Gramsci podia visualizar que a Revolução Russa consistiu num ato proletário, dado que, **diferente do jacobinismo** da França, não havia instaurado um governo para a minoria. O jacobinismo aqui é tratado como um “fenômeno puramente burguês”. Assim é que, recusando o *jacobinismo burguês*, Gramsci afirmava que a Revolução Russa foi um “ato de cultura”, pois incidiu “sobre os costumes e sobre a moral”. É certo que Gramsci ainda não havia identificado a revolução de fevereiro como revolução conduzida pela burguesia liberal russa, que se apossou do assento no governo provisório constituído. Sua leitura atentava-se para a revolução russa como a promulgação de uma nova cultura: para além da conquista do poder, a revolução evidenciou a criação e a conquista de novos costumes, criando uma atmosfera moral que promoveu a *liberdade do espírito* (GRAMSCI EP, 2004a). O fundamento implícito – atravessado pela continuidade de suas influências intelectuais – repousava na revolução russa como expoente que demarcou a ação do proletariado na história. Na esteira dos argumentos desenvolvidos, a influência direta de Georges Sorel³⁵ é possível de ser identificada. Dele, Gramsci trata de absorver a necessidade de se atentar para a força moral e intelectual do próprio proletariado, capaz de colocar-se de forma ativa na dinâmica história (e, neste caso, na revolução russa) por meio de sua própria *auto atividade*, sem contar com a direção política de uma “minoria intelectual”. Assim é que o elemento **espontâneo** das massas está bastante presente em seu centro de discussão e do qual Gramsci absorveu em mote: o *espontaneísmo* da ação política é, por si só, *uma atitude revolucionária*. Em Sorel, a sua estratégia revolucionária se sintetizava no sindicalismo revolucionário. Tomando que a conquista do Estado não seria o objetivo final, mas a própria liquidação da estrutura estatal, o *meio* para operar esta feita seria possível através da própria organização sindical. Refutando a forma de organização pela via do sistema parlamentar e dos partidos políticos – por considerar que o proletariado não almeja o poder político, mas antes sua própria destruição –, Sorel deposita no sindicalismo o papel tático para alavancar a revolução: o sindicato é organização proletária *oriunda da fábrica* e não está submetida ao comando dos “intelectuais”, como é típico dos partidos. A consciência revolucionária se formaria de forma *espontânea* a partir da luta direta das massas, isto é: o próprio ambiente em que o operário

³⁵ Georges Sorel, francês e teórico do sindicalismo revolucionário, fez parte do movimento revisionista em curso do final do século XIX e início do século XX. “Uma das particularidades do revisionismo soreliano se encontraria no fato de se colocar na corrente contrária das ‘revisões’ empreendidas pela social-democracia alemã, fosse com relação à adequação dos princípios teóricos do marxismo para fazê-los condizer com a então já consagrada prática eleitoral e de atuação parlamentar do Partido Social-Democrata (Bernstein), fosse com relação à influência positivista e cientificista que inspiraria a considerar o socialismo como uma marcha histórica ‘necessária’ em termos de desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista (Kautsky)” (GALASTRI, 2015, p. 97).

está imerso propicia as condições para as massas se rebelarem e se manifestarem *espontaneamente* (sem direção intelectual externa). A principal ferramenta a ser utilizada pelos sindicatos para operar a revolução seria a própria greve geral, daí o mito da greve geral incentivando a ação revolucionária. Com “mito”, Sorel pretendia evocar um “*sistema de imagens*”, produzindo uma simbologia coletiva (no imaginário) capaz de estimular e produzir ações concretas. Assim é que, o “mito” da greve geral, representaria um estímulo para a ação revolucionária do proletariado combativo: a greve geral seria capaz de produzir um impulso para a luta dos trabalhadores (DEL ROIO, 2017; GALASTRI, 2015).

Em Gramsci, a influência de Sorel também torna a se refletir sob o *antijacobinismo* pactuado. A experiência russa se distanciava da Revolução Francesa³⁶ na medida em que tratava de anunciar um programa de penetração cultural do proletariado: exatamente àquele fundamento já desenvolvido entre 1916 e início de 1917 acerca da necessidade de formação de sua consciência unitária (MUSSI; BIANCHI, 2017). Nota-se os esforços de Gramsci para articular a Revolução Russa à construção de uma nova ordem social. Esta construção, no entanto, se faria mediante as próprias condições subjetivas propiciadas: é a “*instauração de uma nova consciência moral*” que possibilitaria erigir a nova ordem. Seu primeiro contato com os acontecimentos de 1917 se deu a partir de sua *tendência croceana*, isto é: interpretou a revolução através de uma via idealista cuja valorização extremada da subjetividade se traduzia pela leitura apaixonada – de peso na vontade e desarticulada das condições objetivas – de inspiração advinda dos clássicos do marxismo idealista na Itália (Croce e Gentile), com inferências a Sorel. Por esse motivo é que a construção de uma nova ordem social, para Gramsci, estava articulada a elaboração de uma nova *consciência moral*, evidenciando a subjetividade como condicionante da transformação objetiva da sociedade: ainda neste momento, as condições objetivas não apareciam de modo articulado a subjetividade para possibilitar o desenvolvimento da própria práxis. Ao contrário, a própria aposta na subjetividade (na vontade e na ação) – como havia demonstrado os bolcheviques na Rússia – era o suposto que permitia dinamizar a própria história (COUTINHO, 2017); era o que permitiria “[...] realizar o socialismo a qualquer momento” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 106) – esta era a feita que Lênin e seus companheiros bolcheviques haviam compreendido. Em artigos posteriores, a exemplo de *maximalistas russos*, publicado no *Il Grido del Popolo* em 28 de julho de 1917, Gramsci torna a insistir neste fundamento: o socialismo parecia proceder não de uma transformação concreta

³⁶ “Enquanto a Revolução Francesa centralizou-se principalmente no processo jurídico de instauração da nova ordem, que foi apoiada pelo movimento popular cuja força e empenho acabaram não sendo contemplados, a Revolução Russa organizou-se a partir de novas forças sociais emergentes na massa de trabalhadores e soldados, os quais assumiram o comando do movimento insurrecional e político [...] Existem alguns elementos [...] que acentuam a diferença fundamental da Revolução Russa em relação ao processo revolucionário francês: o caráter universal do movimento russo, que eleva e unifica as massas em torno de uma nova concepção de mundo e um novo modo de vida” (SCHLESENER; LIMA, 2017, p. 49).

e objetiva da estrutura social, mas antes da capacidade de se exteriorizar a subjetividade, a ideia – daí que “o socialismo fosse capaz de se realizar a qualquer momento”, visto que dependeria em primeiro plano da vontade subjetiva para sua concretização. Novamente, o socialismo é *consciência subjetiva objetivada* ou, como diz Coutinho (2017), recusa da “*determinação estrutural em nome da vontade abstrata*”³⁷. A inspiração soreliana permanece atravessada em seus escritos na medida em que insiste que na Rússia não há sinal de jacobinismo³⁸, isto é, de minoria despótica, mas, se configura, de fato, em “*revolução proletária*” por “[...] converter seu pensamento [do proletariado] em força atuante na história” (GRAMSCI *EP*, 2004a, p. 106).

Em agosto, o movimento turinense³⁹ desenrolado entre os dias 22 e 26 daquele ano, devido à escassez de alimentos e luta pelo fim da guerra, resultou na prisão de grande parte dos dirigentes do PSI. É a partir deste contexto que Gramsci passa a assumir a Comissão Executiva Provisória da seção turinesa do PSI e a direção do *Il Grido del Popolo*. Na Rússia, enquanto o governo provisório tentava superar a crise que o abateu por meio da coalizão de Kerensky com o general Kornilov (para reprimir os bolcheviques, “acusados de aliados dos alemães”, e reestabelecer a ordem), Gramsci escreveu dois artigos em setembro de 1917. O primeiro, *A Rússia é socialista*, datado de 15 de setembro, consistiu em uma breve análise da intervenção militar de Kornilov. Permanecia insistindo que em sete meses (de fevereiro a setembro), o povo russo havia passado por uma experiência de “penetração cultural” que a própria onda reacionária (episódio de agosto de 1917) não podia deter o socialismo no país. “A Rússia é socialista. O fermento socialista tomou conta das massas” (GRAMSCI *EP*, 2004a, p. 113). As informações adquiridas da Rússia na Itália permaneciam distorcidas na leitura/ótica de Gramsci: no artigo *Kerenski-Tchernov*, datado de 29 de setembro de 1917, destaca que Kerensky representou uma fonte de equilíbrio enquanto o proletariado ainda se encontrava frágil e não tinha conhecimento de todo o seu poder (BIANCHI; MUSSI, 2017).

Era ainda um enxame de indivíduos isolados, que não se compreendiam uns aos outros, que ainda não se haviam organizado espiritualmente em torno de uma idéia

³⁷ A “[...] inclinação pelo marxismo de viés idealista [de Gramsci] era uma reação ao economicismo positivista dominante nos meios políticos-culturais socialistas do início do século [...] Sua resposta à tese das condições objetivas da revolução proletária era, naquele momento, a valorização das condições subjetivas: a vontade, a moral, a paixão revolucionária [...]” (COUTINHO, 2017, p. 129-130).

³⁸ Apesar da negatividade comportada nos escritos iniciais em torno da categoria do jacobinismo (sinônimo de fenômeno burguês), sofrerá grande alteração no delongar do tempo. Através de novas reflexões, Gramsci a reformulará nos *Quaderni del Carcere*, quando da revisão de suas influências intelectuais de juventude.

³⁹ “A pregação contra a guerra vinha intensificando-se há alguns meses. Já havia criado raízes no sentimento popular a tese de que era preferível ao proletariado perder 500 dos seus em uma batalha pela causa dos trabalhadores do que permitir o sacrifício de 10 mil contra os alemães no interesse exclusivo da burguesia. E nas fábricas, onde a disciplina era controlada por um representante do exército e vigorava o código penal militar de guerra, o sofrimento dos operários aumentava dia a dia” (FIORI, 1979, p. 137).

clara e concreta, que ainda não se haviam organizado materialmente em torno de um programa de ação claro e concreto (GRAMSCI EP, 2004a, p. 114).

Os sete meses cuja a revolução estava se estendendo possibilitou a organização do próprio proletariado. Instaurou, em primeira instância, a liberdade do pensamento e da ação – condição que permitiu a classe trabalhadora se reconhecer e se organizar. Gramsci identificava Kerensky como o penhor desta feita: a burguesia não pôde impor sua ditadura porque o proletariado (forte, organizado a partir de intensa propaganda dos bolcheviques) havia transformado o “*caos em cosmo*” e instaurado a “*disciplina consciente*” e a “*consciência coletiva das próprias forças e da própria missão*”. Por esse motivo é que Kerensky não é mais útil para o atual estágio, “[...] E o proletariado russo, agora forte, disciplinado, consciente, prepara-se para sucedê-lo” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 115).

O episódio de agosto, expresso pelas reivindicações das massas contra a guerra, intensificou a crítica de Gramsci aos dirigentes do PSI. A falta de apoio do partido as manifestações de agosto de 1917 e, posteriormente, a publicação de Felippo Turati e de Claudio Treves (representantes da fração socialista no parlamento italiano) na revista *Critica Sociale*, assumindo uma “postura nacionalista”, defendendo a pátria e distanciando-se da *neutralidade absoluta* do início da guerra, fez Gramsci se aproximar da fração intransigente revolucionária, constituída em agosto e cuja a reunião clandestina foi realizada em novembro a fim de debater sobre a “orientação futura do partido”. Os intransigentes revolucionários, também apoiados por Bordiga, assinalavam a necessidade do proletariado de agir no próprio contexto da guerra, postulando sua maior intervenção na história⁴⁰. É neste contexto que, em novembro (do calendário gregoriano), os bolcheviques tomam o poder pela Revolução de Outubro. O artigo redigido por Gramsci no calor dos acontecimentos e de grande polêmica é de 24 de dezembro e intitulado de *A Revolução contra o Capital*. Nele, Gramsci não deixa de expressar seu combate ao determinismo econômico e ao evolucionismo. À época, *O capital* de Karl Marx era evocado a fim de demonstrar que a revolução, na Rússia, não seria possível porque a queda do *czarismo* deveria ser sucedida pela burguesia – única classe social capaz de desenvolver as forças produtivas e criar as condições objetivas para a transição à sociedade socialista. É exatamente em nome destas tendências *evolucionistas* e *deterministas* que Gramsci expressa a sua influência idealista: a “[...] revolução dos bolcheviques se baseia mais em ideologias do que em fatos. Ela é uma revolução contra *O capital* de Karl Marx” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 126). Para Gramsci, o “caso” da Rússia não obedeceu ao

⁴⁰ “A proposta de dar vida à Associação de Cultura e a da formação do Clube de Vida Moral [por Gramsci] nascem naquele período, concomitantemente com o encontro florentino, precisamente desta sensibilidade toda particular ao problema da renovação espiritual do sujeito político, e assinalam o duplo registro da ação de Gramsci no momento da sua entrada na luta de tendências em curso no PSI no plano nacional, o nexos que ele estabelece entre programa político e intensificação da vida moral” (RAPONE, 2014, p. 103).

esquema rígido de capitalismo-socialismo previsto por Marx, haja vista que o país não havia passado por um grande processo de desenvolvimento burguês e, apesar desta premissa, o socialismo se tornou possível. Este feito é a prova de que, segundo Gramsci, a vontade é capaz de se constituir na mola propulsora para a transformação da realidade objetiva; é a própria prova de que “[...] os bolcheviques renegam algumas afirmações de *O capital* [...] [e] não constituíram a partir das obras do Mestre uma doutrina rígida, feita de afirmações dogmáticas e indiscutíveis” (GRAMSCI *EP*, 2004a, p. 117).

Apesar da tendência idealista, o referido artigo demarca o início do **marxismo de Gramsci**. Para Rapone (2014) e Coutinho (2017), Gramsci já era, nesta época e a sua maneira, um marxista. Ora, se “os bolcheviques renegaram algumas afirmações de *O capital*”, não renegaram todo o pensamento marxista, pois viveram o próprio pensamento marxista, “*que é aquela que não morre nunca*”. O que Gramsci pretendia evidenciar em sua leitura era destruir as *incrustações deterministas* (fundamento econômico tomado como *ordem única determinante* dos processos sociais) e *evolucionistas* (esquema rígido para todas as formações sociais) que o próprio marxismo estava imerso. Para ele, o marxismo não poderia se resumir a um “dogma rígido e incontestável” para explicar todas as realidades sociais. A utilização do fundamento teórico-metodológico do marxismo a partir da incrustação determinista e evolucionista (donde o capitalismo era tido como ordem social que necessariamente deveria anteceder o socialismo) contribuía para minar a legitimidade da Revolução Russa. Assim é que, na defesa dos bolcheviques e da revolução, Gramsci canalizava os esforços para desmitificar a leitura do marxismo como um esquema rígido⁴¹, isto é: como *doutrina pré-definida*. Os bolcheviques na Rússia provaram que o próprio marxismo não é *determinismo* e *evolucionismo*; comporta – já em si mesmo – o sujeito como determinante na criação/realização da história (RAPONE, 2014). Para o “sardo”,

[...] esse pensamento põe sempre como máximo fator da história não os fatos econômicos, brutos, mas o homem, a sociedade dos homens, dos homens que se aproximam uns dos outros, entendem-se entre si, desenvolvem através destes contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adequam à sua vontade, até que essa vontade se torne o motor da economia, a plasmadora da realidade objetiva, a qual vive, e se move, e adquire o caráter de matéria telúrica em ebulição, que pode ser dirigida para onde a vontade quiser, do modo como a vontade quiser (GRAMSCI *EP*, 2004a, 127).

⁴¹ “[...] Gramsci escolhe agir em defesa e em apoio aos bolcheviques, movimentando-se no próprio terreno do pensamento de Marx, opondo àqueles que se apresentam como os intérpretes mais autênticos e ortodoxos das suas doutrinas uma leitura diversa, que naturalmente deve deslocar a ênfase para o espaço de iniciativa e liberdade da vontade humana em relação ao ambiente econômico-social. Quanto mais os adversários socialistas do bolchevismo agitam o argumento do materialismo, tanto mais Gramsci sente-se na obrigação de provar que a concepção histórica de Marx não pode ser encerrada no espaço do determinismo econômico” (RAPONE, 2011, p. 309).

O marxismo, a maneira de Gramsci, não deixava de comportar elementos materialistas. Estes traços se apresentavam na medida em que compreendia que a transformação da realidade objetiva comportava, necessariamente, a determinação subjetiva: tratava-se de transformar o pensamento em “força atuante na história”. A *preocupação material* de Gramsci podia transparecer por intermédio da atenção dada as condições necessárias para se operar a revolução das *condições materiais* (isto é: da realidade). Vê-se que a transformação *da vontade em ação* é o núcleo de sua preocupação central: é donde pode se expressar seus elementos materialistas. Seu idealismo, no entanto, permanecia em seu “horizonte de análise”. Na proporção em que o pensamento e a vontade eram dotados de autonomia em relação a realidade, o próprio pensamento aparecia como instância que determinaria e permitiria sua transformação, atentando-se para uma relação quase que automática entre o pensamento/vontade e a transformação objetiva da realidade, sem considerar dialeticamente o terreno objetivo por via do qual o próprio pensamento e a própria vontade se processa (COUTINHO, 2017).

Gradativamente, os argumentos iniciais – sintetizados pela defesa de que a Revolução Russa consistiu num “[...] ato quase que espontâneo de vontade coletiva, muito mais do que demonstração de alguma lei do desenvolvimento histórico possivelmente descoberta por Marx” (DEL ROIO, 2017, p. 113) – passam a se modificar, caminhando na assimilação do pensamento marxista. Se até final de outubro (no calendário juliano) e novembro (no calendário gregoriano) de 1917, Marx não figurou de maneira incisiva no horizonte intelectual de Gramsci, em 1918 torna-se a observar o próprio processo de aproximação. O que é importante destacar é que Gramsci lê Marx com a finalidade de extrair não uma ortodoxia, mas para dar respostas e extrair estímulos para o movimento socialista de seu país⁴². A série de artigos posteriores, redigidos entre 1918-1919 evidenciam a relação que foi estabelecendo com Marx e indicam modificação naquela autonomia absoluta da vontade em relação a realidade objetiva. Na verdade, até final de 1917 e o início de 1918, a Revolução Russa, vista por Gramsci, era uma reafirmação de seus fundamentos teóricos, procurando enquadrar o processo revolucionário do leste a partir de suas influências intelectuais, ressaltando a formação da consciência moral e os novos costumes criados com e pela revolução. Somente a partir de 1918, com o fechamento da Assembléia Constituinte pelos bolcheviques e a expansão dos *soviets*, é que passará a tomar a Revolução Russa e o bolchevismo como ponto de referência para extrair lições desta experiência para o cenário italiano.

Polemizando com Claudio Treves em *A crítica crítica*, de 12 de janeiro de 1918 no *Il Grido del Popolo*, Gramsci acusa o reformista de reduzir a doutrina de Marx a uma “*lei natural*” e, por isso,

⁴² “A insistência no nexos original entre idealismo e marxismo ou o uso de expressões de cunho idealista [...] para representar o fator subjetivo dos processos históricos não indicam que Gramsci se deteve nas posições da formação cultural inicial, mas são seu modo de buscar soluções para os problemas teóricos que considera mais prementes precisamente no âmbito do espaço teórico-político em que se colocou depois do encontro com o bolchevismo e que se resumem na constituição intelectual do sujeito como ator revolucionário” (RAPONE, 2014, p. 322).

acaba por torná-la uma “*doutrina da inércia do proletariado*”. O marxismo para Gramsci não deveria funcionar como uma “*hipoteca sobre o presente e o futuro*”⁴³, isto é, como lei invariável descoberta por Marx e aplicada de modo indistinto. Para ele, o marxismo comporta à vontade, mas esta mesma vontade também se aflora ou se minimiza conforme as “*condições do ambiente histórico*”. A guerra, por exemplo, havia alterado exatamente essas condições que – por sua feita – são “*fatos econômicos*” (GRAMSCI EP, 2004a). Observa-se o deslocamento dos argumentos de Gramsci na medida em que passa a articular gradativamente subjetividade e objetividade. Se no início do processo revolucionário russo, Gramsci valorizava de maneira extremada as condições subjetivas na transformação objetiva, indicando forte influência neoidealista dos clássicos italianos, a partir do final de 1917, iniciado seu processo de distanciamento com as suas fontes iniciais de juventude, caminha naquela tentativa de interpretação do pensamento marxista: aqui é importante assinalar a *interpretação*, dado que Gramsci não buscava somente traduzir Marx, mas “*traduzir Marx, lendo-o a partir de sua própria realidade objetiva*” (a Itália e o socialismo italiano).

É nesse sentido que o artigo *O nosso Marx*, de 4 de maio de 1918, escrito em comemoração ao centenário de Marx para o jornal *Il Grido del Popolo*, reafirma àquela relação já iniciada entre objetividade e subjetividade. Para Gramsci, a história não é apenas domínio das ideias e do espírito. As próprias ideias e o espírito adquirem substância e esta substância se localiza na própria economia, “*na atividade prática, nos sistemas e nas relações de produção e de troca*”. O homem adquire a sua consciência e impulsiona a sua vontade na medida em que é capaz de se apropriar do “*segredo que move a sucessão real dos eventos*”. Em *Utopia*, de 25 de julho de 1918, também “[...] Na história, a quantidade (estrutura econômica) torna-se qualidade porque se torna instrumento de ação mão dos homens [...]” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 201). Apesar da objetividade, da necessidade de considerar a história em que transcorre a ação revolucionária, Gramsci torna ainda a expressar sua familiaridade com o idealismo – como lembra Rapone (2014) presente ainda na assimilação do próprio pensamento marxista, por parte de Gramsci, nos finais de 1917. É assim que já identifica que “[...] *o homem e a realidade, o instrumento de trabalho e a vontade, não são separados entre si [...]*” e a “*história como evento é pura atividade prática (economia e moral)*” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 162). Em síntese: a Revolução Russa age sob Gramsci de modo distinto no decorrer de sua própria trajetória intelectual e política. De início, a subjetividade extremada, centrada naquela autonomia da vontade e da ação no que tange a própria realidade objetiva, transpareceu em seus primeiros escritos em torno do processo revolucionário na Rússia. Desde o final de 1917, no entanto, a aproximação com o marxismo se fez a

⁴³ “Marx não produziu uma doutrinzinha, não é um messias que nos legou uma série de parábolas impregnadas de imperativos categóricos, de normas indiscutíveis, absolutas, fora das categorias de tempo e de espaço” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 160).

partir de uma leitura idealista, o que não significa dizer que não era marxista, mas estabelecia contato com Marx a partir daquela bagagem de sua formação inicial. É nesse sentido que a aproximação com o próprio Marx produzia uma abordagem singular: a tentativa de confluir objetividade e subjetividade começa a se aflorar, evidenciando que a guerra “criou” as condições objetivas para a abertura de um período de colapso e de crise e a atuação dos bolcheviques (de educação e organização) estruturou as condições subjetivas – através da “penetração cultural” – para a formação política do proletariado na Rússia, culminando na própria revolução. Se a interpretação inicial do processo revolucionário russo Gramsci admitia o socialismo instaurado como a elaboração de uma nova *consciência moral*, como expressão do enquadramento da revolução as suas convicções, a ideia posterior sustentada se atenta para a Revolução Russa como a construção de um *novo tipo de Estado*⁴⁴ – ainda que as condições subjetivas estejam na base para a sua própria construção –, derivada da própria ascensão dos *soviets* na realidade russa e de seu atento para o embrião do Estado socialista. O deslocamento que pode ser observado se centra no fim antes subjetivo da revolução (*nova consciência moral*) e, agora, objetivo (*novo tipo de Estado*) – embora a *consciência moral* permaneça a preceder o *novo tipo de Estado* e aquele intenso trabalho de “penetração cultural” continue a ocupar lugar privilegiado no fundamento para o caminho revolucionário de Gramsci.

1.3 L'ORDINE NUOVO E OS CONSELHOS DE FÁBRICA

Em janeiro de 1918, Gramsci já havia deixado a Comissão Executiva Provisória do PSI – da qual figurava como membro em decorrência da prisão dos dirigentes pelas reivindicações de agosto do ano anterior – dada a constituição de uma nova Comissão. A partir de outubro, também passou a se dedicar exclusivamente à redação turinense do *Avanti!*, haja vista que o *Il Grido del Popolo* havia sido substituído por sua publicação.

No cenário pós-guerra, a situação política e econômica do país se transformara em caos. Se a Itália saiu da guerra “vitoriosa” ao lado da *Entente*, o triunfo se revelou “multifacetado”. A feita que Giolitti havia cravado na história italiana consistiu na aliança entre liberais e católicos e a inclusão de “socialistas moderados” na participação do governo: a guerra tratou de interromper exatamente esta

⁴⁴ “Em 1916, em 1917 e ainda em 1918, os escritos de Gramsci têm acentuada marca antiestatalista. Posteriormente, o Gramsci de *L'Ordine Nuovo* – amadurecida a convicção, na trilha do exemplo russo, de que a revolução social deve culminar na criação de uma nova forma estatal – põe no centro do seu programa de ação o tema da construção e organização do Estado [...] É bem verdade que o antiestatalismo originário era uma tomada de posição contra o Estado de uma sociedade capitalista, contra a suposição de que, numa sociedade dividida em classes, o Estado podia encarnar [...] o bem comum e promover o interesse coletivo, limitando a lógica individualista do lucro privado; era um amplo apelo ao desenvolvimento das energias sociais autônomas como única fonte de crescimento tanto da produção capitalista quanto da força do proletariado” (RAPONE, 2014, p. 460).

congruência **colaboracionista** para o desenvolvimento capitalista, ao passo que, finalizado o conflito e dissipada a *estratégia giolittiana*, o fortalecimento do movimento operário adquiriu grande fôlego. Assim é que, o Congresso do PSI realizado em setembro de 1918, demarcara o predomínio da fração intransigente revolucionária, aderindo a posição anticolaboracionista e a uma “frente” antirreformista. O PSI, à época, já estava segmentado em algumas frações: 1) os reformistas; 2) os maximalistas; 3) os intransigentes revolucionários (“esquerda maximalista”) e; 4) os abstencionistas (representados por Bordiga, que se opunham as frações reformista e maximalista. Incorporavam o bolchevismo e a ideia de “partido de vanguarda”) (RAPONE, 2014; DEL ROIO, 2005).

O quadro econômico da Itália do período não se difere do clima político: o grande impulso e desenvolvimento dos setores industriais assistido no período de guerra, sofreu brusca queda com o término do conflito, ao passo que, a Itália saiu com um intenso déficit na balança comercial e elevada inflação. O resultado direto foi à ascensão do proletariado combativo. É nesse sentido que, 1919 data o início do *biennio rosso* – período em que as reivindicações e as greves de massas se expandiram no país. O *biennio rosso* é, pois, expressão daquela própria conjuntura interna transcorrida no período: a experiência da Revolução na Rússia, a insatisfação com o conflito mundial e o caos do pós-guerra se constituíram em *fermento* para fazer *na Itália como na Rússia*. As grandes instituições representativas do proletariado assistiram a um aumento em seu quantitativo de membros: “A CGL [*Confederazione Generale del Lavoro*] que em 1918 tinha 250 mil associados, aumenta sucessivamente para 600 mil (1º de maio de 1919) [...] O PSI também cresce: passa dos 58 mil aderentes anteriores à guerra para os 87,580 (1919) e 216 mil (1920)” (DIAS, 2004b, p. 17). Estes dados revelam a instabilidade com a qual a burguesia tinha de enfrentar para permanecer a dirigir/governar o poder político. Outrossim, a organização dos católicos no Partido Popular Italiano (PPI), fundado em janeiro de 1919, e o *fasci* de combate⁴⁵, inspirado por Mussolini e criado em 23 de março de 1919 (um anti-partido⁴⁶ que estendia os fundamentos do fascismo pelo seu caráter antissocialista e nacionalista), elucidam a correlação de forças presentes na Itália do pós-guerra (DIAS, 2004b).

É neste cenário – marcado 1) pelas intensas fraturas no interior do PSI, 2) pela instabilidade econômica italiana, com o adentro no *biennio rosso*, e 3) pelos novos atores políticos organizados no centro da política italiana (católicos e fascistas) – que Gramsci retomou a “velha ideia” de fundar um

⁴⁵ “Os *Fasci di combattimento* nasceram, logo depois da guerra, com o caráter pequeno-burguês das várias associações de ex-combatentes que surgiam naquela época. Por seu caráter de oposição aberta ao movimento socialista, resultante em parte da herança das lutas entre o Partido Socialista e as associações que defendiam a intervenção da Itália na guerra, os *Fasci* obtiveram o apoio dos capitalistas e das autoridades” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 80).

⁴⁶ “Também [Mussolini] não fala em partido, e sim em movimento, ou melhor ainda, em ‘anti-partido’ pois partido é por ele assimilado à putrefação parlamentar. Os partidos se referem às forças vivas. E é elas que ele pretende se dirigir. No *Il Popolo d'Italia* de 17 de novembro de 1918 ele declara que os fascistas serão o ‘anti-partido dos realizadores’” (DIAS, 2004b, p. 19).

jornal de preparação cultural: estava aberta as portas, a partir do retorno de seus colegas do combate mundial, para inaugurar o *L'Ordine Nuovo*. A “resenha semanal de cultura socialista”, como indicava o seu subtítulo, teve o seu primeiro número difundido em 1º de maio de 1919, contando com os seus colegas fundadores Angelo Tasca, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini. De início, grande parte dos textos publicados eram de autoria de Gramsci e Tasca. A orientação do jornal se mantinha segundo àquele fundamento “culturalista” bastante enraizado de Tasca e dos jovens socialistas turinenses dos anos anteriores de guerra. Como indica Rapone (2014), no entanto, a afinidade e harmonia que antes se estabelecia entre o próprio Gramsci e Tasca (a exemplo da participação mútua na FGSi e no Grupo Estudantil Socialista de Cultura) começa a se esfumçar. Algumas inferências podem sinalizar o início das diferenças acentuadas e capturadas com a fundação do *L'Ordine Nuovo*: 1) enquanto Tasca ainda permanecia atento ao fundamento de cultura como conhecimento e apropriação do *eu interior* para se somar ao pensamento, Gramsci priorizava a cultura através do nexo “cultura-política”, isto é: não permanecia atado a necessidade de difundir a cultura somente como meio para elevar a “consciência unitária das massas”, mas para elevar a consciência como condição para a **ação**. A cultura tratava de adquirir, pois, um papel estratégico para a ação revolucionária: seria àquela preparação subjetiva pela via da qual se torna possível transformar a realidade objetiva; é o nexo “subjetividade/objetividade” se delineando para Gramsci; 2) o impacto da Revolução Russa também atua de modo diferente sobre Gramsci e Tasca. Enquanto Tasca a incorpora como experiência para se somar a mera reflexão, para Gramsci o bolchevismo é ponto de **referência** para pensar a ação revolucionária na própria Itália. Seu objetivo é buscar os elementos do bolchevismo que permitiram fazer eclodir a revolução na Rússia para traduzi-los para o cenário italiano. A preocupação de Gramsci consiste exatamente em transcorrer para o plano objetivo da Itália os elementos que permitiram gestar a revolução na Rússia, tornando a fazer na Itália como na Rússia. Gramsci centrava seus esforços para colocar em movimento o próprio processo revolucionário com base na experiência do leste: o jornal *L'Ordine Nuovo* deveria funcionar como estimulador, enraizado no centro da realidade concreta do movimento operário turinense, para fazer operar a própria revolução (RAPONE, 2014).

Se estas diferenças centrais entre Gramsci e Tasca se fazia evidenciar em larga escala depois da fundação do *L'Ordine Nuovo*, os primeiros números publicados do jornal seguiram uma espécie de “apostolado cultural”. Somente em junho, com a publicação do artigo *Democracia Operária* é que se romperá com a orientação inicial do jornal, redimensionando a sua atenção à realidade vivenciada pelo movimento operário de Turim. Mais tarde, Gramsci recordará, inclusive, acerca dos primeiros “meses de vida” de *L'Ordine Nuovo*: a redação é de 14 de agosto de 1920 e intitulada de *O Programa de L'Ordine Nuovo*.

Portanto, qual foi o programa real dos primeiros números de *L'Ordine Nuovo*? O programa foi a ausência de um programa concreto, apesar de uma inútil e vaga aspiração aos problemas concretos. Qual foi a *idéia* dos primeiros números do *L'Ordine Nuovo*? Nenhuma *idéia* central, nenhuma organização interna do material literário publicado. [...] O que foi o *L'Ordine Nuovo* nos primeiros números? Foi uma antologia, nada mais do que uma antologia: uma revista que poderia ter surgido em Nápoles, em Caltanissetta, em Brindisi; uma revista de cultura abstrata, de informações abstratas, com tendência a publicar novelinhas de terror e xilografias bem intencionadas. Eis o que foi o *L'Ordine Nuovo* em seus primeiros números: algo desorganizado, produto de um intelectualismo medíocre, que, tropeçando, buscava um objetivo ideal e um caminho para a ação (GRAMSCI *EP*, 2004a, p. 402-403, grifos do autor).

O “golpe de Estado redacional” do número 7, como recorda Gramsci em mesmo artigo⁴⁷ de 1920, assinalou a inserção do semanário na realidade das massas operárias de Turim. Rompendo com a “epístola culturalista” de Tasca, Gramsci pretendia conferir ao *L'Ordine Nuovo* uma redação que fosse ao encontro das aspirações revolucionárias do movimento turinense. Eis a premissa que àquele “golpe redacional” havia instaurado. *Democracia Operária*, de 21 de junho de 1919, foi redigido no período em que Gramsci já havia se reinserido na Comissão Executiva do PSI (em maio do mesmo ano) e donde o “clima” político interno estava atravessado pelas reivindicações operárias: a luta pela jornada de trabalho de oito horas diárias (conquistada em maio de 1919); a participação nos lucros, o salário mínimo e a socialização (RAPONE, 2014; DIAS, 2004b). Se o *biennio rosso* foi a resultante da congregação da experiência da Revolução Russa e do cenário do pós-guerra, o *L'Ordine Nuovo* foi o porta voz da direção social apontada pelas massas trabalhadoras: a construção de uma ordem social que não se erija sob a exploração do trabalho pelo capital.

As comissões internas de fábrica (CI) já haviam sido reconhecidas desde o início do século, mas adquiriram legitimidade a partir de fevereiro de 1919, com o acordo realizado entre a Federação dos Operários Metalúrgicos e a Associação Nacional dos Industriais Mecânicos. O referido acordo possibilitou o reconhecimento das CI como órgãos representativos sindicais inseridos no “chão” da fábrica para negociar diretamente com o estabelecimento. É a partir das CI e da reflexão que Gramsci desenvolve em seu entorno que procura investigar se no solo italiano existe algum germe dos *soviets* da Rússia, isto é: existe potencialmente um embrião dos *soviets* na presente realidade italiana?. Para poder “*acelerar o futuro*”, Gramsci atentava para a necessidade de constituição de um **novo Estado**: o Estado socialista em contraposição ao Estado burguês. O “núcleo” do Estado socialista já está dado

⁴⁷ “Tramamos, eu e Togliatti, um golpe de Estado redacional. O problema das comissões internas foi posto explicitamente no nº 7 do semanário. Pouco dias antes de escrever o artigo, comuniquei ao companheiro Terracini a linha do mesmo e ele manifestou sua plena concordância nos planos teórico e prático. O artigo, com a concordância de Terracini e com a colaboração de Togliatti, foi publicado e ocorreu o que prevíamos: eu, Terracini e Togliatti fomos convidados a fazer palestras nos círculos educativos, nas assembléias de fábrica; fomos convidados pelas comissões internas a discutir em reuniões fechadas de delegados e tesoureiros (GRAMSCI *EP*, 2004a, p. 403-404).

pela existência das instituições próprias da classe trabalhadora: as CI são núcleos centrais que devem ser “*trabalhados diariamente*” para se tornarem amanhã órgãos do poder proletário. A potencialidade atentada, por Gramsci, para a “edificação” do Estado socialista e o “**germe**” dos *soviets* plantados no cenário italiano seria exatamente as CI, instituições já existentes na realidade concreta e nacional. Se são as CI as células do novo Estado socialista pela configuração semelhante à dos *soviets*, a primeira implicação central é que os *soviets* representam para Gramsci a verdadeira constituição de um Estado de novo tipo. Portanto, é sob o alicerce do modelo estrutural soviético que Gramsci busca inspiração para pensar o próprio alicerce da revolução na Itália. Disso decorre que as CI comportam, necessária e diretamente, algumas características fundamentais para Gramsci visualizá-las como a tradução dos *soviets* no caso nacional. A **primeira** característica apontada pode ser identificada como a *educação recíproca*, a *autoeducação*, a *auto-organização*. A fábrica se constitui no centro da vida proletária e nela está presente os elementos para a própria educação e organização do proletariado (atente-se para o fato de que Turim se configurava numa das maiores cidades industriais da Itália e com proletariado expansivo). A fábrica seria o espaço de aprendizado coletivo porque é onde o proletário experimenta diretamente a luta de classes. É na sua relação diária com seu patrão que se torna possível clarificar os antagonismos presentes. Aqui, a influência de Sorel também se revela nos ecos. A revolução que se arquitetava de forma *autônoma* e *voluntária*, quer dizer, por iniciativa direta dos trabalhadores a partir de sua auto-organização; e a centralidade conferida à fábrica são os indícios da ressonância de Sorel sob Gramsci⁴⁸ (DEL ROIO, 2005; RAPONE, 2014).

A **segunda** característica possível de ser evidenciada, numa analogia *soviets* e potencialidade das CI, é a *democracia operária*. Para Gramsci, as CI possibilitariam o verdadeiro exercício daquela democracia, pois estaria calcada numa forma direta de participação das massas nas decisões centrais da fábrica. As CI representavam a luta/defesa por melhores condições de trabalho no próprio interior do local de trabalho. Os delegados, representantes do conjunto dos trabalhadores, eram eleitos pelos operários sindicalizados, de tal modo que a participação ainda permanecia restrita. Para expandi-la, a defesa de Gramsci se centrava no desenvolvimento de uma verdadeira *democracia operária* com base na transformação das CI em Conselhos de Fábrica (CF) – como clarificará nos escritos posteriores do período.

⁴⁸ “A simpatia manifestada por Sorel [...], pelo movimento turinense dos delegados de seção (e também por Lenin) deve ter induzido Gramsci a sublinhar a correspondência de alguns aspectos da própria concepção revolucionária com os temas sorelianos [...] portanto, pode-se concluir que, entre as figuras do seu tempo que desempenharam um magistério intelectual tendo as lutas operárias como ponto de referência ideal, Sorel é, até o encontro com Lenin, aquele em que o jovem Gramsci mais encontrou indicações e respostas às exigências das quais partia sua investigação teórica, aquele que, por conseguinte, mais contribuiu para formar seu pensamento” (RAPONE, 2014, p. 389-390).

Por ora, cabe ressaltar que as questões futuras desenvolvidas por Gramsci durante o *biennio rosso* e de sua atuação no centro do movimento já estariam colocadas com a publicação da redação de *Democracia Operária*: o novo tipo de Estado (o Estado socialista), inspirado na experiência russa – da qual os comunistas italianos deveriam assimilar para “*economizar tempo e trabalho*” –, pode ser construído a partir das células já existentes na realidade italiana: as CI. As CI, expressões da própria *auto-organização* dos trabalhadores e da potencialidade de uma *democracia operária*, devem operar no sentido de construção dos CF para promover os órgãos futuros do verdadeiro poder proletário. É a partir dessa máxima que se condensará a estratégia revolucionária de Gramsci no *biennio rosso*. O novo inaugurado pelo *L’Ordine Nuovo* e pelo envolvimento do militante com o movimento do CF foi seu afastamento de Tasca (e quando se diz Tasca, pretende se dizer a influência “culturalista” anterior a guerra, na qual a valorização extremada da subjetividade se colocava de modo autônomo em relação a realidade) – condição que se modificou na medida em que, assimilando a experiência bolchevique e a traduzindo para a Itália, pôde estabelecer conexão entre a “preparação” das condições subjetivas com uma experiência real, isto é: concreta; isto é: objetiva⁴⁹.

Em *Democracia Operária*, a relação que Gramsci manterá com o debate do partido político e dos sindicatos também encontrará os seus esboços iniciais. Há aqui uma distinção já existente entre organizações tradicionais do movimento operário e instituições de representação direta. Na primeira “categoria”, o PSI e a CGL (sindicato vinculado ao próprio PSI) são exemplos de suas organizações. Para Gramsci, estas organizações atingem a classe trabalhadora indiretamente, dado que não podem absorver sua totalidade “[...] a não ser através de um trabalho de dezenas de anos e dezenas de anos. Eles não se identificam imediatamente com o Estado proletário” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 246). O partido e os sindicatos devem continuar a se constituir naquele *cadinho da fé*, em órgãos de educação política, mas são as instituições de representação direta – mais especificamente os CF – que tornam o trabalhador protagonista do processo revolucionário. O novo tipo de Estado (Estado socialista), como anunciou a experiência russa, foi erigido (na Rússia) e deve ser erigido (na Itália), a partir da **ditadura do proletariado**, a qual congrega aspirações da classe *operária e camponesa*. Vê-se que outrossim da questão do Estado de novo tipo sendo germinado pelas CI, duas outras inferências principais já estão sendo anunciadas por Gramsci na redação do artigo: a relação que constrói entre partido-sindicatos-conselhos e a retomada do *sardismo* (aqui tomado no curso do *L’Ordine Nuovo* por meridionalismo,

⁴⁹ “A mudança em relação às tentativas de reforma do sujeito buscadas por Gramsci no curso de 1917-1918 – de *Città Futura* e da Associação de Cultura ao Clube de Vida Moral e, depois, com a direção do *Grido* – não é fruto só de amadurecimento intelectual e teórico. À parte o fato de que a sugerir-lhe a orientação da busca está um fenômeno concreto e substancial, como a difusão fora da Rússia, entre o fim de 1918 e o início de 1919, do princípio de auto-organização e autogoverno através dos conselhos, outro estímulo determinante provém do desenvolvimento das lutas operárias nas fábricas metalúrgicaturinenses” (RAPONE, 2014, p. 121).

como se explicitará pela alternativa mais adiante). A nossa aposta é de que a experiência dos CF se configura no centro do processo de amadurecimento intelectual de Gramsci, *funcionando como ponte para o engajamento, de fato, na rota de assimilação do marxismo*, quer dizer, para a *revisão de suas influências intelectuais de juventude pela chegada de Lênin em seu arcabouço*. Se Gramsci já havia estabelecido contato com Lênin pelo atento da Revolução Russa e pela inspiração absorvida dos *soviets* russos para o próprio movimento conselhistas italiano, o Lênin incorporado, quando a partir de 1917, é *qualitativamente* distinto daquele de que incorpora quando de sua estadia em Moscou. É isto que a experiência conselhistas (ou melhor, a derrocada da experiência conselhistas) nos apresenta: **um novo encontro, com nova qualidade de Gramsci com Lênin**⁵⁰. Vejamos como esse processo se desenvolve.

Em *O Estado e o socialismo*, de 28 de junho de 1919, Gramsci deixa explícita a adesão aos princípios da Internacional Comunista⁵¹ (IC) – aderência cuja o PSI aferirá oficialmente entre 5 a 8 de outubro de 1919 no XVI Congresso do Partido (Congresso de Bolonha). Ao afirmar os princípios da IC também está afirmando a necessidade de constituição não apenas do Estado socialista (italiano), mas dos *Estados socialistas*, isto é: aplicação do princípio internacional, donde um Estado socialista só é “[...] capaz de viver e de se desenvolver somente na medida em que adira aos outros Estados socialistas a fim de realizar a Internacional comunista [...]” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 252). A luta da IC e de Gramsci não é, pois, contra o Estado; é apenas contra a *natureza* do próprio Estado instituído: é a luta pelo Estado anticapitalista e, portanto, *socialista*. A ditadura do proletariado deve contribuir para sua edificação: destruir o Estado parlamentar típico do ordenamento burguês e estruturar àquele Estado socialista, *locus* de realização de vida e de liberdade e ponte para realização do comunismo. O Estado de novo tipo deverá de ter que disciplinar⁵² o proletariado e prepará-lo para o autogoverno.

⁵⁰ Prova desta feita é a posição que Gramsci se encontrava em relação a Lênin, quando da eclosão da Revolução Russa: “[...] tece os primeiros comentários sobre a revolução que havia eclodido na Rússia e não faz qualquer referência a Lenin e ao bolchevismo. A sua empatia com o processo revolucionário é bastante clara, mas o seu respaldo teórico se encontra em Sorel” (DEL ROIO, 2018, p. 77).

⁵¹ A Internacional Comunista e/ou Terceira Internacional (1919-1943) foi fundada em 2 de março de 1919 por Vladimir Lênin. Consistiu na cisão da extrema esquerda da Segunda Internacional que, ao apoiar os países imperialistas e a burguesia nacional a favor da guerra, levou a sua própria dissipação. A disseminação pela instauração da ditadura do proletariado e a república dos *soviets* com vista a construção da sociedade socialista e, posteriormente, comunista foram seus principais pontos de referência.

⁵² “Torna-se necessária a organização de um solidíssimo Estado socialista, que freie o mais rapidamente possível a dissolução e a indisciplina, que volte a dar uma forma concreta ao corpo social, que defenda a revolução contra as agressões externas e as rebeliões internas [...] O proletariado é pouco experiente na arte de governar e de dirigir; a burguesia irá opor uma formidável resistência, aberta ou sub-reptícia, violenta ou passiva, ao Estado socialista. Somente um proletariado educado politicamente, que não se entregue ao desespero e ao desalento diante dos reveses possíveis e inevitáveis, que permaneça fiel e leal ao seu Estado apesar dos erros que indivíduos possam cometer e dos retrocessos que as condições reais da produção possam impor, somente um proletariado assim poderá exercer a ditadura, liquidar a herança maléfica do capitalismo e da guerra e realizar a Internacional comunista” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 254-255).

[...] o Estado de Gramsci, destinado a substituir o Estado democrático-parlamentar, é ao mesmo tempo Estado dos conselhos e Estado de autoridade e de comando; Estado em cujos órgãos de base se expressa a participação direta das massas na organização das atividades sociais e Estado que exerce função de disciplinamento de todo o corpo social; *democracia operária e ditadura do proletariado* (RAPONE, 2014, p. 465, grifo nosso).

A estratégia de Gramsci, condensada no *biennio rosso*, expressa exatamente a congruência entre democracia operária e ditadura do proletariado: os CF representam a conjugação desta *unidade no diverso*; participação direta dos trabalhadores e disciplina para liquidar os “vestígios capitalistas”. Das CI, transformadas em CF, se ascenderá a constituição de um verdadeiro Estado de conselhos que representa, ao mesmo tempo e simultaneamente, àquela “liberdade e disciplina”; àquela ascensão do novo (o socialismo) e destruição do velho (o capitalismo). Se já sabemos que o Estado pretendido por Gramsci a ser edificado na Itália é um Estado de novo tipo – distinto do burguês – cujo embrião está colocado pelas CI – e o seu desafio para a sua estruturação é exatamente a transformação das CI em CF –, numa congruência que permitiria o exercício mútuo daquela “*democracia operária e ditadura do proletariado*”, é necessário ainda entender algumas questões: 1) Por que o partido e os sindicatos, para Gramsci, não podem operar a construção do novo Estado?; 2) Quais são as limitações impostas pelas “organizações tradicionais” do movimento operário?. São os diversos escritos publicados na sequência de 1919 que poderão servir de base para estruturar a resposta para estes questionamentos (àquela relação entre os partido-sindicatos-conselhos já iniciada em *Democracia Operária*). Gramsci fomenta a discussão em questão de maneira intimamente ligada a *construção do novo Estado*. Em *A conquista do Estado*, de 12 de julho de 1919, a edificação do Estado socialista aparece como sendo erigida a partir de novas instituições proletárias, haja vista que não basta “[...] mudar o pessoal [das instituições burguesas] para que sua atividade seja orientada em outra direção [...]” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 261). É preciso construir novas instituições para estruturar o *Estado de transição: o Estado que suprime a propriedade privada*. Desse fato decorre que, as instituições do movimento socialista e operário, àquelas que surgem no interior da sociedade capitalista, também se constituem a partir da própria dinâmica capitalista: ora, como lembra Dias (2000), se a esfera *política* (no campo burguês) coloca – em sua aparência fenomênica – todos os homens em “condições igualitárias”, no sentido de que “todos são cidadãos com direitos e deveres”; a *economia* trata de “*evidenciar e expor*” a luta de classes. “Na fábrica, todo homem é historicamente determinado: operário, capitalista, etc. A diferença torna-se positividade, a determinação está estabelecida. Na fábrica capitalista não pode haver dois poderes. Esta é a questão” (DIAS, 2000, p. 167). Para tanto, para obter uma forma mais equilibrada de poder, *estabelecem-se os sindicatos*. Os sindicatos se inserem numa esfera **reformista** e **colaboracionista**, dado que se destinam a negociar melhores condições de trabalho, mantendo a

natureza da dinâmica capitalista e, portanto, conservando o seu **núcleo essencial**: *a submissão do trabalho ao capital*. É nesse sentido que, os sindicatos, acabam por legitimar um *corporativismo* contrário aos próprios interesses da massa operária. Negociando as melhores condições para vender a *mercadoria* força de trabalho, os sindicatos “[...] deixam-se absorver pela realidade [capitalista], em vez de dominá-la” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 260).

Ideia semelhante é desenvolvida em *Sindicatos e conselhos* de 11 de outubro de 1919, donde Gramsci toma os sindicatos como organizações inerentes a sociedade capitalista, porque tem uma função implícita a *manutenção da propriedade privada*. Nos sindicatos, portanto, têm-se uma lógica de conservação da própria relação “*capital-trabalho*” e não de **revolução**: “O sindicato não pode ser instrumento de renovação radical da sociedade: pode fornecer ao proletariado experientes burocratas, especialistas em questões industriais de natureza geral, mas não pode ser a base do poder proletário” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 287-288). Em *Os sindicatos e a ditadura*, de 15 de outubro de 1919, torna a reaparecer a temática. Os sindicatos são organizações corporativas⁵³ em que a *propriedade privada*, a *produção* e a *exploração capitalista* permanecem **intactas**. Se são *organizações conservadoras* por assegurarem o *status quo*, Gramsci não descarta o *papel revolucionário* que os sindicatos podem vir a exercer: se nos CF permitir-se-ia o desenvolvimento de uma *educação recíproca*, os trabalhadores, inspirados pelo trabalho de educação instaurado, poderiam enxertar os sindicatos de nova orientação, orientando-os a atuar na direção de elaborar uma nova forma de vida econômica. Isso significa dizer que os sindicatos contribuem para o processo revolucionário na medida em que se “ordenam” a feita de basear a empresa não segundo a vontade do proprietário, mas antes de acordo com a **necessidade histórica** do próprio proletariado⁵⁴. A potencialidade atribuída aos sindicatos está, por seu turno, em relação direta com a atuação dos CF⁵⁵ (GRAMSCI EP, 2004a).

O partido, também organização tradicional do movimento operário, é precisamente “*órgão*” de *função organizativa*. No partido, a classe *é* e deve ser parte *orgânica*: *é* uma organização capaz de unificá-la e de imprimir-lhe direção (DIAS, 2000):

⁵³ “A ação sindical se revela assim absolutamente incapaz de superar, em seu terreno e com seus meios, a sociedade capitalista; revela-se incapaz de conduzir o proletariado à sua emancipação, à realização da meta superior que se havia inicialmente proposto” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 294).

⁵⁴ Em *O exemplo da Rússia*, de 10 de janeiro de 1920, Gramsci já assinala: “É certo que os sindicatos assumem um caráter revolucionário somente se sua ação for dirigida não apenas para fins imediatos, mas para um fim último, que vá além dos limites da luta corporativa, e se este fim for explícito e consciente” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 316).

⁵⁵ “Os conselhos apresentam ao sindicato uma massa que não demanda mais apenas bons salários e melhores horários de trabalho em regime burguês, mas que vislumbra a possibilidade da passagem para um outro regime. O Partido, por sua vez, encontra uma comunidade que já tem uma sua forma, sem necessidade de aceitar o enquadramento preparado pelos burgueses; encontra uma massa que começa a se autogovernar-se. E, sobretudo, o conselho oferece – e é o que mais conta – uma formação que, por sua natureza, não é limitada por um determinado modo de trabalho, por um certo grau de desenvolvimento intelectual e técnico, mas que pode ampliar-se indefinidamente, ou melhor, que só pode ser concebida com características de universalidade” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 317-318).

[...] organizar poderosa e definitivamente a classe dos operários e dos camponeses em classe dominante, zelar para que todos os organismos do novo Estado desempenham efetivamente uma ação revolucionária e romper com os direitos e as velhas relações inerentes ao princípio da propriedade privada (GRAMSCI *EP*, 2004a, p. 295-296).

O partido aparece assim, em *O partido e a revolução*, de 27 de dezembro de 1919, como o órgão reconhecido pelas massas para o “bom êxito” na tarefa de expressar uma classe determinada e propor uma nova forma de organização da realidade. A caracterização mais precisa no entorno dos papéis dos sindicatos e do partido (Gramsci evoca a categoria no singular, haja vista que está sempre pensando em um partido específico: o PSI) é dada quando evidencia o *modus operandi* que cabe aos CF, aos próprios sindicatos e ao partido. CF, sindicatos e partido são, portanto, a “*rede de instituições que se processa o próprio processo revolucionário*”. Aos conselhos se incube a tarefa de dominação do processo produtivo; aos sindicatos e ao partido, o “*instrumento de propulsão*” da revolução – o sindicato deve trabalhar “[...] imprimindo ao aparelho industrial a formação comunista; [e] o Partido Socialista como modelo vivo e dinâmico de uma convivência social que faz a disciplina juntar-se à liberdade, devolvendo ao espírito humano toda a energia e entusiasmo de que é capaz” (GRAMSCI *EP*, 2004a, p. 312). Embora os sindicatos e o partido⁵⁶ (e Gramsci está pensando, na CGL e no PSI), *associações voluntárias*, não se configurem em figuras centrais na estratégia revolucionária (visto o caráter *passivo* e *reformista* que assumiram na presente realidade italiana), não são desconsiderados por Gramsci: sindicatos e partido podem auxiliar no processo revolucionário na medida em que são capazes de se constituírem no *instrumento de propulsão* – o sindicato contribuindo para imprimir a “lógica do proletariado”, com a “socialização da produção” (expressão da construção de uma *nova lógica* no interior da esfera econômica) e, o partido, para a organização e a agitação das aspirações revolucionárias da classe. Onde a crítica de Gramsci repousa é, precisamente, sob o fato de que os sindicatos e o partido não desenvolveram as referidas “competências” (condição que – na realidade italiana – a **ausência de apoio** destas organizações levou ao próprio fracasso do movimento dos CF).

Se algumas inferências tornam a ser esclarecidas – como a própria sinalização de Gramsci de que os sindicatos e o partido fazem parte daquela *rede de instituições* em direção ao próprio processo

⁵⁶ “O processo real da revolução proletária não pode ser identificado com o desenvolvimento e a ação das organizações revolucionárias de tipo voluntário e contratualista, como o são o partido político e os sindicatos profissionais: organizações nascidas no terreno da democracia burguesa, da liberdade política, enquanto afirmação e desenvolvimento da liberdade política. Tais organizações [...] são atualmente, e se tornarão cada vez mais, os agentes diretos e responsáveis pelos sucessivos atos de libertação que o conjunto da classe trabalhadora empreenderá no curso do processo revolucionário. Mas elas não encarnam este processo, não superam o Estado burguês, não englobam e não podem englobar toda a multifacética efervescência de forças revolucionárias que o capitalismo desencadeia em sua implacável marcha de máquina de exploração e opressão” (GRAMSCI *EP*, 2004a, p. 362).

revolucionário, mas a centralidade de sua estratégia, neste momento, está nos CF (até pelo “*papel reformista*” que as instituições tradicionais do movimento operário vinham assumindo no contexto italiano) –, cabe explicitar de que modo o *L’Ordine Nuovo* encabeçará o processo de reconstituição e de reorganização das CI, isto é: como defenderá e visualizará a transformação das CI em CF. Como Gramsci já evidenciou, a construção do Estado de novo tipo exige a construção de novas instituições compatíveis com a sua natureza. Assim é que, o desenvolvimento das CI, permitiriam fazer frente às organizações tradicionais e atuar na realidade, dando-lhe nova orientação e exercendo a *ditadura do proletariado* em consonância com a *democracia operária* (DIAS, 2000). A simbiose pactuada por meio do Estado socialista entre a democracia operária e a ditadura do proletariado já estava colocada potencialmente pela existência das CI⁵⁷. Este é o ponto de partida a partir do qual se desenrola toda a elaboração do período *ordinovista*.

Construir um novo tipo de Estado significa destruir o aparelho estatal burguês, instituindo o *Estado dos conselhos* que ainda não é o *Estado pós-revolucionário*, mas é o *Estado de transição*. Em *O problema das comissões internas*, de 23 de agosto de 1919, a questão aparece vinculada – pela primeira vez – com a reflexão do significado que as CI têm para o cenário italiano. As CI, expressão direta da representação sindical no interior da fábrica, representa o “*primeiro elo da cadeia histórica que leva à ditadura proletária e ao comunismo [...]*” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 272, grifo nosso). O *novo* inaugurado pelo reconhecimento das CI reside na ascensão de um órgão “nascido” do trabalho e do próprio processo industrial, numa conjugação entre economia e política, isto é: do “[...] exercício da soberania com o ato de produção” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 272). A forma de organização atual das CI havia demarcado uma inferência importante para Gramsci: a necessidade de se organizar no local de trabalho. Tal inferência ramificava algumas implicações: 1) a organização pelo próprio *lócus* de trabalho, como evidenciado pelas CI, embora positivo, deveria ser instituída a partir de uma nova reordenação de suas “células”, visto que do modo como estava sendo construída (elegendo delegados para as representações, contando apenas com os operários sindicalizados) não favorecia a expressão coletiva dos trabalhadores; 2) se é reconhecido o fato de que as CI afirmavam o princípio de que a organização pelo local de trabalho era “superior” àquela instituída pelos sindicatos, pois esta tendia a segregar os trabalhadores por categoria profissional, as CI despertaram em Gramsci – exatamente – esta preocupação no entorno da segregação: embora as CI sinalizassem um órgão de organização a partir da base produtiva, permaneciam a reproduzir a segregação (como nos sindicatos) por operar a

⁵⁷ A criação do novo Estado “[...] é complexa e difícil. Produtos da dominação burguesa, sindicato e partido acabam por enrijecer-se. As instituições clássicas do proletariado não dão conta do recado. No entanto, no próprio movimento das classes subalternas, no movimento espontâneo, expresso no cotidiano, existe uma prática nova que pode permitir o aparecimento de uma nova democracia: as comissões internas” (DIAS, 2000, p. 176).

própria condição da sindicalização para sua participação; 3) é desta constatação que Gramsci admite a necessidade de transformar as CI em CF: das CI recolhe o “princípio” de organização pelo trabalho, dos CF “visualiza” a possibilidade de expandir a participação direta e àquela *democracia operária* já sinalizada pelas próprias CI. Para tanto, para permitir a expansão da participação direta do conjunto dos trabalhadores da fábrica, dever-se-ia instaurar mudanças na “forma” das CI: 1) em primeiro lugar era necessário que todas as seções no interior da fábrica estivessem representadas por intermédio da constituição dos **comitês de comissários de seção**, donde dentro da especificidade de cada seção, os trabalhadores tivessem direito a voto para eleger seu delegado, de tal modo que a representatividade abrangesse *toda* a fábrica; 2) em segundo lugar, depois de constituído os comitês de comissários, era preciso formar um **comitê geral** que reunisse todos os delegados eleitos pelos comitês de comissários, realizando a “*unidade da classe operária*” na fábrica; 3) esta forma de organização – transformada as CI em CF – deveria se expandir para todas as instituições e atividades da vida moderna, tomando posteriormente o próprio Estado e constituindo o verdadeiro *Estado dos conselhos*, cuja as relações sociais estabelecidas caminhassem de encontro com o *ordenamento socialista* e; 4) para a instauração desta “nova forma” das CI (na verdade, já transformadas em CF), era necessário que toda a massa de trabalhadores tivesse o direito ao voto e a ser votado, independentemente de serem sindicalizados ou não (GRAMSCI EP, 2004a).

Quando Gramsci redige *O problema das comissões internas*, a greve política deflagrada em solidariedade às Repúblicas Comunistas da Rússia e da Hungria já havia eclodido no mês anterior e Gramsci já havia sido preso por alguns dias. Se a Revolução Russa foi o que possibilitou Gramsci “atestar” a necessidade de constituição de um novo Estado, foi a experiência conselhistas disseminada na Europa Central (Grã-Bretanha, Alemanha, Hungria) que provou que a constituição dos CF na Itália não se configurava apenas como tradutibilidade mecânica dos *soviets*, mas como forma “*tradicional e internacional*” das práticas de luta do todo o movimento operário (RAPONE, 2014). Assim é que, a Revolução Russa (pelo atento do novo Estado) e as revoluções de 1919 (pela reconhecida de que os órgãos históricos de luta do proletariado são os conselhos), fornecem a “formação” de Gramsci para pensar na possibilidade de alavancar a revolução na própria Itália.

O entusiasmo de Gramsci no período *ordinovista* se inflama quando os operários da Fiat dão origem ao primeiro CF⁵⁸. É aí que redige *Aos comissários de seção das fábricas Fiat do centro e de*

⁵⁸ “E eis que nos primeiros dias de setembro, se concretiza aquilo que [...] devia ser o início do movimento revolucionário. Os dois mil operários da Fiat-Brevetti elegeram os comissários de seção. Nascia o primeiro Conselho de fábrica. Logo os operários da Fiat-Centro seguiram essa iniciativa. A ação fora precedida de uma intensa campanha propagandística. Durante todo o verão, Gramsci e os seus colaboradores de *L'Ordine Nuovo* insistiram na necessidade de que as instituições tradicionais do movimento operário (partido e Confederação do Trabalho) [são] [...] incapazes de conter tanto ímpeto de vida revolucionária” (FIORI, 1979, p. 153).

Brevetti, em 13 de setembro de 1919. Afirmando que a nova forma assumida pela CI naquela fábrica deve ser seguida pelas demais indústrias, toma os CF como a “[...] verdadeira escola das capacidades reconstrutivas dos trabalhadores” (GRAMSCI *EP*, 2004a, p. 277). Episódio importante que atua sob Gramsci neste contexto é o Congresso de Bolonha, realizado em outubro. Nele, as frações no interior do PSI se divergiram no que concerne à participação nas eleições (do pós-guerra⁵⁹) de novembro do ano de 1919. Enquanto os reformistas do partido se declaravam a favor da participação eleitoral, os abstencionistas a entendiam como incapaz de everter a sociedade burguesa moderna, já anunciando a necessidade de alterar a nomenclatura do partido para Partido Comunista Italiano (PCI) – indicando a fratura/cisão que se observará adiante. Os maximalistas de Serrati, com o qual o *L’Ordine Nuovo* pactuava, se inseriam na defesa da participação nas eleições, evidenciando de que se tratava de *locus* fecundo para a propaganda mais intensa dos princípios comunistas. É nesse sentido que, ao mesmo tempo em que a cisão se delineava, o grupo *L’Ordine Nuovo* encontrava certo isolamento no que diz respeito aos CF: Serrati considerava os trabalhadores das fábricas como *desorganizados* e, portanto, representavam somente uma *massa amorfa*, considerando que a *ditadura do proletariado* só poderia ser exercida pelos elementos conscientes do PSI; Bordiga, “creditando” na separação entre economia e política, apostava que a emancipação dos próprios trabalhadores não poderia se dar apenas pela via da conquista econômica, pois o poder político ainda continuaria a ser exercido pelo Estado burguês. A emancipação dos trabalhadores deveria pressupor, em primeiro plano, a tomada do poder político e por meio de um partido de classe. Após a conquista política, o partido cederia lugar aos conselhos, dedicando-se a construção de uma nova forma econômica. Tasca, embora integre o *L’Ordine Nuovo*, interpreta os CF de modo distinto do restante do grupo: funde os sindicatos e os conselhos na medida em que considera o sindicato a principal representação do proletariado no interior da própria fábrica; os conselhos auxiliariam na tarefa de organizar os trabalhadores por setor produtivo, coordenando as ações da própria atividade sindical (FIORI, 1979; DIAS, 2000).

Apesar das divergências de interpretações em torno dos CF no plano interno, tais organismos adquiriram grande aceitação entre os trabalhadores de Turim, de tal modo que em novembro de 1919 a Federação Italiana dos Operários Metalúrgicos (FIOM) aprovou o princípio dos CF como o grupo *ordinovista* havia proposto. Os CF, representando a instauração de uma *auto-organização* e de uma *democracia operária* – que exerceria a *ditadura do proletariado* para edificar o *Estado de transição*, rumo ao ordenamento comunista –, possibilitariam elevar o trabalhador da condição de assalariado

⁵⁹ Nas eleições, os socialistas conquistaram 156 deputados e os católicos (o Partido Popular Italiano), 100 deputados. Os outros partidos tradicionais obtiveram, dentre suas frações, 252 deputados. Para formar o novo Ministério, Francesco Saverio Nitti (o primeiro-ministro) foi nomeado após as eleições de novembro de 1919, se mantendo no poder de 23 junho de 1919 a 15 de junho de 1920, com a coalizão de dois populares e dois giolittianos (DIAS, 2004b).

para a de produtor, como indica em *Sindicalismo e conselhos* de 8 de novembro de 1919, *O operário fabril* de 21 de fevereiro de 1920 e *O Conselho de fábrica* de 5 de junho de 1920. Enquanto o partido e os sindicatos não podem exercer esta função, pois os CF são *órgãos diretos* no interior da fábrica de instauração de uma *nova forma* de organização econômica – capazes de abarcar a coletividade de trabalhadores –, é como se “sindicatos-partido-conselhos” se pronunciassem da seguinte maneira: “*O sindicato diz ‘assalariado!’; o partido fala: ‘cidadão’; e embora ambos digam ‘proletário’, não pensam ‘produtor’.* E não podem pensá-lo porque, como na dialética do senhor e do escravo, vêm o proletário com os olhos do capitalista” (DIAS, 2000, p. 176, grifos do autor). Nos CF têm-se, pois, uma ruptura com a condição de assalariado, dado que preparam os trabalhadores para se apossar do processo produtivo: a lógica é de fazer o operário conceber a si mesmo como parte indispensável do objeto fabricado, isto é: fazê-lo reconhecer sua subjetividade objetivada no valor de uso⁶⁰. E mais: o objeto fabricado deve ser reconhecido como produção coletiva de milhares de trabalhadores; é assim que conceberá que todo o processo produtivo (de qualquer produção de valores de uso) só existe por ser sustentada por sua força de trabalho (posta em movimento): os operários reconhecerão que toda a riqueza existente é a resultante direta de sua própria atividade. Reconhecendo esta feita, o operário é, então, produtor. Concebe-se como classe e a *qual* classe: a classe desprivilegiada, subalterna. É capaz de perceber que existe uma *diferença estrutural* entre si mesmo e a classe proprietária e, que a sua condição de proletário, não é apenas questão de “*azar e/ou destino*”: é própria da *natureza* do Estado de tipo capitalista. Assim é que, percebendo-se como produtor da riqueza social, é que o proletariado poderá despir-se da dominação ideológica da burguesia e compreender a sua própria função histórica: romper com o modo de produção capitalista, erigido a partir da exploração do trabalho pelo capital, e instaurar uma sociedade que possibilite a sua plena emancipação humana (DIAS, 2000).

A sociedade existe porque existe o trabalho organizado. A depender da *forma* de se organizar este trabalho é que se pode identificar um sistema de produção. Todo sistema de produção é, pelo seu próprio turno, marcado pela existência de duas classes sociais: a proprietária dos meios de produção

⁶⁰ “O operário só pode conceber a si mesmo como produtor se, depois de ter se inserido psicologicamente no específico processo produtivo de uma determinada fábrica (por exemplo, em Turim, de uma fábrica automobilística) e de ter se concebido como um momento necessário e ineliminável da atividade de um complexo social que produz o automóvel, superar esta fase e visualizar toda a atividade turinense da indústria automobilística, concebendo Turim uma unidade de produção caracterizada pelo automóvel, concebendo uma grande parte do trabalho turinense como existindo e se desenvolvendo somente porque existe e se desenvolve a indústria automobilística e, portanto, concebendo os trabalhadores destas múltiplas atividades gerais como sendo também eles produtores da indústria automobilística, já que criadores das condições necessárias e suficientes para a existência desta indústria. Partindo desta célula, da fábrica, visualizada como unidade, como ato criador de um determinado produto, o operário eleva-se à compreensão de unidades cada vez mais amplas, até chegar à nação, que, em seu conjunto, é um gigantesco aparelho de produção, caracterizado por suas exportações, pela soma de riquezas que troca por uma soma equivalente de riqueza proveniente de todas as partes do mundo, dos outros vários gigantes aparelhos de produção nos quais se diferencia o mundo. Então o operário é produtor, já que adquiriu consciência de sua função no processo produtivo, em todos os seus graus, desde a fábrica até a nação, até o mundo” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 300-301).

e a classe que trabalha. Na particularidade da sociedade burguesa moderna, capitalistas e proletariado personificam a dinâmica do próprio modo de produção capitalista. Duas inferências principais podem ser extraídas desta premissa (GRAMSCI *EP*, 2004a). A primeira diz respeito a solidariedade de classe. Se os CF devem operar no sentido de construção do novo Estado, possibilitando elevar o trabalhador de assalariado a produtor, esta elevação permite estabelecer exatamente a solidariedade. Expliquemos: percebendo-se como criador da riqueza, e não como apenas como um assalariado (como reitera os sindicatos) e cidadão (como ratifica o partido), o operário não vê o outro como concorrente, mas é, ao contrário, *solidário* a ele. Os CF reafirmam, portanto, a homogeneidade orgânica dos trabalhadores enquanto classe e ultrapassam a segregação imposta pela divisão do trabalho na fábrica⁶¹. A segunda inferência a ser destacada é a educação recíproca: os CF são verdadeiras “*escolas* dos trabalhadores”. No CF, os trabalhadores se tornam um “*trabalhador coletivo*”, pois tratam de desenvolver o próprio “espírito de solidariedade”. O atento de que é parte da engrenagem produtiva do modo de produção capitalista e “instrumento de trabalho” que movimenta o processo produtivo, não faz senão aquilo que desenvolver uma educação política, isto é: os CF, organizados a partir da esfera da produção, ao se dedicar a construção do novo Estado – operando a *ditadura proletária* e a *democracia operária* –, educam o conjunto dos trabalhadores na medida em que evidenciam o seu *locus* ocupado na esfera produtiva. Esta condição “rasga o véu” que existe entre o capital e o trabalho: o proletariado percebe que seus interesses são colidentes com os interesses da burguesia e que seus próprios interesses não se realizarão enquanto os próprios interesses da burguesia estiverem sendo realizados. Assim é que a educação política na fábrica torna possível fazer com que a “[...] classe operária, que se reencontrou, [...] [adquira] consciência de sua unidade orgânica e se contrapõe agora, unitariamente, ao capitalismo” (GRAMSCI *EP*, 2004a, p. 366). *Solidariedade de classe e educação política* pressupõe, conforme Dias (2000), que a transição para um novo ordenamento social deve ser precedida pela conquista da *hegemonia proletária*, indicando que esta “*se inicia antes da conquista do poder do Estado*”. O CF representa, pois, àquela preparação para a conquista completa do poder político.

A construção do Estado socialista, o *Estado de transição* – que é o Estado dos conselhos – ao permitir desenvolver a solidariedade de classe e unificar o conjunto de trabalhadores por intermédio da educação política operada, fornecendo condições para elevar o trabalhador a condição de produtor (e produtor não apenas porque, *de fato*, é ele *quem* produz, mas antes por ter adquirido a *consciência* de que *a tudo produz*), os CF se particularizam por estabelecer um *poder operário* sobre a produção.

⁶¹ “A organização por fábrica estrutura a classe (toda a classe) numa unidade homogênea e coesa, que adere plasticamente ao processo industrial de produção e o domina, para dele se apropriar definitivamente. Na organização por fábrica, portanto, encarna-se a ditadura proletária, o Estado comunista que destrói a dominação de classe nas superestruturas políticas e em suas engrenagens gerais” (GRAMSCI *EP*, 2004a, p. 291).

Ora, o poder operário é aquele que, estabelecido sob novas bases, coloca o processo produtivo sob o controle dos trabalhadores, preparando-os para gerir a produção e afastar o domínio dos capitalistas. “Tarefa política e cultural, a ação dos conselhos se exercerá em cada seção da fábrica, fazendo com que os operários se qualifiquem mais e mais, permitindo que um dia a massa trabalhe para si mesma” (DIAS, 2000, p. 180-181). A dominação da fábrica pelos trabalhadores, isto é, o estabelecimento do controle operário sob a produção, instaurando uma *nova forma* de organizar a produção (segundo os interesses do próprio proletariado), deveria posteriormente se estender para o domínio do Estado⁶².

Eis o que sintetiza a estratégia de Gramsci no *biennio rosso*: com inspiração inicial no evento de 1917 na Rússia, Gramsci absorve a necessidade de construção de um novo Estado, demarcando um imperativo *objetivo* na transformação da realidade. Se atentou para os *soviets* como meio direto desta transformação, foi também o espraiamento da onda conselhistas pelos países da Europa em 1919 que tornou a atribuir aos CF a centralidade na estratégia revolucionária rumo ao processo revolucionário. Por meio de sua *auto-organização* na fábrica (possibilitando o desenvolvimento da *solidariedade de classe* e da *educação política*), o trabalhador se ascende como produtor e se prepara para a autogestão – primeiro, da fábrica, e posteriormente, para todas as instituições até atingir o próprio Estado. Os CF são órgãos cuja autogestão se inicia na fábrica, mas não se esgota em seu próprio *locus*. Deverá criar uma unidade de “*produtores associados*” que dominem o processo produtivo, submetendo-o as suas necessidades, e estruturar um novo Estado em que o poder político também se exerça em função dos interesses dos trabalhadores.

Se afirmamos que os CF representam o “centro” de toda a elaboração gramsciana, devemos nos atentar aos elementos que nos fornecem estes “indícios”: 1) a experiência dos CF intensifica o contato de Gramsci com Lênin (que se completará definitivamente somente em 1923) e evidencia o início de uma **formação política e intelectual singular**, na qual a influência idealista inicial vai se esfumando na medida em que estabelece relação com Marx e, propriamente, Lênin. Embora não se trate de uma trajetória gradual, às vezes atravessada por leituras idealistas, como a valorização quase autônoma da subjetividade, é, sobretudo, a aproximação com a herança leniniana que faz Gramsci se apropriar do pensamento marxista. A experiência conselhistas está no centro deste processo; é gatilho para o acerto de contas com a sua influência neo-hegeliana; 2) se a preocupação de juventude, em

⁶² O conselho de fábrica [...] rompe com [...] [a] subordinação dos operários aos imperativos da reprodução do capital, na medida em que procura estabelecer o controle operário sobre a produção e elevar a consciência proletária da condição de trabalhador assalariado àquela de “produtor”: competia ao conselho de fábrica a tarefa pedagógica de desenvolver entre os operários a consciência ético-política do “produtor”, promovendo a educação técnica, administrativa e política para a direção do processo produtivo e do Estado. Na verdade, na gênese da elaboração política de Gramsci, os conselhos de fábrica representavam o próprio instrumento estratégico de construção da nova ordem socialista. O estabelecimento do controle operário sobre a produção e a elevação da consciência política postos em marcha pelos conselhos de fábrica já sinalizavam a transição rumo a um ordenamento socialista das relações sociais (NERES, 2012, p. 72-73).

particular, entre 1914-1917, Gramsci valorizou de maneira extremada a penetração cultural, pode-se dizer que, durante a experiência conselhistas, não abandonou, por inteiro, este fundamento, mas antes o *reformulou* pelas novas influências intelectuais das quais inicia o seu contato: novamente, Marx e, sobretudo, Lênin. Gramsci articulava a objetividade e a subjetividade, tomando a cultura, a *educação recíproca do proletariado* pelos CF, como política, haja vista que a formação da consciência unitária do proletariado exercia função central para *transformar a realidade*. É assim que os CF endossam o debate anterior da penetração cultural, mas sob nova perspectiva (àquela que enlaça as condições objetivas e subjetivas). A luta não deveria ser apenas *entusiasmo revolucionário*, mas caminhar para a verdadeira *educação comunista*; 3) também a experiência *ordinovista* é o ponto de referência para visualizar as mutações em torno daquele *sardismo* de juventude. Se foi o contato com Turim e o seu movimento operário que permitiu Gramsci expandir seu programa e conferi-lo um caráter nacional, identificando a condição semelhante de operários nortistas e camponeses sulistas, àquele fundamento *sardista* (de inspiração salveminiana) de defesa pela independência do sul também foi *reformulado e tornado a se evidenciar* no período *ordinovista*⁶³: afirmando a necessidade de mesma unidade entre norte e sul, e, particularmente, entre operários e camponeses, Gramsci sempre está pensando nos CF como órgãos que possibilitará construir um “Estado *operário e camponês*”⁶⁴. Por esse motivo é que, preferimos nomear que, àquele *sardismo* de juventude desenvolvido é, na experiência conselhistas, *meridionalismo*: defesa da união entre operários e camponeses para a estruturação de um novo tipo de Estado e; 4) se, de fato, Gramsci reconhece a dinâmica interna dos CF como possibilidade fecunda para caminhar em direção a *construção do processo revolucionário na Itália* e, por conseguinte, na construção de novas relações sociais, já vislumbrando que as *organizações tradicionais operárias* – os sindicatos e o partido – compõem o conjunto de integrantes daquela *rede de instituições* daquele processo, não se pode, por esta razão, *afirmar que o partido deixa de ocupar um lugar privilegiado na elaboração gramsciana dos CF*. Ora, Gramsci criticava exatamente a condição *colaboracionista* que os sindicatos se inseriam e a permanência do partido na defesa de *conquistas de cunho imediato, com postura imobilista*. Na verdade, desde 1920, Gramsci já estabelecia severas críticas ao PSI, pois

⁶³ Como reforçará em artigo de 13 de janeiro de 1921, *O Congresso de Livorno*, Gramsci não abandona a própria temática da questão meridional – na verdade, objeto de reflexão teórica, mas também de sentimento prático: “O capitalismo exerce sua exploração e seu domínio do seguinte modo: na fábrica, diretamente sobre a classe operária; no Estado, sobre os mais amplos estratos do povo trabalhador italiano, formado por camponeses pobres e por semiproletários. Decerto, somente a classe operária, arrancando das mãos dos capitalistas e dos banqueiros o poder político e econômico, é capaz de resolver o problema central da vida nacional italiana, ou seja, a questão meridional; decerto, somente a classe operária pode levar a cabo o laborioso esforço de unificação iniciado com o *Risorgimento*” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 35).

⁶⁴ “Os operários fábrís e os camponeses pobres são as duas energias da revolução proletária. Para eles, em particular, o comunismo representa necessidade existencial: seu advento significa a vida e a liberdade, enquanto a permanência da propriedade privada significa o perigo iminente do esmagamento, da perda de tudo, até mesmo da vida física” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 268).

se na direção partidária assistia-se ao predomínio da fração *maximalista*; no parlamento, sua maioria era *reformista*, condição que também não assegurava o compromisso ativo e militante com a massa operária. O PSI falhava, portanto, em manter uma *relação orgânica com a massa*: o artigo de 24 de janeiro de 1920, *Antes de mais nada, renovar o partido*, é exatamente a expressão da insatisfação de Gramsci com a atuação do PSI. O partido “[...] caiu numa crise de marasmo e letargia [...] O partido, que se tornara a maior energia histórica da nação italiana, caiu numa crise de infantilismo político: é hoje a maior das debilidades sociais da nação italiana” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 319). Desde já, a **cisão se demarcava em seu interior**. Gramsci o criticava na medida em que permanecia a funcionar como um partido parlamentar pequeno-burguês, não se dedicando àquele trabalho de organização do proletariado e não se investindo da condição de verdadeiro partido do proletariado revolucionário. O PSI não estava trabalhando para “unificar a classe operária e conduzi-la no processo revolucionário”; ao contrário: permanecia atado ao “*nulismo político*” e a uma *frente reformista*. Esta posição se torna mais evidente quando, após a greve geral⁶⁵ de abril de 1920, a CGL e o PSI não prestaram apoio ao movimento. O PSI poderia ter tido a chance de *sair de sua linha vacilante*, mas permaneceu amorfo. A greve tornou a revelar o isolamento dos trabalhadores: do seu lado não estava os industriais, a CGL e o PSI; apenas os *ordinovistas*, acusados de anarco-sindicalistas por “tomar as rédeas” do controle produtivo, organizando a autogestão. De fato, como explicitará em *Para uma renovação do Partido Socialista*, de 8 de maio de 1920, cuja Gramsci apresentará no Congresso Nacional do PSI, reforça a *imparcialidade* do partido diante da greve geral e do próprio movimento dos CF⁶⁶, e demonstra que a vinculação a IC não trouxe as devidas implicações para seu próprio interior (este documento será, inclusive, afirmado e referenciado por Lênin como totalmente correspondente aos princípios da IC, em seu II Congresso entre 19 de julho e 7 de agosto de 1920). Assim é que os CF, como *centro*, não significam *a negação do partido*, mas a negação da *natureza* que o PSI vinha se investindo: *de um*

⁶⁵ A greve geral, que se desenrolou em abril de 1920 na Itália, teve origem pela adoção por parte do Estado da hora legal. Os trabalhadores, no entanto, pretendiam permanecer a trabalhar conforme a hora solar, dando origem a chamada *greve dos ponteiros* pelos operários das Indústrias Metalúrgicas da Fiat terem alterado os ponteiros do relógio para a hora solar. Diante da indisciplina, os operários foram demitidos e decretam-se em greve. Várias fábricas foram fechadas. De início, a greve contou com a paralização de 50 mil operários e, posteriormente, acabou se estendendo pelo Piemonte, atingindo 200 mil trabalhadores. A greve geral foi proclamada em 13 de abril e a resposta patronal não tardou a se instaurar: invadiu as fábricas com os exércitos policiais e obrigou o retorno ao trabalho. Foram 10 dias de resistência, cuja as reivindicações não se limitavam a questões econômicas, mas ao domínio do processo produtivo pelos CF. O ataque patronal se deu certa e exatamente em torno destas instituições novas do movimento operário: os CF, identificando-os como movimento que se expandiu entre os trabalhadores e deveria ser ceifado para o bom retorno da disciplina na fábrica. 24 de abril de 1920 data o sucesso dos industriais e o fim da greve insurrecional proclamada (DIAS, 2000).

⁶⁶ “O Partido Socialista assiste como espectador ao desenrolar dos eventos, jamais emitindo sobre eles uma opinião própria, que resulte das teses revolucionárias do marxismo e da Internacional Comunista; não formula palavras de ordem que possam ser recolhidas pelas massas, não fornece uma orientação geral que unifique e concentre a ação revolucionária [...] O Partido Socialista permaneceu um mero partido parlamentar, que se mantém imóvel no interior dos estreitos limites da democracia burguesa, que se preocupa com superficiais afirmações políticas da casta governamental [...]” (GRAMSCI EP, 2004a, p. 354-356).

partido que não representava, na prática, o proletariado revolucionário. A necessidade de renovar o partido já estava colocada no mesmo documento, donde o “sardo” já se atentava para a necessidade de expulsão de seus reformistas. Dois caminhos se abriam naquele momento: a renovação exigia ou 1) a reconstrução do partido, com a própria expulsão de sua “*direção partidária reformista*” ou; 2) a ascensão de um novo organismo verdadeiramente comunista – o Partido Comunista Italiano: o PCI. Os novos contornos delineados pós-1920 e, em grande medida também pelo exaurimento do *biennio rosso*, fornecerão os matizes para Gramsci desenvolver, de modo mais preciso, a sua fundamentação sobre o partido político. A construção do novo Estado, democracia operária, ditadura do proletariado, educação política e controle operário são categorias fundamentais para pensar e analisar a estratégia revolucionária de Gramsci durante o *biennio rosso*. Esta estratégia conselheira de que pretendemos evidenciar, “*acerta contas e abre caminhos*” para o desenvolvimento posterior de toda a elaboração do “sardo”: *acerta contas* com a sua influência idealista inicial, absorvendo o nexos cultura/política e reforça o *meridionalismo*, evidenciando a preocupação nacional expressa na articulação cidade/campo e na sempre congruência do “*Estado operário e camponês*” e; *abre caminhos* para a assimilação do pensamento marxista, sobretudo, via Lênin; fornecendo também a trilha para o desenvolvimento da elaboração fecunda acerca do partido político.

2 A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA NOS *QUADERNI DEL CARCERE*

O que tem a ver a estratégia *conselhista* e o processo de *maturação* política de Gramsci? E mais: como a estratégia *conselhista*, a *maturação* política de Gramsci e a estratégia revolucionária desenvolvida nos *Quaderni* se imbricam? Aqui, novamente, devemos reiterar a importância do tripé que 1) as *influências intelectuais*; 2) *os diálogos com os atores italianos das organizações políticas*; e 3) *o acompanhamento das discussões internacionais no âmbito da Internacional Comunista* tem para a elaboração teórico-prática do “sardo”. A decorada do movimento conselhista em fins de 1920, pôs diante de Gramsci um impasse que, em verdade, já ocupava um lugar no centro do Partido Socialista Italiano desde um ano antes, quando da realização de seu Congresso de Bolonha e, que, agora, com a ausência de apoio das principais organizações políticas dita “proletárias” ao movimento conselhista, inclusive o próprio partido, adquiriu grande força de expressão: o impasse entre renovar o partido ou romper com o partido ocupou o plano prático de Gramsci até a decisão pela ruptura definitiva, visto o socialismo reformista inalterável do Partido Socialista. É assim que o aprendizado teórico-prático que o “sardo” experimenta no Partido Comunista Italiano a partir de sua fundação, em 1921, forneceu os trilhos para a incorporação do marxismo pela via da herança leniniana.

A estratégia *conselhista* é desenvolvida porque, estando no centro do processo em direção à *maturação* política de Gramsci, já iniciada pela *desprovincianização* “sarda” e pela *nacionalização* turinesa, agora, com a inserção no Partido Comunista e com as experiências vivificadas a partir de seu ingresso nos debates da Internacional Comunista como enviado representante do partido em Moscou, pôde caminhar em direção à elaboração da *estratégia revolucionária nos Quaderni*, àquela marcada pela assimilação *maturada* do marxismo. Ora, o encontro com a teoria e prática de Lênin em Moscou é que possibilitou o processo de *maturação* política de Gramsci porque o colocou, de fato, na rota de assimilação marxismo. Se o seu processo de *maturação* política se iniciou pela *desprovincianização* “sarda” e pela *nacionalização* turinesa, se completou com *internacionalização* moscovita – período em que ao compreender o verdadeiro significado da *frente única* ordenada a partir do III Congresso da Internacional, quer dizer, ao assimilar que a tática para a *estratégia revolucionária* se faz a partir da leitura constante e dinâmica do real, Gramsci *aplica* a “linguagem” leniniana ao contexto italiano, abrindo oposição ao grupo dirigente de Bordiga no Partido Comunista, e *traduz* a *frente única* para a própria Itália: desenvolvia-se, pois, os elementos com os quais Gramsci aprofundaria a sua análise da *estratégia revolucionária* no cárcere. A *maturação* política de Gramsci foi processo que possibilitou rever a estratégia conselhista, fato que permitiu caminhar em direção à *estratégia revolucionária nos Quaderni* porque a experiência anterior e os erros táticos e organizativos são *revistos* pela *maturação* política *assimilada, aplicada e traduzida*, isto é, após o novo encontro de Gramsci com Lênin – àquele

que possibilitou a assimilação do marxismo; de Gramsci como o “herdeiro de Lênin” e *refundador comunista*.

A *estratégia conselhist*a, a *maturação política* de Gramsci e a *estratégia revolucionária nos Quaderni* se imbricam porque são parte de um mesmo processo. A *estratégia revolucionária nos Quaderni* só pode ser compreendida se se leva em conta o *processo de Gramsci* que se inicia pela *desprovincianização* “sarda” e pela *nacionalização* turinesa e se conclui com a *internacionalização* moscovita – pelo processo de “*maturação política gramsciana*”. A *estratégia revolucionária nos Quaderni* é, pois, momento de aprofundamento da *assimilação, aplicação e tradução* do marxismo via Lênin para a *reformulação* da *estratégia revolucionária*, expressão da busca de respostas para as sucessivas derrotas das revoluções sucedidas na Itália, pela incorporação e pela congruência de novos atores que estabelece no diálogo carcerário, entre eles, a figura histórica de Maquiavel, assinalando o *moderno príncipe* como “arquiteto” no centro da *estratégia revolucionária*.

2.1 REFORMAR O VELHO OU CRIAR O NOVO?

Se o *biennio rosso* e os CF forneceram uma *síntese* para Gramsci rever e, ao mesmo tempo, dar partida para o deslanche de sua incorporação do marxismo, o esgotamento do *período vermelho* na Itália e o “dilema objetivo” colocado para Gramsci acerca do partido, também contribuíram para estender as bases da *estratégia revolucionária* a ser desenvolvida posteriormente nos *Quaderni del Carcere*. Ora, se *forma* e *conteúdo* distinguem os textos pré-carcerários e carcerários, é na realidade do pós-*biennio rosso* que Gramsci iniciará sua atenção destacada a ser conferida ao partido político na revolução comunista. Por esse motivo é que, de maneira semelhante aos CF – em que o período precedente é condição para compreender a sua *síntese*, haja vista que reunia questões já presentes no itinerário anterior de Gramsci (o *sardismo* de juventude, a *penetração cultural* dos jovens socialistas do PSI, o contato com Marx pela via do idealismo) –, também a centralidade do partido político nos escritos pós-1920 é suposto para apreender a discussão madura tomada nos *Quaderni*. Isso significa dizer que toda discussão *atual* parte de um acúmulo *precedente*: parte da aproximação anterior ao próprio objeto em análise.

É assim que, se meses antes da greve de abril de 1920 e a conseqüente derrota do movimento conselhista, Gramsci já havia sido reeleito para a Comissão Executiva do PSI, a dubiedade em torno da necessidade de reformar o partido ou se dedicar a construção do PCI, já se colocava na ordem do dia como questão atual e perene que se reforçará intempestivamente com a ausência de apoio da base partidária do PSI e de seu centro sindical aos CF. “Fraturado” em suas três frações (os reformistas, os maximalistas e os comunistas – estes, cindidos também entre o grupo *L’Ordine Nuovo* de Gramsci e

Il Soviet de Bordiga), o PSI apresentava discordância entre o próprio grupo no entorno do *L'Ordine Nuovo*: o afastamento de Gramsci e de Tasca⁶⁷ já se colocava por suas posições diante dos CF (para Tasca, a prevalência repousaria sob o sindicato e, para Gramsci, sob os CF na construção do *Estado socialista*); outrossim, Togliatti e Terracini tendiam a se aproximar da “base diretiva” do próprio PSI (os maximalistas), fato que tornava a isolar Gramsci no centro da tarefa de renovação do partido. Um duplo isolamento se coloca, portanto, para Gramsci: 1) o apoio ao movimento dos CF e; 2) a tarefa de renovar o partido (renovar àquele *velho*). Eis a tarefa da qual Gramsci se lançaria antes de integrar a proposta bordighiana de fundação de um “*partido verdadeiramente comunista*”. Mantendo-se nesta trilha, Gramsci não deixou de manter vínculo estreito com os absentéistas. Se Bordiga já defendia a cisão desde o Congresso de Bolonha (outubro de 1919), em maio de 1920, Gramsci foi convidado a participar de uma conferência da fração e tentou propor, exatamente, o abandono desta posição. Para o grupo *Il Soviet*, a recusa da democracia burguesa e de suas instituições deveria ser *radical e total*, devendo recusar, inclusive, o seu direcionamento as urnas. A proposta de Gramsci, na contramão da proposta de recusa total, se centrava antes no desenvolvimento de um trabalho junto à própria massa a fim de *educá-la politicamente*. Na verdade, poucos pontos em comum podem ser atentados entre o próprio Gramsci e Bordiga (FIORI, 1979; DEL ROIO, 2005; NERES, 2012).

A não ser a aversão aos reformistas, Gramsci discordava de Bordiga em quase todos os temas do momento: os Conselhos de fábrica, o problema do partido revolucionário, a posição dos socialistas frente às eleições. Para Bordiga, ater-se ao esquema dos Conselhos significava preocupar-se mais com a criação dos institutos do poder socialista do que com a conquista do poder (FIORI, 1979, p. 163-164).

A decisão de peso no caminho de Gramsci para optar pela renovação do PSI com a expulsão dos reformistas residia na *cisão ainda prematura*. Ora, não pretendia se dedicar ao trabalho imediato de fundação de um novo partido porque resultaria na construção de um partido composto apenas por uma minoria de revolucionários, com estreita base operária consciente (NERES, 2012). Expressão do compromisso de Gramsci com a tarefa de renovação do partido, *em detrimento da cisão imediata*, é o artigo de 3 de julho de 1920, publicado no *L'Ordine Nuovo* e intitulado de *Dois revoluções*. Nele, toma a proposta bordighiana (de *novo partido* e de defesa do *abstencionismo eleitoral*) como “ilusão particularista”. Isso não significava dizer, no entanto, que Gramsci negava a *cisão*, ao contrário: se a convergência observada entre Bordiga e Gramsci podia ser sintetizada na “*necessidade da cisão*”, a **forma** de operá-la é que apresenta táticas divergentes. Enquanto para o grupo do *Il Soviet* o caminho

⁶⁷ “A discordância entre Gramsci e Tasca nascia no terreno dos Conselhos, devido à tendência de Tasca; tenazmente combatida por Gramsci, de integrar o movimento no âmbito sindical, sob a tutela da Confederação Geral do Trabalho (de direção reformista)” (FIORI, 1979, p. 164).

seria a construção do novo partido, para Gramsci a *cisão* se daria mediante a expulsão dos elementos reformistas do partido. Esta expulsão, por seu turno, seria possível pelo fortalecimento dos “núcleos comunistas” do PSI, organizados principalmente no entorno do *L’Ordine Nuovo* e do *Il Soviet*. Esses “núcleos comunistas” deveriam se dedicar ao trabalho de organizar a classe e dar-lhe consciência de sua função histórica⁶⁸, contribuindo para colocar o proletariado no trilho da revolução comunista. “É necessário promover a constituição orgânica de um partido comunista, que não seja um bando de doutrinários, mas um partido de ação comunista revolucionária, um partido que tenha consciência exata da missão histórica do proletariado e saiba guiar [...] para [...] sua missão” (GRAMSCI *EP*, 2004a, p. 382).

A pressão pela *cisão imediata e prematura* defendida pelo *Il Soviet* se fez sentir na medida em que o grupo abandonou a Comissão Executiva do PSI. Constituída em fevereiro e composta por *ordinovistas* (da qual Gramsci e Togliatti figuravam como membros) e abstencionistas, a aceleração da *cisão* era pretendida com a demissão da fração *Il Soviet*, em julho daquele ano. A constituição de nova Comissão do partido em agosto não contou com a participação de Gramsci. Estavam presentes, porém, Togliatti e Terracini. Gramsci, apesar de eleitorista (assim como os seus colegas do *L’Ordine Nuovo*), se dedicou a criação do chamado Grupo de Educação Comunista, do qual integraram apenas 17 companheiros do partido, trabalhando no “despertar” da organização do proletariado como classe para a revolução comunista. Àquele isolamento de Gramsci que já vinha se arrastando desde a greve de abril se torna mais evidente entre julho-agosto no interior do PSI: nas eleições para a nova direção de agosto, o grupo majoritário se constitui de membros eleitoristas (Gramsci já havia se separado de seu núcleo com a fundação daquele Grupo de Educação Comunista), seguido dos abstencionistas de Bordiga (FIORI, 1979).

O novo “fôlego” de Gramsci advém, contraditoriamente, do II Congresso da IC, entre 19 de julho e 7 de agosto de 1920. Sem participação e representação dos *ordinovistas*, a delegação do PSI estava representada apenas por eleitoristas e abstencionistas, ambos contrários ao movimento dos CF. Além da referência de Lênin ao documento de Gramsci (como já mencionado os elogios destacados ao *Para uma renovação do Partido Socialista*), o Congresso fixou os 21 pontos para a admissão dos partidos socialistas na Terceira Internacional. Em geral, recomendava-se a mudança de nomenclatura dos partidos para Partido Comunista e convidava-os a **expulsão de suas filias reformistas**. Os pontos fixados pela IC estavam, pois, de acordo com o que Gramsci já havia insistido desde *Antes de mais*

⁶⁸ “É preciso criar, na medida em que isso possa ser obtido pela ação de um partido, as condições nas quais não ocorram duas revoluções, mas onde a revolta popular contra o Estado burguês encontre as forças organizadas capazes de iniciar a transformação do aparelho nacional de produção, no sentido de fazer dele não um instrumento de opressão plutocrática, mas um instrumento de libertação comunista” (GRAMSCI *EP*, 2004a, p. 382).

nada, renovar o partido. Apesar da resistência de Serrati (e da delegação italiana representativa no Congresso) de romper com os reformistas, garantindo a preservação da unidade do partido⁶⁹, os 21 pontos são afirmados no sentido de expulsar a sua ala direita, haja vista que a tendência reformista e o comunismo não possuíam pontos em comum. Assim é que, embora sem participação, o Congresso acabou por deliberar acerca das próprias inferências defendidas por Gramsci (a renovação do partido e a importância do movimento dos CF). Esta feita lhe garantiu um novo fôlego, dado que, apesar de isolado no partido, estava comprometido com o movimento operário turinense e a própria revolução comunista internacional (FIORI, 1979; DEL ROIO, 2005).

No plano interno do PSI, o isolamento de Gramsci recaía na mesma proporção que àquela ausência de apoio observada ao movimento conselhistas. Se a greve de abril se dedicou ao abandono do trabalho pelos operários; setembro de 1920, datou a última “onda” do movimento conselhistas na Itália: a alternativa cabível se dedicou a ocupação das fábricas. Quando em abril a ameaça da *serrata* das fábricas obrigou os trabalhadores a se decretarem em greve e abandonar o local de trabalho⁷⁰, em setembro, a luta de classes se intensificava. Não se tratava apenas de greve geral, mas, sobretudo, de ocupação das fábricas. Novamente, o PSI e a CGL “traem a causa da revolução comunista”. Diante de seu *nulismo político*, assim como de seu porta-voz (*Avanti!*), e da resistência dos capitalistas, “[...] a classe [trabalhadora] resolve ultrapassar a velha disciplina e as metas meramente corporativas, e criar uma nova forma de atuação. A palavra de ordem do controle operário se materializa na gestão operária da fábrica” (DIAS, 2000, p. 213, grifo do autor). Os CF, adquirindo novo fôlego depois de abril e pela segunda vez (em setembro), é a afirmação da elevação das classes executoras em classes dirigentes com o objetivo de colocar em questão a própria constituição do poder operário.

Até este momento, Gramsci destacava o papel dos CF como movimento pedagógico, isto é: capaz de se dedicar ao *trabalho de organização e contato orgânico* com a massa para o estímulo da luta contra o Estado burguês instituído. Uma nova característica introduzida em seu desenvolvimento acerca do fundamento dos CF passa ser despertada e observada: a existência e o estímulo no entorno

⁶⁹ “O PSI, fascinado pelo mito serratiano da unidade, continua concedendo a maior autonomia aos reformistas. O grupo parlamentar sequer esconde o adesismo. E o isolamento em relação à revolução. Os órgãos do partido nada fazem para unir e educar as massas [...] O partido deve tornar-se revolucionário, expulsar os reformistas. Liberado desses parasitas, o partido não terá mais o fantasma do ‘racha’ e poder dedicar-se às suas tarefas: o permanente contato com as bases, o permanente trabalho de educação. Grupos comunistas devem ser criados em todos os lugares, nas fábricas, nos sindicatos, nas casernas” (DIAS, 2000, p. 206-2017).

⁷⁰ O ataque patronal pretendido com o ataque da organização dos CF nas fábricas teve de passar à força pela resistência dos operários: em abril, durante a greve, os industriais “[...] Garantidos pela polícia conseguem manter, não se sabe com que eficácia, o aprovisionamento de alimentos à cidade, questão crucial; a distribuição de carne congelada; a distribuição da eletricidade; e o serviço dos correios, muito precariamente. Acima de tudo, trata de fazer a contra-informação. Com toda essa atividade, os industriais passam da fase de pura resistência, guerra de posição, para a ofensiva, guerra de movimento. Mudará a qualidade da luta” (DIAS, 2004b, p. 93). A greve finalizou com um acordo desvantajoso para o movimento operário: o retorno do controle capitalista na fábrica.

da propagação do movimento conselhistas não resolve, por si mesmo, a questão da tomada do poder político. A fábrica era tomada como o exercício do domínio do capital; deveria agora deixar de ser o *locus* da ditadura burguesa e de seu Estado despótico, na fábrica sobre a produção, para dar lugar à ditadura do proletariado e seu *Estado socialista*. Toda fábrica era um Estado, de tal modo que sob o domínio do capital, o senhor impunha a disciplina e o consumo da *mercadoria* força de trabalho. O movimento de ocupação das fábricas tinha por objetivo barrar o poder despótico do burguês no seu centro de produção. Tomaria, portanto, o *locus* do Estado-fábrica. *Mas o poder tomado no interior do Estado-fábrica é diferente do poder político a ser tomado na dimensão do Estado em geral*. Se o estabelecimento do controle operário na fábrica e sob a sua produção possibilitaria colocá-la sob os ditames dos interesses dos trabalhadores, o Estado *em geral*, sua administração, sua força armada e o conjunto de suas instituições ainda permaneceriam resguardando seu caráter burguês. O que se torna possível para transcorrer o domínio do Estado-fábrica para o Estado *em geral* – isto é, vislumbrar o “poder operário na fábrica” como germe fecundo do “poder operário na sociedade” e a saída de sua condição de *objeto* na fábrica para *sujeito* em todas as instâncias de sua vida –, é a constituição de uma força armada disponível ao proletariado. Em *A Rússia, potência mundial* de 14 de agosto de 1920, publicado no *L'Ordine Nuovo*, explicita mais de perto a questão. Analisando a situação russa, toma que somente a existência de um exército – constituído pelas classes revolucionárias – é que se tornou possível conservar o poder naquele país (DIAS, 2004b; GRAMSCI EP, 2004a). Assim é que,

A Rússia, com sua vitória militar, graças a seu exército, pôs-se à frente, em escala mundial, do sistema de potências reais que lutam contra o capitalismo hegemônico: ela encarna a rebelião das classes operárias contra seus exploradores e é apoiada explicitamente por estas classes; encarna o sofrimento e a fome das nações derrotadas na guerra mundial; a vingança das nações militarmente vencedoras mas economicamente derrotadas; a insurreição das colônias, escorchadas pelas metrópoles. Encarna, em suma, todo o informe conglomerado de rebeliões contra a exploração hegemônica do capitalismo (GRAMSCI EP, 2004a, p. 399-400).

Se a conquista da *hegemonia proletária* é a condição para preparar o terreno para a conquista do Estado-fábrica e, posteriormente, estender o domínio proletário sob o Estado *em geral*, Gramsci pretende assinalar que o momento de preparação subjetiva não resolve a questão da tomada do poder. Assim como os capitalistas utilizaram-se da força, o seu último recurso para assegurar o fim da greve de abril, também o proletariado não manterá seu poder político conquistado apenas pela organização das condições subjetivas. É preciso se lançar mão de meios para assegurar a preservação do próprio poder político. Por é motivo é que, depois de um intenso trabalho de organização e de preparação de classe e a conquista de cada Estado-fábrica e depois do Estado *em geral*, este poder político só poderá ser mantido com a instauração da disciplina proletária, àquela que torna a assegurar que os “contra-

revolucionários” não reestabeleçam a velha ordem predatória do trabalho pelo capital. Demarcar esta inferência é fundamental para compreendermos de que maneira Gramsci desenvolverá esta questão posteriormente nos próprios *Quaderni*. Embora o exército do proletariado não substitua a *hegemonia proletária* conquistada *a priori*, a sua constituição deverá ser assegurada para manter *objetivamente* aquilo que *subjetivamente* os trabalhadores, enquanto classe organizada e consciente, almejam e/ou anseiam: é o nexos subjetividade/objetividade elevado ao nível dos *Quaderni*.

Setembro e a ocupação das fábricas se desenrolaram a partir do adiamento das negociações entre “capital e trabalho” e de nova ordenação da *serrata* nas fábricas pelos capitalistas. A ocupação dos locais de trabalho consistiu em nova tática da luta de classes: não se colocava de modo passivo e como expressão de nova greve; ao contrário: tinha por finalidade impor e traduzir a reivindicação já desenvolvida nos anos anteriores pelo *L’Ordine Nuovo*, a efetivação daquela autogestão operária na própria fábrica⁷¹. O proletariado então passa da defensiva à ofensiva. Ao contrário de abril de 1920, em que a greve demarcava o abandono das fábricas, setembro data a sua ocupação e seu controle. No movimento revolucionário que inflamava Turim, o controle operário sob as fábricas era movimento que possibilitou congregar as lideranças de diversas frações: o Grupo de “Educação Comunista” de Gramsci, os bordighianos de *Il Soviet* e os dirigentes partidários do PSI (Togliatti e Terracini). É no início de outubro, no entanto, que o movimento conselhistas na Itália sofrerá um duro golpe. Giolitti já havia retornado ao cargo de primeiro-ministro em junho daquele ano e, em acordo com a CGL e a direção do PSI, conseguiu pôr fim a ocupação das fábricas, ainda que as custas de descontentamentos por parte dos industriais. Num acordo que em se concedeu aumentos salariais, férias, indenização por demissão e futuro (em realidade, *futuro*) controle sindical na fábrica, o movimento dos CF chegou ao seu exaurimento pelas mãos dadas do governo liberal e a tendência reformista do PSI. É a partir do abandono da CGL e do PSI (pela segunda vez) que Gramsci passará a se convencer da “necessidade bordighiana” de se dedicar a construção de um novo partido (criar o *novo*) em detrimento da reforma insistida, até então, a partir de dentro (DIAS, 2004b; FIORI, 1979).

Neste contexto, marcado pelo reconhecimento da **cisão imediata** por parte de Gramsci e pelo esgotamento dos CF, reuniram-se em outubro, em Milão, os grupos que se opunham à direção do PSI e sua ala reformista, isto é: abstencionistas (Bordiga), comunistas eleitoristas e o Grupo de Educação Comunista (Gramsci). Em Milão, diante da vacilação do PSI em acatar as determinações da IC, os 21 pontos, os referidos núcleos de esquerda constituíram uma fração à parte no partido que, acatando na

⁷¹ “Turim foi o mais célebre, mas não o primeiro episódio das tomadas de fábricas. A novidade turinesa é a generalização das ocupações: [...] 6 fábricas de automóveis, 6 de borracha e afins, 1 de aviões, 9 de carrocerias, 24 de confecções e calçados e 81 mecânicas e fundições, 7 de fornecimentos militares. Total: 134 empresas [...] Se somarmos as empresas turinesas e das redondezas que foram ocupadas, geridas e controladas pelos CFs veremos que seu número ascende a 291 empresas” (DIAS, 2004b, p. 110, grifo do autor).

prática e ao contrário do PSI, os próprios 21 pontos da IC, oficializaram sua fração em novembro de 1920 no Congresso de Ímola, daí que tal fração comunista ficou conhecida como a “fração Ímola”. É neste cenário pós-derrocada do movimento conselhistas que Lênin também deixa de apostar naquela expulsão dos reformistas para afirmar a necessidade de construção de um novo partido, tornando a se aproximar da proposta de Bordiga. É, pois, também em grande medida a posição de Lênin, articulada a ausência de apoio da CGL e do PSI aos CF, que torna Gramsci a se convencer daquela necessidade de *cisão* (FIORI, 1979; DEL ROIO, 2005; NERES, 2012).

Se a *cisão* já estava demarcada com a constituição oficial da “fração Ímola”, é somente no Congresso de Livorno, o XVII Congresso do PSI⁷², e na definição de uma nova Comissão Executiva entre 15 e 21 de janeiro de 1921, que se definirão trilhos mais certos em torno da *cisão*. Eram três as principais tendências presentes em seu centro: a fração Ímola (fusão dos distintos núcleos de esquerda) designada de comunista pura; a fração de Florença (maximalistas) designada de comunista unitária; e a fração de Reggio Emilia (reformistas) designada de concentração socialista. Os comunistas unitários de Serrati obtiveram a maioria para a composição da Comissão (98 mil votos, contra 58 mil da fração de Ímola e 14 mil da concentração socialista). Diante da derrota dos comunistas puros, a fundação do PCI teve sua ascensão datada em 21 de janeiro de 1921 no teatro San Marco, de Livorno. De início, a Comissão Executiva do novo partido *verdadeiramente revolucionário* foi formada por Bordiga como liderança de frente, contando apenas com Terracini como membro *ordinovista*⁷³. Gramsci tratou de compor a Comissão somente como membro suplente. Esta feita já nos indica que, na fundação inicial do PCI, Gramsci se **subordinou a direção política de Bordiga**⁷⁴ – figura com a qual já tratava certas discordâncias desde o período *L'Ordine Nuovo* e cuja a acentuação das divergências se faria se sentir

⁷² Na véspera do Congresso de Livorno, Gramsci redigirá: “[...] a classe operária revolucionária irá se separar daquelas correntes degeneradas do socialismo que apodeceram no parasitismo estatal, daquelas correntes que buscam explorar a posição de superioridade do Norte sobre o Sul a fim de criar aristocracias proletárias [...]” (GRAMSCI *EP*, 2004b, p. 36) anunciando e consentindo, de fato, com a *cisão* imediata.

⁷³ “Gramsci foi excluído da Executiva do Partido, sofrendo uma oposição que tem origem nas costumeiras acusações de ter sido intervencionista, as quais haviam sido recolocadas em circulação durante a agitada fase pré-congressional. Passam a fazer parte da direção: Umberto Terracini, pelo grupo *L'Ordine Nuovo*; oito membros da fração abstencionista de Bordiga; e cinco provenientes da corrente maximalista. Gramsci foi eleito para o Comitê Central, recebe o encargo de dirigir o *L'Ordine Nuovo*, que se tornara diário a partir de 1º de janeiro de 1921, após o rompimento dos comunistas com a corrente de Serrati e o consequente fechamento da edição turinense do *Avanti!*” (LAJOLO, 1982, p. 47).

⁷⁴ “Gramsci aceitava, no novo partido, por uma série de razões não facilmente individualizáveis, o papel subalterno a ele conferido por Bordiga [...] em 1921, Gramsci pensava certamente ter bons motivos para justificar esta sua renúncia ao invés de combater em campo aberto as concepções sectárias de Bordiga; entre eles, pode-se supor, estaria o grande prestígio que o líder do Partido Comunista da Itália gozava entre os militantes e também nos círculos da Internacional e, depois, a sua recusa (só formal, porém) do extremismo [atente-se que para a fusão da fração Ímola, os bordighistas se comprometeram a aderir os 21 pontos da IC, o que implicava em renunciar a própria ideia de abstencionismo eleitoral, possibilitando Lênin saudar e apostar na própria necessidade de constituição de novo partido] [...] Por conseguinte, Bordiga fora absolvido por Lênin e, na Itália, diferenciar-se dele podia ser inoportuno, um risco para a solidez da frente revolucionária” (FIORI, 1979, p. 186-187).

nos anos posteriores, até a ruptura definitiva com a direção bordighiana e constituição de novo grupo dirigente do partido (DEL ROIO, 2005; NERES, 2012).

2.1.1 O novo *formato* do Estado burguês: o fascismo

A derrota do movimento operário no *biennio rosso*, somada a crise do Estado liberal depois da guerra, confluíram nas principais causas para a ascensão do fascismo. A Itália, mesmo saindo do conflito mundial vitoriosa com a *Entente*, aspirava a duas prospecções com a conduta de guerra que assumiu em 1915: 1) a conquista de novos territórios/terras para serem distribuídas e ocupadas; e 2) a expansão de seu próprio país. A insatisfação do proletariado pode ser facilmente observada com o desencadeamento das greves durante os anos de 1919-1920 e com a ocupação das fábricas: a guerra travou apenas o enriquecimento dos grandes industriais com a adoção de uma política interna que, ao favorecer os investimentos nas indústrias, permanecia a reproduzir a fome/miséria dos trabalhadores na Itália. A revolta dos camponeses no pós-guerra também se intensificou: a conquista/aquisição de terras prometidas quando da entrada do país no conflito a ser distribuída após conquistadas, não teve suas promessas cumpridas. Trabalhadores e camponeses se constituíam em fermento contra a postura do Estado liberal no pós-guerra. Somado aos trabalhadores e camponeses, a pequena burguesia pode ser apontada como fração de classe que se somou à insatisfação. Grande parte de sua composição se dedicou a defesa da guerra e participou como oficiais no conflito. O atento para o pouco prestígio de sua fração e a percepção do enriquecimento dos “extratos” dos grandes industriais também a levou a revolta. Se por um lado, insatisfeita com a burguesia, por assistir à sua **monopolização** e por ter sido submetida a mero apoio parlamentar, por outro, não nutria solidariedade pelo próprio proletariado: se diferia destes por aspirarem o *intervencionismo* e o *nacionalismo* em defesa da Itália e da guerra. Mas também, ao mesmo tempo em que a revolta dos camponeses e, sobretudo, dos trabalhadores de Turim se expressavam por meio das greves de 1919-1920, vislumbrando a possibilidade de uma revolução proletária em conformidade com o próprio movimento internacional, a pequena burguesia também se rebelava porque além de se atentar para o crescimento dos grandes industriais, assistia aquela disputa no parlamento em que tomava cena os socialistas e católicos (como já havia demonstrado as eleições de novembro de 1919), isolando-a, cada vez mais, do centro da atuação política⁷⁵ (COROCCI, 1994; DIAS, 2000).

⁷⁵ “A situação é polarizada pela pequena burguesia, que não tem outro desejo senão o de realizar a sua vingança contra o proletariado e contra a própria burguesia [...] A crescente monopolização capitalista arruinara a pequena burguesia, destruía seus sonhos” (DIAS, 2000, p. 222-223).

Assim é que, no contexto pós-guerra (disputa entre intervencionistas e não-intervencionistas, grave crise econômica – com o intenso déficit na balança comercial e a elevada inflação – e política – com a ascensão do movimento operário, mas ao mesmo tempo, o seu declínio com a derrota dos CF em 1920 – e intensa insatisfação da pequena burguesia com a própria burguesia e o proletariado), se evidencia a *crise do Estado liberal na Itália*. A monarquia presente, governada, na verdade, em favor da representação dos interesses burgueses, não conseguia mais perpetuar a conciliação dos diversos interesses das representações parlamentares (isto é: os socialistas, os católicos, a pequena burguesia, a burguesia) e, outrossim, deveria enfrentar o movimento operário em efervescência na *Turino rossa* e a ascensão do novo partido *verdadeiramente comunista* que nascia em Livorno, em 1921: este era também o cenário nascituro do novo partido resultante da cisão *à esquerda* do PSI. Todo este cenário, possibilitou o desenvolvimento dos *fasci* de combate (já existentes desde o início de 1919), liderados por Mussolini e composto por ex-combatentes e dedicados a voltar seu rancor aos responsabilizados pela crise do pós-guerra. Assim é que, a pequena burguesia foi a principal **arquiteta do fascismo**: o início de sua fúria se voltou, inicialmente, pelas zonas agrárias e, posteriormente, difundiu-se entre as cidades tendo como alvo as organizações operárias. A pequena burguesia, insatisfeita, servindo de apoio parlamentar, mudou – como define Gramsci (2004b) – “*a sua forma de prestação de serviço*”. Passou a atacar o parlamento e a corromper as “instituições fundamentais” do Estado: “o exército, a polícia e a magistratura”. (DIAS, 2000; DIAS, 2004b; DEL ROIO, 2005).

Uma série de ataques é desferida, utilizando-se da violência reacionária como instrumento direto do próprio fascismo: “a 14 de outubro o jornal socialista de Trieste o *Il lavoratore* é incendiado. Queimar, destruir, bater, fazer engolir o óleo de rícino” (DIAS, 2004b, p. 124). Diante do declínio do Estado liberal e da dominação burguesa dentro de um quadro em que a Itália se localiza numa posição de subordinação no *locus* do bloco imperialista, a governabilidade por consenso já havia se dissipado e dever-se-ia restar agora a dominação pelo terror⁷⁶: o fascismo e a pequena burguesia se constitui na forma assumida para a manutenção do *status quo*, quando se exauriu aquela própria possibilidade de governabilidade por consenso, e que se ascendeu numa forma de *violência extralegal* para garantir a reprodução da própria natureza do Estado. Ora, Gramsci analisará, inclusive – a partir dos artigos de 1921 –, o caráter de classe assumido pelo fascismo. Em *O povo dos macacos*, de 2 de janeiro de 1921, trata de investigar a pequena burguesia – àquela arquiteta do fascismo. Esta fração de classe tende a sua **dissipação** com o desenvolvimento da grande indústria e do capital financeiro. Dissipando a sua

⁷⁶ “[...] a fase do armamento das classes médias e da introdução, na luta de classes, dos métodos militares do assalto e dos golpes de surpresa. Também na Itália a classe média acredita poder resolver os problemas econômicos através da violência militar; acredita poder solucionar o desemprego com tiros de pistola e aplacar a fome e enxugar as lágrimas das mulheres do povo com rajadas de metralhadora” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 48).

função essencial no terreno produtivo, por ter sido substituída pelo processo de monopolização, resta apenas a sua participação na *trilha política*: como dirá Gramsci, tornando-se uma classe **meramente política**, torna a dedicar sua especialização no seu “cretinismo parlamentar”. “A pequena burguesia se incrusta no instituto parlamentar: de organismo de controle da burguesia capitalista sobre a Coroa e sobre a administração pública, o Parlamento se torna um bazar de mexericos e escândalos, um meio para o parasitismo” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 30). A ruína do pós-guerra, evidenciando, sobretudo, esta sua condição (de limitadora ao apoio parlamentar acerca da burguesia) e o atento para o prestígio dos socialistas no parlamento (único *locus* que havia lhe restado), volta seu terror para as duas classes: a diferença é que, na burguesia, pôde encontrar uma aliança fortificadora, em que a *fascistização* se tornou mecanismo para assegurar a reprodução da natureza do Estado capitalista e que, no conjunto do proletariado, voltou sua violência reacionária para as suas organizações. Antes do golpe de Estado de 1922 e a tomada do poder estatal (*legitimamente*) pelos fascistas, diversos ataques terroristas já anunciavam seu advento e Gramsci já analisava e interpretava, desde 1921, a prévia articulação entre grande burguesia e pequena burguesia (e o fascismo).

A definição do fascismo como sendo “[...] a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadora e de tiros de pistola” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 46) em 11 de março de 1921, no *Itália e Espanha*, evidencia que a crise geral que se abria no pós-guerra “abre as portas” para que a pequena e a média burguesia tentem resolver o colapso capitalista com o **terror** – movimento que não é *especificamente italiano*, mas que também é *internacional* na medida em que é uma tentativa desesperada da burguesia para manter o seu domínio, assumindo o formato de uma **reação burguesa governamental**. É nesse sentido que duas *premissas fundamentais* podem ser identificadas: 1) se a pequena burguesia nutria, em seu íntimo, ressentimentos em relação à própria burguesia e ao proletariado, na burguesia e em defesa de seus interesses, a *pequena burguesia pôde encontrar uma aliança*: a violência reacionária com a qual o fascismo pequeno-burguês se dedicava ao ataque do *movimento* e das *organizações proletárias* era, inclusive, incentivado e financiado pela grande burguesia e latifundiários⁷⁷. Assim é que assistir ao sucesso do próprio fascismo era poder se vislumbrar o sucesso da burguesia (sucesso em sua tarefa de controlar o próprio movimento operário italiano). O fascismo, “*a última encanação política da pequena burguesia*”, atendia a interesses burgueses sob o impulso das classes intermediárias: é, em realidade, *expressão da pequena burguesia agindo em favor da burguesia*, utilizando-se de *tiros de metralhadora* para defender seus interesses;

⁷⁷ “Sua afirmação [do fascismo], que coincide com a necessidade imposta aos latifundiários de formar uma guarda branca contra o crescente predomínio das organizações operárias, permitiu que o sistema de bandos criados e armados pelos latifundiários assumisse a mesma etiqueta dos *Fasci*, aos quais foi conferida, com o desenrolar dos acontecimentos, a mesma característica de guarda branca do capitalismo contra os órgãos de classe do proletariado. O fascismo conservou sempre este vício de origem” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 80).

2) se é possível vislumbrar esta pactuação entre burguesia e pequena burguesia, esta feita nos mostra que, apesar de na aparência, a pequena burguesia negar sua condição de mero apoio parlamentar, **não oferece e não elabora nenhum projeto societário** – fato que a torna atrelada ao projeto específico de uma das classes fundamentais da sociedade burguesa moderna: precisamente, ao *projeto burguês*. A impossibilidade de elaboração de um projeto de sociedade autônomo faz com que utilize a força e a violência para mascarar sua incapacidade (GRAMSCI *EP*, 2004b): além de revelar

[...] definitivamente sua verdadeira natureza de servo do capitalismo e da propriedade agrária, de agente da contra-revolução [...] revelou também que é fundamentalmente incapaz de desempenhar qualquer tarefa histórica: o povo dos macacos enche as crônicas, não faz história; deixa traços nos jornais, não oferece material para livros [...] Corrupção e ruína realizadas a fundo perdido, sem nenhuma finalidade precisa (a única finalidade precisa deveria ser a criação de um novo Estado: mas o “povo dos macacos” se caracteriza precisamente pela incapacidade orgânica de criar para si uma lei, de fundar um Estado) (GRAMSCI *EP*, 2004b, p. 32-34).

Se a pequena burguesia acaba por se enlaçar com a grande burguesia porque não propõe um novo projeto autônomo de sociedade, a burguesia também adere ao fascismo *porque é uma forma de marchar sob os movimentos “subversivos” do proletariado*. O fascismo se tornou possível somente pelo fato de “[...] dezenas de milhares de funcionários do Estado, em particular os organismos da segurança pública (delegados de polícia, guardas-régias, carabineiros) e da magistratura, tornaram-se seus cúmplices” (GRAMSCI *EP*, 2004b, p. 66). Estas inferências nos revelam que o fascismo não é a negação do Estado burguês: é apenas a *negação* da forma *tradicional* do Estado burguês – àquele governado pelo consenso e, quando o consenso falha, pela repressão legal do Estado (o que poder-se-ia denominar de aparelhos repressivos de Estado). Na verdade, **o fascismo é a ascensão de um novo formato do Estado burguês**: conservando a sua *natureza* burguesa é a transferência do governo pela repressão legal do Estado à violência extralegal, isto é: a tendência de unificação entre *repressão legal do Estado* e *violência extralegal de associação privada*, o que torna a “transformar”, cada vez mais, a repressão legal em violência extralegal e a dominação política por sua própria via. O fascismo – como espécie de extensão do Estado burguês – só poderá ser suprimido, portanto, com a supressão do modo de produção capitalista, pois também “[...] está intimamente ligado à atual crise do regime capitalista e só desaparecerá com a supressão deste regime [...]” (GRAMSCI *EP*, 2004b, p. 74). A aliança entre Estado burguês e fascismo⁷⁸ está, assim, “selada” na leitura de Gramsci.

⁷⁸ “É preciso fazer compreender, é preciso insistir para fazer compreender que o proletariado hoje não tem contra si apenas uma associação privada, mas todo o aparelho estatal, com sua polícia, seus tribunais, seus jornais que manipulam a opinião segundo o árbitro do governo e dos capitalistas” (GRAMSCI *EP*, 2004b, p. 75).

Ao mesmo tempo em que analisava o caráter de classe do fascismo em ascensão na Itália, Gramsci permanecia a estabelecer críticas ao PSI (já realizadas desde seu ingresso no partido e que se acentuou a partir 1920). Criticando principalmente o *centrismo* do Partido Socialista, acusa-o de não ter realizado sua função histórica⁷⁹: de fundação do novo Estado. Em *O Estado Operário*, datado de 1 de janeiro de 1921, vislumbra que o PSI não passou da “propaganda a ação” e não foi capaz de dar direção e consciência das tarefas particulares do proletariado. É por esse motivo que em *Socialistas e Comunistas*, de 12 de março de 1921, afirma existir na Itália **dois partidos** resultante do Congresso de Livorno: o socialista e o comunista. O **comunista**, partido verdadeiramente comprometido com a IC, visualizava, em geral, que após cumprido o papel repressivo, o instrumento do fascismo para retomar aquela governabilidade por consenso no país seria abandonado pela burguesia. Por esse motivo é que a *cisão* de Livorno deveria ser reforçada, distinguindo socialistas (na verdade, grupo de *reformistas*) e comunistas para retomar a revolução proletária na Itália. O **socialista**, atado a mesma perspectiva reformista, permanecia na posição defensiva: não enfrentava aquela onda reacionária do fascismo e preferia estabelecer um pacto “socialista-fascista” para não ser centrifugado pela repressão do próprio movimento. Assim é que, em geral, tinha-se um quadro em que: 1) comunistas apostavam no caráter passageiro e transitório do fascismo, em que a burguesia abandonaria a violência reacionária quando pudesse contornar a crise do pós-guerra e por isso a concentração do partido na gestão das condições para a revolução proletária, com o ataque a direção centrista do PSI; e 2) socialistas na pactuação com fascistas para evitar o seu terror. Na realidade, a *insuficiência da análise do movimento do real* dos comunistas naquele momento específico, como já indica Del Roio (2005) – **do fascismo como um instrumento transitório** –, leva a própria incapacidade de reverter o processo de *fascistização* em curso na Itália (GRAMSCI EP, 2004b; DEL ROIO, 2005).

Uma prova desta aguerrida é o resultado das eleições parlamentares de maio de 1921. Apesar do PCI ter declarado a sua participação e concorrência nas eleições, em 1º de abril, e cuja referência Gramsci reforçará em artigo de 12 de abril, *Os Comunistas e as eleições*⁸⁰, e do seu significado para o proletariado, com a votação no Partido Comunista, em *Socialista ou Comunista?*, de 13 de maio, o PCI não conseguiu eleger grande número de deputados: 15 cadeiras para o PCI, dos quais, Gramsci

⁷⁹ O PSI “[...] permitiu que fosse esmagado em abril de 1920 o movimento em favor dos conselhos de fábrica e do controle operário, deixou que em setembro o gigantesco movimento dos operários metalúrgicos se concluísse miseravelmente num compromisso giolittiano e no evidente engodo do controle sindical, do mesmo modo que já havia deixado no completo abandono as massas rurais em luta pela conquista da terra” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 28).

⁸⁰ “Com a criação do Partido Comunista, a classe operária rompe com todas as tradições e afirma sua maturidade política. A classe operária não quer mais colaborar com as demais classes para desenvolver ou transformar o Estado parlamentar burocrático: quer agora trabalhar positivamente em função de seu próprio desenvolvimento autônomo de classe. Apresenta sua candidatura a classe dirigente e afirma que só pode exercer esta função histórica num ambiente institucional diverso daquele atual, ou seja, num novo sistema estatal e não mais nos quadros do Estado parlamentar burocrático” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 53-54).

não figurou como membro eleito, e 122 cadeiras para o PSI – uma diferença reduzida de 34 cadeiras se comparada a novembro de 1919. Um dado inovador trata de revelar àquelas eleições: *a ascensão dos fascistas*⁸¹ às cadeiras do parlamento. A coalizão entre os fascistas, os liberais, os conservadores e os nacionalistas, obteve um total de 275 cadeiras, das quais 35 foram conquistadas por fascistas. A análise de Gramsci sobre esta conjuntura é realizada em *A velha ordem em Turim*, de 18 de maio de 1921, donde toma que, em Turim, triunfou a velha ordem. Apesar da maioria votar junto das fileiras burguesas, demonstrando a “*afirmação da própria legalidade burguesa contra a barbárie fascista*”, a pequena burguesia (e o fascismo) tomava escopo com a ocupação, agora, de espaço no parlamento. É por esta via que, os socialistas se engajam num “pacto de pacificação” com os fascistas – dividindo espaço no parlamento – e cujo PCI se recusa a assinar: o pacto previa a cessação das ameaças e dos ataques mútuos entre socialistas e fascistas, sendo assinado oficialmente em 3 de agosto (Giolitti já havia sido substituído do cargo de primeiro-ministro por Bonomi em julho) e demonstrando – como dirá Gramsci em *Os líderes e as massas*, de 3 de julho de 1921 – que o PSI “*assinou o início de seu fracasso político*”. É nesta conjuntura que Gramsci se **distancia** um pouco da análise geral do PCI, do fascismo como instrumento utilizado pela burguesia de forma *passageira* para contornar a crise do pós-guerra, alertando para um **possível golpe de Estado** pelos fascistas, prospecção que, no fundo, acabará se confirmando um ano depois com a *Marcha sobre Roma*, em 1922, e sua tomada do poder estatal, evidenciando de que o movimento seria **mais duradouro e profundo** do que se esperava. É o que demonstra em 27 de julho de 1921, em *O golpe de Estado*. Criticando o acordo realizado entre socialistas e fascistas, os quais “[...] crêem ser possível, por meio de vergonhosos acordos, evitar que suas pessoas sejam espancadas e metralhadas [...]” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 79), endossa que o golpe de Estado ainda não se sucedeu na Itália, mas a sua execução está em pleno processamento.

Assim é que, se pode dizer, que duas são as óticas que já se encontram presentes na leitura de Gramsci sobre o fascismo: 1) período que compreende a pré-tomada do poder pelos fascistas que se caracteriza pela denúncia do caráter “pequeno-burguês” do fascismo, impulsionado pelos *fasci* de combate; e 2) período de consolidação do regime fascista com a *Marcha sobre Roma* – momento em que se observa a transformação dos *fasci* em partido político. É a partir deste período que a aliança entre pequena burguesia e burguesia se estreita e se evidencia: o fascismo passa a assumir um caráter burguês porque a burguesia, assistindo a sua consolidação e prestando-lhe apoio, permaneceu a fazer das velhas classes sociais, classes dirigentes, isto é: não houve modificação na mudança de *conteúdo* na gerência da direção política e cultural das relações sociais capitalistas, permanecendo a reproduzir

⁸¹ Organizados inicialmente através dos *fasci di combattimento*, em novembro de 1921 já estão organizados na forma de partido político, o Partido Nacional Fascista (PNF), tendo à frente Benito Mussolini (ex-socialista do PSI).

a exploração do trabalho pelo capital, ainda que a sua *forma* tenha se alterado para fazer valer o seu *conteúdo* (a transmutação na *forma* autocrática). Por esse motivo é que, como Gramsci desenvolverá nos *Quaderni*, foi a forma encontrada para, num contexto de crise pós-guerra, reorganizar a economia do Estado italiano pela via da “modernização capitalista”: foi a porta de entrada para *americanizar* a Itália, isto é: difundir o fordismo, abrindo caminhos para a reestruturação do regime capitalista – daí que o seu caráter burguês, daí que a sua *revolução passiva*⁸².

2.2 O PARTIDO POLÍTICO NO PRENÚNCIO DO CÁRCERE (1921-1926)

No cenário em que o golpe fascista de Estado na Itália estava em ebulição e, por conseguinte, a própria reorganização do bloco do poder, foi ambiente profícuo no qual Gramsci desenvolverá a centralidade do partido político na revolução comunista. Se no período precedente, os CF adquiriram destaque no deslanche da estratégia revolucionária de Gramsci, o partido político também não havia sido desconsiderado naquela primeira fase do *L'Ordine Nuovo*. Pelo contrário, criticando o caráter imobilista do PSI, a cisão de Livorno pretendia romper com os reformistas que só faziam se alijar ao governo burguês. Assim é que pode-se dizer que desde finais de 1920, Gramsci já vinha assinalando a importância do partido como *organizador* – condição que o PSI não havia se investido, deixando o movimento operário sem direção consciente e acabando por se tornar função que o próprio *L'Ordine Nuovo* se dedicava. Convencido da necessidade da cisão e constituído o novo partido, o PCI, caberia, portanto, a Gramsci a explicitação em torno do *deveria corresponder o partido político* e a sua função no processo revolucionário.

É nesta trilha que a segunda fase do *L'Ordine Nuovo* (poder-se-ia dizer, àquela do período em que se adentra ao início de 1921, com publicação periódica diária) é dirigida por Gramsci, como redator chefe, e se dedica não mais a propagação da *cultura proletária*, mas – na condição de órgão oficial do PCI – a convergir quadros para o Partido Comunista. Se a cisão de Livorno deu origem ao *partido verdadeiramente comunista* e se já é sabido que Gramsci se subordinou a direção inicial de Bordiga, o início da clivagem mais intensa entre Gramsci e Bordiga passou a se dar com a realização do III Congresso da IC, entre 22 de junho e 12 de julho de 1921, em Moscou. Na Itália, diante da ofensiva reacionária em curso com o advento do fascismo – movimento também internacional –, o III Congresso havia deliberado sobre a necessidade de alteração da tática para o caminho revolucionário. O refluxo do movimento operário indicava que antes de conquistar o poder político e de instaurar a ditadura do proletariado, era preciso garantir as *liberdades democráticas* em jogo diante da reação. É

⁸² Ver nota 128.

assim que recomenda-se a aliança entre os comunistas e os socialistas convergidos na tática da **frente única**⁸³ para combater o fascismo interno e garantir as condições democráticas para que o movimento revolucionário possa, ao menos, ter meios para se expressar posteriormente. A posição do PCI acerca da frente única era de bastante **resistência**. Bordiga e grande parte de seu grupo não consideravam a possível aliança com os socialistas e eram contrários a aproximação da IC ao PSI. O PCI atentava para uma crítica implícita a própria cisão de Livorno com a adoção da frente única. Em outubro e na realização do XVIII Congresso do PSI, porém, o Partido Socialista afirma sua pactuação com a IC e também a nova tática (FIORI, 1979; NERES, 2012).

Novo elemento que se soma ao “confronto” entre a direção bordighiana do PCI e a adesão da frente única proposta pela IC é o II Congresso do Partido Comunista, realizado entre 20-24 de março de 1922. Apesar de Gramsci divergir com Bordiga em determinadas questões (que, em realidade, se arrastava desde o período *ordinovista*, em relação ao papel dos CF na estratégia revolucionária, e que agora se colocava de modo mais explícito com a questão do partido, haja vista que enquanto Bordiga assimilava a concepção de partido como órgão restrito às “vanguardas intelectuais” do proletariado, Gramsci priorizava a necessidade de contato orgânico com a massa operária), assentiu ao “extremoesquerdismo” de Bordiga no interior do PCI, expresso na insistência – também como demonstra em seus escritos⁸⁴ do período – da iminência da revolução comunista na Itália (mesmo que alertado pelo III Congresso da IC), na crítica ao centrismo do PSI e no reforço da cisão de Livorno. Isso prova que a nova tática desferida pela IC e a entrada numa nova fase da luta operária (agora não mais *ofensiva*, mas, sobretudo, *defensiva* das liberdades democráticas) não foi, em sua completude, assimilada por Gramsci. Prova disso é o apoio prestado as Teses de Roma, redigidas por Bordiga e por Terracini e aprovadas no II Congresso do PCI. Nela, opunha-se a tática da frente única e reforça-se àquele tripé: novamente, a retomada do movimento revolucionário, a crítica ao PSI e a defesa da cisão. A aliança com o PSI foi refutada e a frente única foi aceita apenas para aliança no terreno sindical. A prioridade do PCI repousava, portanto, na *afirmação de sua identidade como partido* (selada sua separação com o PSI) em detrimento da união contra a ofensiva reacionária. Na verdade, apesar da série de artigos redigidos por Gramsci ao *L'Ordine Nuovo* acerca do fascismo, acreditava-se que apenas a revolução

⁸³ A fórmula da frente única defendida por Lênin e criticada por Bordiga e, de início, também por Gramsci, consiste na agregação e na união das “esquerdas”, formando alianças, para avançar na luta revolucionária diante da ofensiva e buscar converter quadros para realmente se inserirem nas fileiras comunistas. “A fim de constituir a frente única do proletariado, indicava-se a necessidade de se ‘subtrair as amplas massas de trabalhadores da influência dos partidos social-democratas e da burocracia sindical traidora’, e isso só poderia ser feito no campo da luta cotidiana por melhores condições de vida e trabalho. O movimento sindical era visto como um espaço decisivo nesse empenho, considerando ser a ‘luta pela conquista das posições inimigas no nosso próprio campo; é o problema da constituição da frente de luta diante da qual o capital mundial seja constrito a ceder’” (DEL ROIO, 2005, p. 64).

⁸⁴ Como pode ser atentado em: *O Estado operário; Socialistas e Comunistas; Os líderes e as massas; Os partidos e a massa; Um ano e A substância da crise*.

comunista e a organização de uma nova forma de sociabilidade é que poderiam ceifar, por completo, o fascismo⁸⁵. Se esta assertiva é correta, o PCI tratou de se dedicar somente a *ofensiva* (a organização das condições para a revolução) e esqueceu-se de entrar em *defensiva* (adotar a frente única para se defender da ofensiva reacionária da burguesia e possibilitar a própria revolução). Apenas um grupo reduzido em torno de Angelo Tasca e Antonio Graziadei é que se mantinham, no interior do PCI, em consonância com as orientações da IC. É, pois, junto de Tasca e Graziadei que Gramsci partirá para Moscou para representar o partido junto ao Comitê Executivo da IC – como havia sido deliberado na oportunidade do II Congresso do PCI, realizado em Roma (DEL ROIO, 2005; NERES, 2012). Ali, no “presente recente”, havia se criado as bases para o futuro: havia se criado “[...] de modo fortuito e acidental, as próprias condições para a solução do dissídio entre o PCI e a IC” (NERES, 2012, p. 83) e estendeu-se os trilhos para a incorporação de “Lênin por Gramsci” – se lançou, pois, a incorporação completa do marxismo pelo “sardo”.

Em maio de 1922, o grupo do PCI “Gramsci-Tasca-Graziadei” se dirigiu para Moscou para a participação no Segundo Pleno Ampliado do Executivo da IC⁸⁶ – que ocorreria em junho. Apesar da saúde debilitada⁸⁷, foi durante sua estada em Moscou que se tornou possível se apropriar da herança leniniana e, por conseguinte, suprimir o esquerdismo absorvido de Bordiga através da incorporação da tática frente única (condição que, posteriormente, permitirá fundar um novo grupo dirigente para o PCI e conquistar a maioria, refundando a própria orientação do partido). Absorver estes elementos objetivos e conjunturais não é apenas tarefa destinada a reconstruir a história, mas é *reconstruir* para, capturando o movimento do real no plano ideal, absorver de que maneira uma conjuntura específica permitirá incidir sob as formulações gramscianas e desembocar na elaboração no entorno da questão do partido político. Isto é: o movimento do real é “*a condição e o reflexo*” da própria elaboração de

⁸⁵ O artigo é datado de 13 de novembro de 1921 e intitulado de *O sustentáculo do Estado*. “Pela própria lógica dos eventos, a população deve se dividir em duas partes: entre favoráveis e contrários ao golpe de Estado reacionário, ou, melhor, entre favoráveis ao golpe de Estado reacionário e favoráveis a uma insurreição popular capaz de quebrar o golpe de Estado reacionário” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 101).

⁸⁶ O Primeiro Pleno Ampliado da IC já havia sido realizado entre fevereiro-março de 1922 e se dedicou ao trabalho de “[...] esclarecer a nova tática [da frente única] e vencer as resistências. [...] Nesse encontro, o delegado do PCI, Umberto Terracini, falou mais uma vez em nome da vertente contrária à tática da frente única, representando ainda os comunistas franceses e espanhóis [...]” (DEL ROIO, 2005, p. 75-76).

⁸⁷ “Gramsci chegou em Moscou extremamente deprimido. Estava doente. A tensão causada pelas polêmicas dos últimos tempos, as amarguras e incompreensões o abateram muito; além disso, estava acometido de um enorme cansaço físico que, para alguém como ele que, à deformidade do corpo se somava a desnutrição e os abalos psicológicos suportados desde rapaz, não podia deixar de acarretar um imenso desgaste. Em breve suas más condições de saúde tornaram-se evidentes também aos companheiros de trabalho e, no início do verão, Grigori Zinoviev, então presidente da Internacional, internou-o no sanatório de Serebriani Bor (O bosque de prata), na periferia de Moscou, para que ele se recuperasse. Tinha tiques, ataques ‘quase ferozes’, tremores convulsos” (FIORI, 1979, p. 193). Foi lá que conheceu Giulia Schucht, sua futura companheira.

Gramsci acerca do partido; capturá-lo (o real) é, portanto, condição primeira para investigar as suas formulações subsequentes.

A “questão italiana” (de incompatibilidade das orientações da IC com a posição do PCI – já expressa nas Teses de Roma) foi centralidade do debate junto ao Comitê Executivo da Internacional. Como previsto, as teses e a posição do PCI foram tomadas como equívocas e sem conformidade com o último congresso da IC (àquele realizado em Moscou um ano antes). Exigia-se a incorporação da tática da frente única – o que implicaria na aliança com o PSI e, mesmo, com o PPI para combater o fascismo. Mas, na contramão das orientações da IC, a “[...] *radicalidade sem mediações da política do PCI* priorizava a luta direta contra o capital e contra o poder político da burguesia, condensado no Estado” (DEL ROIO, 2005, p. 71, grifo nosso). É nesse sentido que, a adesão das orientações da IC, foi assumida apenas formalmente pelo PCI, dado que a não aceitação poderia gerar uma posição da IC contrária à sua própria direção partidária. Gramsci, neste momento, ainda não estava convencido da tática recomendada pela IC e só tornaria a se convencer, em realidade, no final de 1922, durante a realização do IV Congresso da IC, com *locus* em Moscou, entre novembro e dezembro daquele ano. Para “completar” o quadro de estímulo a adoção da frente única, o XIX Congresso do PSI, no início de outubro, expulsou a ala reformista (que se organizou no Partido Socialista Unitário) e reafirmou a adesão às orientações da IC, o que contribuía para incentivar ainda mais a aliança entre os comunistas e os maximalistas. Assim é que, cindidos dos reformistas, o PSI maximalista poderia enviar os seus delegados para o IV Congresso da IC: assistia-se ao jogo, no qual o PSI mostrava-se “[...] como o mais fiel seguidor da linha política da frente única, enquanto o PCI entendia que a pressão a que estava sendo submetido pela IC, impelindo à fusão, colocava em cheque a legitimidade do grupo dirigente no contexto internacional” (DEL ROIO, 2005, p. 72).

É neste cenário – marcado pela tensão às vésperas do IV Congresso da IC – que, da Rússia, se têm notícias da Marcha sobre Roma, em 28 de outubro de 1922, confirmando o “golpe de Estado” que Gramsci havia alertado um ano antes. Mussolini assumiu a chefia do governo por intermédio da posição de primeiro-ministro, em 31 de outubro, e “decretou” (agora, oficialmente) o regime fascista. A frente única permanecia como a “palavra de ordem”, quando da realização do IV Congresso, e a resistência do grupo bordighiano persistia em confronto com a IC. É nesta condição que, Gramsci, antes de Bordiga, se convenceu da necessidade da fusão e a assentia tendo em vista, principalmente, o novo “personagem” que acabara de tomar o poder na Itália: o fascismo (o regime burguês apoiado pela massa da pequena-burguesia). Destoando da leitura do PCI, donde o fascismo era vislumbrado como apenas mais uma troca de *ministério burguês*, Gramsci assinalava (como já havia feito antes) a periculosidade do fascismo de **suprimir** a própria democracia burguesa. Pode-se dizer que foi esta a essência capturada por Gramsci e foi este o início de sua “rota” em direção a assimilação da herança

leniniana (já iniciada o seu contato desde a Revolução Russa, intensificada pela organização dos CF na Itália e cuja absorção completa se dará somente em 1923). Convencido da incorporação da frente única, caberia se passar as *condições* para operá-la. Em geral⁸⁸, aceitou-se a fusão do PCI apenas com a fração terceiro-internacionalista do PSI, isto é: os *terzini*, àqueles verdadeiramente comprometidos com a IC. Mas a resistência dos dois partidos – tanto do PCI, quanto do PSI – acabaram por tornar a própria fusão inevitável. Enquanto isso, dado o desfecho do IV Congresso da IC e acordada a fusão, “A violência fascista institucionalizou-se com o novo regime e passou a atuar de maneira coordenada com as forças repressivas estatais, ambas obedecendo agora um mesmo comando” (DEL ROIO, 2005, p. 83) na Itália. O PCI, dividido entre Bordiga, ainda propenso a uma ruptura no campo internacional em detrimento da fusão, e Gramsci, vislumbrando a IC como apoio fundamental para o caso de uma ofensiva fascista, aderindo a união da esquerda comunista proposta pela própria IC, teve grande parte de seus membros capturados no retorno a Itália pós-Congresso. O PCI foi duramente perseguido com o estopim e a violência aberta do fascismo: Bordiga foi preso em fevereiro de 1923 – junto de outros membros do PCI; Serrati também foi detido e Tasca teve de se refugiar na Suíça. Envolvido com o Executivo da IC, uma **ordem de prisão** também foi emitida contra Gramsci, o que tornou a fazer com que permanecesse em Moscou, adiando seu retorno a Itália. É, pois, com a perseguição e a prisão de grande parte da direção partidária do PCI, somada a violência fascista que Gramsci perceberá que a estratégia utilizada até então pelo próprio partido (sobre as palavras de ordem “governo operário” e “ditadura do proletariado”, de imediatas) *apresentavam limites* naquele contexto atual histórico, haja vista que não se tratava de um momento para a *ofensiva*, mas de *defensiva* (daí advém a importância da análise do real). É assim que, se antes já podia iniciar o seu processo de adesão a tática da frente única, agora, com a adesão “completada”, pôde se expressar abertamente e estabelecer uma **crítica explícita no entorno da própria linha política de Bordiga** (que continuava a insistir da prisão na incompatibilidade da fusão entre PCI e PSI). Para intensificar o quadro, a direção partidária – com a prisão de Bordiga – havia solicitado demissão, com Togliatti tendo de assumir a direção do PCI. É assim que Gramsci admite, além daquela necessidade da fusão sinalizada pela IC, a formação de um **novo grupo dirigente** para o PCI que outrossim de combater o esquerdismo de Bordiga, garantisse a sobrevivência do partido e impedisse que a cisão de Livorno cambiasse para a direita (a tendência de Tasca de unir-se aos maximalistas para tomar a direção e instaurar uma social-democracia no interior do próprio PCI).

⁸⁸ “Gramsci teve um encontro pessoal com Lenin em 25 de novembro de 1922, quando discutiram a situação italiana e a estratégia para mudar a orientação política do PCI. A opinião de Lenin era que a fundação do partido havia ocorrido demasiado à esquerda e que era importante incorporar a fração internacionalista do PSI” (DEL ROIO, 2018, p. 83).

Gramsci estava, então, ciente de que o fundamental era a criação de um novo grupo dirigente, ancorado na tradição do *L'Ordine Nuovo*, para atrair as massas que seguiam o PSI, desagregando tal organização. Nesse momento, o essencial era evitar que o PCI recaísse no leito histórico da social-democracia, risco presente nas concepções da “fração de direita” de Angelo Tasca. As relações com a IC e a justa compreensão de sua política eram elementos essenciais dessa estratégia [...] Parecia, assim, ficar claro para Gramsci o significado da fórmula política da frente única, e não só: para o revolucionário sardo também se iluminava a percepção de como a experiência do *L'Ordine Nuovo* e dos conselhos de fábrica era um pequeno afluente que desembocava num movimento político e cultural que tinha o significado histórico de uma verdadeira refundação comunista. As observações sobre questões de organização, da necessidade do esclarecimento a fundo de divergências ideológicas e o reconhecimento inicial do significado da fórmula política da frente única aproximavam sobremaneira Gramsci de Lenin (DEL ROIO, 2005, p. 85).

O III Pleno Ampliado da IC – realizado em junho de 1923 – assistiu ao seguinte cenário: a votação para composição de nova Comissão Executiva do PCI estava tensionada 1) pela demissão da antiga Comissão, com Bordiga à frente; 2) pela direita de Tasca e os fusionistas junto ao PSI; 3) pelo grupo majoritário que, assim como a antiga Comissão de Bordiga, julgava a “não-adesão” da fusão e; 4) pela sinalização de Gramsci em torno da necessidade de evitar que o partido se desintegrasse nas diversas frações e recaísse sob a direção direitista de Tasca. O extenso debate em relação à “questão italiana” permanecia, formalmente, resolvido e, na prática, totalmente em aberto. A nova Comissão Executiva foi composta por: Togliatti, Scoccimarro, Tasca, Vota e Fortichiari (posteriormente sendo substituído por Gennari); três majoritários e dois direitistas. Um novo período de colapso se abre no período subsequente: o novo Executivo do PCI é preso em Milão e liberado somente depois de três meses; Bordiga e outros membros do PCI são absolvidos da prisão, ocasionada em fevereiro de 1923; a ala “terceiro-internacionalista” é expulsa entre agosto/setembro daquele mesmo ano, o que torna o consenso da fusão ainda mais frágil. É, então, em novembro, que Gramsci é transferido para Viena a fim de acompanhar, mais de “perto”, a vida do PCI na Itália (DEL ROIO, 2005; FIORI, 1979).

A crítica aberta a posição “sectária” de Bordiga pode ser observada nas correspondências do período, principalmente entre Gramsci e os membros do novo Executivo do PCI. Em carta datada de 18 de maio de 1923 a Togliatti, Gramsci já assinalava a necessidade de formação de um novo grupo dirigente para evitar a desintegração do partido, caso a direita de Tasca conquistasse a direção: “[...] é preciso criar no interior do Partido um núcleo (que não seja uma fração) de companheiros que tenham o máximo de homogeneidade ideológica e, portanto, consigam imprimir à ação prática um máximo de unidade de orientação” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 129-130). A adesão a tática da IC deveria ser absorvida a fim de que se pudesse convergir *quadros sociais-democratas para o verdadeiro Partido Comunista*, unificando o proletariado e tornando tanto a combater o **sectarismo** de Bordiga (que não

adere a Internacional), quanto a **direita** de Tasca (que quer transformar o partido numa nova *social-democracia*). Apesar da discussão do IV Congresso em torno da “questão italiana” (do fusionismo e do antifusionismo), Gramsci ressalta em carta a Togliatti de agosto de 1923 que o que está em jogo é se o PCI realmente conseguiu analisar o real, guiar o proletariado e assimilou “[...] a doutrina política da Internacional Comunista, que é o marxismo tal como se desenvolveu no leninismo, ou seja, num corpo orgânico e sistemático de princípios de organização e de pontos de vista táticos” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 137). Este material pode nos indicar que Gramsci “chega” ao final de 1923 totalmente convencido da necessidade de adesão da tática da IC e dos bolcheviques – o que poder-se-ia dizer, da compreensão e absorção do marxismo via Lênin. Havia compreendido – ao contrário de Bordiga – que o bolchevismo comportava um **princípio universal**: *àquele cuja compreensão do movimento real é condição para engendrar a intervenção*. Somente a análise da situação nacional é que fornece possibilidades para a atuação em seu próprio contexto. Com esta assimilação, Gramsci – como nos indica Del Roio (2005) – se insere no processo de *refundação comunista*, isto é: *àquele que, após a derrota inicial da revolução nucleada na Rússia, procurava “desbravar” novos formatos para as lutas operárias de caráter anticapitalista*. É, pois, por sua estada em Moscou (no intervalo de maio de 1922 a novembro de 1923) que pôde assimilar a herança leniniana e, por conseguinte, incorporar o próprio marxismo, porque também incorporou que a análise do movimento do real (o “*terreno objetivo*”) é pressuposto para “medir” as possibilidades de ação concreta. Somente a captação do terreno em que se processam os *atos reais*⁸⁹ é que permite, de forma mais certa, empreender a revolução socialista internacional. Eis a feita que o bolchevismo e a herança leniniana espelharam a Gramsci na Rússia⁹⁰.

De Viena – desembarcando em 3 de dezembro de 1923 – ingressou mais veementemente na atividade jornalística: retomou o *L'Ordine Nuovo*, que inaugurava sua terceira fase⁹¹; expôs o intuito de criar a *Critica Proletaria*, destinada a se ocupar de estudos marxistas e; a criação do jornal oficial do PCI, *L'Unità*, o jornal “*quotidiano degli operai e dei contadini*” que terá o seu primeiro número inaugurado em 12 de fevereiro de 1924. Enquanto isso, acompanhando de Viena a “vida” do Partido Comunista, o intenso sectarismo de Bordiga ainda podia ser vislumbrado no cotidiano perene do PCI

⁸⁹ É o que se reafirma em carta de 13 de janeiro de 1924 a Terracini: “O Comitê Central do partido pode ter tido uma determinada orientação em determinadas condições de tempo e de lugar, mas ele pode mudar esta sua orientação, se o tempo e o lugar também se modificam [...] sabemos mudar nossas atitudes à medida que mudam as relações de força e que os problemas a resolver se apresentam de modo diverso” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 155-157).

⁹⁰ “[...] da negação inicial da fórmula política da frente única, Gramsci passa a identificar sua adoção (é claro que permanece em aberto a questão de determinar o seu conteúdo preciso, conforme as distintas condições de cada formação econômico-social) como o principal critério para avaliar o alcance da compreensão dos desenvolvimentos teórico-práticos do marxismo introduzidos por Lênin e pelos bolcheviques” (NERES, 2012, p. 87).

⁹¹ Se entre 1919-1920, o *L'Ordine Nuovo*, com publicação semanal, (a primeira fase) tornava a se dedicar a divulgação da *cultura proletária* e entre 1921-1922, com publicação diária (a segunda fase) se estruturava para “convergir” quadros para o PCI, a terceira fase, entre 1924-1925 (quando se extinguiu o periódico), com publicação quinzenal (ainda que irregular), se propunha a ser a “revista de política e cultura proletária”, se ocupando dos problemas atuais e urgentes do proletariado.

e de sua relação com a IC. Expressão do ápice desta conjuntura é o manifesto lançado por Bordiga contra a Internacional e sua tática defendida, assinada pelos dirigentes do partido⁹² – com exceção da ala direitista de Tasca (ideia já expressa quando de sua permanência no cárcere e sua retomada após sua absolvição). O manifesto, que permanecia a se posicionar na contramão da tática da frente única, reafirmando a orientação política do II Congresso do PCI e refutando as próprias determinações do IV Congresso da IC, significava a ruptura do PCI com a Internacional. Em carta endereçada de 5 de janeiro de 1924 a Scoccimarro, Gramsci exterioriza o seu repúdio ao manifesto e a justificativa para sua não adesão, já demonstrando que a sua concepção de partido se distinguiu da de Bordiga. “[...] convenci-me de que não podemos de modo algum fazer compromissos com Amadeo [...] tampouco estou de acordo com a substância do manifesto” (GRAMSCI *EP*, 2004b, p. 150). Para Gramsci, os dois extremismos (o da “direita”, de Tasca e o da “esquerda”, de Bordiga) aprisionaram o partido em discussões secundárias. Com as *discussões secundárias* pode-se atentar para o fato de que Gramsci já está exprimindo uma certa *concepção do que deveria se configurar o partido*. A correspondência de janeiro de 1924 é, pois, anunciadora de duas inferências centrais: 1) a intensificação da divergência entre Gramsci e Bordiga e; 2) o anúncio da concepção de partido de Gramsci. Para ele, o equívoco de Bordiga, quanto ao partido, incorria em permanecer atado somente em sua questão organizativa, isto é: preocupando-se apenas com a sua organização interna, o partido acabou por se esquecer de manter **vínculo estreito com a massa**. Refluiu a atividade de educação política e caiu no imobilismo prático por se debruçar apenas em sua *dinâmica interna*. Aqui está a primeira sinalização de Gramsci do que deveria corresponder o partido: um órgão que, mantendo uma *relação direta e contato orgânico* com a própria classe, *é capaz de estimulá-la a ação*. O partido que Bordiga preconizava era, ao contrário, aquele que, enxertado por intelectuais de vanguarda, se colocava acima das massas⁹³. Em Gramsci, a condição primeira do partido é resguardar o seu caráter de classe para agir não *em nome* da massa, mas **junto** da própria massa. Enquanto no primeiro caso (ilustrando Bordiga) têm-se o esboço de um partido *intelectualizado*, donde os homens mais conscientes guiarão a massa, e cuja preocupação se centra mais na organização interna do que na ação política, no segundo (ilustrando Gramsci) temos um partido que prioriza a valorização das demandas e das lutas da classe trabalhadora, haja vista que o partido é apenas a sua expressão direta, o que implica necessariamente na *organicidade* do partido

⁹² “Gramsci foi o único dos interpelados a criticar sem hesitações a iniciativa. Com ele, mas em um plano diverso, se colocara Leonetti. Terracini e Scoccimarro apoiavam Bordiga. Togliatti estava indeciso. Por um lado julgava a proposta de Bordiga ‘de acordo com uma lógica rigorosa até o excesso’ (‘A tática da Internacional tende a ligar-nos ao PSI da mesma maneira como estávamos ligados a ele antes de Livorno, e até mesmo pior’); por outro lado, não escondia os muitos riscos da ruptura” (FIORI, 1979, p. 207).

⁹³ “Para Bordiga o partido era órgão da classe, sua representação histórica e social, e, como sujeito político dotado do conhecimento da contradição em processo, seria o ator que difundiria a ciência e o conhecimento na classe operária em desenvolvimento. Uma exasperação da teoria do partido exposta por Lenin o *Que fazer?* [...]” (DEL ROIO, 2018, p. 62).

junto à massa para que não passe a expressar outra coisa senão que a própria classe que representa. A preocupação repousa, portanto, na capacidade de atuação junto às massas para fazer valer os seus interesses coletivos. Por esse motivo é que a atenção de Gramsci é – compreendendo a proposição da tática da frente única – estabelecer um plano de ação para atuar no partido junto da massa: está “[...] extraindo da doutrina e da tática do Comintern [da IC] um programa de ação para o futuro de nossa atividade” (GRAMSCI *EP*, 2004b, p. 152).

O combate ao sectarismo de Bordiga pode ser observado nas correspondências subsequentes de Gramsci. Em carta de 5 de janeiro de 1924 a Scoccimarro, numa implícita alusão a frente única, afirma que o partido pode realizar alianças no *terreno político*, mas deve estabelecê-la com “clareza tática” a fim de ter possibilidade de distinguir que a aliança é posta apenas *conjunturalmente*, isto é: é a situação particular diante da ofensiva que exige novas “formas defensivas” da revolução socialista internacional. É por esse motivo que se a frente única proposta pela IC é dada pelas especificidades daquele contexto histórico, a fusão não implica em uma *unificação implícita*, mas é a condição para colocar na ordem do dia a **tarefa fundamental do partido**: a construção do novo tipo de Estado, o *Estado operário* (GRAMSCI, 2004b).

A situação interna do PCI – de deficiência na organização e na tática – só pode ser superada com a *superação do sectarismo de Bordiga*. É o que Gramsci demonstra convicção em carta de 27 de janeiro de 1924, donde toma que a linha política de Bordiga (o sectarismo; a cisão “bem mais a esquerda” e a conseqüente recusa total das táticas desferidas pela IC) é responsável pela crise que atravessa o PCI (sua fragmentação, atentada pelo “oportunismo” da direita de Tasca na disputa pela direção partidária; a desorganização em suas tarefas internas; o risco de ser “confrontado” pela IC e ser “expulso” de sua inscrição). Assim é que propõe a constituição de um novo grupo dirigente – o **centro** – distinto da esquerda sectária de Bordiga e da direita de Tasca, com a finalidade de dar-lhe uma nova orientação ao partido e realinhar suas fileiras as orientações da IC. Em correspondência de 9 de fevereiro de 1924 a Togliatti, permanece a apontar a ressonância do sectarismo de Bordiga sob o próprio partido em duas linhas de frente: 1) organizacional e 2) política. Segundo Gramsci, Bordiga não criou as condições para instaurar um aparato de funcionários que fossem ortodoxos em relação à concepção oficial e, no âmbito político, disferia da Internacional alegando uma incompatibilidade entre a suposta tática adequada ao caso russo⁹⁴ e a tática a ser adotada na particularidade da “questão

⁹⁴ “Bordiga entendia que a particularidade do Oriente-russo, que permitiu a vitória da revolução, não dizia respeito ao Ocidente avançado. Com um capitalismo desenvolvido e uma classe operária numerosa, tratava-se de organizar um partido de vanguarda que fosse capaz de subtrair essa classe operária da influência reformista e enfrentar o Estado do capital. Num capitalismo avançado não haveria a necessidade de alianças sociais e políticas que não estivessem na lógica do conflito capital *versus* trabalho, decorrendo disso que a fórmula da frente única seria um grave equívoco teórico e prático. Bordiga seguia, assim, com o viés extremista, a mesma lógica determinista da social-democracia, que entendia ser irreparável a

italiana”, como se a própria tática russa não estivesse fundada sob o próprio terreno internacional. É assim que, “Amadeo, encontrando-se na direção do Partido, quis que a concepção dele predominasse e se tornasse a concepção do Partido” (GRAMSCI *EP*, 2004b, p. 178-179), esqueceu-se de estruturá-lo segundo a convergência do movimento espontâneo das massas e a vontade organizativa do centro dirigente, isto é, esqueceu-se de cumprir àquela função *pedagógica* do partido junto a massa, atando-se ao “imobilismo” de que “[...] as massas atingirão quando a situação for propícia e a crista da onda revolucionária chegar à sua máxima altura, ou quando o centro do Partido considerar que deve iniciar uma ofensiva e descer até a massa para estimulá-la e levá-la à ação” (GRAMSCI *EP*, 2004b, p. 182) numa relação de separação entre massa e centro dirigente do partido. Estes são os pontos nodais que distanciam Gramsci de Bordiga: para o “sardo”, era preciso estabelecer, no campo organizacional, a divisão do trabalho, facilitando a organização por meio do centralismo⁹⁵ e, no campo político, aderir a Internacional e se dedicar ao trabalho *educativo* de atuação do partido na relação orgânica com sua massa. A construção de um novo grupo dirigente para o partido deveria, portanto, atuar nas seguintes inferências: 1) aplicar o centralismo para estruturar a organização do partido e 2) realinhar a tática do caso italiano à tática internacional da IC a partir das particularidades nacionais, travando a “palavra de ordem” *governo operário e camponês* em combate a aristocracia operária e ao reformismo. Esta elaboração, de novo grupo dirigente sob a afirmação da tática da IC no terreno nacional, adquirirá a sua concretude com o retorno de Gramsci a Itália. As eleições de abril de 1924 na Itália elegeram 19 deputados do PCI, dentre os quais Gramsci fora eleito pelo distrito de Vêneto. Esta condição permitiu a aquisição de uma imunidade parlamentar que possibilitou o seu retorno. **Estaria dada a trilha para a avaliação do próprio PCI por Gramsci** (NERES, 2012; DEL ROIO, 2005).

Em solo italiano a 12 de maio de 1924, participou da I Conferência Nacional do PCI que foi realizada na clandestinidade, na localidade próxima de Como. Três propostas adquiriam destaque e disputavam lugar: a esquerda de Bordiga, a direita de Tasca e o centro de Gramsci. A representação da figura carismática de Bordiga permaneceu a se reproduzir no interior do partido, ratificando para a atualidade das Teses de Roma⁹⁶ de seu II Congresso. Ainda que, com o apoio do Executivo da IC, o

diferença entre Ocidente e Oriente [...] A divergência de fundo não estava, portanto, na particularidade do Oriente-russo em relação ao Ocidente. Tanto Bordiga quanto Gramsci constatavam que a revolução no Ocidente seria mais complexa porquanto o desenvolvimento do capitalismo era maior e apresentava uma forte presença do reformismo. O que separava um do outro era a questão da universalidade da Revolução Russa e do movimento comunista e a estratégia revolucionária à qual cabia recorrer” (DEL ROIO, 2005, p. 117).

⁹⁵ Em correspondência de 27 de janeiro de 1924 já anuncia sua concepção de centralismo: “O Partido deve ser centralizado, mas centralização significa, antes de mais nada, organização e fixação criteriosa dos limites. Significa que, quando uma decisão for tomada, ela não pode ser modificada por ninguém, nem mesmo por um dos encarregados pelo ‘centralismo’, e que ninguém pode criar fatos consumados” (GRAMSCI *EP*, 2004b, p. 166).

⁹⁶ No balanço que Gramsci fará sobre a I Conferência de Como do PCI, em 5 de maio de 1924, e intitulado de *Depois da Conferência de Como*, reafirmará a incompatibilidade das Teses de Roma para o atual momento histórico e reforçará a

centro não conseguiu empreender uma modificação na própria linha política interna do PCI e acabou por reafirmar a proposta bordighiana: a não adesão da tática da frente única, a separação entre massa e direção partidária e a existência de um partido fundado a partir de “intelectuais de vanguarda”. A Conferência de Como inaugura uma nova fase no desenvolvimento intelectual e político de Gramsci: a fase em que, avaliando a situação interna do PCI – de que nada vale “[...] indicar palavras de ordem eficazes [...]” (LAJOLO, 1982, p. 74), mas antes trabalhar naquele sentido de “conquistar a maioria”, libertando os membros das concepções sectárias bordighianas –, adentra na *aplicação metodológica da própria herança leniniana*. Se o processo de incorporação do leninismo se fez durante sua estadia em Moscou, é o seu retorno a Itália e a possibilidade de avaliar de perto o PCI, que possibilitou o seu ingresso na rota de aplicação do legado de Lênin, isto é: permitiu a aplicação de seu próprio princípio universal, a *“análise concreta da situação concreta”*; o que, naquele contexto histórico, poder-se-ia dizer, *analisar a situação concreta para redefinir a tática para o caminho revolucionário impressa, até então, pelo primeiro grupo dirigente do PCI*. O raciocínio de Gramsci indicava, portanto, que a possibilidade de redefinição da tática apenas seria possível por meio da alteração do grupo dirigente do partido (NERES, 2012).

Ainda que por pressão da Internacional, a Comissão Executiva do PCI tenha sido constituída na I Conferência por uma maioria centrista (cuja Gramsci passou a integrar como membro), as ideias centrais de Bordiga é que adquiriram escopo num contexto em que o regime fascista se intensificava na Itália, abrindo um período de crise política com o assassinato de Giacomo Matteotti⁹⁷. Sobre estas

posição centrista: “[...] as teses sobre a tática votadas no Congresso de Roma, apenas em caráter consultivo, não podem representar a plataforma para o desenvolvimento do Partido. O Partido só pode se desenvolver na medida em que for seção italiana da Internacional Comunista, do partido mundial do proletariado revolucionário; por isso, deve aceitar não apenas por disciplina, mas também por convicção a doutrina e a tática desta Internacional. No Congresso de Roma – para manter a unidade do núcleo fundamental do Partido, ainda jovem, não ainda consolidado e provado na luta, que acabara de emergir e de modo ainda não definitivo de sua primeira fase organizativa –, foi necessário aprovar as teses sobre a tática que abriam uma divergência no campo internacional, mas que, ao mesmo tempo, reforçavam a unidade nacional” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 255).

⁹⁷ Giacomo Matteotti, deputado socialista, foi sequestrado e assassinado em 10 de junho de 1924 após um discurso aberto contra o regime fascista. Matteotti pretendia denunciar a posição colaboracionista da Confederação Geral do Trabalho com o regime e as fraudes nas eleições. O seu assassinato provocou a retirada do agrupamento de “oposição democrática” do parlamento – dominado pelos fascistas – e incentivou sua reunião a parte. Nos encontros de oposição ao fascismo, podia-se vislumbrar a tentativa de Gramsci de engendrar a frente única: unir a “oposição democrática” para derrubar o governo fascista. Mas “As distâncias entre os grupos, as suspeitas recíprocas, a irreconciliabilidade das ideologias e das linhas táticas continuavam. Passava-se de uma ala substancialmente semifascista, propensa a apoiar o governo bastando que Mussolini garantisse o restabelecimento da legalidade constitucional, até os comunistas, um pequeno grupo (apenas 19 deputados) orientado no sentido de derrubar o governo com o apelo às massas. E, entre os extremos havia os grupos liberais ainda confiantes, apesar de tudo, na sabedoria do rei, do qual esperavam a intervenção definidora; havia os católicos do Partido Popular, hostis tanto ao socialismo (em alguns casos muito mais) quanto ao fascismo [...] Em resumo, o fascismo não enfrentava, na oposição, um bloco igualmente resolutivo e combativo, mas um consórcio ocasional de grupos desunidos, indecisos quanto às iniciativas a serem tomadas e, na prática, incapazes de ir além das expressões orais de indignação” (FIORI, 1979, p. 218). Assim é que a proposta de Gramsci de proclamar uma greve geral contra o regime e, ao mesmo tempo, evitar o isolamento do PCI, não foi aceita pela “oposição democrática”, visto que esta optou pelo pressionamento do rei para a substituição de Mussolini em detrimento da união junto às forças proletárias para a subversão do regime. Em

bases é que Gramsci, instalando-se em Roma, apesar de visualizar a imanência do fim do fascismo pela “crise de Matteotti” – juízo manifestado em 1º de setembro de 1924, com a publicação de *A crise italiana*⁹⁸ no *L’Ordine Nuovo* –, a repressão se reiniciou: assim como entre 1921-1922, a violência extralegal havia se tornado explícita, também em fins de 1924, as perseguições, os assassinatos e as invasões tornaram a se intensificar. É no cenário de crise política com a abertura da “crise Matteotti” e a retomada da própria repressão fascista que se realizará, em Moscou, o V Congresso da IC, entre 17 de junho a 8 de julho de 1924 – evento que Gramsci não poderá se descolar, tendo de ser substituído por Togliatti, por conta de seu envolvimento com a possível greve geral proposta no clima político da Itália daquele período. Em geral, recomenda-se a bolchevização dos partidos comunistas e reitera-se a atualidade da frente única, delegando a constituição do *governo operário e camponês*. O primeiro indicativo de que a linha política do PCI estava cambiando para seu próprio *centro* é a incorporação das decisões da IC: foi eleita uma nova direção partidária, composta pelo centro, pela direita e pelos *terzini* (depois de sua própria dissolução e o seu ingresso no PCI), dado a recusa de participação da esquerda de Bordiga, e Gramsci torna-se secretário geral do partido. Esta trilha nos indica que àquele período de crise aberta com o assassinato de Matteotti permitiu Gramsci se dedicar ao “*trabalho de conquista da maioria*”: a proposta da greve geral pós-caso Matteotti possibilitou o contato com seus “pares” da classe trabalhadora, na tentativa de conquistar quadros para o partido e colocá-los numa direção específica: a organização para o combate do fascismo. Assim é que, poder-se-ia dizer que já promoverá, como nos indica em *A crise italiana*, aqueles dois encaminhamentos necessários para contornar o sectarismo do primeiro grupo dirigente do PCI: 1) no campo organizacional, defende a estruturação do partido por células e 2) no campo político, a unificação entre o movimento operário e o partido. Em suma: a *aplicação metodológica da herança leniniana no processo de transformação da linha política do grupo dirigente de Bordiga está condensada na construção do PCI em Partido de massas*. Eis a feita que Gramsci se ocupará nas suas intervenções teórico e políticas de então.

realidade, sendo constituída por frações liberais, era bastante irreconciliável as distintas divergências dos partidos que compunham a própria “oposição democrática” (FIORI, 1979).

⁹⁸ Gramsci analisava que o fascismo, tendo garantido a feita de organizar a pequena burguesa, classe social que é incapaz de possuir uma estrutura, não conseguiu assegurar os dissídios para a superação da crise do pós-guerra. Pelo contrário, tornou a intensificar a própria exploração do trabalho pelo capital, aviltando de modo mais acentuado as condições de vida e de trabalho do proletariado. “O fascismo diz hoje que quer conquistar o Estado; ao mesmo tempo, diz que quer se tornar um fenômeno predominantemente rural. É difícil compreender como as duas afirmações possam se harmonizar. Para conquistar o Estado, é preciso estar em condições de subsistir a classe dominante nas funções de essencial importância para o governo da sociedade. Na Itália, como em todos os países capitalistas, conquistar o Estado significa, antes de mais nada, conquistar a fábrica, ser capaz de superar os capitalistas no governo das forças produtivas do país. Isso pode ser feito pela classe operária, mas não pela pequena burguesia, que não tem nenhuma função essencial no campo produtivo, que exerce na fábrica, como categoria industrial, uma função predominantemente policial e não produtiva. A pequena burguesia só pode conquistar o Estado aliando-se com a classe operária, aceitando o programa da classe operária, ou seja, sistema soviético e não Parlamento na organização estatal, comunismo e não capitalismo na organização da economia nacional e internacional” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 270).

A bolchevização do PCI – e dos partidos comunistas ordenados pela IC no V Congresso – é o fundamento com o qual se torna possível compreender o desenvolvimento do *partido de massas* de Gramsci. Ora, o *partido de massas* é a própria condição para operar àquela bolchevização do partido. Vejamos como Gramsci desenvolverá esta elaboração nos anos posteriores (1925 e 1926) – período marcado pelo ápice de sua elaboração teórica antes do cárcere.

Em setembro, em mesmo artigo *A crise italiana*, condena a organização do partido conforme a proposta bordighiana, isto é, de partido isolado do movimento operário e de “base de vanguarda”, restrita aos intelectuais. A concepção de revolução também é derivada do partido bordighiano: uma revolução caracterizada segundo um determinismo mecanicista; passível da espera da “busca” e da “ida” do partido junto a massa para levá-la a ação quando as condições objetivas determinarem, num contexto de “tutelamento” da massa pelo partido. Gramsci, ao contrário, propunha um tipo de partido bolchevique: àquele que é capaz de estimular a massa ao caminho revolucionário e que a conduz no processo. Para Gramsci, a inserção do próprio partido no movimento operário é a ordem primeira de suas tarefas, haja vista que o partido é a própria massa. Por esse motivo é que dois são os ofícios do partido de tipo bolchevique: de **preparação** e de **condução** do processo revolucionário. Ao contrário da proposta bordighiana, o partido não recai no imobilismo (por ter distanciada a massa do centro do partido), mas antes é órgão que se dedica a *preparação* (e por isso, a propaganda e a “*conquista da maioria*”) e a *condução* junto à classe para empreender a revolução comunista. Assim é que propõe uma nova estrutura organizativa para o PCI: a criação de *células* do partido junto a cada fábrica para suscitar e desenvolver as atividades proletárias, até a constituição de comitês proletários urbanos em defesa dos interesses da classe trabalhadora, expandindo e conquistando a massa, para “[...] tornar-se um grande partido, o único partido no qual a população trabalhadora veja a expressão de sua vontade política, a trincheira de seus interesses históricos e permanentes” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 278). A necessidade de constituição de um *partido de massas* que se instaura no horizonte de conquista dos interesses *imediatos* da classe trabalhadora, mas, sobretudo, *históricos*, e que se concentre no trabalho de *preparação* e na *condução* do processo revolucionário são os indícios que Gramsci já nos fornece de sua elaboração em torno do partido. Assim é que, a **bolchevização** ordenada pela IC, implicava, em *primeiro plano*, na substituição da matriz ideológica do PCI – ainda vigente sob o sectarismo de Bordiga, mas já expressando indícios de mudança com a direção de Gramsci; em *segundo plano*, a organização centralizada e a substituição do imobilismo pela intervenção política dos comunistas; em *terceiro plano*, a coexistência de um partido enraizado no movimento de massa; e em *quarto plano*, a adoção e a redefinição da tática de acordo com as condições objetivas (NERES, 2012).

Para tanto, o partido não pode se deixar dominar pelos dois extremos presentes: o da direita e o da esquerda, mas deve agrupar forças numa frente única para combater o fascismo. Daí advém a

sua proposta de transformar a “oposição democrática” em antiparlamento. Sendo recusada, no mês de outubro, Gramsci toma que a direção abstencionista de Bordiga (de recusar a frente única) naquela “oposição democrática”, acabou por refluir em seu imobilismo e deixou o combate ao fascismo aos partidos liberais – que pretendem subverter a ditadura fascista em nome apenas do Estado burguês e não do Estado socialista. Por esse motivo é que o PCI se retira da “oposição democrática” e retorna ao parlamento para combater, de dentro, a ditadura fascista – dado o caráter assumido pela própria “oposição”. No final de 1924, Gramsci retorna para Sardenha (a última visita no berço de sua terra) e intensifica sua atividade militante entre Milão e Roma. Ao contrário do que previa com a “crise de Matteotti”, de que o fascismo estaria próximo de seu fim, em 3 de janeiro de 1925, Mussolini dissolve estas “esperanças”: em discurso oficial⁹⁹ na Câmara, consolida a ditadura fascista. Assim é que se no período precedente, a crise Matteotti abriu uma breve retomada do movimento operário, o fascismo não sucumbiu diante da reação: foi no período subsequente (1925-1926) que “[...] de 3 a 6 de janeiro, foram fechadas 95 associações e declaradas politicamente suspeitas, dissolvidas 25 organizações ‘subversivas’ e 120 grupos da associação Itália livre, realizadas 655 invasões de domicílio e detidos 111 ‘subversivos’” (FIORI, 1979, p. 235). É sob este espectro (de um regime ditatorial aberto) que se consolidará o segundo grupo dirigente do PCI – àquele que iniciara a mudança da linha política do partido com a eleição de Gramsci como secretário geral, em 1924, e que se consolidará em janeiro de 1926, com a eleição do novo grupo.

Documento que exprimirá o auge da condensação de sua concepção de partido são as Teses de Lyon, preparadas para o III Congresso do PCI a ser realizado em janeiro de 1926. Durante 1925, Gramsci permaneceu em fase preparatória, dedicando-se àquele trabalho de “conquista da maioria”, combatendo o sectarismo de Bordiga e denunciando o fascismo. Em *Necessidade de uma preparação ideológica de massa*, de abril-maio de 1925, Gramsci torna a destacar o duplo papel do partido: o de *preparação* e de *condução* do processo revolucionário. Para tanto, não o faz desconexo do contexto italiano: é a análise do fascismo que também possibilita medir o nível de organização do movimento operário. Tomando que os cinco anos de repressão fascista alteraram o estado do próprio movimento operário (desorganizado e criminalizado), os partidos revolucionários também atingidos, possuíam a tendência de agir pelo impulso da ação pela ação, sem a avaliação e análise das condições objetivas. É por esse motivo que o PCI – e o partido – deve voltar-se para a melhoria de sua organização e para a elevação da consciência de classe de seus próprios membros. A massa, conquistada pelo “trabalho de maioria” e ao ingressar no partido, deve ser trabalhada *educativa* e *politicamente* a fim de formar

⁹⁹ “Mussolini falou brutalmente. Disse à Câmara: ‘Declaro aqui, na presença desta assembléia e na presença de todo o povo italiano, que eu mesmo, unicamente eu, a responsabilidade política, moral, histórica de tudo quanto aconteceu...Se o fascismo foi uma associação de delinquentes, eu sou o chefe dessa associação de delinquentes!’” (FIORI, 1979, p. 235).

um partido de massas com membros comprometidos com a causa histórica do proletariado. Elemento que Gramsci trabalha é, portanto, a *educação política, tarefa pedagógica* do partido junto a massa. A espontaneidade da massa deve ser desenvolvida para torná-la consciente. A luta do proletariado em relação ao capitalismo terá três frentes: *econômica, política e ideológica*. O partido revolucionário tem sua razão de ser precisamente porque trata de unificar as três linhas de frente e representa todas as exigências da *luta geral do proletariado: é o verdadeiro preparador e condutor* da realização da função histórica do proletariado (GRAMSCI EP, 2004b).

Em 16 de maio, realizando o seu primeiro e único discurso na Câmara dos Deputados, contra o projeto de lei sobre as associações secretas, elaborado por Mussolini e por seu Ministro da Justiça, Alfredo Rocco, solicitando comunicação prévia de sua lista de filiados e proibindo a participação de funcionários públicos, o que expunha diretamente o PCI, Gramsci também anuncia o preparatório para o III Congresso do PCI, cujas Teses seriam escritas em colaboração com Togliatti entre agosto-setembro. Neste intervalo, a elaboração que vai ganhando forma em torno da concepção de partido de Gramsci é aquela que *absorve bastante da herança leniniana* – quando incorporada definitivamente em 1923 e explicitada após seu retorno à Itália em 1924, já demarcando o afastamento com Bordiga e Sorel.

O que trazia de novo em relação ao momento de partida? Antes de tudo a ruptura expressa com as concepções de Bordiga e um afastamento definitivo em relação a Croce, que havia optado por considerar o fascismo um mal menor diante do bolchevismo [...] O mais importante, porém, era a influência Lenin [...] De Lenin, Gramsci trouxera a preocupação com a organização partidária, o problema da elaboração estratégica da frente única, a questão da aliança operário-camponesa, o desafio da conquista e manutenção do poder com a construção de um novo Estado, a questão da elevação cultural das massas (DEL ROIO, 2018, p. 83-84).

Se a concepção de partido de Gramsci se baseava, portanto, na constituição de um *Partido de massas*, cuja a relação direta entre movimento operário e centro dirigente é condição fundamental e se assentava na realização dos objetivos históricos e imediatos do proletariado, defendendo a frente única para enfrentar o fascismo, será nas Teses de Lyon, apresentadas no III Congresso do PCI, entre 23-26 de janeiro, que aprofundará a síntese de sua elaboração. Tomando a urgência da bolchevização dos Partidos Comunistas – como ratificado pelo V Congresso da IC – torna a assinalar que o Partido Bolchevique foi o único partido que não adentrou no processo de revisionismo empreendido pela II Internacional. Isso demonstra a universalização de sua organização – um partido fundado no *centro* da massa, expressando seus objetivos com a adoção de uma tática que se organiza e se reorganiza a partir do movimento do real e, por isso, incorpora o marxismo. A *unidade ideológica* do partido é a tarefa necessária para aquela construção do partido de tipo bolchevique; pressupõe a incorporação da

doutrina marxista, combatendo a direita social reformista e a esquerda sectarista. O partido não deve se constituir no órgão da classe, mas ser parte da classe e se destinar não a formação de quadros que se dirigirão as massas proletárias, mas envolvê-las cotidianamente em seu próprio trabalho *educativo, pedagógico*. “O extremismo de esquerda foi a ideologia oficial do Partido italiano no primeiro período de sua existência” (GRAMSCI *EP*, 2004b, p. 347) e deve ser combatido. A tendência da direita de Tasca também deve ser igualmente confrontada, tendo em vista que pretende esvaziar o “conteúdo revolucionário” ao afirmar uma solução constitucional a ditadura fascista (a democratização pela via do Estado burguês). A *base organizativa do partido* é o segundo elemento que Gramsci desenvolverá nas Teses, mas já anunciada anteriormente. A necessidade de organização por células evidencia que o partido está se organizando no *locus* direto da fábrica¹⁰⁰, o que significa que só pode se constituir em um partido de classe e de uma única classe. Assim é que o partido do proletariado não é somente um partido de classe por ser constituído de ampla base proletária, mas antes por expressar seus interesses históricos e imediatos. O seu *contato orgânico* com a massa é o que permite não perder de vista a *unidade ideológica* a qual se funda: isto é, apesar do ingresso de sociais reformistas, o partido deve ter clareza de sua própria matriz ideológica, daí que a organização por células nos locais de trabalho permite o trabalho de *educação política* de seus próprios membros. A relação entre partido e massa é, pois, condição para a própria expressão dos interesses do proletariado, contribuindo para dar-lhe uma “fisionomia”, uma classe com consciência revolucionária – *condição terceira* para a construção do verdadeiro partido de massas. A tática do partido também deve se adequar as condições objetivas; se se realiza uma leitura correta do real, também as possibilidades de elaborar uma tática que permita a realização da função histórica do proletariado adquirem condições aproximativas de objetivação. O partido, adequando a sua tática a partir do real, *prepara e guia* a classe trabalhadora na realização de sua estratégia. Mas o

[...] princípio de que o partido dirige a classe operária não deve ser interpretado de modo mecânico. Não se deve crer que o Partido possa dirigir a classe operária através de uma imposição autoritária vinda de fora [...] a capacidade de dirigir a classe decorre não do fato de que o Partido se “proclame” o órgão revolucionário desta classe, mas do fato de que ele “efetivamente” se revele capaz – enquanto parte da classe operária – de se ligar a todos os segmentos de tal classe e de

¹⁰⁰ “[...] uma organização aderente ao local e ao sistema de produção permite estabelecer um contato entre os estratos superiores e inferiores da massa trabalhadora (trabalhadores qualificados, não qualificados e manuais) e criar vínculos de solidariedade que minem pela base qualquer fenômeno de ‘aristocracia operária’. A organização por células leva à formação no Partido de um estrato bastante amplo de dirigentes (secretários de célula, membros dos comitês de célula, etc.), os quais são parte da massa e a ela permanecem ligados, ainda que exercendo funções dirigentes, ao contrário dos secretários de seções territoriais, que eram necessariamente elementos separados da massa trabalhadora)” (GRAMSCI *EP*, 2004b, p. 350).

imprimir à massa um movimento na direção desejada e que encontre respaldo nas condições objetivas (GRAMSCI *EP*, 2004b, p. 356).

Fundido o movimento operário com o próprio partido, cabe a adoção de meios para convergir a correlação de forças em favor da classe operária, isto é, realizar o trabalho de *conquista da maioria* a fim contribuir para o assalto ao Estado burguês. Neste processo, têm-se, portanto, que a análise da *conjuntura objetiva* é fundamental para a definição da orientação da *intervenção política*. No “sardo” observa-se, pois, a subjetividade organizada como força motriz para a própria atuação nas condições objetivas. A questão da tática e da estratégia, nesta vertente, é a *quarta condição* da bolchevização do partido (que Gramsci expressará nas Teses de Lyon) e é a que coloca a questão da *classe operária* e de *seus aliados*. Com isso, temos que a tática e a estratégia nos remetem diretamente a frente única – objeto de dissensos desde o III Congresso da IC. Na verdade, diversas vertentes interpretativas acerca da frente única podem ser visualizadas dentro da própria IC: a colaboração com a social-democracia foi alvo de inúmeras divergências. Assim é que duas variantes podiam ser identificadas: 1) àquela que tomava a frente única como forma *defensiva* da reação capitalista, aceitando-se a aliança com a social-democracia a fim de superar a derrota momentânea da revolução, ao mesmo tempo em que tratava de denunciar o reformismo dos “aliados” (da própria social-democracia) e; 2) àquela que não aceitava a colaboração com o reformismo, dado que a social-democracia se inseria na esteira colaborativa com os partidos burgueses. Poder-se-ia dizer, portanto, que a própria indefinição do “conteúdo” da frente única impossibilitava gerar um consenso em torno de sua “fórmula”. A feita conduzida por Gramsci foi, exatamente, a sua capacidade de construir uma nova síntese teórica – o que pode ser observado na cristalização da própria frente única condensada nas Teses de Lyon. Para ele – como era certo –, a frente única deveria assumir um caráter *antifascista*, o que implicaria na conquista dos quadros dos partidos sociais-democratas para o PCI para expandir as suas bases¹⁰¹. Se um caráter *antifascista* deveria ser assumido pelo Partido Comunista na própria incorporação da frente única, também a natureza *anticapitalista* demarcava o seu fundamento. Com esta elaboração, de uma frente única *antifascista* e *anticapitalista*, estava dado o trilho de sua síntese teórica: ademais daquela conquista dos quadros dos partidos sociais-democratas pelo trabalho de *educação política* para fazer frente ao regime fascista, combatendo a *aristocracia operária* e o *reformismo*, a resistência ao Estado burguês deveria ser dada pela aliança entre o **proletariado industrial** e o **campesinato** para que se possa

¹⁰¹ “Gramsci, por sua vez, defendeu a manutenção dos laços com o grupo dirigente da IC, a incorporação ao PCI de elementos da esquerda socialista e era favorável à política de frente única, mas não com os socialistas, pois tanto o PSI quanto a CGT eram, na verdade, instituições assimiladas ao Estado burguês. Entendia ainda que a fórmula política da frente única deveria unificar a classe operária e selar uma aliança fundamental com o proletariado agrícola e com o campesinato, para o que os intelectuais meridionalista liberais deveriam contribuir decididamente” (DEL ROIO, 2018, p. 125-126).

colocar em movimento a palavra de ordem *governo operário e camponês*. A conquista da maioria da população italiana é o que permite unificar a função histórica do proletariado e empreender a própria revolução comunista. Com isto, pelo significado da *frente única* de Lênin, Gramsci está resolvendo uma questão essencial que lhe é intrínseca desde o período de juventude “sarda”: **o lócus dos camponeses na revolução**. Enfim, o campesinato, ou mais especificamente, a “questão meridional”, se torna uma questão nacional na elaboração da estratégia revolucionária, quer dizer: o campesinato finalmente pôde ter destaque e se enveredar no processo de revolução. É o que destacará em artigo de 1926, *A questão meridional*, pouco tempo antes de seu encarceramento:

O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora. Na Itália, nas reais relações de classe existentes na Itália, isso significa: na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas (GRAMSCI EP, 2004b, p. 408).

Assim é que, para Gramsci, a frente única não era somente uma tática, mas, sobretudo, uma estratégia, haja vista que ao mesmo tempo em que servia de meio para alavancar a própria revolução comunista, também estabelecia em seu horizonte o objetivo final: a luta anticapitalista e a instauração do Estado *operário e camponês* pela *frente única*, expressa pela aliança operário-camponesa.

Em suma: se a cisão de Livorno é que pôde convergir e unificar Gramsci e Bordiga por conta da necessidade de ruptura com o reformismo típico do PSI – em grande parte, também incidente sob Gramsci pela influência de Sorel, cujo fundamento do “espírito de cisão” repousava na divergência entre classe operária e Estado burguês –, o afastamento da unidade “Gramsci-Bordiga” se inicia no período precedente. Na verdade, desde 1919-1920, o descrédito de Bordiga no movimento dos CF e o seu caráter abstencionista, já colocavam Gramsci no trilho do dissenso. Pós-Livorno e fundação do PCI, a cisão bem mais à esquerda do PSI e o intenso sectarismo de Bordiga puderam se expressar – fato que tornou o “sardo” a observar a clivagem entre a direção bordighiana do PCI e as orientações da IC. A recomendação da tática da frente única foi a inferência central que suscitou a possibilidade da ruptura aberta de Gramsci com Bordiga. De início, ainda sob o signo do “*governo operário*” e da “*ditadura do proletariado*”, o “sardo” não admitia a *frente única*, dado os esforços para que a cisão fosse “selada” em Livorno, evidenciando ainda a *incorporação limitada* da própria herança a ser absorvida de Lênin. Somente durante sua estadia em Moscou é que pôde compreender o significado da *frente única* e completar sua assimilação do *marxismo*: percebendo a legitimação do fascismo na Itália é que se atentou para a necessidade de adequação da intervenção política a partir da análise do real. Naquele novo contexto, “*governo operário*” e “*ditadura do proletariado*” significavam a própria

derrocada do movimento operário e da revolução comunista e a defesa da própria posição esquerdista de Bordiga. Para Gramsci, *assimilando a frente única e as orientações da IC*, tratava-se de entrar em *defensiva* para combater a reação fascista: como condição posta pelas exigências do atual momento, a frente única deveria ser incorporada – análise que nunca foi assimilada por Bordiga. Assim é que o “sardo” se dedicará a denúncia do sectarismo de Bordiga e do primeiro grupo dirigente do PCI, se lançando ao trabalho de *conquista da maioria* a fim de modificar a linha política do partido – àquela que não se baseia na esquerda de Bordiga e àquela que não se limita a direita de Tasca na construção de uma nova social-democracia, elegendo o *centro* para a nova direção partidária. No III Congresso, as Teses de Lyon são aprovadas com 90% dos votos, e o novo Comitê Executivo se constitui a partir de Gramsci, Togliatti, Terracini, Scoccimarro e Camilla Ravera. É, pois, no contexto de cisão com os reformistas e disputa pela alteração da linha política do primeiro grupo dirigente do PCI – momento caracterizado pela *incorporação do marxismo por Gramsci* (durante o seu contato com a “herança leniniana” em Moscou) e sua *aplicação metodológica* (observando a incompatibilidade do primeiro grupo dirigente do PCI junto às orientações da IC e a necessidade de readequar a tática para atuar na revolução comunista no solo italiano) é que desenvolverá sua concepção de partido. Distinguindo-se da de Bordiga, Gramsci aposta num *partido de massas* que se insira no centro do próprio movimento operário, de tal modo que o partido se funda com a própria classe, porque é – antes de tudo – a parte orgânica da própria classe. A consciência de classe, desenvolvida *a partir de dentro*, do seu interior, deve ser trabalhada pelo partido que não se constitui no “emaranhado” de intelectuais de vanguarda, mas possui o caráter de vanguarda por representar o legatário dos interesses imediatos e históricos do proletariado: é o “*preparador e condutor*” do processo revolucionário. Assim é que, incorporando a *bolchevização* preconizada pelo V Congresso da IC, Gramsci a sintetizou nas Teses de Lyon através de sua elaboração explícita do *partido de massas*. A frente única, reafirmada desde o III Congresso da Internacional, também adquire uma síntese teórica no *locus* particular da produção gramsciana: é estratégia que busca conquistar quadros sociais-democratas para o partido, estabelecendo a aliança entre os *proletários* e os *camponeses* a fim de conquistar a maioria da população italiana para que, ao mesmo tempo em que una forças para enfrentar o fascismo, seja também capaz de encaminhar a luta anticapitalista e de constituição do Estado *operário e camponês*. O tripé absorvido através da herança leniniana fora completado: *a assimilação (com Gramsci em Moscou); a aplicação (com seu retorno a Itália e combate ao sectarismo de Bordiga) e a tradução (com a frente única adequada a partir da realidade italiana)*.

2.3 O PARTIDO POLÍTICO NOS *QUADERNI DEL CARCERE*

Se o início do processo de fascistização se desenvolveu a partir do período de esgotamento do *biennio rosso*, isto é, teve o seu estopim datado em 1921; no período 1925-1926 o que se observa é o processo de consolidação da ditadura fascista. O “*rolo compressor fascista*” determinou a proibição dos partidos e das organizações antifascistas¹⁰² – no campo político –, ao mesmo tempo, em que na esfera produtiva, conseguiu reestabelecer a “[...] disciplina na fábrica, suprimindo o direito de greve, reduzir os salários, prolongar o tempo de trabalho e destruir o sindicalismo autônomo [...]” (DEL ROIO, 2005, p. 146). Em síntese: entre 1925-1926, atentava-se para uma espécie de *ano napoleônico do fascismo*. É sobre este espectro que, atravessando a crise do partido bolchevique e permanecendo na vertente de *refundação comunista*, observa-se as distintas posições¹⁰³ assumidas por Gramsci e por Togliatti. Na verdade, compreendendo de formas divergentes o significado da crise do grupo dirigente do Partido Comunista da União Soviética, a relação que se estabelecerá entre Gramsci e Togliatti e o grupo da maioria do partido bolchevique (liderado por Stalin) e o “grupo de oposição” (liderado por Trotsky), demonstra que Gramsci adentrará no *período carcerário* imbuído da capacidade realizar

¹⁰² “O Partido Socialista Unitário (o partido de Turati), ao qual pertencia Tito Zaniboni, fora dissolvido logo após a descoberta da tentativa de assassinato contra Mussolini, e o seu jornal, *La Giustizia*, não podia mais ser publicado. [...] Uma lei de 31 de janeiro de 1926 dispunha que aqueles que continuassem a luta antifascista no exterior perderiam a cidadania italiana e, mais tarde, teriam seus bens sequestrados e, nos casos extremos, confiscados. Foram privados da cidadania italiana, entre outros, Salvemini e um jornalista católico, Giuseppe Donati, que havia denunciado a corresponsabilidade do chefe da polícia De Bono no assassinato de Matteotti. [...] A represália fascista dirigiu-se contra as sedes dos últimos jornais livres. As redações do *Il Mondo* e da *Voce Republicanana* foram devastadas. Para Antonio Gramsci, a vida tornava-se cada vez mais difícil” (FIORI, 1979, p. 254-255).

¹⁰³ O Partido Comunista da União Soviética (PCUS), originado a partir da fração bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), chegou, entre o verão e o outono de 1926, a acentuar suas divergências internas: após a morte de Lênin, a Nova Política Econômica (NEP) foi alvo de controvérsias no centro do partido. “A NEP era um sistema de economia mista: a grande indústria, com direção estatal, a pequena e média indústria, o comércio e a agricultura confiados à iniciativa privada” (FIORI, 1979, p. 264). O grupo da maioria, reunido em torno de Stalin e da qual se alinhava Bukharin, defendia a manutenção da NEP, empreendida no cenário pós-guerra sob a direção de Lênin em substituição ao regime de “comunismo de guerra”, para a continuidade da transição ao ordenamento socialista. O “grupo de oposição” – de Trotsky, Zinoviev e Kamenev – defendia, ao contrário, o desenvolvimento de uma industrialização acelerada para empreender uma acumulação primitiva socialista mediante a transferência de recursos do campo para a cidade – fato que implicava na expropriação dos camponeses. A industrialização acelerada permitiria *proletarizar* e impedir a restauração capitalista pelo campo. Apesar de, em geral, Gramsci se posicionar em favor das teses da maioria, não deixou de estabelecer críticas. O “grupo de oposição”, para o “sardo”, consistiu numa tentativa de construção de um fracionismo no interior do PCUS – partido mundial dos trabalhadores. Por esse motivo é que para garantir o próprio princípio universal de bolchevização herdada do partido haveria de se perpetuar a sua unidade e realizar um apelo para evitar as “medidas excessivas”. É o que demonstra, em anexo, de carta de 14 de outubro de 1926 a Togliatti. “Novos quadros proletários se vinham formando a partir de baixo, das fábricas; os elementos intelectuais estavam sendo submetidos a uma rigorosa seleção e a um controle rígido e criterioso, com base no trabalho prático, no terreno da ação. Esta reelaboração ocorria sob a direção do PC da URSS em seu conjunto unitário e de todos os grandes líderes deste Partido. Ora, a intensidade da atual crise e a ameaça de cisão aberta ou latente nela contida paralisam este processo de desenvolvimento e de elaboração em nossos partidos, cristalizam os desvios de direita e de esquerda, tornam novamente distante o êxito da unidade orgânica do partido mundial dos trabalhadores” (GRAMSCI EP, 2004b, p. 388). Assim é que, se ao mesmo tempo em que Gramsci defende a permanência da unidade do PCUS, está apostando na necessidade de conquistar a maioria dos camponeses (e daí, na necessidade da “frente única”) e na NEP para possibilitar uma fase de transição rumo ao ordenamento socialista – demarcando nestes pontos a pactuação com a maioria. A ideia de “socialismo num só país” de Stalin, no entanto, aparece como inaceitável, haja vista que recusa o princípio da Revolução Russa como revolução internacional e isola a revolução nos marcos do Oriente – e deste modo, imprime críticas à própria orientação da maioria (FIORI, 1979; DEL ROIO, 2005).

uma complexa *análise da sucessão ideal dos fatos reais*. Enquanto Togliatti assentia a tendência de consolidar a própria cisão no grupo dirigente bolchevique, aproximando-se da ideia “liquidacionista” das correntes minoritárias no partido (expresso pelo fracionismo do “grupo de oposições”), Gramsci valorizava a unidade do partido, a fórmula da frente única, “colocando” o campo, o *meridionalismo* naquele “[...] contexto internacional da revolução socialista, projetando a periferia no cerne do futuro” (DEL ROIO, 2005, p. 181) e defendia a própria manutenção da frente única, expressa pela “*aliança operário-camponesa*”, para a elaboração de uma *frente única de todo o mundo – internacional* – de acordo com as particularidades nacionais, unificando a classe trabalhadora e conquistando a maioria – condição que o insere no processo de *refundação comunista*; herdeiro da “tradição leninista” e comprometido com a revolução socialista nos termos internacionais. Ainda que favoráveis ao grupo da maioria, entre Gramsci e Togliatti havia uma diferença substancial: Togliatti aceitava sem “impor nenhuma limitação” a linha política da maioria – o que implicava na pactuação com a possibilidade da existência do “socialismo num só país”; defendendo que era necessário garantir a consolidação do socialismo na Rússia para posteriormente servir de mola propulsora para a revolução socialista geral. Com esta proposição, acabava por contribuir para o processo de **regressão teórica** do bolchevismo no PCUS, herdado de Lênin, juntamente com Stalin e Bukharin. Gramsci pretendia evitar “medidas excessivas”; optava pela unidade do grupo dirigente, mas se “atinha” a impossibilidade da revolução socialista isolada, porque é o PCUS e a experiência da Revolução Russa que fornecem o estímulo aos partidos a bolchevização, ao passo que a transição socialista russa só pode se sustentar pela transição socialista nacional e vice e versa¹⁰⁴ (DEL ROIO, 2005).

Entre 1 a 3 de novembro de 1926 realizar-se-ia um encontro clandestino em Genova entre o Comitê Central do PCI e Humbert-Droz, representante da IC, para esclarecer acerca da questão russa, da qual Gramsci estaria presente e emitiria juízo de valor. Por conta do atentado, de 31 de outubro, a vida de Mussolini, Gramsci foi detido em Milão e foi obrigado a retornar a Roma, impossibilitando a sua participação.

O atentado de Bolonha foi um bom pretexto para o reconhecimento do poder fascista. A 5 de novembro, o Conselho de Ministros deu o golpe definitivo àquele pouco de democracia que ainda restava na Itália. O governo deliberava a anulação de todos os passaportes, o uso das armas contra quem tentasse o expatriamento clandestino, a suspensão dos jornais antifascistas, a dissolução dos partidos e das associações contrárias ao regime. Também estava pronto um projeto de lei para a

¹⁰⁴ “A preocupação principal de Gramsci era que isso [às ‘questões russas’ referente a crise do PCUS] provocasse uma cisão imediata ou uma ameaça de cisão permanente, fazendo desaparecer um fundamento do bolchevismo: a unidade do grupo dirigente do partido como garantia da aliança entre operários e camponeses, e, portanto, as bases sociais do poder soviético e da conexão entre a revolução na Rússia e a revolução mundial” (VACCA, 2012, p. 73).

instituição da pena de morte e do Tribunal especial: a Câmara teria de discuti-lo e aprová-lo a 9 de novembro. [...] é também provável que ele [Gramsci] não acreditasse na possibilidade da prisão, já que o mandato parlamentar lhe garantia a imunidade. Na manhã seguinte de 6 de novembro, um jornal fascista, *Il Tevere*, saiu com uma moção de Roberto Farinacci na primeira página. Esta moção propunha, em uma lista nominal, a revogação dos mandatos parlamentares dos deputados opositoristas [...] e comunicou que era preciso acrescentar ao elenco os deputados comunistas (FIORI, 1979, p. 270-271).

Em 8 de novembro, Gramsci foi detido aos 35 anos: cessou-se sua atividade militante prática, mas iniciou-se sua rica atividade reflexiva no cárcere. Recolhido no cárcere de *Regina Coeli*¹⁰⁵, em 18 de novembro, pela Lei de Segurança Pública, foi condenado a 5 anos de aprisionamento, tendo de ser transferido para a Sicília. Seu destino inicial foi Ustica, uma ilha com extensão de oito quilômetros quadrados. Junto de sua prisão e de outros companheiros de atividade militante socialista e comunista (dos quais, se encontrava Bordiga), Gramsci se dedicou a ministração de cursos de formação para os demais prisioneiros. Se a atividade política se tornou impossibilitada na prática, procurava ocupar o tempo inativo para manter vivas a estabilidade emocional e a resistência política. Durante sua estadia em *Regina Coeli*, redige cartas para sua companheira Giulia e sua família. As *Cartas do Cárcere* nos fornecem riquíssimos indícios para investigar o plano traçado por Gramsci de dentro do cárcere e a comunicação que manterá com o mundo exterior. É de Ustica, no entanto, que estabelecerá contato com Piero Sraffa, um economista turinense colaborador no *L'Ordine Nuovo* nos anos de 1919-1920, que fornecerá o acesso de livros¹⁰⁶ a Gramsci para prosseguir em seus estudos investigativos, dentro do cárcere¹⁰⁷. Em Ustica, pôde desfrutar de maior “liberdade” se comparada a *Regina Coeli* (prisão de Roma): pôde “[...] passear por toda aldeia, falar com os companheiros, viver numa casa e não mais numa cela” (LAJOLO, 1982, p. 101).

As esperanças de Gramsci de que o cárcere seria breve se dissiparam em janeiro de 1927: com o processo contra o “sardo” retomado, Gramsci foi transferido para o presídio *San Vittore*, em Milão, para aguardar até o seu julgamento. Desembarcando em 7 de fevereiro – depois de uma viagem com

¹⁰⁵ “Nos primeiros dias de reclusão, repete a si mesmo, de modo obsessivo, que deve ser forte, tranquilo e sereno, ainda que por algum tempo venha a estar completamente isolado da família e do Partido. Embora estivesse preparado para a trágica eventualidade da prisão, teme agora que o seu físico não seja capaz de resistir ao cárcere. [...] Passa alguns dias isolado, submetido a uma disciplina rigorosíssima, numa cela iluminada também de noite, em cuja cama suja passeiam diversos insetos. Não podendo dispor de nada para ler, tem tempo para refletir sobre o modo como viveu seus 35 anos e sua opção longos momentos de tristeza e desconforto” (LAJOLO, 1982, p. 99).

¹⁰⁶ Piero Sraffa “[...] lhe abriu uma conta ilimitada em uma livraria de Milão, a Sperling e Kupfer. Esses livros também eram utilizados na escola de cultura geral organizada entre os presos políticos. Gramsci era professor e aluno: ensinava geografia e história e tomava lições de alemão. [...] Os presos políticos enfrentavam as despesas da subsistência com as dez liras diárias que o governo dava a título de ‘auxílio’” (FIORI, 1979, p. 275).

¹⁰⁷ “Na segunda metade de setembro, em Milão, Piero Sraffa, depois de obter o endereço de Tania na livraria Sperling & Kupfer, dirigiu-se à sua casa para conhecê-la. É difícil pensar que se tratou de uma iniciativa pessoal; verossimilmente, foi combinada com o partido, a fim de estabelecer um contato com o prisioneiro através de Tania, que, nesse meio-tempo, tornara-se o único elo de Gramsci com o mundo exterior” (VACCA, 2012, p. 99).

duração de 19 dias e cerceado pela disciplina carcerária –, pode escrever duas cartas por semana¹⁰⁸. Durante a permanência em Milão, recebeu a visita de seu irmão Mario, Piero Sraffa e Tatiana, a sua cunhada que se transferiu de Roma a Milão para facilitar o acesso. Permaneceu em *San Vittore* entre fevereiro de 1927 a maio de 1928, donde partiu para Roma para seu julgamento definitivo. O processo contra Gramsci e os dirigentes do PCI se estendeu de 28 de maio a 4 de junho e resultou na sentença de 20 anos, 4 meses e 5 dias de reclusão para o “sardo”: conseguiram fazer com que *aquele cérebro deixasse de funcionar por 20 anos*. De início e após a sentença, seu destino seria Portolongone, mas a visita médica para a inspeção das condições de saúde de Gramsci (a pedido de Teresina, a sua irmã) constataram um distúrbio uricêmico (que o fez perder doze dentes) e grave esgotamento nervoso. Por estas razões, foi recluso na penitenciária especial de *Turi*, na província de Bari. Os 12 dias de viagem entre “Roma-Turi” degradaram a saúde de Gramsci¹⁰⁹, que tenderá a se agravar nos anos posteriores. Podendo redigir apenas uma carta a cada quinze dias e recluso na companhia de seis detentos, Carlo solicitará¹¹⁰ cela individual e papel e tinta para Gramsci escrever. Obterá a cela em agosto de 1928 e a permissão para escrever em fevereiro de 1929, donde iniciará a redação dos *Quaderni*. Do cárcere, produzirá um total de 33 cadernos escolares preenchidos, dos quais 4 são exercícios de traduções, para “*destravar as mãos*”, como indica em carta de 9 de fevereiro de 1929 a Tatiana, e 29 são destinadas a notas reflexivas. A distribuição dos 29 cadernos reflexivos também é caracterizada pela distinção de duas naturezas de *cadernos*: os cadernos miscelâneos, composto por diversas notas inspiradas em diversos temas e; os cadernos especiais, cuja redação se debruça sob um tema específico e, em geral, de “longa duração”. É neste conjunto que Gramsci nos fornecerá nos *Quaderni del Carcere* uma rica exposição reflexiva em três linhas de frente: 1) *pessoal*, dado que a redação servia de estímulo para vencer a brutalidade do cárcere; fazendo frente com a incorporação da resistência política aos limites físicos e corporais impostos pela ditadura fascista; 2) *política*, haja vista que Gramsci buscará refletir sobre os motivos da derrocada do movimento operário e da revolução socialista na Itália, e também

¹⁰⁸ Nas cartas do período, Giulia, Tatiana e Giuseppina estão entre seus principais destinatários. A tentativa de confortá-las é o conteúdo que se observa. Em carta de 12 de dezembro de 1927, redige a sua mãe: “Na vida que sou forçado a levar, a ausência de notícias se torna às vezes um verdadeiro tormento. Não sei mais o que escrever para consolá-la e tranquilizar seu estado de espírito. Nunca duvide de minha paz de espírito” (GRAMSCI CC, 2005a, p. 213).

¹⁰⁹ É o que demonstra em carta de 20 de julho de 1928 a Tatiana. “A viagem Roma-Turi foi horrível. Obviamente, as dores que senti em Roma e me pareciam uma doença do fígado eram apenas o início da inflamação que se manifestou em seguida. Passei mal de modo inacreditável. Em Benevento, tive dois dias e duas noites infernais; me torcia como um verme, não podia estar sentado, de pé ou deitado” (GRAMSCI CC, 2005a, p. 277).

¹¹⁰ O pedido advém da solicitação de Gramsci, como demonstra a carta de 13 de agosto de 1928, endereçada a Carlo: “É preciso que solicite ao Ministério competente, em nome de minha família (em nome de mamãe e do seu), que sejam tomadas providências para que eu possa ser posto numa cela sozinho, aqui no cárcere [...] Agora estou numa cela com outros [...] mas que sofrem de doenças nos brônquios e nos pulmões. [...] No requerimento, acrescente que meu trabalho passado de intelectual me faz sentir fortemente a dificuldade para estudar e ler que existe quando se está num aposento com doentes, e peça que, ficando sozinho, me autorizem a ter papel e tinta para me dedicar a alguns trabalhos de caráter literário e ao estudo de línguas” (GRAMSCI CC, 2005a, p. 282).

na Europa Ocidental; exame que o “coloca de frente” com a herança leniniana, mas também com os novos desdobramentos teóricos empreendidos pelo grupo dirigente da IC daquele período: Stalin e a “guinada à esquerda” da Internacional, em substituição da “frente única” pela luta da “classe contra classe”. Gramsci empreende, pois, uma **tradução** do marxismo para as condições históricas do século XX, se apropriando daquilo que Lênin já postulava em 1921: de que o refluxo do movimento operário iniciado com a Revolução Russa de 1917, indicava que o modo de produção capitalista possuía ainda reservas suficientes para se reestruturar, especialmente no Ocidente. É nesse sentido que promoverá uma renovação teórica do marxismo: ao incorporar a herança leniniana e a traduzir para o cenário da Itália, e do Ocidente, é capaz de analisar a necessidade de **alterações** táticas e estratégicas para o trilho revolucionário – expresso, sobretudo, no par categorial “Ocidente/Oriente” –, superando a regressão teórica do bolchevismo com a direção do PCUS por Stalin; e 3) *intelectual*, posto que o cárcere é o *locus* de apropriação crítica das “fontes formadoras” iniciais de Gramsci, isto é, tratará de retomar os clássicos revisionistas do marxismo com os quais estabeleceu contato nos anos de juventude: mais a direita, Croce e, a esquerda, Sorel, presentes em sua gênese híbrida. Apropriando-se de conceitos e os reformulando promove um verdadeiro léxico próprio e particular do arcabouço gramsciano (FIORI, 1979; NERES, 2012). É neste contexto que uma teoria sistemática acerca do partido político pode ser extraída. Nos *Quaderni*, porém, há uma dificuldade de localizá-la pelo próprio caráter assumido pelas notas redigidas por Gramsci: ao não se destinar a publicação, a redação gramsciana é, antes de tudo, maneira de manter ativa a resistência política militante própria do “sardo”, isto é, forma de vencer o *pessimismo do intelecto* e manter o *otimismo da vontade*¹¹¹.

Gramsci já havia demonstrado um possível plano de trabalho a ser desenvolvido no cárcere a Tatiana, em carta de 19 de março de 1927, elencando quatro temas: 1) pesquisa sobre os intelectuais italianos e suas origens; 2) estudo de linguística comparada; 3) estudo sobre o teatro de Pirandello e; 4) romances de folhetim e gosto popular na literatura. Este plano é alterado e reagrupado em carta de 25 de março de 1929: 1) a história italiana do século XIX e a formação dos grupos intelectuais; 2) a história e a historiografia e; 3) o americanismo e o fordismo (GRAMSCI CC, 2005a). A (re)laboração do plano de trabalho indica que Gramsci procurará, de modo mais universal, e não apenas conjuntural/circunstancial (resultantes da análise imediata para a ação política, como nos textos pré-carcerários), analisar a derrota da classe trabalhadora na Itália. Para tanto, partirá da investigação do processo do *Risorgimento* italiano para compreender de que forma a concepção de mundo burguesa foi formada e difundida no país através do papel dos intelectuais, possibilitando a formação do “Estado Unitário”.

¹¹¹ “Agora, para Gramsci, o trabalho, aqueles apontamentos de memória, aquelas notas breves com uma ideia fixa no seu primeiro esboço, aqueles ensaios abertos à finalização ou à reelaboração eram a própria vida, era o seu modo de continuar a luta revolucionária, de permanecer ligado ao mundo, idealmente ativo na sociedade dos homens” (FIORI, 1979, p. 293).

É esta elaboração que possibilitará investigar de que maneira as classes exploradas poderão estruturar a sua concepção de mundo, difundi-la e se dedicar a construção de uma nova ordem social. Em suma: “A primeira exigência de Gramsci é de calcar-se em uma realidade bem precisa, na realidade concreta italiana; ver como se formou o Estado burguês italiano e que função os intelectuais exerceram neste processo de formação” (FIORI, 1979, p. 295). Assim, o léxico gramsciano abrange novas expressões: bloco histórico, intelectuais orgânicos e Estado ampliado são manifestações conceituais presentes na teoria política gramsciana endereçada ao *moderno príncipe*. Se o cárcere acabou por provocar certo distanciamento em relação a situação internacional, Gramsci não deixou de estabelecer conexão com os próprios dissídios vivificados no centro da IC: a decisão pela investigação dos temas apresentados (a origem dos intelectuais na Itália; Estado) nos indica que a sua discussão se insere no contexto das *relações com a Internacional*, dado que está levando a cabo uma complexa síntese que, considerando a sua direção stalinista – cujo o VI Congresso, realizado em Moscou, em julho de 1928, substituiu a fórmula da frente única pela tese da “classe contra a classe”, liquidando a possibilidade de aliança com a social-democracia, que acabou por ser apontada como “social-fascista” – não se reduz a defesa do modelo dicotômico (isto é, da clivagem e defesa de um lado político e/ou de outro – Trotsky e/ou Stalin), mas empreende, considerando a particularidade nacional, uma original análise sobre o papel da hegemonia na construção do “*Estado operário e camponês*” – ocupando o partido político *locus* central na elaboração teórica e na construção prática e, que, de certa forma, não deixa de estabelecer críticas ao próprio grupo liderado por Stalin e o seu “ataque frontal” imediato (VACCA, 2012).

Para tanto, iniciar esta investigação (de sistematizar a temática do partido político a partir dos *Quaderni*) exige, em primeiro plano, resgatar a ampliação do Estado demarcada por Gramsci. É sob este ponto de partida que se torna possível localizar o *locus* de atuação do partido.

Certamente que, embebido dos conteúdos da tradição marxiana, Gramsci não negará os seus determinantes fundamentais para a elaboração da ampliação do Estado verificada no século XX, mas contribuirá para atualizar a teoria do Estado até então pactuada por Marx e, de certa forma, ainda por Lenin. Remontar o processo de constituição do Estado implica lançar mão dos momentos estrutural e superestrutural na construção gramsciana ou – se assim se quer dizer – do processo de estruturação do bloco histórico¹¹². Sua concepção exige o necessário e imbricado estudo da relação entre estrutura e superestrutura: exatamente por consistirem numa relação orgânica, devem ser consideradas a partir da unicidade de seu vínculo dialético e de sua “separação admitida” apenas no *âmbito metodológico*

¹¹² Bloco histórico, categoria originada de Sorel, é apropriada por Gramsci para indicar a relação imbricada entre estrutura e superestrutura: “A estrutura e a superestrutura formam um bloco histórico, isto é, o conjunto complexo e discordante das superestruturas é um reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 2014, Q8, § 182, p. 1051, tradução nossa).

(PORTELLI, 1977). Qualquer análise que se ocupe desta investigação deve considerar as dimensões divergentes e convergentes que se interpelam entre Marx e Gramsci: novas inferências apresentar-se-ão em razão direta da época histórica vivenciada por Gramsci – momento em que já se efetivou

[...] uma maior concretização (ou “ampliação”) do fenômeno estatal. [...] A esfera política “restrita” que era própria dos Estados oligárquicos, tanto autoritários como liberais, cede progressivamente lugar a uma nova esfera pública “ampliada”, caracterizada pelo crescente protagonismo de amplas organizações de massa [decorrentes da socialização da política] (COUTINHO, 1994, p. 52-53).

É no cenário de ampliação do fenômeno estatal que Gramsci, partindo da própria concepção marxiana de Estado, incorpora novas determinações em seu processo de “constituição”. Os aspectos convergentes de suas formulações residem exatamente no fato de compreenderem o plano estrutural enquanto base em que se assentam as relações materiais de produção. É a maneira como os homens se organizam para produzir que determina a (re)produção das relações sociais. As novas inferências desenvolvidas por Gramsci acerca do processo de “constituição” do Estado são expressas, no entanto, exatamente em seus aspectos divergentes em relação à própria esquematização marxiana: ao partirem do mesmo ponto em comum (estrutura) que justificam os pilares para a elaboração da superestrutura, Gramsci compreende que a sociedade civil, como esfera pertencente ao plano estrutural da construção marxiana, está situada no momento superestrutural. Ao contrário das formulações de Marx, Gramsci identifica duas esferas (mas que não separam) em seu centro: a sociedade civil e a sociedade política. Isso significa dizer que, diferente da leitura até então predominante, de que na vigência do capitalismo concorrencial do século XIX, o Estado se reduzia a suas funções coercitivas; na era dos monopólios, exige novas formas de controle que ultrapassam o binômio coerção/repressão. Assim é que, somada a sua função coercitiva, o Estado das sociedades capitalistas modernas, demanda a construção ativa de consenso para solidificar suas bases. As divergências na elaboração da teoria do Estado entre Marx e Gramsci se anunciam, pois, muito mais pela análise do Estado de seus respectivos tempos históricos do que pela divergência conceitual – por vezes extremamente valorizada por determinados autores – de suas elaborações.

Formado pela sociedade civil e pela sociedade política, o Estado – em seu sentido *integral* – “[...] é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis a máxima expansão do próprio grupo” (GRAMSCI, 2014, Q 13, § 17, p. 1584, tradução nossa¹¹³). O grupo dirigente deve dominar “*material e idealmente*” para assegurar a sua posição dominante, isto é: deve

¹¹³ Utilizaremos a sigla “Q”, seguido de número ordinal para referenciar o *Caderno* em a citação está localizada, seguido do parágrafo e da página, facilitando a localização do leitor. Adotamos na presente pesquisa a edição crítica dos *Cadernos do Cárcere*.

estabelecer o máximo de consenso entre as classes através de seus aparelhos privados de hegemonia. Se a sociedade política é composta pelos aparelhos coercitivos de Estado (a polícia, o exército, a força das leis), destinados a operar a função repressiva, a sociedade civil, por intermédio de seus aparelhos privados de hegemonia (as instituições), é *locus* ocupado pelos intelectuais orgânicos – atribuídos de tornar *sensu comum* a concepção de mundo da classe social dirigente¹¹⁴. Isto é: estão encarregados de difundir a *hegemonia* em favor do grupo social dominante. Por esse motivo é que, a atualização da teoria do Estado atentada por Gramsci nos *Quaderni*, consiste em considerar que o Estado não se limita ao exercício da *coerção*, mas legitima o grupo dirigente por meio do *consenso* produzido pelos aparelhos privados de hegemonia, cujos os intelectuais orgânicos são “portadores” da capacidade de difundi-la e expandi-la: “Na noção geral de Estado entram elementos que são remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, se pudesse dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia carouçada de coerção)” (GRAMSCI, 2014, Q 6, § 88, p. 763-764, tradução nossa). Este fulcro central é anunciado a Tatiana em carta de 7 de setembro de 1931, donde anuncia o Estado “[...] como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc)” (GRAMSCI CC, 2005b, p. 84).

Já iniciando o esboço da concepção ampliada de Estado no *Caderno 1*, redigido entre 1929-1930, é que Gramsci poderá aprofundar a sua análise nos anos posteriores e estabelecer relação direta com a nova “guinada à esquerda” da IC, ainda que isolado pelas condições carcerárias. Condição que o mantém atualizado, na medida do possível, sobre os rumos da revolução socialista internacional são as visitas recebidas no cárcere de *Turi*: Tatiana já havia se encontrado com Gramsci em dezembro de 1928 e entre março e abril de 1929 (depois se transferiu para a província de Bari, donde permaneceu até julho de 1930) e encontrar-se-ia com Gennaro em junho/julho de 1930, a pedido de Togliatti para manter-lhe informado acerca da nova linha política da IC da “classe contra classe¹¹⁵” e, ao mesmo

¹¹⁴ “Os intelectuais são funcionários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas de hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso espontâneo conferido das grandes massas da população à vida social do grupo fundamental dominante, consenso que nasce historicamente do prestígio (e da confiança) derivada do grupo dominante de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura legalmente a disciplina daqueles grupos que não consentem nem ativamente nem passivamente [...]” (GRAMSCI, 2014, Q 12, § 1, p. 1519, tradução nossa).

¹¹⁵ “O VI Congresso [...] proclamou o encerramento da fase ‘de direita’ da Internacional, e colocou uma pedra sobre a tática da ‘frente única’. Havia, na brusca guinada, o reflexo das ásperas lutas internas no partido bolchevique soviético. Stalin havia liquidado, com o apoio de Bukharin, o bloco da oposição (Zinoviev, Trotski, Kamenev), mas agora devia se livrar da dissidência de Bukharin, que se alinhara com Tomski e Rykov na ‘oposição de direita’. Desde 1926 que Bukharin ocupava a presidência da Internacional, em substituição a Zinoviev. O VI Congresso aboliu o cargo de presidente. Depois, a 23 de abril de 1929, o Comitê Central do Partido Comunista Soviético excluiu Bukharin do Bureau Político e do Presidium da Internacional. Assim, do debate das questões soviéticas (e da luta pelo poder que acompanhava o debate, empreendida por Stalin com extrema intransigência) derivava toda uma nova orientação da Internacional, cujos pontos salientes eram: o regime capitalista está à beira da catástrofe; por toda a parte, o protesto proletário tende a radicalizar-se em sentido

tempo, consultá-lo sobre o apoio dado pelo PCI a diretiva stalinista – como confirma a expulsão de Tasca em setembro de 1929 do partido, reafirmando a recusa do “sistema de alianças” com a social-democracia e adesão total a imanência da revolução proletária na Itália. Impedidos, em larga medida, pela fiscalização carcerária – na visita de Gennaro a Gramsci –, o “sardo” pôde ter ciência, ainda que superficial, do desenrolar dos dissídios no centro da IC. Não poderia tomar juízo a favor de Togliatti (de defender o “alinhamento” do PCI com a linha política da Internacional), porque já havia atentado para a conjuntura de refluxo do movimento operário nacional mediante o avanço do regime fascista e o seu aparato repressivo voltado diretamente para as organizações políticas proletárias. Ainda que expressando resposta contrária de Gramsci à Togliatti – haja vista que Gennaro temia uma possível expulsão do “sardo” do partido, assim como a assistida por Tasca –, Gramsci passou a organizar no final de 1930 (entre novembro-dezembro), um trabalho de educação política junto aos companheiros de prisão com discussões travadas durante o banho de sol. Insistia que, a atual conjuntura nacional não possibilitava o ataque frontal imediato, isto é, a instauração imediata da ditadura do proletariado. Era necessário não apenas *revolução proletária*, mas *democracia*, pois é sob o terreno democrático que se torna possível criar as condições para a luta da hegemonia: no cárcere, *a luta política é, pois, luta pela hegemonia*. A democracia não é apenas *fase intermediária*, mas é alicerce que, no cenário italiano, *devolve e abre caminhos* para que a disputa pelo projeto societário da classe trabalhadora adquira, novamente, condição para se expressar (VACCA, 2012).

[...] da nação democrática e, na agitação das forças antifascistas, [se] constitui a semente que a prepara. [...] a luta política é luta pela “hegemonia”; [...] o terreno no qual esta pode se explicitar como luta pela hegemonia é o terreno de um Estado democrático que não antecipa finalisticamente o advento da “ditadura do proletariado” (VACCA, 2012, p. 246).

Assim é que colocando no centro a necessidade de luta pela conquista da hegemonia Gramsci atualiza a frente única, tomando que a democracia, naquele cenário, é ponto de partida para a própria conquista da hegemonia pela classe trabalhadora. A união com as forças antifascistas (e, no cárcere, não somente com o *campesinato do sul*, mas com o conjunto das *classes subalternas*), é, no entanto, a condição para permitir a extensão do terreno *democrático-burguês* em que se processará a própria disputa pela hegemonia entre a burguesia e o proletariado. *Garantir as liberdades democráticas por*

revolucionário; a derrubada do poder burguês deve ser seguida *imediatamente* pela ditadura do proletariado, *sem fases intermediárias democrático-burguesas*; a social-democracia não é uma força revolucionária, a burguesia se serve dela para deter o avanço revolucionário, é uma forma de dominação burguesa, é social-fascismo. Eis porque a nova diretiva dada aos partidos nacionais: ação ‘autônoma’, *fora de qualquer sistema de alianças*, pela derrubada do regime capitalista; luta cerrada contra a social-democracia; luta para salvaguardar os partidos do ‘oportunismo’, como eram definidos os desvios desta linha” (FIORI, 1979, p. 309, grifos do autor).

*meio da frente única com as forças antifascistas para dar impulso e colocar novamente as massas em evidência é a síntese desenvolvida por Gramsci no cárcere, cujo fio condutor é a hegemonia – disputada no terreno democrático. Por esse motivo é que a democracia assinalada por Gramsci não pode ser tomada apenas como *intermezzo*, quer dizer, meio para alcançar a sociedade socialista, já que a democracia a que se refere é uma *democracia de novo tipo*: aquela que envolve questões mais complexas como a própria *disputa pelo poder condensada na conquista pela hegemonia entre as classes sociais*. Ainda que não negando explicitamente a própria linha política da IC e do PCI, visto a presença de membros do próprio PCI junto de seu encarceramento favoráveis a “virada”, Gramsci encerrou as discussões por receio de ser acusado de “*social-democrata*” e de perder os materiais de que tinha acesso para ler e escrever¹¹⁶. O IV Congresso do PCI, no entanto, a ser realizado em abril de 1931, assinalará o engajamento do partido às filas da IC, *confirmando a atualidade da revolução proletária*.*

Poder-se-ia dizer que, a elaboração desenvolvida nos *Quaderni* no entorno da ampliação do Estado, *comporta* uma crítica à própria linha política stalinista da “classe contra a classe” e ao PCI: o atento para a “revolução proletária” de imediata ignorava a própria configuração atual das sociedades capitalistas modernas, estruturadas a partir de 1930. É neste contexto que a elaboração sobre o partido político vai ganhando “forma”. O partido político é parte orgânica da classe trabalhadora inserida no conjunto dos aparelhos privados de hegemonia, isto é: se dedica a obtenção do consenso. Circunscrito na rede de disputa pela hegemonia, Gramsci o desenvolverá a partir da designação *moderno príncipe*. Esta feita já nos indica a proximidade e a afinidade do “sardo” com a *figura histórica* de Maquiavel – chave para a leitura e interpretação do partido político nos *Quaderni*. É nesse sentido que, retomando o significado de *O príncipe* de Maquiavel – expressão do realismo político –, Gramsci fornecerá uma verdadeira tradução das “feitas” da Ciência Política maquiaveliana para a Ciência Política marxista (NERES, 2012). *O príncipe* representava uma ruptura com a *forma tradicional de fazer política*, isto é: de conceber o governante como expressão da vontade divina. Colocando-o ao contrário, no *mundo dos homens, a política no centro da atividade humana*, Maquiavel redigia no sentido de explicitar de que maneira uma nova classe social (o povo que, naquela época, representava a burguesia comercial em ascensão) poderia conquistar e manter o poder (SCHLESENER, 2007a). O poder exigia, pois, o

¹¹⁶ “Nesse meio tempo, chega a Turi um outro funcionário do Partido, Bruno Tosin, que traz para os companheiros a notícia de que a direção prevê a revolução na Itália para dentro de um ano. Gramsci escuta à parte e não aceita sequer abordar a substância do discurso político, mas limita-se a perguntar a Tosin – em tom irônico e duro – quantos camaradas ativos havia na zona de Turim, onde Tosin trabalhava antes de ser preso: ‘Talvez uns cem’, respondeu o funcionário; e Gramsci, com o rosto contraído por uma expressão glacial e severa, responde: ‘E com esse número de comunistas vocês querem fazer a revolução?’. Aquele encontro confirma dramaticamente sua preocupação sobre as capacidades de análise política do grupo dirigente [...]” (LAJOLO, 1982, p. 126).

consentimento do povo: manifestação da própria formação de uma *vontade coletiva*. Assim é que, *O príncipe*

[...] tem um caráter político e pedagógico, isto é, explicita os mecanismos do poder e as características da política realista para uma nova classe social, que se constituiu na força progressista do movimento e necessita educar-se na arte de governar para assumir plenamente sua tarefa histórica [...] Maquiavel pretende persuadir estas forças nascentes da necessidade de se organizar em torno de um líder que saiba o que quer e como consegui-lo [...] Procura representar, através da ciência política, as necessidades de seu tempo, apontando para a exigência de romper a unidade baseada na ideologia tradicional, sem o que não haveria possibilidade de uma política inovadora, expressa numa reforma intelectual e moral (SCHELESENER, 2007a, p. 96).

De maneira semelhante Gramsci pretende – retomando a metáfora de *O príncipe* – indicar os meios necessários para a classe social (o proletariado) conquistar o poder e nele se manter, fundando um “novo tipo de Estado”. Ora, é pelo atento do predomínio da fragmentação da Itália (herdado do período *risorgimentale*, cuja a unificação se realizou de maneira tardia, se comparada a outros países da Europa, e intensificando a clivagem entre norte e sul no país) e pelo caráter que assumiu quando se unificou (ausência de uma *vontade coletiva* em torno daquele projeto expresso pelo cosmopolitismo dos intelectuais orgânicos), isto é, ao mesmo tempo, de investigação do desenvolvimento histórico da Itália (possibilitada também pela *leitura gramsciana de Maquiavel*), é que Gramsci atentará para a possibilidade instaurada pelo moderno príncipe: a instauração de um “novo tipo de Estado” (o Estado socialista e, portanto, a representatividade pela força; sociedade política) que deverá antes estruturar e difundir uma vontade coletiva (consciência de classe e, portanto, a representatividade pelo consenso, hegemonia; sociedade civil). É nestes termos que podemos extrair da Ciência Política maquiaveliana inferências para a Ciência Política marxista – elucubração mediada nas dependências do cárcere pelo “sardo”, numa relação **Maquiavel-Marx**¹¹⁷.

É este o ponto de partida que nos indicam os caminhos para iniciar “a trilha e o raciocínio” desenvolvido por Gramsci: a fundação de uma Ciência Política marxista marcada pela incorporação de autores singulares na elaboração de Gramsci (além de Maquiavel; o “acerto de contas” com Croce e Sorel, como veremos) e o atento para o desenvolvimento das sociedades burguesas do século XX, em que a ampliação do Estado impõe novas formas táticas para a atualidade da revolução comunista – e aí o “diálogo direto” com as intempéries ocorridas no centro da IC stalinista (NERES, 2012).

¹¹⁷ “Se se pudesse traduzir em linguagem política moderna a noção de *Príncipe*, assim como aquela utilizada no livro de Maquiavel, poderia se fazer uma série de distinções: *príncipe* poderia ser um chefe de Estado, um chefe de governo, mas também um chefe político que quer conquistar um novo Estado ou fundar um novo tipo de Estado; neste caso príncipe poderia ser traduzido na língua moderna como partido político” (GRAMSCI, 2014, Q.5, § 127, p. 661-662, tradução nossa).

Se afirmamos que a ampliação do Estado é condição primeira para conjecturar a temática do partido político nos *Quaderni*, também duas inferências principais podem sintetizar a sua elaboração presente na obra carcerária: 1) da designação *moderno príncipe*, se já é sabido que a aproximação a Maquiavel de *O príncipe* (na verdade, para Gramsci, um *tratado político*) representa a possibilidade fecunda do partido de se dedicar a fundação do “novo Estado” (assim como Maquiavel reverberava a necessidade um *príncipe de virtù* capaz de dominar a *fortuna* para unificar o território italiano e evitar o ataque das potências estrangeiras), é necessário demarcar as funções a serem desempenhadas pelo próprio partido (a partir da referência de *O príncipe*) para permitir a operacionalização de seu próprio objetivo: a construção do Estado socialista e; 2) se o *locus* de atuação do partido é a sociedade civil – e, portanto, está inserido na disputa pela hegemonia – o atento para o par categorial Ocidente/Oriente desenvolvido, por Gramsci, nos *Quaderni* é a premissa que possibilita atentar para a substituição da guerra de movimento pela guerra de posição. Nos detenhemos, de perto, a estas questões.

Se *O príncipe* de Maquiavel era, à época, um indivíduo isolado, um *condottiero* individual e concreto; em Gramsci o *moderno príncipe* só pode ser um sujeito coletivo, reconhecido pela própria sociedade moderna e capaz alterar a correlação de forças: este organismo está dado pela existência do **partido político** nas “sociedades de massa”. É que o que afirma no § 21 do *Caderno* 8, redigido entre 1931-1932, e reescrito no § 1 do *Caderno* 13, redigido entre 1932-1934 – *Caderno* que, em especial, se dedica a política de Maquiavel e acaba por contemplar a elaboração em torno do partido.

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento da sociedade complexa na qual já tenha tido o início concreto de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula nas quais se sintetizam os germes da vontade coletiva que tende a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 2014, *Q* 13, § 1, p. 1558).

Aqui, duas inferências merecem destaque. Se até o presente já sabemos que Gramsci “funda” uma Ciência política marxiana com inspiração nas próprias conquistas maquiavelianas; se aproximou o *moderno príncipe* ao *Príncipe* por se constituir na “representação histórica” de um *condottiero* que funda o “novo Estado”; também nesta passagem dos *Quaderni*, Gramsci 1) redimensiona a categoria soreliana do mito e 2) anuncia uma função a ser desenvolvida pelo *mito-príncipe* (vontade coletiva). Enquanto para Sorel, o mito representava os “*sistemas de imagens*” capazes de criar, no imaginário, estímulos para a ação que atingiria seu ápice *recordando* o mito a greve geral a partir do sindicalismo

revolucionário, Gramsci incorpora a ideia de mito, ao mesmo tempo em que estabelece críticas¹¹⁸, e torna a afirmar que *O príncipe de Maquiavel* pode ser estudado a partir do mito soreliano por produzir àquele “*sistemas de imagens*” – “[...] criação da fantasia concreta que opera sobre um povo disperso e pulverizado para suscitar e para organizar a vontade coletiva” (GRAMSCI, 2014, Q 13, § 1, p. 1556, tradução nossa). Por outro, a crítica que recai sob Sorel (resultante da própria *decomposição* de suas fontes formadoras que engendra no cárcere) está centrada no espontaneísmo das massas deixada pelo sistema de seu mito; as massas ficavam abandonadas ao impulso do irracional, isto é: para Gramsci, o mito de Sorel não criava uma vontade coletiva para produzir uma ação concreta¹¹⁹, mas já *supunha* a existência prévia desta vontade, bastando apenas a produção de estímulos para o pensamento (o mito, o *sistema de imagens*) – daí que o *abandono ao impulso do irracional* – para produzir a própria ação. Para Gramsci, era necessário estimular e unificar esta vontade, criando as condições para a conquista da hegemonia, para produzir o consenso no entorno da construção da nova ordem social – feita a ser operada pelo *moderno príncipe* (GALASTRI, 2015). Assim é que, o *redimensionamento* do mito de Sorel engendrado por Gramsci, nos leva a segunda questão: a formação da vontade coletiva.

O príncipe de Maquiavel está posto para Gramsci como o *organizador* da vontade coletiva. Na trilha de Neres (2012), Maquiavel já havia anunciado a sua pré-formação: indicando que a própria constituição das monarquias absolutistas do século XVI representava a preparação e a propagação das condições subjetivas para a consolidação do projeto burguês de sociedade (condição que acabou por não se suceder na Itália pelo cosmopolitismo dos intelectuais orgânicos e sua consequente assimilação pelos intelectuais tradicionais), poder-se-ia dizer que o anúncio da vontade coletiva já estava dado por Maquiavel e posto – de fato – em prática pelos jacobinos, na França, com a constituição de um novo bloco histórico – de tal modo que, para Gramsci, Maquiavel comportaria certo jacobinismo; “[...] os *jacobinos* certamente foram uma encarnação categórica de *O príncipe de Maquiavel*” (GRAMSCI, 2014, Q 13, § 1, p. 1559, grifo do autor, tradução nossa). A vontade coletiva nacional-popular nos remete, portanto, diretamente a **Revolução Francesa** e já nos indica que: 1) é condição para organizar as condições subjetivas no próprio processo de constituição de um novo bloco histórico e; 2) deve ser suscitada, desenvolvida e unificada pelo *moderno príncipe* para a fundação do novo tipo de Estado. A vontade coletiva nacional-popular, tal como aparece em Gramsci, é criação de algo *ex novo*, original;

¹¹⁸ “Em Sorel portanto há de se combater duas necessidades: aquela do mito e aquela da crítica ao mito [...]” (GRAMSCI, 2014, Q 13, § 1, p. 1557, tradução nossa).

¹¹⁹ “É verdade que para Sorel o mito não encontrava a sua expressão máxima no sindicato, como organização de uma vontade coletiva, mas na ação prática do sindicato e na existência de uma vontade coletiva já operante, ação prática, a qual a realização máxima deveria ser a greve geral, isto é uma atividade passiva por assim dizer, de caráter negativo e preliminar (o caráter positivo é dado de acordo com o alcance da associação das vontades) de uma atividade que não prevê uma fase própria ativa e construtiva” (GRAMSCI, 2014, Q 13, § 1, p. 1557, tradução nossa).

é consciência operosa da necessidade histórica. Assim como os jacobinos organizaram em torno de seu projeto (burguês) os diversos estratos em contraposição a aristocracia feudal e puderam, unindo-se ao povo (e universalizando ao máximo o seu projeto) “[...] organizar um governo burguês, isto é, fazer da burguesia classe dominante, e ademais, criar o Estado burguês, fazendo da burguesia classe nacional dirigente, hegemônica [...]” (GRAMSCI, 2014, Q 19, § 24, p. 2019, tradução nossa), também a vontade coletiva nacional-popular a ser fomentada pelo *moderno príncipe* deve atuar neste sentido: ser “nacional-popular” para se enraizar na massa e se aliar aos demais *segmentos explorados* (como a burguesia francesa se uniu ao povo e como o proletariado deverá se unir aos camponeses); ser capaz de obter o “consenso da maioria” no entorno de seu projeto, isto é, disputar, no centro da sociedade civil, a conquista pela hegemonia, limitando o apoio hegemônico ao grupo dirigente dominante e; ser capaz de fundar um novo bloco histórico; um novo tipo de Estado em que a superestrutura se organize a partir de uma nova base material de produção, isto é, de nova estrutura. É assim que os jacobinos¹²⁰ demonstraram o seu caráter “nacional-popular”; é assim que criaram algo *ex novo, original*, porque criaram um novo tipo de Estado: o Estado capitalista.

[...] o conceito de “vontade coletiva” indica a criação ou o desenvolvimento de um consenso tácito partilhado, se não pela totalidade da população (algo que seria utópico esperar, considerando-se a existência das profundas clivagens decorrentes dos antagonismos de classe), pelo menos pela sua maioria, da necessidade de transformação da ordem social e política estabelecida. Nesse sentido, a formação da “vontade coletiva” não ocorre num vazio histórico, já que ela é o resultado da articulação dialética entre condições objetivas e condições subjetivas: as primeiras são ditadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, que faz o antagonismo latente presente na estrutura aflorar à consciência das classes sociais na forma de ideologias, ao passo que as segundas são dadas pelo grau de coesão e homogeneidade alcançado pelas forças políticas organizadas que disputam a direção política e cultural na sociedade [...] (NERES, 2012, p. 156-157).

A vontade coletiva nacional-popular e a demonstração da imbricada relação entre condições subjetivas e objetivas é, pois, relação entre teleologia e causalidade: congruência entre as condições impostas pela conjuntura e a possibilidade de *ação fomentada* no interior da própria conjuntura. A *vontade coletiva nacional-popular torna-se o “protagonismo de um drama histórico real e efetivo”* (LIGUORI; VOZA, 2017).

Ademais do *moderno príncipe* como organizador e expressão da vontade coletiva nacional-popular, a reforma intelectual e moral representa, ao longo dos *Quaderni*, ao menos três acepções que

¹²⁰ Se no período revolucionário russo, a categoria jacobinismo comportava certo caráter “negativo” (por estar associado a construção da ordem social da minoria, a burguesa), resultante da própria influência de Sorel; nos *Quaderni*, esta categoria aparecerá sobre novo conteúdo para Gramsci – reestruturada a partir reflexão que estabelece com os seus “formadores” de juventude.

indicam a *reflexão continuada* de Gramsci: 1) a identificação da *reforma intelectual* – especialmente no § 40 do *Caderno 3*, redigido em 1930 – com a *Reforma* aparece em sua primeira formulação, isto é: a *reforma intelectual e moral* se identificaria com as transições clássicas de “tipo jacobino” para a sociedade burguesa moderna; é um movimento de massa que se baseia na participação ativa do povo nos processos de transformação; 2) mais adiante, em particular, no § 3 do *Caderno 4* e reelaborado no § 9 do *Caderno 16*, Gramsci tomará que a *Reforma*, o *Renascimento* (a “revolução” pelo alto, sem a participação do povo e a antítese da Reforma), a *Revolução Francesa*, se constituíram em “*reformas intelectuais e morais*” que desembocaram na construção da sociedade ocidental (da constituição das sociedades capitalistas); a Reforma tratou de engendrar uma “cultura popular”; o Renascimento, uma “alta cultura”. Neste caso, o marxismo também se constituiria numa reforma intelectual e moral, mais precisamente, em seu “último capítulo” e; 3) é no § 21 do *Caderno 8* e reelaborado no § 1 do *Caderno 13* que Gramsci imbricará as acepções anteriores a função desempenhada pelo *moderno príncipe* na construção do Estado de novo tipo. Se a vontade coletiva nacional-popular sugere a própria conquista dos segmentos explorados e seu alinhamento em torno do projeto societário do proletariado, criando as condições para suscitar a “*consciência operosa da necessidade histórica*”, a reforma intelectual e moral também deve ser *anunciada e organizada* pelo partido: a reforma intelectual e moral criará o terreno para a formação da vontade coletiva nacional-popular; consiste, pois, na elevação cultural das massas a fim de exprimir o engajamento da maioria na realização da função histórica do proletariado. É a dedicação ao trabalho de “*educação política*” (“reforma intelectual e moral”/“elevação cultural”) para suscitar o *consenso* no entorno da *tarefa histórica* a ser *empreendida* pela *classe trabalhadora* (vontade coletiva nacional-popular). É nestes termos que a própria reforma intelectual e moral se liga a *Reforma*: deve gerar o engajamento da maioria; atingir amplos extratos pelo trabalho de *educação política*¹²¹. O marxismo consistir-se-ia no “último capítulo” da reforma intelectual e moral porque se configuraria na defesa de uma ordem societária que libertaria a classe trabalhadora de seus grilhões, atados a dinâmica do capital. O **marxismo** é, assim, **reforma intelectual e moral** porque é “elevação cultural”, *educação política*, e é o **último capítulo** porque representa a instauração de um novo tipo de Estado; o Estado que não torna a submeter o *trabalho ao capital*; ao contrário, instaura o *Estado socialista*; o “Estado da livre associação dos associados”. Assim é que – mais precisamente – “[...] o programa de uma reforma econômica é o modo concreto com que se apresenta a reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 2014, *Q 13*, § 1, p. 1561, tradução nossa). Isso significa dizer que a *reforma intelectual e moral*, a elevação cultural das massas através do trabalho de *educação política*, tratando

¹²¹ O partido pode ser considerado como “[...] tipo de convivência coletiva na qual toda a massa deve ser educada [...] Nos partidos a necessidade se torna liberdade [...] Deste ponto de vista os partidos podem ser considerados como escolas de vida estatal” (GRAMSCI, 2014, *Q 7*, § 90, p. 920, tradução nossa).

de apresentar a transformação política/social como necessidade histórica, precede a própria reforma econômica, *mas também a inclui*. O *moderno príncipe* deve, portanto, conciliar a “direção cultural” (a reforma intelectual e moral – a conquista ideal) e a “direção política” (a vontade coletiva nacional-popular – capaz de organizar as *classes subalternas* em torno do projeto societário do proletariado e tornar-lhes sujeitos históricos ativos no processo de transformação socialista).

Vontade coletiva nacional-popular e reforma intelectual e moral¹²², compreendendo as duas principais funções a serem desempenhadas pelo *moderno príncipe*, nos indica que o partido não deve 1) ignorar a *espontaneidade* das massas, mas *desenvolvê-la*, numa relação entre a *espontaneidade* e a direção consciente e; 2) deve permanecer apostando nas alianças políticas (o proletariado industrial e os subalternos) – como Gramsci já anunciava desde a defesa da frente única. O partido deve trabalhar para elevar as massas do nível **econômico-corporativo** ao nível **ético-político**, isto é: transformar os interesses do proletariado em interesses universais. A permanência na fase econômico-corporativa se configura na permanência dos interesses imediatos, enquanto a passagem para a fase ético-política se expressa pelo consenso em torno dos *interesses históricos de classe*. No primeiro caso, têm-se uma fixação no plano da estrutura, isto é: numa fase “restrita” e impossibilitada de expansão, porque não se dedica a crítica da ordem social estabelecida e, no máximo, a impõe reformas; no segundo, temos o desenvolvimento de elementos superestruturais (a elaboração da consciência de classe por meio da difusão de nova cultura, *educação política*). Assim é que a fase econômico-corporativa – de restrição aos interesses imediatos, individuais (e, por esse motivo, restrita) – deve desenvolver-se (e também ser desenvolvida pelo *moderno príncipe*) para elevar-se a fase ético-política – de universalização dos interesses históricos do proletariado (e, por esse motivo, expansiva), porque consciente de sua função histórica, elevando sua luta imediata (corporativa) a condição de luta histórica (ético-política)¹²³. Se o *moderno príncipe*, o partido político, tem como horizonte a construção de um novo tipo de Estado, as tarefas necessárias para preparar o *terreno subjetivo* para a conquista do “objetivo final”, consiste, exatamente, em contribuir para a elaboração de uma vontade coletiva nacional-popular e a difusão de uma reforma intelectual e moral. Para tanto, para empreender de forma mais adequada a sua atuação ao nível da sociedade civil (na superestrutura), o partido deve sempre preceder da análise da própria

¹²² “[...] de certa forma, o ‘moderno Príncipe’ não é apenas um mediador da relação entre *meios* e *fins* [...], mas se apresenta também como o embrião de uma nova totalidade social orgânica, que, mesmo tendo sua origem numa classe social particular ou restrita (como é o caso do proletariado), acaba incluindo em suas fileiras o conjunto inteiro da sociedade, prefigurando o projeto de supressão da sociedade de classes” (NERES, 2012, p. 163, grifos do autor).

¹²³ “Enquanto organismo político, coletivo, [o partido político] sua atuação deve ser a de elevar seus membros, ainda que em diferentes níveis, da fase econômico-corporativa a um grau de consciência política que permitia compreender de modo abrangente o momento histórico, a correlação de forças entre as classes sociais, e tomar iniciativas políticas claras e coerentes” (SCHELESENER, 2007a, p. 103).

conjuntura objetiva – daí a dialética entre “*objetividade e subjetividade*” operada por Gramsci nos *Quaderni*. Esta inferência, apontada pelo “sardo”, pode ser atendida quando de sua preocupação em discorrer acerca do par categorial Ocidente/Oriente. Ali, nos indica a necessidade de se transmutar da *guerra de movimento* para a *guerra de posição*. As considerações que chega não é resultante de uma “*iluminação subjetiva e abstrata*”; mas, ao contrário, só se tornou possível porque estava atento para a leitura do real, das novas configurações assumidas pelas sociedades modernas que impõe a própria mudança nas táticas e nas estratégias do movimento operário (e camponês). Assim é que, a atuação do partido, deve levar em conta as possibilidades apontadas pela *conjuntura objetiva* para nela atuar (impondo a atualidade da análise sintetizada no entorno do “Ocidente/Oriente”) e preparar o *terreno subjetivo* (ratificando a necessidade de atuação do partido na formação da vontade coletiva nacional-popular e na reforma intelectual e moral) para a construção de um novo bloco histórico.

Já se posicionando contrário as determinações da IC (ainda que não explicitamente), da luta da “classe contra classe” que reitera a atualidade da revolução proletária e recusa as alianças políticas (na realidade, um sectarismo presente na IC), Gramsci empreenderá uma análise que demonstrará a **inviabilidade** da revolução proletária naqueles termos “ditados” pela Internacional. Esta análise pode ser traduzida e sintetizada pela investigação da elaboração gramsciana em torno do Ocidente/Oriente. Como já é sabido, a ampliação do Estado demarcada por Gramsci em que, nas sociedades modernas de massa, sua configuração assume a forma da imbricada relação entre *coerção e consenso; força e hegemonia*, a renovação da estratégia revolucionária é condição para reiterar a sua atualidade, isto é: a própria configuração das sociedades estruturadas a partir do início do século XX impõe mudanças para a luta revolucionária. Se até então a tática utilizada pelo movimento operário e, como expressão prática, pela Revolução Russa (àquela da tomada imediata do Estado, por meio da violência física e, portanto, do “ataque frontal”) era válida para engendrar a revolução proletária, visto a constituição dos Estados *restritos*; na época atual, fase em que o Estado não é apenas *força*, a estratégia revolucionária precisa ser revista se não se pretende o próprio fracasso da revolução proletária. É este raciocínio que Gramsci percorrerá do cárcere. A base para iniciar o “encontro” com a tática adequada é, exatamente, a distinção entre Ocidente/Oriente. É, pois, numa passagem do *Q 7*, mais precisamente, no § 16, que anunciará todas as questões decorrentes da presente distinção. Já anunciava que “[...] no Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa [...]” (GRAMSCI, 2014, *Q 7*, § 16, p. 866, tradução nossa), enquanto no *lócus* do Ocidente, se observava que “[...] entre o Estado e a sociedade civil havia uma relação equilibrada e ao oscilar o Estado podia-se reconhecer a robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por detrás da qual se encontrava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas [...]” (GRAMSCI, 2014, *Q 7*, § 16, p. 866, tradução nossa). Com esta elaboração, Gramsci já está demarcando que nas sociedades orientais – tomando o critério

de sua própria *formação histórica e social* e não apenas *geográfico* –, em que o Estado permanecia *restrito*, isto é, não possuía uma sociedade civil (personificadas pelas instituições) bem desenvolvida, a guerra de movimento ou de manobra ou ataque frontal (como a Revolução Russa, com o assalto ao Estado *czarista*) era válida. A tentativa de se expandir a revolução socialista na Europa Ocidental sob o *modelo* da Revolução Russa, no entanto, redundou em fracasso. Para Gramsci, o “equivoco” na tradução da Revolução na Rússia para os outros países consistiu exatamente por se configurar numa *tradutibilidade mecânica*. Sem se levar em conta as diferentes *naturezas* das formações históricas e sociais dos países não se pode empreender a revolução socialista porque não adapta as suas táticas e estratégias às particularidades nacionais. Na Rússia foi possível uma revolução pela via do “ataque frontal imediato” porque contava com uma tradição monárquica absolutista com instituições pouco desenvolvidas (*o Estado era tudo, a sociedade civil primitiva e gelatinosa*): o Estado da sociedade russa era um Estado *restrito*. Por outro lado, nas sociedades ocidentais o que podia se verificar – em especial, a partir dos anos 1930 – era uma ampliação nas funções do Estado. A combinação da *força* com a *produção consenso* e, por conseguinte, o desenvolvimento das instituições, criaram uma base para a legitimação do grupo dirigente dominante: legitimação dada não somente pela imposição da *força*, mas, sobretudo, do *consenso* e da *adesão voluntária* a própria ordem social estabelecida. É por esse motivo que Gramsci aponta para a necessidade de modificação nas táticas para a atualidade da revolução proletária: não basta apenas a dedicação ao *ataque frontal*, a *guerra de manobra*, pois a legitimação do poder se dá muito mais em função de um meio mais complexo – a hegemonia. Assim é que, só se poderia obter sucesso com a *transição socialista* na Itália, se as classes subalternas (que pretende se tornar classe dirigente e realizar sua função histórica) for capaz de engendrar 1) a própria conquista da hegemonia para depois 2) conquistar o próprio Estado¹²⁴. A disputa pela hegemonia não representa senão a necessidade de se passar da guerra de movimento para a guerra de posição (àquela travada, primeiro, para a obtenção do consenso). Daí que a *ampliação* do Estado e o “par categorial” Ocidente/Oriente atentados e desenvolvidos por Gramsci permite-lhe também indicar as alterações nas táticas para a luta revolucionária – reflexão colocada em movimento no cárcere e reafirmadora de suas próprias defesas pré-carcere.

Se já é sabido as funções a serem operadas pelo *moderno príncipe* no que se refere a própria preparação das *condições subjetivas* (vontade coletiva nacional-popular/reforma intelectual e moral) para a revolução socialista; se a distinção entre Ocidente/Oriente e as novas *configurações objetivas*

¹²⁴ É por esse motivo que a sua “[...] teoria do Estado era, portanto, não só uma teoria para explicar sua longevidade, mas também uma teoria para explicar sua crise e as condições para a superação da forma estatal presente. Era nessa perspectiva que se inseria o tratamento dado por Gramsci a um conjunto de duplas conceituais de grande alcance estratégico: guerra de movimento/guerra de posição; Oriente/Ocidente [...]” (BIANCHI, 2008, p. 199).

assumidas pelo Estado devem ser levadas em consideração na sua operação; a análise, mais de perto, da guerra de movimento e guerra de posição nos permite extrair alguns eixos de análise. Assim é que o § 16 do *Caderno 7* se configura no anunciador da **primeira inferência** a ser investigada: a analogia operada por Gramsci entre *arte política* e *arte militar* na explicitação da reformulação da *estratégia revolucionária* contida nas notas dos *Quaderni*. Nesta relação (de imbricação entre política e guerra), servindo como estímulos ao pensamento, pretende evidenciar (desde o *Caderno 1*, nos § 133 e 134) que na luta política o elemento “[...] disciplina e hierarquia não é sustentado por *sanções penais*, e sim pelo *convencimento*. Destacamentos militares e grupos políticos são [...] formas muito diferentes de organização e correspondem a modos distintos de ação” (BIANCHI, 2008, p. 200, grifos nossos). A complexidade da luta política exige métodos mais elevados que àqueles da guerra ou da luta militar. Com isto, está pretendendo demarcar – desde já – que a guerra, enquanto *ataque frontal* (guerra de movimento) não é, *por vezes*, suficiente na luta política, pois esta exige o desenvolvimento de *novas formas táticas*. O § 138 do *Caderno 6* nos fornece maiores esclarecimentos da relação iniciada entre a guerra de movimento e de posição na imbricação com a “arte” política. Na profunda modificação do período pós-guerra, a mera conquista do Estado (sociedade política) é uma posição não decisiva. Para que ela pudesse se transmutar numa conquista e posição decisiva era necessário antes disputar pela conquista da hegemonia. Este parágrafo é, portanto, indicador de que a *guerra de posição* deve preceder a conquista do Estado, que se daria posteriormente por seu assalto (*guerra de movimento*)¹²⁵. Este parágrafo, em conjunto com o § 24 do *Caderno 13* (redigido em sua primeira versão no § 10 do *Caderno 7*), nos é ainda mais esclarecedor: se o § 138 do *Caderno 6* indicava uma implícita alusão a modificação das sociedades modernas – pois apontava para a conquista *não decisiva* operada apenas pelo ataque frontal – a redação do § 24 do *Caderno 13* explicita, de perto, a questão: fornece a relação entre o “Ocidente e Oriente” e a “guerra de movimento e a guerra de posição” em pelo menos duas passagens. 1) Nas sociedades em que a sociedade civil é “avançada”, a guerra de movimento deveria ceder lugar a guerra de posição, o que não significava a eliminação ou substituição de uma pela outra, mas, ao contrário, a guerra de movimento seria a tática para a estratégia da guerra de posição¹²⁶; 2) o

¹²⁵ “Tudo isso nos indica que se entrou em uma fase culminante da situação político-histórica, porque na política a ‘guerra de posição’, uma vez vencida, é definitivamente decisiva. Ou seja, na política, subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não decisivas e quando não são mobilizáveis todos os recursos da hegemonia e do Estado, mas quando, por uma razão ou outras posições perderam seu próprio valor e só aquelas decisivas têm importância, então se passa à guerra de assédio, tensa, difícil, na qual se exigem qualidades excepcionais de paciência e de espírito inventivo” (GRAMSCI, 2014, Q 6, § 138, p. 802, tradução nossa).

¹²⁶ “[...] nas guerras entre os Estados mais avançados do ponto de vista industrial e civil, a guerra de manobra deve ser considerada como reduzida a funções táticas mais que estratégicas, deve ser considerada na mesma posição na qual estava anteriormente a guerra de assédio à guerra de manobra. A mesma redução deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que diz respeito aos Estados mais avançados, nos quais a ‘sociedade civil’ tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da

que impõe a ordenação da tática e da estratégia não é a vontade e a escolha entre alternativas, mas as próprias condições objetivas postas (exigência das forças sociais e políticas postas nas sociedades e a consequente análise do “Ocidente/Oriente”)¹²⁷ (GRAMSCI, 2014; BIANCHI, 2008; NERES, 2012). Assim é que, em síntese, a articulação da luta política com a luta militar, ademais de se constituir em **metáfora** para produzir estímulos ao pensamento, pretende indicar que a vigência do *Estado em seu sentido integral* (expresso pela distinção das *sociedades ocidentais e orientais*) exige a **reformulação** da estratégia revolucionária. A expansão da sociedade civil e suas instituições impõe que a conquista do poder se inicie pela direção cultural e política e, portanto, pela própria sociedade civil e, portanto, pela guerra de posição, antes de obter a direção material. A Revolução Russa se constituiu na última *leva* da guerra de movimento, porque a reconstituição do período pós-guerra modificou o caráter das sociedades burguesas modernas com o “espraiamento” das *revoluções passivas*¹²⁸. Àquela estratégia revolucionária característica da Revolução de Outubro acabou por se tornar anacrônica no pós-guerra e, por esse motivo, Gramsci demarca que a atualidade da revolução proletária (tal como foi a própria Revolução Russa em 1917) depende da conquista da hegemonia civil a ser travada antes da conquista do Estado *restrito*. Eis a fecunda reformulação da estratégia revolucionária mediada no cárcere e cuja análise perpassa pela também análise da guerra de movimento e guerra de posição, ademais do “par categorial” Ocidente/Oriente e da *ampliação* do Estado. A reformulação da estratégia revolucionária só pode, pois, ser entendida no **conjunto complexo** da obra carcerária gramsciana e na relação com o léxico singular desenvolvido.

A **segunda inferência** que se pode extrair da guerra de movimento e guerra de posição (no seu conjunto “lexical” ao entorno) é o papel desenvolvido pelos *intelectuais orgânicos*, protagonistas na luta pela hegemonia. Se a guerra de posição se estrutura a partir da conquista dos aparelhos privados de hegemonia, a organização do consenso é articulada pela capacidade do próprio contato orgânico

sociedade civil são como os sistemas de trincheiras na guerra moderna” (GRAMSCI, 2014, Q 13, § 24, p. 1615, tradução nossa).

¹²⁷ “A verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo; sabe-se quantas perdas custou a obstinação dos Estados-maiores em não querer reconhecer que a guerra de posição era ‘imposta’ pela relação geral de forças em presença” (GRAMSCI, 2014, Q 13, § 24, p. 1614, tradução nossa).

¹²⁸ A categoria revolução passiva é desenvolvida por Gramsci ao longo dos *Quaderni* geralmente associada ao processo do *Risorgimento* italiano, indicando a ausência do elemento nacional-popular na transição para o Estado moderno burguês, isto é: o *Risorgimento* se caracteriza por uma revolução passiva porque não incluiu o elemento de “tipo jacobino”; é uma revolução sem revolução porque as “velhas classes dominantes” em aliança com a burguesia perpetuam o seu poder na transição para a própria dinâmica das relações sociais capitalistas. Assim é que, para Gramsci, a ascensão do fascismo na Itália e o fordismo arquitetado nos Estados Unidos também representam formas de *revoluções passivas*. São respostas a crise do pós-guerra para garantir a continuidade das relações sociais capitalistas: para reproduzir os interesses do capital, empreendem uma revolução sem revolução; uma revolução sem liquidar o domínio do capital sob o trabalho. “A diferença fundamental que se colocava agora é que essa nova revolução passiva ocorria para resolver uma crise de hegemonia no interior da ordem social do capital, enquanto as revoluções passivas do século XIX se apresentaram como forma de ingresso na ordem burguesa” (DEL ROIO, 1998, p. 112-113).

dos intelectuais junto às classes sociais. Para tanto, a busca do significado da categoria *intelectual* é o primeiro ordenamento para se desvelar sua centralidade no centro do partido e, por conseguinte, na *conquista decisiva* da guerra de posição. Redigida em sua primeira redação no § 49 do *Caderno 4* e reelaborada no § 1 do *Caderno 12*, Gramsci inicia a questão anunciando a inexistência da cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, dado que se pese que no interior de determinada classe social não há uma parcela de classe responsável por desempenhar atividades de caráter puramente manuais e/ou intelectuais. Nenhuma atividade pode existir apenas como dispêndio de força puramente física; o trabalho manual, ainda que em condições degradantes, não exime a atividade intelectual. Qualquer trabalho – desde o mais manual e mecânico – exige colocar em movimento potencialidades físicas e psíquicas: toda atividade laborativa engendra faculdades instrumentais e intelectuais em seu processo de objetivação. Por esse motivo, é possível que se afirme que todos os homens são intelectuais, haja vista que todos despendem certo *quantum* de conhecimento técnico e, por conseguinte, intelectual no desenvolvimento de seu trabalho¹²⁹. Se se pode partir desta inferência central, a *medida*, no entanto, para afirmar que os homens *desempenham* a atividade intelectual é distinta, isto é: o mero dispêndio de atividade intelectual (e, técnica) não é suficiente para caracterizá-los como *portadores da função intelectual*. Enquanto no primeiro caso, a presença de conhecimento técnico especializado é bastante para designar o conjunto de homens da sociedade como intelectuais; no segundo, é o predomínio da *capacidade dirigente e organizativa* que determina a função intelectual desempenhada por eles¹³⁰. Entre *ser* e *exercer* a função intelectual existem diferenciações: o exercício da função intelectual pelo *ser* (que é também intelectual) é determinada pela função política exercida pelo homem; na medida em que tal dimensão estiver presente em suas atividades, isto é, na medida em que – em suas tarefas cotidianas – for capaz de conduzir e de organizar a coletividade de homens da sociedade, então a sua função exercida não é senão *intelectual*. A determinação desta função está, portanto, relacionada a *direção política e cultural* exercida pelo homem.

Se é da capacidade dirigente que se extrai a determinação para o exercício e desempenho da função intelectual, então pode-se dizer que os intelectuais orgânicos acabam por se constituírem em agentes vinculados às classes sociais fundamentais da sociedade burguesa moderna para espriar sua concepção de mundo, torná-la senso comum e, portanto, legitimar os interesses do grupo social. Sua “atuação” se dá ao nível da superestrutura, porque ocupa um *locus* direto na esfera da sociedade civil, mais especificamente, nos aparelhos privados de hegemonia – daí que os status de “*funcionários da*

¹²⁹ “[...] em qualquer trabalho físico, também no mais mecânico e degradante, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora [...]” (GRAMSCI, 2014, Q 12, § 1, p. 1516, tradução nossa).

¹³⁰ Por esse motivo é que, de maneira análoga, “[...] o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates [...]” (GRAMSCI, 2014, Q 12, § 1, p. 1516, tradução nossa).

superestrutura” e de “*construtores de ideologias*” atribuídos por Gramsci e a sua posição decisiva na guerra de posição, porque se constituem nos agentes ativos de construtores de consenso, contribuindo para “conquistar a maioria” no entorno da realização do projeto societário do proletariado. O partido político também constituir-se-ia num *intelectual coletivo*, dado que, outrossim da atividade de busca de consenso dos intelectuais orgânicos, também deve exercer a conquista pela hegemonia das classes subalternas. Afirmar a centralidade dos intelectuais na reformulação da estratégia revolucionária para operar o par guerra de movimento e guerra de posição significa reconhecê-los como agentes centrais no processo de conquista pela hegemonia: é pela capacidade de *desempenhar sua função intelectual*, isto é, de “*dirigir cultural e politicamente*” as massas que se torna possível conquistar aliados para a causa histórica do proletariado, obtendo a *adesão voluntária* na construção do novo tipo de Estado.

A teoria do partido político sistematizada por Gramsci nos *Quaderni* se liga, portanto, a uma profunda reflexão operada no cárcere (resultado de sua atividade militante precedente) e se sintetiza nos elementos expostos: 1) a metáfora maquiaveliana com a reconstrução do partido como *moderno príncipe*, indicando a necessidade de construção de um novo Estado; 2) a vontade coletiva nacional-popular e a reforma intelectual e moral como funções a serem desempenhadas pelo *moderno príncipe*, revisando a categoria soreliana *jacobinismo* e o par Reforma/Renascimento¹³¹, indicando às tarefas necessárias a organização das *condições subjetivas* da revolução proletária; 3) o atento para as novas configurações assumidas pelas sociedades *ocidentais* e *orientais*, estabelecendo uma crítica *implícita* à linha da classe contra classe da IC de direção stalinista e o desenvolvimento *explícito* e *original* de uma análise sobre as necessidades de alterações táticas e estratégicas para o movimento operário por meio do par *guerra de movimento/guerra de posição*, atentando para análise das *condições objetivas* e; 4) as implicações decorrentes das próprias alterações táticas e estratégicas “operadas” pela *guerra de movimento* e *guerra de posição*: a reformulação da estratégia revolucionária no cárcere e o papel desempenhado pelos intelectuais orgânicos na conquista decisiva pela hegemonia. Eis a *estrutura* da estratégia revolucionária desenvolvida por Gramsci: o *moderno príncipe*, nas “sociedades *ocidentais* de massa”, *preparando* o terreno para a conquista e a construção do novo tipo de Estado por meio da conquista *primária* da hegemonia civil. Ao mesmo tempo em que leva a cabo uma profunda análise dos motivos da derrota do movimento operário na Europa Ocidental e a busca por encaminhamentos para a sua retomada, estabelece relação direta com os rumos da revolução socialista internacional: se distancia da “forma de luta” empreendida pela IC (e apoiada pelo PCI) – àquela que julga a atualidade

¹³¹ “Com Maquiavel, Gramsci pensou trazer à baila a ‘linguagem’ de Lenin para a Itália. Desse diálogo, Gramsci destacou toda a importância de fazer dos camponeses protagonistas da história no objetivo de se fundar um novo Estado dotado de amplo consenso social. O problema do príncipe moderno é o problema da formação de uma vontade coletiva e de um programa para a revolução socialista, o que pressupõe uma revolução cultural – a reforma moral e intelectual. Junto a esse problema estão postos os temas relativos aos intelectuais e ao jacobinismo” (DEL ROIO, 2018, p. 90).

do ataque frontal e reitera, sem mediações (isto é, sem considerar a vigência do “Estado *ampliado*” e o caráter assumido pelas sociedades ocidentais modernas), a “ditadura do proletariado”. Assim é que pode-se dizer que Gramsci empreendeu, no cárcere, modificação em sua própria lógica: permaneceu atento para a leitura do real e, por isso, atualizou a estratégia revolucionária; *venceu o pessimismo do intelecto e, por isso, sistematizou o otimismo de sua vontade.*

3 A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA DE MATURIDADE

A partir da prisão de Gramsci e, sobretudo, de sua estadia em *Turi*, é que pode-se observar o início das intensas crises de saúde do sardo e a conseqüente degradação de suas condições de saúde. Em dezembro de 1928 já havia sofrido uma crise de uricemia, mas é em agosto de 1931¹³² que terá a sua primeira grave crise de saúde, condição que tratou de provocar a própria redução do volume das correspondências. Até o ano de 1933 é que se observa a grande concentração de cartas enviadas, haja vista que se mantinha nos cárceres fascistas (em *Turi*, no período entre julho de 1931 a novembro de 1933, passou a ter permissão para redigir uma carta por semana); após este período (de novembro de 1933) se instalou em diversas clínicas privadas, fato que reduziu o número das correspondências pela maior facilidade de visitas.

Ao final de 1931, Gramsci se encontrava num contexto de *crise dupla*: 1) *política*, assinalada pela “virada” da IC que torna a atingir o PCI, como comprova seu IV Congresso e; 2) *peçoal*, donde as relações afetivas se irromperam, os “fios foram rompidos”¹³³ e sua saúde se deteriorou. O silêncio da imprensa do PCI acerca de Gramsci também comprova a influência da IC no partido: a prisão do “sardo” havia estimulado a publicação de seus artigos na imprensa comunista, tendo como *projeto* a reunião de uma coletânea de escritos do período entre 1919-1920, em que Togliatti havia assumido a direção, para a publicação, e um artigo sobre o papel desempenhado por Gramsci na elaboração do segundo grupo dirigente do PCI em comemoração ao décimo aniversário de fundação do partido. O *projeto*, no entanto, foi interrompido pela pressão da IC – que pretendia anular a estratégia esboçada em Lyon. O silêncio sobre Gramsci havia caído na serenidade da imprensa (VACCA, 2012). Afora isso, duas notícias anunciadas contribuíram para intensificar a *crise dupla* de Gramsci: 1) a condição de saúde de sua mãe (já mencionada por Grazietta, e reafirmada em resposta pela carta de Carlo, seu

¹³² Em carta de 17 de agosto de 1931 a Tatiana, relembra: “[...] à uma da manhã de 3 de agosto, exatamente há quinze dias, soltei uma golfada de sangue, repentinamente. Não se tratou de uma hemorragia contínua, no sentido próprio, de um fluxo irresistível, como ouvi outras pessoas descreverem: sentia um gorgolejo na respiração, como quando se tem catarro, a tosse vinha e a boca se enchia de sangue. A tosse não era violenta nem forte: exatamente, a tosse que vem quando se tem algo estranho na garganta, uma tosse de cada vez, sem acessos contínuos e sem ânsias. Isto durou até mais ou menos quatro horas e, nesse meio-tempo, expeli 250-300 gramas de sangue. Em seguida não vieram mais golfadas de sangue, mas, a intervalos, catarro com coágulos de sangue [...] o médico me auscultou e excluiu que se tratasse de afecção nos brônquios; levantou a hipótese de que a febre, que nesse meio-tempo se manifestou, pudesse ser de origem intestinal” (GRAMSCI CC, 2005b, p. 70-71).

¹³³ “[...] quanto mais passa o tempo, menos tenho vontade de escrever. Parece-me que a cada dia se rompe um novo fio de meus laços com o passado e é cada vez difícil reatar tantos fios rompidos. Acredito que meu caráter pessoal, isto é, o conjunto dos modos pelos quais estava habituado a reagir e a estabelecer relações com o mundo ambiente, tenha mudado muito, tanto que eu próprio, por ter sofrido o processo lentamente, não consigo me dar conta dele na medida exata” (GRAMSCI CC, 2005b, p. 59).

irmão, em 26 de janeiro de 1931¹³⁴) e; 2) a *possibilidade de libertação* de Gramsci, anunciada por Carlo. É assim que, em 1932, as condições de saúde do “sardo” tornam, novamente, a se intensificar. Se no ano anterior a primeira crise já havia transcorrido, em 1932, a saúde debilitada deverá colocar em movimento os esforços do par de *braços externos de Gramsci* (Tatiana e Sraffa) para a conquista de condições especiais carcerárias, respeitadas as suas condições. Assim é que se iniciará o processo para a aquisição de uma permissão para submeter Gramsci a um “médico de confiança” para dar-lhe um diagnóstico – processo que se estenderá por um ano e meio até a visita de Umberto Arcangeli. O episódio de 3 de agosto de 1931, em que Gramsci apresentou hemorragia interna, foi analisada pelo médico do cárcere, o Dr. Cisternino, como *infecção proveniente da garganta*, estando, o “sardo”, em *ótimas condições*. Carlo, após a visita à Gramsci (quando de sua primeira crise), comunicou Tatiana sobre as suas condições de saúde que interveio junto de Sraffa para a visita do professor Arcangeli a Gramsci. Neste intervalo, morre Giuseppina em Ghilarza, em 30 de dezembro de 1932, fato que não foi comunicado a Gramsci pela preocupação com as condições debilitadas de saúde, *permanecendo a enviar correspondências para a mãe*. Também em novembro, com a “comemoração” dos dez anos da Marcha sobre Roma, foi concedida a anistia e o perdão a alguns presos políticos – daí que àquele anúncio de Carlo à Gramsci de sua possível libertação. As esperanças de anistia total foram abolidas quando Mussolini não permitiu a liberdade imediata de Gramsci, mas apenas a redução da pena que se fixou em 12 anos e 4 meses (FIORI, 1979). É nesta conjuntura que, após um intenso período de endurecimento do regime carcerário¹³⁵ e uma conseqüente rispidez de Gramsci com os contatos que estabelecia (sobretudo, Giulia e Tatiana), como demonstra as correspondências do período, o “sardo” aceitou a visita do médico externo à administração para avaliar suas condições de saúde – situação que havia sido colocada com *muita cautela* para Gramsci diante de sua reconhecida resistência às “tentativas libertadoras”, *característica de um militante ativo que não se arrependia da luta*¹³⁶.

É neste contexto que em 7 de março de 1933 sofrerá a sua segunda grande crise, explicitada em carta a Tatiana em 14 de março de 1933 em meio a pouquíssimas palavras porque não conseguia

¹³⁴ “Lamento muito ouvir que mamãe ainda está tão debilitada: Teresina me escreveu que, de dois dias para cá, ela havia se recuperado, mas em sua carta não há referência a esta melhora. Compreendo que tenha se afeiçoado tanto a você, que ficou mais perto dela do que os outros filhos, e que o preferia, para ajudá-la, à própria Grazietta, que nem sempre deve estar com o mesmo humor” (GRAMSCI CC, 2005b, p. 16).

¹³⁵ Tudo indica, como revela Vacca (2012), que em 1932, Gramsci deixou de receber alguns livros de que havia solicitado e reforçava a Tatiana para se restringir, nas correspondências, as “*coisas familiares*”. O cárcere passava por uma inspeção que buscava levantar provas de uma correspondência clandestina com o exterior. Por esse motivo é que todas as cartas e os recebimentos do período foram confiscados e apreendidos.

¹³⁶ É o que demonstra em carta de 5 de dezembro de 1932 a Tatiana, quando ainda custou a aceitar a visita do médico: “Com esta minha longa ladainha, quis inculcar em você esta convicção: não bastam intenções boas e afetuosas, mas é preciso muito mais, antes de tomar uma decisão que não se refere apenas à própria pessoa: é preciso, antes de tudo, o consentimento explícito da pessoa envolvida, sobre a qual vão recair as conseqüências desastrosas que nem sempre se sabe prever” (GRAMSCI CC, 2005b, p. 272).

“relacionar ideia com ideia e ideia com palavra apropriada”. Ao passo da solicitação via petição do exame do “médico de confiança”, Tatiana e Sraffa também se empenharam no pedido de concessão de liberdade condicional de Gramsci – que fora recusado em novembro do ano anterior por ter sido encaminhado sem a anexação de um pedido de clemência, embora já estivesse previsto no artigo 176 do Código Penal, garantindo concessão da liberdade aos doentes graves. É apenas em março de 1933 que Arcangeli pôde realizar a visita ao prisioneiro e solicitar transferência para uma clínica, devido as suas condições, e elaborar um pedido de clemência para sua liberdade condicional – condição que Gramsci se negava a aceitar, haja vista que a libertação estava condicionada a subscrição de um auto pedido declaratório de liberdade pelo “sardo” que implicava em sua renúncia ao próprio exercício da atividade política pós-cárcere. Apesar das diversas tentativas para adiar a transferência¹³⁷ de Gramsci a clínica, o pedido foi aceito em outubro de 1933, considerando a “intensa mobilização” da opinião pública em torno do Comitê de Libertação formado em Paris em abril para a liberdade dos presos do fascismo e a publicação na imprensa do laudo elaborado por Arcangeli sob as condições de saúde do “sardo”. A clínica escolhida foi a de Formia, em Roma, com a direção de Giuseppe Cusumano¹³⁸. O deslocamento até Roma foi ordenado em 18 de novembro e até a sua chegada em Formia passou pela enfermaria na “prisão de trânsito” de *Civitavecchia*, desembarcando em seu destino apenas na data de 7 de dezembro de 1933. Em Formia, recebeu permissão para passear pela clínica e frequentemente podia receber visitas de Tatiana e, quando possível, de Sraffa. Sem a presença de especialistas e com o estágio avançado de suas condições de saúde, no entanto, o seu estado *físico, orgânico e psíquico* continuava a se deteriorar de modo bastante veloz. Neste interim, Gramsci encaminha dois pedidos: 1) em abril de 1934, solicitou transferência para uma clínica de doenças nervosas que melhor possa atender suas condições, resultando na visita de Vittorio Puccinelli da clínica *Quisisana* de Roma e; 2) em 24 de setembro de 1934, apresentou a Mussolini o pedido de liberdade condicional. Se o “sardo” não estava disposto a fazer uma concessão ao fascismo, solicitando liberdade em troca da renúncia à atividade política, encaminhou uma petição para, em alternativa a liberdade condicional, a conquista da liberdade vigiada, podendo viver em condição de “confinamento policial”. A preocupação com a

¹³⁷ Depois de encaminhado o pedido de clemência elaborado pelo médico de confiança, exigiu-se que se indicasse a duração do internamento. Outrossim, “[...] não havia só o erro cometido ao formular o requerimento [...] mas também o de não tê-lo encaminhado a Mussolini, já que, como a experiência carcerária ensinara a Gramsci, o Duce queria que suas petições lhe fossem dirigidas pessoalmente” (VACCA, 2012, p. 287-288).

¹³⁸ Na realidade, para a transferência, houve dificuldades, e ele [Sraffa] e Tania tiveram de superar diversos obstáculos antes que a transferência para Formia se realizasse, mais de dois meses depois. A comunicação que concedia a transferência foi feita a Carlo, que assinara o requerimento, anunciando que a clínica tinha sido escolhida pelo próprio Ministério ‘nas intermediações de Roma’, e a diária era de 120 liras. [...] Sraffa ordenou que Carlo aceitasse imediatamente qualquer clínica, comprometendo-se com o pagamento: a transferência para uma clínica era o primeiro passo para a liberdade condicional, porque se baseava no reconhecimento da parte de Mussolini da gravidade das condições de saúde do prisioneiro. A garantia da diária a ser paga significava que seria providenciada pelo partido, logo, pelo governo soviético” (VACCA, 2012, p. 397).

imagem do Duce – que não poderia deixar de ser prejudicada caso um prisioneiro político morresse sem assistência no cárcere fascista – foi a principal consideração de Mussolini para a aprovação do pedido de liberdade de Gramsci em 25 de outubro de 1934. “[...] mas não houve nenhuma mudança sensível na vida do enfermo após o decreto [...] Antonio ficou livre da presença dos carabinieri no quarto, embora a vigilância externa fosse mantida. As grades foram retiradas e obteve permissão para sair da clínica. No entanto, faltavam-lhe forças” (FIORI, 1979, p. 354).

Em junho de 1935, quando sofre nova crise de saúde, é que redige outra petição solicitando a mudança de clínica. Em Formia, permanecera por um período entre dezembro de 1933 e agosto de 1935. Na nova clínica, a de *Quisisana* e o *lócus* do novo destino, permanecerá até pouco antes de sua morte. Estava em *condições desesperadoras*: “[...] mal de Pott, tuberculose pulmonar, hipertensão a 200, crise de angina e de gota” (FIORI, 1979, p. 357). A doença avança-se em progressos rápidos ao passo em que a liberdade vigiada se encerrava. Em grande medida para não morrer como mártir, lhe é comunicado dois dias antes de sua morte, a abolição de qualquer medida de segurança após o fim da liberdade vigiada. O “sardo” não teve tempo para retornar ao *berço de sua terra* e de desfrutar da companhia da esposa e dos dois filhos: o fascismo decretou a sua morte, mas também registrou a sua vitória.

É do cárcere que, “*desinteressadamente*”, redigirá a obra que o findará como uma das figuras marxistas ainda influentes no século XXI – ainda que, em vida e no cárcere, não tenha redigido com a finalidade de publicação. É nos *Quaderni* que promoverá àquela revisão “final” de suas influências intelectuais e levará a cabo uma complexa síntese dos temas desenvolvidos no pré-cárcere. Por esse motivo é que, para analisar *as relações de continuidade* entre a estratégia revolucionária elaborada no *biennio rosso* e àquela desenvolvida nos *Quaderni*, expressa pelo moderno príncipe, precisamos compreender as particularidades de suas elaborações teórico-práticas, inseridas em seus respectivos tempos e processos históricos, para podermos apresentar o fio condutor que demonstra as *superações* e as *preservações* que empreenderá, aqui denominada por *estratégia revolucionária de maturidade*. A estratégia revolucionária de maturidade é expressão da própria *aufhebung* gramsciana empreendida no cárcere, isto é, a *superação com preservação* que decorre da própria revisão daquelas influências intelectuais e sínteses elucubradas no cárcere.

3.1 O ESPONTANEÍSMO SORELIANO E A ELABORAÇÃO *ORDINOVISTA*

A estratégia revolucionária de maturidade (que por aqui nomeamos) está expressa, ainda que implicitamente, nos *Quaderni del Carcere*. Para prosseguir na busca de sua explicitação é preciso se atentar para a utilização adotada pelo adjetivo *madura*: a estratégia revolucionária de *maturidade* não

significa aqui a contraposição entre o jovem e o velho Gramsci, isto é, entre o “sardo” da militância prática de Turim e o “intelectual” do cárcere. A *maturidade* a que nos referimos é apenas termo para expressar cronologicamente a *posição* assumida pela própria estratégia revolucionária de maturidade, quer dizer: o *cárcere* e, por isso, a conformação *final* de sua teoria. Com esta proposição já podemos vislumbrar que a *maturidade* nada tem a ver com àquela segregação entre os momentos de *juventude* e *maturidade*; pelo contrário: a própria *maturidade* trata de **comportar** a *juventude*, de tal modo que a *maturidade* **adentra** a *juventude* não apenas para afirmar a sua *diferenciação*, mas para *revisitá-la*, *reelaborá-la*, *desenvolvê-la* e, portanto, *enriquecê-la a partir de novas determinações*. Assim é que, só é possível apreender a *maturidade* em sua plenitude quando a *juventude* é tomada como elemento do processo global de construção da própria *maturidade*. O ponto de partida para captar a estratégia revolucionária de maturidade expressa nos *Quaderni* é, pois, visitar o período *ordinovista* para não apenas indicar as *superações* em relação ao período posterior, mas incorporar as *preservações* que já estão presentes em seu núcleo e que servirão de afluxo para o desenvolvimento posterior. É isso que a *maturidade* significa: visitar *criticamente* para *desenvolvê-la*.

É com base nesta relação entre *juventude* e *maturidade* que o início da presente investigação exige a **revisão crítica** (e não apenas *descritiva*) da estratégia revolucionária sistematizada durante o *biennio rosso*. É ali que já se verifica algumas “*metamorfozes*” para o desenvolvimento da *estratégia revolucionária gramsciana em geral*. Pois bem. Já sabemos que Gramsci chega em Turim, em 1911, com certa bagagem intelectual que podemos chamar de *neoliberalista* ou *neo-hegeliana*, especialmente pela influência, na esfera “prática”, de Salvemini e, na esfera das “ideias”, de Croce. A “reverência” a influência inicial de Croce por Gramsci se deu em razão do papel desempenhado pelo intelectual na virada do século XIX: grande inovação para a cultura burguesa¹³⁹ (e, portanto, para a modernidade) por combater a *filosofia medieval e positivista*, respectivamente baseadas na crença da existência do mundo real fundado pela vontade divina e pela transposição das leis naturais (rígidas, imutáveis) ao mundo dos homens (mutável), sugerindo o desenvolvimento natural do próprio curso da sociedade. É nesse sentido que Croce participa do processo de revisão do marxismo; se afirma como um expoente da cultura burguesa, combatendo as tendências que impediam a sua consolidação. A sua importância histórica para a Itália está, pois, por se contrapor àquela *transcendência catolicista* (identificando a realidade não mais ao “ato divino”, mas à própria *história concreta dos homens*). Ao mesmo tempo, não deixou de recair em seu próprio idealismo, haja vista que também identificava a história com o

¹³⁹ “De Croce, adota a idéia da modernidade como ‘religião da liberdade’ contra as posturas do clero católico, assim como percebe na dialética historicista um instrumento de luta contra as variantes de naturalismo positivista disseminadas pela Itália, sendo essas as barreiras que se colocavam contra a concreção da revolução burguesa e da modernidade” (DEL ROIO, 2005, p. 36).

espírito da vontade (e, outrossim, estabelecia críticas a *filosofia positivista* pela demasiada passividade do sujeito, limitado a *espectador da história*¹⁴⁰). É exatamente por esta “via” que se pode exprimir a incorporação de elementos idealistas por Gramsci: “[...] tentativa grandiosa de restituir ao homem a responsabilidade plena de sua vida, de sua história, de colocá-lo de frente a suas responsabilidades” (FROSINI, 2017, p. 24). É através da incorporação da influência idealista e, sobretudo, ainda neste momento, via Croce, que Gramsci tentará fundir em um único *corpus* o socialismo e o idealismo. A temática da cultura – como já destacada (a exemplo dos artigos publicados nos jornais, *Il Grido del Popolo* e o editorial organizado por Gramsci, em *La Città Futura*) – é a demonstração da imbricação entre socialismo e idealismo, possível apenas pela bagagem intelectual que o precede e que o enlaça. Para Gramsci, tratava-se de combater àquela *objetividade reformista* (da II Internacional) e *fatalista* (do PSI) com a *vontade idealista* (de Croce). Para tanto, a cultura seria o trilho pelo qual se tornaria possível preparar o pensamento como condição para a *ação*, isto é: a cultura – já exprimindo o início da relação da *cultura* como *política* (objetividade/subjetividade) – se engaja no combate a passividade *reformista* e *fatalista* da própria história, identificando a vontade como seu condicionante, quer dizer: a vontade aparece aqui como substância que daria a possibilidade ao homem de influir e modificar a própria história. A passividade *fatalista* com a qual ela (a história) era encarada pelo próprio PSI se chocava com a leitura inspirada na subjetividade extremada, herdada de Croce, de Gramsci: daí que àquela analogia da vontade como uma *devolução* da própria vida e da própria história ao homem em combate a tendência do *determinismo economicista* predominante no centro do partido (FROSINI, 2017).

A influência de Croce sob Gramsci é predominante em seus anos iniciais em Turim. A partir da eclosão da Primeira Guerra Mundial (e a aproximação de Croce ao fascismo), o “sardo”, ademais de sua incorporação iniciada do próprio marxismo pela inserção no movimento operário turinense (e pelo contato iniciado com a herança leniniana pela Revolução Russa), absorveu grande influência de Sorel, também partícipe do *revisionismo latino* ao lado de Croce, e de Rosa Luxemburgo. Aqui é que deve-se iniciar a nossa atenção¹⁴¹.

¹⁴⁰ “A uma história desenraizada e fundada na neutralidade do sujeito, conforme as vertentes positivistas, Croce contrapõe uma história a ser sempre construída a partir da situação em que se encontra o sujeito [...]” (SCHLESENER, 2007b, p. 77).

¹⁴¹ “O apoio [...] oferecido à guerra por Croce e por Gentile e a leitura de Gramsci de que o conflito derivava da competição econômico-política entre Inglaterra e Alemanha afastaram o jovem sardo de seus preceptores intelectuais, a quem restou a influência de Georges Sorel, o teórico do sindicalismo revolucionário, importante interlocutor de Croce. Esse escrito investe a hipótese de que, no seu processo de ruptura com o neoidealismo croceano, o movimento do pensamento de Gramsci segue a via de Sorel, com a ideia de cisão, e ingressa efetivamente no campo teórico do marxismo” (DEL ROIO, 2018, p. 45).

Ainda que o “sardo” não pudesse pactuar integralmente com a tese soreliana do sindicalismo revolucionário¹⁴², isto é, ainda que não pudesse depositar nos sindicatos, *organizações tradicionais*, a direção da luta contra o poder burguês instituído, é de sua elaboração que extrairá os elementos que sustentarão a sua elaboração em torno dos CF e, portanto – também poder-se-ia dizer – da *estratégia revolucionária no biennio rosso*. Se a influência liberal que, de início, recebeu de Croce começava a se esfumegar no início de 1914; se a incidência de Sorel sobre a sua teorização é bastante visível no período de *elaboração ordinovista* (ao mesmo passo, ainda que seja possível observar a “inspiração” incorporada a partir de Rosa), isto é, se Gramsci se mantinha no raio da influência revisionista; ainda assim, o movimento operário fabril de Turim e a eclosão da Revolução Russa, o “colocavam” num ângulo diferenciado: enquanto a sua influência intelectual tendia para o “universo” do liberalismo, a realidade concreta, de que estabelecia contato, indicava novas formas de apreensão do mundo real. É por esse motivo (como veremos) que se torna possível àquela investida gramsciana de aproximação entre Sorel e Lenin no processo de elaboração da leitura real (DEL ROIO, 2005), quer dizer: *apesar de inserido num contexto de revisionismo italiano, Gramsci, pelo contato estabelecido com Lenin e, propriamente, com a herança leniniana, se insere na vertente de refundação comunista – não ainda muito clara, mas já incipiente.*

Vejamos, mais de perto, como se desenvolverá este processo, porque se configura em ponte direta para a apreensão das *superações* e das *preservações* em relação a estratégia revolucionária no *biennio rosso*. Se é sabido que o movimento dos CF na Itália foi amplamente difundido pelo *L'Ordine Nuovo* e estabelecia, na leitura gramsciana, analogia aos *soviets* da Revolução Russa e a construção do novo tipo de Estado (Estado socialista) empreendido pelos bolcheviques, a elaboração de Gramsci em torno do movimento absorveu influências de Sorel. Assim como no sistema do mito soreliano, ou seja, assim como naquele sistema de imagens¹⁴³ que produziria um imaginário coletivo, estimulando a greve geral (estopim para despertar o sentimento de luta e ação revolucionária, possível pela prática sindical), o *espontaneísmo* soreliano de seu sistema pode ser observado na sistematização acerca dos CF de Gramsci. Se em Sorel têm-se no mito a alavanca para a ação revolucionária (impedindo a mera

¹⁴² “O sindicalismo revolucionário, tal como concebido por Georges Sorel, enfatizava a autonomia e o antagonismo diante da ordem do capital. Em rápidas palavras, o sindicalismo revolucionário defendia a auto-organização dos trabalhadores em sindicatos, que serviriam como escolas de uma vida emancipada e como embrião de uma nova forma de organização econômica [...] recusava também a criação de uma camada de intelectuais ou de dirigentes, porquanto seria essa uma forma de diferenciação e hierarquização entre os homens” (DEL ROIO, 2018, p. 21).

¹⁴³ “O mito [...] adquiria concretude cotidiana por motivar a ação revolucionária do presente na forma da greve geral. Sorel não se preocupa com o modo pelo qual a greve geral poderia ser levada a cabo. O que importa é que ela seja uma esperança permanente no imaginário da classe trabalhadora, gerando atitudes concretas por parte do proletariado combativo. Essa é a ideia do mito (a greve) gerando a ação revolucionária. Seria uma elaboração imagética de forças latentes, inconscientes, presentes na insatisfação geral do proletariado e canalizadas pela violência da ação revolucionária” (GALASTRI, 2015, p. 101-102).

contemplação do devir); na prática da ação revolucionária (novamente incentivada pelo mito), Sorel valorizava que o *sistema de imagens*, ao ser recordado, produziria uma ação espontânea das massas, isto é: *uma ação espontânea das massas que se auto organizam pela vivência na prática cotidiana*. É esta a inferência que demarca as influências sorelianas que incidem sob Gramsci e que se resumem na elaboração do movimento dos CF (GALASTRI, 2015).

O *espontaneísmo* de Sorel tem raízes no anarquismo (típico de Proudhon¹⁴⁴), objetivando a valorização da ação prática espontânea sem mediação teórica, visto a crença na auto-organização e na autoeducação das massas por intermédio da própria auto atividade. Expliquemo-nos: para Sorel, descrente na via do sistema parlamentar (e qualquer construção revolucionária que se empreende na estratégia de construção de “novo tipo de Estado”), três pressupostos contemplam o *entorno* de seu *espontaneísmo*: 1) o aprendizado e a consciência revolucionária se elaborariam a partir da prática das próprias massas. A violência¹⁴⁵ com que o mito *soreliano* viesse à tona estimularia a inconsciência a se tornar consciente. O engajamento na ação e na atividade prática, gerada pelo mito, é que permitiria *aprender com a prática*. Numa perspectiva soreliana, *a prática é quem educa*; a greve possibilitaria ser um meio para a formação da consciência das massas. A reciprocidade com que o *espontaneísmo* da ação (incentivada pelo mito) e a autoeducação das consciências pela prática estabelece em Sorel é que contribui para fortalecer duas posições: 1) em combate as tendências que afirmavam o socialismo como fim inevitável – sendo resultado da própria congruência das condições objetivas –, a crença no mito e no espontaneísmo do movimento das massas colocariam a possibilidade da própria mudança revolucionária. Ao mesmo tempo em que combatia o *economicismo determinista*, se apegava a certo fundamento abstrato: a ação *espontânea* com força de determinação histórica, pressupondo àquela ação *espontânea* como já organizada; 2) é exatamente em decorrência do “*espontâneo se educando*” constantemente na prática que Sorel não admitia a existência de uma “minorias intelectual” dirigindo as massas (como considerava os partidos políticos). Àquela auto-organização dos trabalhadores era, por si só, um ato revolucionário que não exigia “direção superior”. A *auto-organização* era, portanto, também *autonomismo*; 2) o *espontaneísmo* de Sorel também tratava de comportar a ação prática (e, mais, a auto atividade revolucionária das massas) com centralidade na fábrica. Ora, a fábrica permitia intensificar aquele “espírito de cisão”, entendido por Sorel como o *antagonismo* latente entre as duas

¹⁴⁴ “[...] o pensador e político francês Pierre-Joseph Proudhon foi a primeira pessoa a usar a palavra ‘anarquia’ em sentido não pejorativo, para referir-se ao seu ideal de uma sociedade ordenada sem governo. Em seus prolíficos escritos, encontram-se muitas das idéias básicas do anarquismo e também do sindicalismo francês” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 482).

¹⁴⁵ “[...] a força seria o instrumento típico da imposição de uma ordem social regida por uma minoria sobre a maioria. A ação do Estado por excelência. Já a violência seria o meio de destruição dessa ordem, a arma das classes subalternas contra a opressão daquela minoria [...] À força, portanto, Sorel opõe a violência” (GALASTRI, 2015, p. 102-103).

classes fundamentais da sociedade burguesa moderna: a burguesia e o proletariado. O “espírito” de Sorel supunha a consciência deste radical *antagonismo*, de tal maneira que a força da própria greve geral poderia intensificar a luta revolucionária em direção a subversão da ordem do capital. É, pois, na fábrica que se atenta para o *locus* capaz de potencializar e, levar até as últimas consequências¹⁴⁶, o “espírito de cisão” e, propriamente, a cisão; 3) da *ação espontânea* das massas que se *auto educam* na prática, pelo imaginário coletivo produzido pelo mito, o “espírito de cisão” na fábrica deveria resultar na constituição de um “*autogoverno dos produtores*”: àquele elaborado pelo próprio *espontaneísmo* das massas que levaria a cabo o espírito de cisão pela recordação do mito da greve geral (DEL ROIO, 2005; GALASTRI, 2015). O “espontaneísmo soreliano” não era, pois, somente “voluntarismo”, isto é, auto atividade das massas produzida pelo mito da greve geral, mas também era *radicalização* do “espírito de cisão” em direção à constituição do *autogoverno dos produtores* (novamente àquela ação espontânea com força de determinação histórica). O “espírito de cisão” se tornaria mais evidente na fábrica pois é o *locus* direto da contradição entre capital e trabalho. A auto atividade das massas, pelo *autonomismo*, educaria o “espírito de cisão” até tornar-lhe consciente (dado a própria autoeducação das massas pela sua própria auto atividade, *educando-se na atividade prática*). É precisamente este fundamento “*espontaneístico*”, alicerçado pelo **tripé** da 1) consciência produzida pela *prática*; 2) “espírito de cisão” alimentado pela *centralidade da fábrica* e 3) da constituição do *autogoverno dos produtores*, que está na base do “sistema soreliano”; *é precisamente este fundamento da influência soreliana que Gramsci absorverá para a sua teorização sobre o movimento dos CF*, ainda que com influência não podemos sinonimar com mera “concordância total”, mas apenas incorporação – já reconhecida – com críticas.

O aporte que Gramsci está estabelecendo em Turim (iniciado o seu afastamento de Croce e a recepção da influência de Sorel e Lênin, com inferências em Rosa) é que permite captar a influência mais notável que, neste momento, se transporece nos escritos gramscianos durante o *biennio rosso*: precisamente, a de Sorel. O “espontaneísmo soreliano” que Gramsci absorve, pode ser sistematizado, segundo nossas observações, a partir do **núcleo** de quatro construções, quando do desenvolvimento *ordinovista* dos CF, expresso pela valorização do: 1) autodesenvolvimento do proletariado; 2) da centralidade da fábrica; 3) da crítica às “instituições tradicionais” do movimento operário e; 4) da constituição da sociedade dos livres produtores. Vejamos o significado e a tradução dos *núcleos* para a elaboração teórica de Gramsci sobre o movimento conselhistas, pois é terreno fecundo para orientar

¹⁴⁶ “[...] por esta categoria [espírito de cisão] pretendia representar uma radical separação entre burguesia e proletariado e uma clara consciência de cada uma das partes. Para o filósofo francês, a força do mito da greve geral faria qualquer pequeno conflito aparecer com dimensões catastróficas, mantendo sempre dramaticamente marcada a delimitação entre os campos antagônicos” (GALASTRI, s/d, s/p).

a posterior revisão da influência soreliana que incide sobre o “sardo” e para o próprio trilho que a elaboração da *estratégia revolucionária* tomará nos termos gramscianos.

Da fábrica, espaço daquela “organização nata” do proletariado (dado seu antagonismo diário vivenciado), é que se torna possível o *autodesenvolvimento do proletariado*. Se a fábrica é expressão da luta de classes; se é centro da vida proletária; também nela os elementos necessários para a auto-organização do proletariado está implícito. É no contato cotidiano dos trabalhadores na fábrica que o proletariado percebe a contradição do *agir* e do *pensar*, enquanto classe, isto é: ao mesmo tempo em que deve subordinar-se a produção capitalista, a sua *função histórica* é diametralmente oposta – é a sua função histórica a *insubordinação*; é a *subversão* da própria ordem que lhe expropria. É por esse motivo que a fábrica apresenta, pelo próprio *antagonismo de classe latente e em disputa*, uma auto-organização do proletariado. *Aqui, vê-se, que àquele voluntarismo de Sorel está bastante presente em Gramsci*, haja vista a indicação daquela *contradição estrutural* observada na fábrica como mola propulsora para a organização dos trabalhadores: o seu pensar se organiza quando compreende o seu agir. O voluntarismo do movimento de massas e a consciência revolucionária formada pela própria auto atividade das massas de Sorel está, para Gramsci, como os CF (organização proletária), *gerida a partir da própria fábrica e por iniciativa autônoma dos próprios trabalhadores*, capaz de promover uma verdadeira “*educação política*” do proletariado. É pela sua própria auto atividade, despertada voluntariamente pelo *locus* da fábrica, que se torna possível àquela sua autoeducação – tornando a “*fazer racional aquilo que ainda é irracional*”. Ora, é pela organização dos CF que o trabalhador se eleva da condição de *assalariado* a de *produtor*, quer dizer: adquire consciência de sua posição na sociedade de classes e de sua função histórica, “*se auto educando na luta prática diária*”. Daí que a fábrica e, mais especificamente, a criação das *organizações proletárias* (Conselhos de Fábrica), se configurando no que Gramsci denomina de “*escolas de trabalhadores*”. O que em Sorel está como “*educação com a prática*”, em Gramsci está como “*educação recíproca do proletariado*”, a *tarefa pedagógica* junto aos trabalhadores possibilitada pelos CF. O *autodesenvolvimento do proletariado* – ademais de pressupor a *organização espontânea* dos trabalhadores a partir do centro da fábrica – inclui a *autoeducação* por àquela própria *organização espontânea*, isto é: já inclui o que podemos denominar de *reforma intelectual e moral* (LIGUORI; VOZA, 2017).

Em Sorel, a reforma moral aparece como sendo forjada a partir da luta revolucionária. O mito da greve geral, incentivando a luta prática, permitiria despertar o “sentimento sublime”¹⁴⁷ no próprio

¹⁴⁷ “[...] como impedir os homens à ação violenta de classe, em que interesses coletivos estão acima dos interesses individuais mesquinhos? Sorel apela aqui para o que chama de ‘sentimento sublime’. Segundo ele, a luta na qual o proletariado se engaja só pode terminar de duas formas: seu triunfo completo ou sua escravidão, ambos os casos envolvendo todo o

proletariado. *Tratava-se de despertar os valores morais através do trabalho*, isto é: sendo a fábrica o espaço da contradição direta entre capital e trabalho, os trabalhadores poderiam intensificar o “espírito de cisão”, produzindo uma nova moral dos produtores, àquela que renuncia aos interesses imediatos particulares e transcende-se para a realização dos interesses coletivos da própria classe. A nova moral dos produtores indica, pois, que, para Sorel, a revolução aconteceria na consciência. Pela luta prática revolucionária criar-se-ia valores morais “elevados”, levando a cabo uma verdadeira reforma moral do proletariado, agora preparado para àquele autogoverno. A *auto-organização*, a *autoeducação* e o “*sentimento sublime*” dos trabalhadores, todos estes elementos, seriam elaborados e/ou construídos pelo próprio espontaneísmo, *movimento natural engendrado pela contradição vivenciada na fábrica*. Em Gramsci, ainda que o desenvolvimento posterior nos *Quaderni* indique revisão da reforma moral de Sorel, aqui, no *biennio rosso*, já podemos observar uma importante “antecipação”: a construção do novo Estado exigia a conquista primária das consciências (o que não significava que se esgotaria em seu próprio núcleo), promovendo a *unidade orgânica da classe operária e elaborando sua cultura*, àquela capaz de elaborar uma *concepção de mundo* que permita compreender o processo produtivo em geral e dele se apossar, porque conscientes da condição de *produtores* de toda a riqueza social. A elaboração *ordinovista* ainda aparece como elaboração datada com *termos sorelianos*. O novo léxico categorial desenvolvido nos *Quaderni* nos indica que, outrossim de incorporar a herança leniniana, realizará uma revisão dos conteúdos apropriados quando de sua *juventude*. Porquanto, o “prólogo” da reforma intelectual e moral nos aparece investida daquela “*conquista progressiva das consciências*” que devem ser *trabalhadas diariamente* para a *autoeducação* do proletariado a partir de suas próprias organizações, a saber: os Conselhos de Fábrica (GALASTRI, s/d).

A *centralidade da fábrica*, observada em Sorel como *locus* capaz de intensificar o “espírito de cisão”, é resguardada na construção gramsciana no entorno dos CF. Ora, se em Sorel observamos a fábrica como possibilidade de se vislumbrar diretamente a contradição entre capital e trabalho – *locus* em que, ao se ascender o mito da greve geral, dar-se-ia o estopim para a própria luta revolucionária – em Gramsci, a fábrica é central (de maneira semelhante à Sorel) pois permite, direta e verticalmente, o proletariado vivenciar o duplo poder¹⁴⁸: na fábrica, vive-se ou sob a ditadura da burguesia ou sob a ditadura do proletariado. O que em Sorel aparece investido da *intensificação do “espírito de cisão”*,

conjunto dos trabalhadores. Em tais circunstâncias, de acordo com o autor, o sentimento sublime (a abnegação altruísta) brotaria naturalmente das condições da luta” (GALASTRI, 2015, p. 103).

¹⁴⁸ “[...] são as próprias condições da vida na fábrica que colocam as bases para o desenvolvimento da classe trabalhadora em direção a um tipo de civilização historicamente original e novo [...] A vida na fábrica subordina o operário à produção intensa e metódica e o faz conviver permanentemente com a contradição: tem-se a distribuição desigual da riqueza e as relações sociais e políticas que se desenvolve de forma desordenada e caótica, em contraste com a vida ordenada, precisa e disciplinada na fábrica, que obedece o ritmo da produção” (SCHLESENER, 2002, p. 106).

em Gramsci traduz-se pelo *duplo poder* – expressão da luta de classes diária na vida do operário na fábrica que torna a evidenciar o *antagonismo de classe*. A fábrica é, pois, o ponto de partida da ação revolucionária porque (também aqui indicando a influência da Revolução Russa e das “revoluções de 1919”, de espraiamento da onda conselhistas pelos demais países europeus) se configura no *locus* em que está presente os *germes* do Estado socialista: as CI, transformadas em CF, na Itália, assim como os *soviets*, na Rússia.

A valorização das organizações proletárias, àquelas criadas pelo próprio proletariado a partir de sua *organização espontânea*, é inferência que se destaca na elaboração gramsciana e soreliana. A crítica de Gramsci aos sindicatos e aos partidos políticos se constitui na permanência das respectivas instituições nos parâmetros da *legalidade burguesa*. Os sindicatos e os partidos se inserem na lógica de afirmação e, sobretudo, de reprodução daquela própria *legalidade*. De forma distinta de Sorel, as organizações proletárias estavam aqui, para Gramsci, na *constituição original dos CF*, enquanto para Sorel, a prática grevista (e o mito gerado por ela) através dos *sindicatos* é que adquiriam centralidade na elaboração da nova consciência revolucionária do proletariado. Ao contrário de Sorel, Gramsci já tinha a leitura real de que os sindicatos e os partidos poderiam se configurar em importantes agentes para a conquista de interesses imediatos, mas não poderiam dirigir a luta pela realização da *função histórica* da classe trabalhadora, haja vista a própria natureza das organizações de tipo tradicional do movimento operário. De Sorel, a absorção das *críticas às instituições tradicionais* é incorporada, mas enquanto Sorel tratava de estabelecer juízo em relação aos partidos (enquanto *élites intelectuais* que se consideravam acima das massas), Gramsci criticava tanto os partidos, quanto os sindicatos, dado suas indistintas naturezas de *preservação* da ordem social estabelecida. A leitura de Gramsci estava, pois, vincada a *sucessão real* dos eventos durante o *biennio rosso*: em grande medida, pela posição assumida pela CGL e pelo PSI, de instituições tradicionais¹⁴⁹ que se divorciaram das massas em luta na forma dos CF e de suas *pulsões* (de seu movimento *espontâneo*), é que Gramsci se dedica a crítica daquelas instituições em geral. Atentamo-nos para esta afirmação porque, ademais de esclarecedora, retornaremos a ela. É assim que a valorização do *autonomismo* do movimento das massas poderia ser explicada na elaboração gramsciana dos CF: tendo em vista que a CGL e o PSI não se “ligavam” ao movimento *espontâneo* e, se se ligasse, produziria um movimento *reformista*, Gramsci valorizava a

¹⁴⁹ “Gramsci acentua em vários textos que o Partido Socialista, por sua constituição e orientação reformista, está longe de poder resolver o problema concreto e imediato da unificação de todos os movimentos de base para coordenar o processo revolucionário. Construído para conquistar o poder, para a formação das forças militares decididas a lutar, o Partido Socialista Italiano tornou-se uma estrutura burocrática, rígida, dominada por grupos que se constituíam como ‘um partido dentro do partido’ e atuavam no sentido de permanecer no poder, frustrando as ações revolucionárias” (SCHLESNER, 2002, p. 114).

organização proletária *autônoma*, fora do domínio das instituições tradicionais, e *voluntária*, erigida por si mesma no movimento contraditório do real na fábrica.

Se a valorização da *centralidade da fábrica* é reiterada na construção gramsciana dos CF; se o *autodesenvolvimento do proletariado* pressupõe levar em conta o voluntarismo com que a própria organização do proletariado se irrompe e a educação política a partir de sua “irrupção”; se a crítica às *instituições tradicionais do movimento operário* significa a crítica à postura que a CGL e o PSI vinha assumindo; a *constituição da sociedade dos livres produtores* é o quarto *núcleo* do processo “Sorel-Gramsci” e, mais especificamente, do *espontaneísmo conselhistas* absorvido da influência francesa. O autogoverno dos produtores de Sorel representava a cisão do mundo trabalho com a ordem do capital, postulando sua ruptura econômica e demarcando a separação entre economia e política¹⁵⁰ – típica de seu pensamento, haja vista a tomada dos partidos políticos como elites que ignoravam o movimento espontâneo das próprias massas. Em Gramsci, o movimento espontâneo dos CF, *educando a classe trabalhadora e “conquistando suas consciências”*, deveria prepará-la para a autogestão da fábrica. A autogestão do processo produtivo significava, em termos gramscianos, o confronto do poder político da burguesia (e do capital) a partir da produção. Este confronto deveria seguir seus limites até atingir o próprio Estado. É nesse sentido que, em Gramsci, não se verifica àquela separação entre economia e política (como se pode observar em Sorel). A autogestão da fábrica tratava de conjugar economia e política, pois o “*autogoverno dos livres produtores*” configurar-se-ia no último fundamento dos CF: iniciado o antagonismo de classe na fábrica e no processo produtivo, o proletariado minava o poder político da burguesia no *lôcus* de trabalho e, posteriormente, em suas instituições. O que em Sorel está como ruptura econômica com o trabalho inserido na lógica da ordem do capital na fábrica burguesa, em Gramsci está como “unidade entre economia e política”, *autogestão do trabalho na fábrica até a autogestão do Estado*.

É destes *núcleos* que o *espontaneísmo conselhistas* daquele Gramsci *ordinovista* expressará a influência que incorpora de Sorel. Apesar da revisão que sofrerá posteriormente no curso da própria assimilação da herança leniniana, algumas de suas “lições” serão mantidas. Se no início da “abertura” do *biennio rosso* Gramsci manifestava a experiência *ordinovista* com *termos* e *influência* soreliana – decorrida do próprio afastamento do neoidealismo croceano –, a *superação* (com *preservação*) desta influência se dará com o encontro com Lênin (observada sua congruência com Rosa), daí que àquela possibilidade de leitura do real a partir da aproximação Sorel-Lênin. Apesar da *superação* atentada a

¹⁵⁰ “[...] para Sorel, o Estado, a burocracia, o Exército, a Igreja, os partidos a classe operária, os intelectuais seriam todos agentes da dominação burguesa sobre os trabalhadores. Logo, seria necessário alimentar o ‘espírito de cisão’ entre os trabalhadores frente ao capital e seus instrumentos de dominação, frente a tudo que sugerisse política. Assim os trabalhadores se aglutinariam cultivariam a sua autonomia antagonista e poderiam conceber uma nova forma produtiva e uma nova cultura” (DEL ROIO, 2018, p. 97-98).

partir de então, mantém algumas *preservações*, núcleo que faz da elaboração gramsciana um **original fundamento teórico-metodológico marxista**.

Se a “onda” conselhistas na Itália se caracterizou como a “última onda” do espraiamento dos conselhos operários, dado seu estopim com os *soviets* da Revolução Russa e a posterior disseminação para a Hungria, Áustria, Tchecoslováquia e Alemanha, o “jovem” Gramsci não deixou de apresentar grande entusiasmo pela experiência italiana, exposta, sobretudo, nas páginas do *L'Ordine Nuovo*. Se analisamos a maneira como Sorel foi incorporado na própria elaboração *ordinovista* dos CF, o ponto de referência que nos indica modificação na “corrente genética” das influências intelectuais (e início de sua assimilação) é exatamente o fracasso do movimento conselhistas na Itália. Em grande medida, pela ausência de apoio da CGL e do PSI ao movimento, Gramsci tendia a estabelecer severas críticas as referidas instituições, visto seu *nulismo político* diante dos CF e do movimento operário em geral. Assim é que, se durante o *biennio rosso*, os CF adquiriram centralidade na estratégia revolucionária de Gramsci, isso não significa afirmar que o partido político foi desconsiderado na análise do “sardo”. É exatamente pelo atento do *caráter reformista* do PSI que Gramsci lançava críticas as *instituições tradicionais do movimento operário*, quer dizer: o partido não significava apenas direção intelectual consciente em contraposição ao movimento de massas; este foi somente o caráter assumido pelo PSI, prova disso é a atenção conferida a tarefa colocada, naquele momento, diante da própria constatação reformista de seu caráter: ou sua renovação (do PSI), ou uma nova fundação (do PCI). Antes, porém, de se dedicar a análise da necessidade reconhecida do partido político na estratégia revolucionária de Gramsci, é preciso se atentar para àquela influência que incidiu sob o “sardo” no *biennio rosso* e que contribuiu, junto de Lênin, para a sua própria inserção na vertente de refundação comunista: Rosa.

Rosa, combatendo tanto o sindicalismo revolucionário (ainda que, de certa forma, mantivesse pontos de congruência) e o sindicalismo reformista, valorizava a *autonomia* e o *antagonismo* da luta operária contra o capital, isto é: acentuava a importância da auto-organização e da auto-atividade das massas na sua luta antagônica em relação ao capitalismo. No cotidiano da fábrica, os trabalhadores se desenvolveriam e elaborariam uma consciência coletiva decorrente da luta prática e ativa, rompendo com o cotidiano imposto pelo capital. Precisamente, a *greve de massas* seria aquele instrumento que tornaria possível coordenar as lutas e fazer irromper uma *insurreição de massas*. A greve de massas, apesar de iniciada a partir de *interesses econômicos*, não estaria desprovida de *interesses políticos* (e, por conseguinte, da luta revolucionária). Se ela possibilitaria garantir a “paralisa” da reprodução do capital na fábrica em direção a construção de uma nova ordem social e de um novo poder político, os

conselhos de operários¹⁵¹ é que permitiriam reorganizar a produção a partir de bases democráticas e socialista. Aqui estabelece-se àquela proximidade possível entre Gramsci e Rosa: àquela *autonomia* e *antagonismo* da greve de massas de Rosa, também estão presentes no fundamento gramsciano dos CF, expresso pela *organização espontânea* e pelo *espírito de cisão* das massas (também incorporado de Sorel). Ademais, a autogestão do processo produtivo e a congruência entre “economia e política” aproximam a influência de Rosa sob o “sardo” (DEL ROIO, 2018).

De forma semelhante a Gramsci, Rosa também retardou o movimento de cisão orgânica com o partido¹⁵² e, em verdade, o “sardo” só tornaria a se convencer daquela cisão a partir da incidência da herança leniniana. Se o fracasso do movimento conselhistita italiano decorreu do próprio abandono das instituições que diziam representar o proletariado (CGL e PSI), o atento para o *caráter* que vinham se investindo e a leitura do real a partir de Lênin se configuraram nas principais causas para Gramsci se enveredar nos trilhos da herança leniniana e reconhecer a necessidade histórica do partido político da classe trabalhadora. É exatamente o reconhecimento de limitações postas com base em Sorel (que se assenhoram, sobretudo, em decorrência daquele espontaneísmo dos CF) que Gramsci *superará* pelo contato com a herança leniniana (iniciada de maneira mais intensa após a derrocada do movimento), àquela influência e reconhecerá a necessidade de um partido político para orientar a direção daquela *vontade* canalizada pelas massas¹⁵³. Em outras palavras: se durante o *biennio rosso*, o *espontaneísmo*

¹⁵¹ “A luta do trabalho contra o capital [por meio da greve de massas], pela gestão da produção, é a base e o fundamento da revolução socialista, de modo que a essa ação destrutiva da ordem social burguesa deve vincular-se uma ação de construção de uma nova ordem e de um poder efetivamente público/social. O conselho de operários e soldados é então a forma que possibilita a reorganização da produção, mas também a gestão da coisa pública em moldes radicalmente democráticos e socialistas. A construção da nova ordem socialista passa pela difusão e fortalecimento dos conselhos, o que implica a articulação de um arco de alianças sociais que inclua o proletariado agrícola e os pequenos camponeses” (DEL ROIO, 2018, p. 28).

¹⁵² É o que se pode constatar quando se atenta para o processo de fundação da Liga Espartaquista e posterior fundação do Partido Comunista da Alemanha (KPD), cisão do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e quando da fundação da fração Ímola e fundação do Partido Comunista da Itália, cisão a esquerda do PSI.

¹⁵³ Aqui, na derrocada pós-*biennio rosso*, a aproximação de Gramsci com Maquiavel já está *implícita* – ainda que apenas se torne a se *explicitar* nos *Quaderni*. O que nos leva a esta afirmação é que, na trilha de Del Roio (2018), Gramsci inicia a revisão da categoria jacobinismo de Sorel. Se no início da elaboração gramsciana, quando da eclosão da Revolução Russa, tomava o jacobinismo como a minoria despótica que instaurou a própria ordem (burguesa), contraponto, por este motivo, Revolução Francesa com Revolução Russa, agora, com a derrota do movimento dos CF, passa a se atentar para a necessidade de um caráter jacobino para a própria revolução socialista: um *caráter orgânico* que deve ser desenvolvido junto às massas, como representava *O príncipe* de Maquiavel – encarnação primeira do “*espírito jacobino*” que deveria fundar um novo Estado (burguês). Está posto, pois, o início da leitura da revolução socialista na Itália por Gramsci a partir da inspiração de Maquiavel: “Maquiavel é um personagem central na reflexão gramsciana desde antes da prisão e da elaboração da obra carcerária [...] O domínio persistente da ideologia católica sobre as massas populares e o liberalismo moderado das classes dirigentes dificultou muito a possibilidade de uma revolução popular democrática na Itália do século XIX. A situação persistia com o domínio fascista e Maquiavel poderia indicar caminhos para um projeto que transcendesse os problemas e vícios acumulados em duas sucessivas ondas de revolução passiva. Maquiavel fora um intelectual que se opôs ao poder político e ideológico da Igreja e servia como uma referência muito superior a qualquer outra em solo italiano. A derrota de Maquiavel havia sido a derrota da Itália, que enveredou para um estado de regressão feudal e persistente poder eclesiástico. A derrota dos conselhos de fábrica em 1920 e do Partido Comunista em seguida fazia com que Gramsci dialogasse com Maquiavel sobre as razões de seguidas derrotas, aquela do próprio Maquiavel, do

conselhistas absorvido da influência francesa validava, em grande medida, as teses sorelianas através da elaboração dos CF, expressa, sobretudo, pela *auto-organização* e pela *autoeducação* das massas pela atividade prática; agora, com a derrocada do movimento conselhista em fins de 1920, Gramsci estava diante da própria revisão do movimento em geral: àquele *espontaneísmo* de Sorel, que estava implícito em Gramsci, passava a ser questionado pelo contato com a herança leniniana, pois atenta-se para o fato de que o “espontâneo” (as *paixões* e as *pulsões* das massas) deveria ser orientado para o sucesso da própria estratégia revolucionária. O PSI, representante do proletariado revolucionário, não desenvolvia um contato orgânico com a massa – fato que, em largas circunstâncias, fez Gramsci criticar o partido como *instituição tradicional* que não supera a legalidade burguesa. É nesse sentido que, agora, reconhecendo, em verdade, que as críticas ao partido se deram muito mais em função do próprio caráter reformista do PSI (dado que neste momento, a sua cisão também já se esboçava com a posição absentéista de Bordiga) e pela influência de Lênin, passava a reconhecer que somente um programa de partido poderia levar a cabo a estratégia revolucionária em direção à construção de uma nova ordem social, orientando a *vontade coletiva* e dando-lhe direção – ainda que este programa não pudesse concordar com aquele levado a cabo pelo PSI: um programa *passivo* e *fatalista* que não se articulava organicamente com a massa, ficando atado ao *imobilismo*. Assim é que, se poderia dizer, que a *superação* empreendida por Gramsci durante o *biennio rosso* foi, precisamente, de reconhecer o partido revolucionário como uma “necessidade histórica para as lutas do proletariado”, um partido *ativo e construtivo*, diverso daquele caráter assumido pelo próprio PSI; e só pode *reconhecê-lo* pela *superação* do *espontaneísmo conselhista*, o que implica (ao que tudo nos indica) no início da revisão de Sorel e na modificação do contato estabelecido com suas próprias influências intelectuais: a contar com algumas inferências de Rosa e, sobretudo, de Lênin.

G. se distancia de Sorel e de seu espontaneísmo, tanto porque uma vontade coletiva pensada como propunha Sorel desaparecerá assim que terminar a ‘destruição’, quanto porque já chegou, há tempos (inspirado por Lenin), à convicção de que apenas um “programa de partido” [...] possa fornecer aquela *pars construens* necessária à ação política revolucionária e a formação de uma vontade coletiva dos subalternos (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 742).

Já reconhecida a necessidade do partido em contato orgânico com as massas (e, portanto, já à luz de Lênin), de Sorel e de Rosa não deixa de absorver (ou preservar) elementos que o auxiliarão a chegar nesta referida necessidade: *os CF são vistos como o fundamento organizativo e subjetivo do novo partido*, em que o “espírito de cisão” soreliano é mantido e cuja organização em partido é tida

jacobinismo do *Risorgimento* e agora do movimento político revolucionário da classe operária. [...] Gramsci interroga Maquiavel do porquê das derrotas da Itália e do porquê das vitórias na França e na Rússia” (DEL ROIO, 2018, p. 96-97).

como organização superior de autonomia e antagonismo da classe operária diante do próprio capital, como em Rosa, – produto superior da consciência organizada (DEL ROIO, 2018). Estes elementos, possíveis somente pela congruência da herança de Lênin, nos demonstram que ao mesmo passo que *preserva Sorel, afasta-se de Sorel*, mas mantêm Rosa e Lênin. Se a *superação* de que pretendemos evidenciar repousa, precisamente, em “*trilhar de volta*” àquele caminho em que “mostra” a chegada de Gramsci ao *reconhecimento da necessidade do partido revolucionário*, é importante demonstrar, em igual proporção, as *preservações* que manterá quando do desenvolvimento sistemático em torno do próprio partido político, isto é: se até agora tratamos de desenvolver a *superação* gramsciana de seu *espontaneísmo conselhistas*, ratificando a necessidade histórica do partido para a própria estratégia revolucionária, trata-se agora, de nos determos na análise das *preservações* – possível pela também análise do desenvolvimento da teoria do partido de Gramsci e/ou, se assim ser quer dizer, da análise (com *preservação*) do partido como parte orgânica da classe de Gramsci.

3.2 A ESPONTANEIDADE GRAMSCIANA E A TRAVESSIA DO MODERNO PRÍNCIPE

Se a *superação* empreendida por Gramsci no *biennio rosso* permitirá o seu encaminhamento em direção à elaboração da *estratégia revolucionária nos Quaderni* (em realidade, iniciada não só na dependência do cárcere, mas encaminhando-se já no período de declínio do movimento conselhistas, *indicando continuidade entre o pré-cárcere e o cárcere*), a *estratégia revolucionária elaborada no biennio rosso* pôde ser superada (e também poder-se-ia dizer *desenvolvida*) pelo reconhecimento das limitações daquele *espontaneísmo conselhistas*. É bem verdade que uma série de implicações está por de trás desta afirmação que não é simples retórica: a reconhecida frente reformista da CGL e do PSI; o contato com a herança leniniana e a corporificação na rota de assimilação do marxismo. A limitação reconhecida do *espontaneísmo conselhistas*, absorvido de Sorel por parte de Gramsci, é processo que se objetiva na medida em que a leitura do processo de sucessão dos eventos *reais* se articula com a recepção da influência de Lênin. É, pois, neste interim que àquele *espontaneísmo* pode ser *revisto*, possibilitando a sua *superação* – ainda que com *preservação*. Isso significa dizer que a apreensão das *preservações* decorrentes da *superação* do *espontaneísmo conselhistas* exige a sua **decomposição**. A análise, de perto, da *auto-organização* e da *autoeducação* das massas na fábrica pela auto atividade aparece, após a derrocada do movimento conselhistas na Itália para Gramsci, com limitações passíveis de serem superadas para o encaminhamento da própria estratégia revolucionária. Gramsci está, pois, operando a *superação* em função de sua própria *decomposição*. Para analisarmos esta *decomposição* (que trata de impulsionar a *superação*), consideramos que um elemento é central e se constitui como pedra-de-toque para empreender a *superação* propriamente dita.

Este elemento é àquela própria **vontade coletiva** deixada ao abandono na fábrica, atendida por Gramsci e identificada no *sindicalismo revolucionário* soreliano após a derrocada dos CF. Ora, já vimos que o *espontaneísmo* de Sorel se vincula ao desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado na fábrica pela auto atividade em direção à constituição daquele “*autogoverno dos produtores*”. O antagonismo de classe vivenciado pelos trabalhadores no cotidiano fabril tonaria a estimular e a despertar a sua *auto organização*, o *desenvolvimento de sua consciência de classe* e de seu “*sentimento sublime*”. Sorel supunha, pois, a existência de uma *vontade coletiva* das massas já organizada e direcionada à necessária construção em direção ao “problema histórico” da *transição socialista*. Com isto, podemos extrair como premissa que a *decomposição* da *vontade coletiva* – tal como aparece em Sorel e tal como foi absorvido por meio do *espontaneísmo conselhistas* de Gramsci – apresenta insuficiências para o “sardo”, evidenciadas após um duplo movimento: 1) a derrota dos CF, quando do isolamento do grupo *L’Ordine Nuovo* em relação ao apoio ao movimento – acusado de *anarco-sindicalista* e; 2) o início da assimilação de Lênin e, por conseguinte, do marxismo. Este duplo movimento possibilitou, como temos insistido, fazer Gramsci revisar e *superar* Sorel, pois o atento para o *abandono ao impulso do irracional*, isto é, a *vontade coletiva pressuposta, organizada e direcionada*, levou a própria dissipação do movimento conselhistas. É assim que, a *decomposição* desta inferência, possibilitará Gramsci reconhecer que a *vontade coletiva* precisa ser **orientada**, tanto para fazer exprimi-la quando na inserção de um *contexto regressivo*¹⁵⁴ (como é o próprio fascismo), quanto para orientá-la e fortalecê-la quando na inserção de um *contexto expansivo*. Parece-nos que o reconhecimento da *decomposição* da *vontade coletiva* soreliana por Gramsci permite também fazê-lo se atentar para a necessidade histórica do partido revolucionário para atuar em sua direção, orientação e fortificação (possível também pela congruência com a herança leniniana). A interseção destes dois elementos, *da decomposição da vontade coletiva de Sorel e da “chegada intelectual” de Lênin no arcabouço gramsciano*, possibilita o reconhecimento do partido político, mas não apenas: permite também o reconhecimento do partido revolucionário para “atuar” na *orientação da vontade coletiva* para a própria realização do “problema” histórico da *transição* que perpassa o conjunto da obra e da preocupação gramsciana. Indicação desta inferência é a elaboração em torno do partido político que passa a se contornar em fins de 1920, com as críticas que Gramsci estabelece ao PSI e a identificação da cisão com a consolidação das frações em seu próprio interior que terá, após os esforços do “sardo” de preservar a unidade do PSI com a sua reforma, o seu desemboque na fundação, em 1921, do PCI,

¹⁵⁴ “No período revolucionário, em particular, a classe educa o partido por meio dos seus órgãos próprios de organização da vida produtiva e do espaço público. No período da retração da desarticulação o partido organiza a resistência e forma quadros. A derrota do movimento dos conselhos de fábrica na Itália fez com que Gramsci enveredasse para o problema da cisão orgânica do partido operário. Era preciso um partido que fosse expressão de uma forma social alternativa, que contivesse os germens do socialismo” (DEL ROIO, 2018, p. 61).

anunciando uma concepção de partido que se identifica com um *partido de massas*, quer dizer, um partido que se dedique ao **contato orgânico** com a massa. É nesse sentido que nos parece que àquela *decomposição* da *vontade coletiva* de Sorel por Gramsci desboca, ainda num primeiro momento, na particularidade do pré-cárcere, na elaboração do partido político como àquela *preparador e condutor* do processo revolucionário, adquirindo a sua expressão máxima nas Teses de Lyon e, num segundo momento, na particularidade do cárcere (na continuidade com o seu próprio desenvolvimento do pré-cárcere), no partido político como *moderno príncipe*, o mito plasmador da *vontade coletiva nacional-popular* e da *reforma intelectual e moral*. Vê-se que, embora no período do pré-cárcere, a expressão *vontade coletiva* ainda não apareça, pois deverá apenas se manifestar com a elaboração carcerária em conjunto com todo o novo *léxico categorial*, isso não significa que Gramsci já não estava – no pré-cárcere – promovendo o início da *decomposição* para a *superação* de Sorel; ao contrário, as Teses de Lyon, condensadoras da própria *assimilação* e já *aplicação* do legado de Lênin (com a assimilação da frente única por *analisar de maneira concreta a situação concreta* e o combate ao sectarismo de Bordiga), creditamos se configurar no anúncio da revisão *implícita* de Sorel que adquirirá a sua força de expressão nas páginas dos *Quaderni*: a *preparação* e a *condução* do processo revolucionário pelo partido é a antecipação do *moderno príncipe*, organizador da *vontade coletiva nacional-popular* e da *reforma intelectual e moral*, pois comporta *implicitamente* a crítica de que a *vontade coletiva* não se cria e se desenvolve no vazio, isto é, do espontaneísmo, isto é, da *vontade coletiva passiva* de Sorel; tal como Gramsci tomará nos *Quaderni*, a *vontade coletiva* prescinde de uma fase que é, sobretudo, *ativa* e *construtiva*, elaborada pelo partido; tal como Gramsci tomará no pré-cárcere, o partido deve estabelecer com a massa um *contato orgânico* para não expressar senão a própria massa e, portanto, deve ser *ativo* e *construtivo* para defender e para realizar os seus interesses “*imediatos e históricos*”.

Se é verdade que a incorporação de Sorel por Gramsci é incorporação já atendida a partir de limitações, como a reconhecida restrição de Sorel a expressão máxima do mito pela organização dos sindicatos¹⁵⁵, impulsionando a greve geral, o *espontaneísmo*, em verdade, assimilado desde o período *ordinovista* dos CF, também já apresentava condições para a sua própria *superação*: em realidade, poder-se-ia dizer que a ausência de direção consciente para orientar uma *suposta vontade coletiva já pressuposta* e a crítica gramsciana à incapacidade da CGL e do PSI de se conectarem ao movimento das massas, já fazia do *L'Ordine Nuovo* um agente central que desempenhava uma função que mais tarde seria atribuída ao próprio partido: a função de dirigir e de orientar conscientemente a *vontade*

¹⁵⁵ “Sorel permanecera no interior dos limites da concepção do sindicato profissional com organização de uma vontade coletiva já ativa e em movimento graças ao ‘mito’ da greve geral. A perspectiva soreliana negava a ordem existente, mas não concebia a necessidade de um programa articulado no partido, avaliado como intrinsecamente reacionário” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 257).

coletiva. Se os CF representavam uma *organização espontânea* dos trabalhadores, a necessidade de orientar a *vontade coletiva* desta *organização espontânea* já era sentida. Portanto, o *espontaneísmo* com o qual a experiência *ordinovista* foi inspirada já apresentava, em certa medida¹⁵⁶, condição para a expressão da *espontaneidade*, quer dizer, o *espontaneísmo soreliano* da elaboração *ordinovista* se aproximava, pois, muito mais da *espontaneidade* – condição, no entanto, que só pôde se evidenciar *após a derrocada do movimento dos CF pela clara renúncia de apoio por parte da CGL e do PSI*.

A reconhecida *decomposição* da *vontade coletiva* leva, portanto, o “sardo” (em contato com a herança de Lênin) ao que poderíamos chamar de *superação do espontaneísmo* pela *preservação da espontaneidade*, isto é: ao passo que Gramsci reconhece que a *vontade coletiva* não se desenvolve necessariamente de *forma espontânea* pela mera vivência da contradição entre capital e trabalho no processo produtivo pelo trabalhador, mas precisa antes ser “*suscitada, estimulada e desenvolvida*” para pôr na ordem do dia o problema histórico da *transição socialista* é que poderíamos extrair uma diferenciação entre *espontaneísmo* e *espontaneidade*. Enquanto no primeiro caso temos uma relação “automática” entre *prática das massas* e *consciência revolucionária* (como se a auto atividade das massas “gerasse” automaticamente e sem equívocos a construção e o desenvolvimento da consciência revolucionária), cabendo a *livre auto-organização* do movimento operário sem a intervenção externa (como Sorel considerava os partidos, “*os agentes intelectuais acima das massas*”); no segundo caso temos o reconhecimento do elemento “*espontâneo*” em articulação com a “*direção consciente*”, quer dizer: a *espontaneidade* de Gramsci não desconsidera o *espontâneo* das massas, as suas *pulsões* e as suas *paixões*, pois é o próprio *sentir* delas que possibilita fazer com que a organização do movimento se oriente conforme a *vontade* dos trabalhadores. Em Gramsci, àquela *espontaneidade* representa a necessidade de manter *contato orgânico* com a massa. Essa necessidade se justifica pelo fato de que a *vontade coletiva* não se organiza *espontaneamente*, do “vazio”, mas deve ser *orientada* para fazê-la desenvolver e desabrochar. É nesse sentido que o partido revolucionário deve atuar: mantendo o *contato orgânico* com a massa para que 1) ao mesmo tempo em que seja capaz de *orientá-la*, esta 2) orientação deve se dar em função da realização dos interesses imediatos e históricos da própria classe que representa. Para que o partido possa expressar exatamente os interesses *imediatos* e *históricos* da classe que representa e, em particular, da classe trabalhadora, isto é, para que represente a luta em direção a *transição socialista*, o contato orgânico com a massa é o vínculo orgânico necessário para

¹⁵⁶ “A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa marcam a crise do espontaneísmo típico do anarquismo e do anarco-sindicalismo e também do mecanicismo próprio de uma certa variante do socialismo, da qual participa o socialismo italiano da época. O movimento dos conselhos de fábrica no ‘biênio vermelho’ (1919-1920) havia sido um esforço teórico-prático para sair dessa crise por meio da criação de uma direção consciente. É inegável que, nesse contexto, G. sofreu a influência das formulações de Sorel e Rosa Luxemburgo, bem como da Revolução Russa” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 257).

sua condição de *direção consciente do espontâneo*. Trocando em miúdos: para que o partido *oriente e desenvolva a vontade coletiva* das massas (que deve se dirigir no sentido de realização da *transição socialista, função histórica de classe do proletariado*) – o que não significaria o mesmo senão dirigi-la *conscientemente* – deve levar em conta o seu elemento “*espontâneo*”. Isso significa dizer que o *espontâneo* é importante porque comporta “*elementos dispersos de direção consciente*”, ainda que não possa, por si só, unificar tais elementos. *O que Gramsci pretende demonstrar é que o espontâneo não é descartável*, dado que possui alguns elementos¹⁵⁷ que possibilitam o encaminhamento para a elaboração da *consciência de classe para si*. Outrossim, para que esta elaboração possa se realizar, o partido deve se findar como um *partido de massas*, um *partido como parte orgânica da classe*, pois é a condição do *vínculo orgânico* que permite *viver e encaminhar* as suas *pulsões* e as suas *paixões*. Quando, ao contrário, o partido passa a se situar acima da classe, isto é, quando se porta na condição de “núcleo intelectual” que *ensinará* a classe a se *portar* para a realização de seus objetivos, então o próprio partido deixa de estabelecer uma relação de *reciprocidade* com massa e cai naquela própria “*crise de intelectualização*” de que já nos alertou Gramsci. Por essa razão é que os desdobramentos no entorno da elaboração teórico-prática do “sardo” sobre o partido, em fins de 1920, desembocará na crítica ao PSI, pela sua incapacidade de *contato orgânico* com a massa, *deixando-a ao alento da vontade coletiva passiva*, sem direção consciente, e, posteriormente, se dedicará a crítica à direção sectarista de Bordiga à frente do PCI, quando da tentativa de *tutelamento da massa pelo partido*, ao desconsiderar o próprio movimento do *espontâneo*. Seja combatendo o *nulismo político do PSI*, seja combatendo o *partido intelectualizado* de Bordiga no PCI, Gramsci está alertando para a necessidade de articular o *espontâneo* com a *direção consciente*, quer dizer: apenas o partido que é parte orgânica da própria classe que representa, inserindo-se em seus quadros para sentir o *espontâneo* – as diversas aspirações de “longo prazo” e os anseios recentes (vale dizer, os *interesses imediatos e históricos*) – é que poderá, a partir do ponto de partida *espontâneo*, orientá-la *conscientemente* para o “alcance dos objetivos de longo alcance”. *Direção consciente do espontâneo é, pois, espontaneidade* e, em última análise, *é expressão da congruência da influência de Lênin e de Rosa, na via de superação de Sorel por Gramsci, ao mesmo tempo de sua preservação*. Expliquemo-nos.

Se já vimos que o declínio do movimento conselhistas no *biennio rosso* permitiu a *superação da estratégia conselhistas* por meio do reconhecimento do partido político para o encaminhamento da

¹⁵⁷ “G. entende por ‘espontaneidade’ o momento embrionário ou primitivo da consciência política que pode conter ou não um elemento imediatamente criativo e antagônico [...] [Na espontaneidade] Os elementos característicos da direção consciente existem e são inúmeros, sem que, no entanto, prevaleçam ou que se supere o ‘senso comum’ do estrato social em questão. Assim, a espontaneidade das classes subalternas acomoda também elementos dispersos de direção consciente, incapazes de conduzir à unificação e indicar o caminho da superação da situação de subalternidade, permanecendo nessa condição” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 256).

própria estratégia revolucionária, dado o *duplo movimento* de captação da “paralisa” da CGL e do PSI e da herança leniniana que agora incide sob Gramsci, a apreensão da *superação* da *estratégia conselhist* pelo “sardo” e, por conseguinte, o início da revisão de Sorel pós-*biennio rosso*, só pode ser compreendida se nos dedicarmos a análise das *decomposições*. Estas *decomposições* nos indicam que Gramsci está empreendendo uma revisão da própria influência soreliana, quer dizer: está pondo em revisão alguns daqueles elementos incorporados quando da elaboração da *estratégia conselhist*. O que estamos pretendendo evidenciar é que nos parece que a *decomposição* da *vontade coletiva* de Sorel se configura precisamente numa daquelas *decomposições* operadas por Gramsci pós-*biennio rosso*. Esta *decomposição* é possível, em grande medida, pela *congruência da herança de Lênin no arcabouço gramsciano*. Por essa razão é que também na *decomposição da vontade coletiva de Sorel* por Gramsci e na imbricada distinção que pôde estabelecer entre *espontaneísmo* e *espontaneidade*, nos parece que a *superação da vontade coletiva soreliana* se deu *pela via de Lênin e de Rosa*. É pela apreensão e pela assimilação do significado do partido político, *de organismo atuante junto à massa*, que pôde reconhecer que a *vontade coletiva* não se organiza *voluntariamente*, como havia suposto Sorel, mas deve ser precedida daquela fase *ativa e construtiva* para se desenvolver. Assim é que o partido é, para Gramsci, conjugando a influência de Rosa e de Lênin, a *vanguarda mais consciente do movimento operário*, uma *organização superior de autonomia e de antagonismo do proletariado em relação ao capital*, e é *parte orgânica da classe*, confundindo-se com os seus quadros porque *é a própria classe em movimento e em luta*. Vê-se que se se absorve a influência de Rosa, vincada àquela concepção de partido como “*organização superior*”¹⁵⁸, é a influência de Lênin que possibilita conferir *organicidade a superioridade*: realizando a sua própria síntese, o partido é, para Gramsci, *superior* porque é a *vanguarda mais consciente* e é a *vanguarda mais consciente* não porque se constitui de maioria *intelectual* em segregação com a massa, mas antes só pode ser a *vanguarda mais consciente* de “*organização superior*” porque a sua *superioridade* advém da capacidade de se vincular de modo *orgânico* com a classe para realizar seus objetivos *imediatos e históricos*. É assim que, ao *manter*¹⁵⁹

¹⁵⁸ As pesquisas aproximativas entre a elaboração teórico e prática entre Gramsci e Rosa ainda é bastante recente. Sabe-se, contudo, que Gramsci já absorveu, em grande medida, uma proximidade desde o período do movimento conselhist italiano com Rosa e ainda é possível se observar a sua congruência com a concepção de partido de Gramsci. As críticas do “sardo” a Rosa nos *Quaderni*, no entanto, aparecem de modo bastante ferrenho: de Rosa, Gramsci critica um intenso economicismo, dado a sua valorização pelas superestruturas na disputa pela hegemonia, e a espera da crise do capitalismo para a ascensão do movimento operário. É Rosa, no entanto, juntamente com Lênin, que se inserem num processo de *refundação comunista* em ruptura com o *reformismo* disseminado após a morte de Engels – condição que, por si só, insere Gramsci.

¹⁵⁹ “Gramsci concebia o partido revolucionário [...] preocupando-se antes de tudo em evitar a reprodução dos temas dirigentes e dirigidos dentro do partido e dentro da própria classe, uma preocupação derivada de Sorel, mas também de Rosa Luxemburg. Assim, o partido operário deveria ser composto pela fração mais bem preparada da classe, com capacidade teórica e de ação política. Esse partido teria o dever de educar a classe, mas também se educar com a sua experiência de luta e crescer na medida em que fosse capaz de incorporar cada novo militante revolucionário que se

Lênin e Rosa na elaboração sobre o partido, Gramsci já nos trás *implicitamente* que o próprio partido demanda, como função, a **direção consciente do movimento espontâneo** ou, se assim se quer dizer, *a direção consciente do movimento espontâneo para suscitar e orientar a vontade coletiva*. Por esse motivo é que como “*organização superior*” o partido é *direção consciente*, e como “*organização superior de direção consciente do movimento espontâneo*” é *orgânico* às massas para estimular a sua *vontade coletiva*, orientada a partir de seus próprios interesses de classe. *O partido não atuaria senão “suscitando e orientando” a espontaneidade para fazer exprimir a vontade coletiva*. Eis porque a *decomposição da vontade coletiva de Sorel* também nos leva a elaboração fecunda sobre o partido político, quer dizer, à própria estratégia revolucionária pós-*biennio rosso* delineada por Gramsci, em absorção direta de suas *fontes formadoras em direção à maturidade*.

O que acontecia era que a concepção de luta revolucionária que Gramsci desenvolvia para a Itália “traduzia” tanto Rosa quanto agora também Lenin para as circunstâncias da formação social italiana. Era imprescindível a existência de um partido revolucionário [como para Rosa] que fosse a expressão orgânica da classe operária, que fosse composto pela sua parte mais organizada e educada do ponto de vista da práxis revolucionária. Mas esse partido [como para Lênin] não poderia deixar de ser a expressão da auto-organização da classe operária, não poderia não ser a classe se constituindo em partido, pois é a autoatividade e auto-organização das massas trabalhadoras que constrói uma nova hegemonia e um novo Estado (DEL ROIO, 2018, p. 33).

Na medida em que o reconhecimento do partido político (e, portanto, na proporção em que *supera* Sorel – vale dizer: trilha o “*caminho de volta*” para o próprio partido e *revisa* Sorel a partir de sua *decomposição*), através de Lênin e Rosa, se dá pelo reconhecimento de uma *direção superior* (porque consciente), mas, sobretudo, *orgânica* (porque *intrínseca*) junto à própria massa através do partido, não deixa de *preservar* Sorel, quer dizer: ao passo que a *manutenção de Lênin e de Rosa* se dá na reconhecida necessidade de um programa de partido, *superando* Sorel através da *superação do espontaneísmo conselhistas*, isto é, *superando* Sorel na medida em que reconhece as limitações do movimento conselhistas para a própria orientação da *vontade coletiva* (em larga medida, abandonada pelo caráter “*imobilista e amorfo*” da própria CGL e do PSI), *preserva* alguns de seus elementos: a *decomposição da vontade coletiva de Sorel* leva o reconhecimento do partido político para atuar em seu *desenvolvimento, orientação e fortificação*. Ora, se a *vontade coletiva* precisa ser desenvolvida, orientada e fortificada, reiterando para os limites da auto-organização pela auto atividade deixada ao *abandono do impulso ao irracional*, Gramsci não de *preservar* daquele *espontaneísmo*, daquela auto-

destacasse. Dessa maneira o partido é uma nomenclatura da classe, o partido está organicamente vinculado à classe e dela não pode se descolar [...]” (DEL ROIO, 2018, p. 101-102).

organização *soreliana* (precisamente àquela *abandonada ao impulso do irracional*), a necessidade de se orientar conforme as *pulsões* e as *paixões* das massas¹⁶⁰.

A atenção pelos sentimentos populares, pela “espontaneidade” criadora do povo: eis o “sorelismo” do jovem G., que não é negado, mas superado, inserido numa nova visão da emancipação das classes subalternas. O elemento da espontaneidade – G. acredita – deve ser educado e direcionado para novas capacidades hegemônicas através de uma “reforma intelectual e moral” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 743).

Assim é que ao passo que *afasta-se de Sorel* (recusando o suposto *determinismo das massas* que se lançam a luta revolucionária, elaborando a consciência de classe por intermédio de sua própria auto atividade), *preserva Sorel*: o “elemento *soreliano*” manifestado pela valorização das massas se faz presente em todo itinerário gramsciano até a conformação final dos *Quaderni*. A *espontaneidade criadora do povo* é o que *move* a ação revolucionária do *partido como parte orgânica da classe* e por ela deve ser *movida e movente*. Eis um dos *elementos preservativos* de Sorel por Gramsci verificado após sua própria *superação*¹⁶¹: a *espontaneidade – decorrida da decomposição da vontade coletiva passiva soreliana, expressando a congruência com a chegada de Lênin (e de Rosa) no interim de Gramsci*. A reconhecida de que a *vontade coletiva* passa a se expressar no pré-cárcere, *indicando a revisão de Sorel*, se dá quando, combatendo a direção sectarista de Bordiga no PCI e sua concepção de partido de vanguarda (atingindo o seu ápice no documento apresentado ao III Congresso do PCI, Teses de Lyon), *finda o partido como um partido de massas, um partido que é parte orgânica da classe*, atentando para a necessidade de *contato orgânico com a massa para fazer valer sua própria espontaneidade* – fortalecer e orientar suas *paixões* e suas *pulsões*; e desemboca, nos *Quaderni*, na elaboração da *vontade coletiva nacional-popular*, àquela a ser estimulada e organizada pelo *moderno príncipe* – indicando uma *síntese gramsciana* que articula Lênin, Sorel e, agora, Maquiavel¹⁶² que

¹⁶⁰ “[...] a tarefa de uma força política revolucionária é evidentemente saber traduzir os impulsos também não racionais das massas em objetivos possíveis, canalizando a rebelião em um projeto [...] Continua válida, portanto, a lição de Sorel no plano da ‘ciência política’: é preciso considerar a capacidade de ‘sentir’ das massas [...]” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 741-742).

¹⁶¹ “A necessidade de fundar a ação política revolucionária na realidade social, no sentir espontâneo das massas, de partir da situação dos subalternos para fazer crescer as potencialidades de compreensão e de autogoverno: esses são todos elementos que continuam válidos, mas que foram separados dos ‘elementos intelectualistas e literários’ que constituíam uma das limitações de Sorel” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 742).

¹⁶² “Nos Cadernos, houve um movimento teórico e conceitual que problematizou a posição de juventude. Se, nos textos anteriores à prisão, a vontade já era articulada com a questão da revolução, mas aí entendida como resultado da ‘energia da vontade’ (visão voluntarista); no período carcerário a análise das condições [isto é, relações de forças] é que seria capaz de apontar quando a vontade seria atuante ou decisiva. Portanto, se vontade é igual a vontade política, essa noção é necessariamente uma junção teoria e prática: é subsidiada por uma complexa descrição do que há e de quais são as condições para que a vontade possa então se transformar em práxis. A vontade coletiva deve então ser inserida em uma ciência das relações de forças, em que o realismo político é fundamental – a lição de Maquiavel faz-se perceber de forma

reconhece o componente “jacobino” para a *direção consciente do espontâneo*. Da *decomposição da vontade coletiva de Sorel* por Gramsci dois outros elementos se nos apresentam, pois, *explicitamente* nas mediações do cárcere – momento em que já assimilando a herança leniniana (*já passando pela experiência moscovita*) promove uma reflexão sobre o partido em continuidade com a sua reflexão pré-carcerária: 1) o realismo político de Maquiavel traduzido para a revolução socialista presente da Itália e; 2) a revisão do *jacobinismo* de Sorel, acertando contas quando da incorporação gramsciana sem mediações de 1917.

Se Maquiavel não figurou *explicitamente* na produção gramsciana pré-cárcere, ao que tudo nos indica, Gramsci não deixou de indicar uma reflexão orientada pelo realismo político italiano inaugurado por Maquiavel ainda neste momento. É Del Roio (2018) que nos fornece estes indícios na medida em que aponta que a aproximação “Gramsci-Maquiavel” se dá quando da derrocada do movimento conselhistas e, mais exatamente, quando da revisão do “jacobinismo soreliano” e de seu significado para a *transição socialista* na Itália. Ora, se o *espontaneísmo conselhistas* do período do *L’Ordine Nuovo* já indicava, após as suas sucessivas derrotas (de abril e de setembro), que a *vontade coletiva* precisava ser *construída para se desenvolver*, o “sardo” já estava se atentando para àquela necessidade de um *componente ativo* em sua construção, quer dizer, *a organização de uma vontade coletiva que atinja cada vez mais amplos extratos das massas é a condição para preparar o terreno para a transição*. Por esse motivo é que o pré-cárcere já introduz *implicitamente* Maquiavel, ainda que este só se *explícite*, realmente, nos *Quaderni*. O que Gramsci está pretendendo nos demonstrar é que, no movimento conselhistas do *biennio rosso* de Turim, faltou um “componente jacobino”. É, no entanto, nos *Quaderni* que esta reflexão aparecerá *mediada*. Gramsci, partindo da investigação do *Risorgimento* italiano e de sua imbricada ausência de uma *revolução popular democrática*¹⁶³, quer

evidente: o realismo é o que permite a articulação da vontade e realidade efetiva, ou seja, a adequação fins e meios. Deste modo, o que interessa fundamentalmente é como a vontade se transforma em vontade coletiva. O processo de construção da vontade coletiva [...] deve ter um componente jacobino. O jacobinismo não significa aqui uma postura autoritária ou de uma vanguarda restrita, mas a expressão da vontade coletiva que ao mesmo tempo atua como fomentador/divulgador dessa vontade. Quer dizer, o jacobinismo como conceito teórico e político significa em Gramsci uma ação do sujeito coletivo (o partido) que, por ser capaz de identificar as necessidades concretas de uma classe no tempo e circunstâncias dadas, permite que se superem as aspirações espontâneas por meio de uma direção política de uma classe que pretende ser hegemônica” (ARECO, 2013, p. 7).

¹⁶³ A *revolução popular democrática* na Itália, a *revolução burguesa* na Itália não aconteceu nos moldes das revoluções burguesas dos demais países da Europa, como a França e a Inglaterra. Por não ser sido *popular democrática* exclui grande parte da população dos processos de transformação social e política, em particular, os camponeses. A esse processo de *revolução “não-burguesa” na Itália, denomina-se Risorgimento*. “O *Risorgimento*, portanto, compreendeu uma longa luta política, que se estendeu de 1815 a 1870, marcada pela presença conjunta de forças sociais com objetivos díspares, capitaneadas por dois ‘partidos’ principais: o Partido dos Moderados, que congregava as forças representantes dos interesses da aliança formada pela burguesia industrial e pelos latifundiários; e o Partido da Ação, que arregimentava a pequena burguesia e os artesãos. Como fator distintivo, devemos considerar a enorme influência do Estado de Piemonte na condução da revolução burguesa italiana [e, portanto, do Partido dos Moderados], o que definiu não somente a sua base social de apoio, mas também, e principalmente, o alcance das transformações políticas desencadeadas [...] A espinha

analisar o porquê, à época de Maquiavel, ela não se realizou (*como havia se realizado nos demais países da Europa, iniciando-se pela constituição das monarquias absolutistas, formadas no final do século XVI, e encerrando-se com as revoluções burguesas do século XVIII*), e o porquê, na Itália, quando de sua realização, de seu *Risorgimento*, não foi “popular democrática”, não atingiu amplos extratos das massas, produzindo, em seu lugar, uma “revolução passiva”. Assim é que, de maneira semelhante, Gramsci quer descobrir por que a revolução socialista pôde se realizar na Rússia e não pôde obter “sucesso” na Itália, com o movimento dos CF. A “chave” para esta interpretação está na ausência, em solo italiano, de um componente dito “jacobino”. Assim como o Partido da Ação não desenvolveu uma *vontade coletiva* das massas e não difundiu uma *concepção de mundo* da classe dominante em ascensão – a burguesia –, no período *risorgimentale*; também faltou ao movimento conselhistas o desenvolvimento de uma *vontade coletiva* (considerada como já pressuposta); também faltou o desenvolvimento de um “componente jacobino” – àquela mobilização de toda a população (agora, nos *Quaderni*, das “classes subalternas”¹⁶⁴) em torno da *transição*, do projeto socialista. É assim que podemos afirmar que ao mesmo tempo em que Gramsci está *revisando* Sorel, porque está *decompondo a vontade coletiva passiva* e percebendo os seus limites; nos *Quaderni*, está fundando uma *ciência política marxista* a partir da *ciência política maquiaveliana* porque está levando em conta a imbricada relação entre *revisão* de Sorel e incorporação do **realismo político** de Maquiavel – leitura possível pela influência de Lênin. É assim que, ao assimilar a herança leniniana e *traduzi-la* para a Itália, *compreendo o significado da frente única e abrindo combate aberto ao sectarismo de Bordiga*; nos *Quaderni*, Gramsci pôde aprofundar a sua reflexão, ajustando, agora, Lênin, Sorel e

dorsal da tese gramsciana sobre o *Risorgimento* é a de que a burguesia italiana do período não conseguiu mobilizar as massas populares da época através da inclusão dos camponeses na luta política, única forma de se conseguir ampliar a participação popular, necessária ao aprofundamento do caráter democrático da revolução burguesa. Assim, sem a mobilização das massas rurais por meio de um programa consistente de reforma agrária, o caráter do *Risorgimento* se afirma como eminentemente antipopular. A ‘revolução agrária malograda’ (expressão utilizada por Gramsci para sublinhar a ausência de reforma agrária durante o *Risorgimento*) aparece, portanto, como a principal causa da persistência dos resíduos feudais – principalmente no Sul da Itália (região do *Mezzogiorno*) –, que foram preservados com a manutenção da estrutura fundiária calcada no latifúndio. A existência de um programa de reforma agrária consistente seria fundamental para a inclusão das massas rurais no movimento político em curso, levando ao aprofundamento dos aspectos democráticos da revolução burguesa. É nesse sentido que a ‘revolução’ agrária aparece como um elemento central da concepção gramsciana de ‘revolução nacional’. Nesse sentido, Gramsci [...] acusa o Partido da Ação de não ter percebido a amplitude de sua função histórica. O erro do partido foi de não ter compreendido a necessidade de aprofundar a revolução burguesa por meio da proposição programática de uma aliança entre a burguesia progressista e as massas rurais – única forma possível de subtrair a hegemonia que os moderados exerciam sobre o Partido da Ação e aprofundar a revolução. Porém, ao se submeter à liderança dos moderados, o Partido da Ação sufocou a possibilidade de aprofundamento da unidade nacional, já que inviabilizara a reforma agrária necessária para incluir a população camponesa na vida política nacional [...] Assim, na visão gramsciana [...], dado o contexto histórico em que se operou a configuração de forças políticas que desencadearam o *Risorgimento*, a relação estabelecida entre o Partido Moderado e o Partido da Ação resultou na hegemonia do primeiro sobre o segundo, impossibilitando o desenvolvimento da revolução burguesa italiana nos moldes jacobinos, falhando eliminar os resíduos feudais presentes na estrutura agrária do país’ (NERES, 2009, p. 103-105).

¹⁶⁴ Como veremos adiante.

Maquiavel. Da *tradução* de Lênin para Itália, isto é, da *frente única* antifascista e anticapitalista lida a partir das lentes da Itália, Gramsci absorve a preocupação de Lênin com o lugar dos camponeses na revolução socialista – *questão que finalmente pôde encontrar, na herança leniniana, espaço para a expressão de seu meridionalismo*. Na elaboração pré-cárcere, da *frente única dos proletários e dos camponeses para empreender a luta antifascista e anticapitalista*, estão presente todos os elementos com os quais Gramsci desenvolverá no cárcere: trazendo do arcabouço de Lênin àquela *frente única proletária/camponesa e antifascista/anticapitalista*, está analisando a formação social da Itália para descobrir as sucessivas causas das derrotas de suas revoluções. Para tanto, está colhendo diretamente de Maquiavel o seu *realismo político* e está *aplicando-o em busca de respostas para encaminhar a revolução comunista na Itália*¹⁶⁵. Dada a investigação da formação social italiana, dedicada longas e diversas notas ao *Risorgimento*, é que pôde se atentar para a ausência de uma *vontade coletiva* nas revoluções da Itália – empreendida pelos intelectuais orgânicos. É nesse sentido, para que também a revolução comunista obtenha sucesso, é preciso a difusão de uma *vontade coletiva nacional-popular* empreendida pelos intelectuais no centro do *príncipe-partido*, visto que é precisamente o *príncipe-partido* aquele legatário pela fundação do novo Estado. O *príncipe de virtù dominando a fortuna de Maquiavel* é o partido revolucionário *analisando* as condições objetivas e *organizando* as condições subjetivas de Gramsci para colocar as *classes subalternas*, não apenas os *proletários e camponeses* como da frente única pré-cárcere, mas agora todos os grupos (orgânicos e tradicionais), *em direção à construção de um novo Estado* – expressão da atualização da *frente única* por Gramsci no cárcere, promovendo uma continuidade direta com a sua elaboração pré-cárcere, que exige a construção *ativa* da *vontade coletiva nacional-popular* por intermédio de uma *reforma intelectual e moral*, daí que a congruência entre *Lênin, Maquiavel e Sorel*. A elaboração e o desenvolvimento da *vontade coletiva* das classes subalternas, elemento já pressuposto por Sorel, passa a ser destacado na elaboração pré-cárcere (pós-*biennio rosso*) e na elaboração do cárcere. *Ao mesmo tempo em que Sorel está sendo revisito, esta revisão, no cárcere, atinge o seu ápice com a influência desenvolvida de Maquiavel na construção de Gramsci, possível pela assimilação da herança leniniana*. A identificação da presença de um *jacobinismo* já presente em Maquiavel nos indica a também revisão desta categoria, tornando a *diferenciar* Gramsci quando de sua *apropriação soreliana*. Este ponto nos remete diretamente ao segundo aspecto da questão: qual o ponto que leva a sua diferenciação, agora, *definitiva e completa*

¹⁶⁵ “A partir de 1921 a questão do jacobinismo começaria a aparecer em sentido positivo para Gramsci, com o marxista italiano reconhecendo o caráter jacobino da política de aliança com o campesinato e afirmando pela primeira vez a filiação histórica entre jacobinos e bolcheviques [...] Gramsci reconheceria ainda nesse momento a necessidade de uma direção centralizada e de um partido disciplinado que se apresentasse para exercer a ditadura de classe. Na verdade, Gramsci começaria aí a matizar suas críticas ao jacobinismo, procurando fazer uma distinção entre o que seria o jacobinismo da Revolução Russa e aquele historicamente original da Revolução Francesa” (GALASTRI, 2015, p. 234).

no cárcere?. **Método.** *O ponto é exatamente uma questão de método.* A investigação da formação social italiana, o desenvolvimento às avessas do *Risorgimento*, o papel dos intelectuais e as causas da derrota, todos estes elementos nos indicam que, no cárcere, Gramsci está, antes de tudo, investigando o real e *retornando ao real* para encaminhar possibilidades de ação. Pela via de Lênin é que adentra na *revisão* de Sorel e articula Maquiavel. Ao incorporar o método marxiano¹⁶⁶ pela via de Lênin, pôde se deparar com a realidade da formação social da Itália, identificando a ausência do *jacobinismo* há muito já presente em Maquiavel. É aí que a *revisão* desta categoria se redimensiona, sendo o ponto de mediação entre *O príncipe* de Maquiavel e o *moderno-príncipe* de Gramsci (DEL ROIO, 2018). O atento para a *necessidade de orientar a vontade coletiva*, tal como se explicita em Maquiavel¹⁶⁷, tal como deve se explicitar no *príncipe-partido* em Gramsci, leva o “sardo” ao reconhecimento daquele *jacobinismo* – esta investigação, novamente, só é possível pelo método marxiano incorporado pela via Lênin, resultando na investigação, no cárcere, da *formação social da Itália* e na constatação da ausência da *vontade coletiva nacional-popular* e do *jacobinismo*, fato que nos retorna, novamente, a Sorel e a Maquiavel.

[...] seguindo ainda a inspiração leniniana, Gramsci procurou sempre aprofundar o conhecimento do modo particular pelo qual o capitalismo havia se implantado na Itália e como havia se desenrolado a sua revolução burguesa. Era preciso também compreender a razão da persistência da influência ideológica do socialismo reformista e do catolicismo sobre as massas populares. Mas em especial era preciso saber da particularidade da questão agrária e camponesa na Itália. Em suma, aqui se apresentava uma questão de método de apreensão crítica da realidade em movimento contraditório no contexto de determinada particularidade. Assim, o que se buscava era traduzir Lenin para a condição histórica concreta da Itália e essa era uma questão essencial de método (DEL ROIO, 2018, p. 84-85).

De Sorel, a *decomposição da vontade coletiva* leva, portanto, a *revisão do jacobinismo*. As sucessivas causas das derrotas das revoluções (popular democrática, vale dizer, *burguesa* e *comunista* na Itália) se sucederam pela incapacidade dos intelectuais orgânicos de organizar a *vontade coletiva nacional-popular* – o movimento dos CF do *biennio rosso* também deixou as massas e a sua *vontade coletiva* ao alento. Por esse motivo é que, agora, desenvolvendo e valorizando a *espontaneidade* – *preservando de Sorel as pulsões* e as *paixões* das massas, mas *superando* de seu *espontaneísmo*, a *vontade coletiva* deixada ao impulso do irracional – comporta, pela investigação do *Risorgimento*

¹⁶⁶ Ainda que a incorporação do método tenha sido essencial para Gramsci se enveredar na assimilação, aplicação e tradução do marxismo, compreendemos que o método é apenas um dos elementos constitutivos da tradição marxiana, ao lado da teoria valor/trabalho e da perspectiva da revolução.

¹⁶⁷ O *príncipe* de Maquiavel é “[...] expressão de uma vontade coletiva em formação, no sentido de que seria a expressão concreta de um programa, o qual colocaria os camponeses como protagonistas da história, como povo em armas, com o objetivo de se fundar um novo Estado” (DEL ROIO, 2018, p. 110).

italiano, expressão da aplicação do método incorporado pela herança leniniana e do *realismo político* absorvido de Maquiavel, a identificação do *jacobinismo* como componente da *vontade coletiva*. Se o *príncipe* de Maquiavel é a expressão primeira da existência de um componente *jacobino*, ou seja, se é a expressão da construção enérgica do povo em torno de uma *vontade coletiva* para a fundação do novo Estado; também o *moderno-príncipe* deve se investir deste caráter: o de *construção ativa e enérgica das classes subalternas*, atingindo amplos extratos da população, para a elaboração e para a *orientação da vontade coletiva com vista à construção de um novo Estado*. Enquanto para Sorel e para o Gramsci de 1917, o *jacobinismo* era identificado à forma *burguesa* de fazer política; tratava-se da conquista do poder político que depositou o poder nas mãos de uma “*minoría despótica*”, a própria burguesia – expressão da incorporação soreliana desta própria categoria; agora, revisando no cárcere as influências intelectuais de juventude 1) em consonância com a herança leniniana e com 2) os novos autores com que estabelece diálogo, *redimensiona a sua incorporação*. O *jacobinismo* não se assemelha mais a um tratamento negativo, como aquele de quando da leitura da Revolução Russa, mas é o elemento que permite aglutinar as classes subalternas à *vontade coletiva* em torno do projeto de sociedade comunista. Se a época de Maquiavel o *jacobinismo* presente só poderia ir até a defesa de um elemento *jacobino* pré-burguês, quer dizer, se só poderia se posicionar na defesa de constituição de uma monarquia absolutista para evitar o ataque das demais potências estrangeiras sobre a Itália, o *jacobinismo* (ou também o “*novo jacobinismo*”) de Gramsci só poderia ser *pós-burguês* e, por isso mesmo, *antiburguês*. O *jacobinismo burguês* já havia se realizado com as revoluções burguesas; já havia conquistado amplos extratos da população para a fundação do Estado capitalista por meio da difusão de uma *vontade coletiva*; agora, o ensinamento que o *jacobinismo* da época burguesa havia deixado é exatamente *o mesmo no diverso: a formação de uma vontade coletiva nacional-popular (o mesmo) para edificar o Estado socialista*¹⁶⁸ (no diverso). Está colocada, assim, a leitura gramsciana formada *maduramente* pela herança leniniana da *vontade coletiva passiva de Sorel* (que nunca é negada, mas *revisada, superada e preservada com novas determinações*), expressando a imbricação com a figura histórica de Maquiavel¹⁶⁹.

¹⁶⁸ “[...] o movimento teórico que Gramsci empreende é de grande complexidade. O jacobinismo não pode ser agora entendido *stricto sensu* como uma práxis política revolucionária dos albos da época burguesa. Agora o jacobinismo deve ser revisto como um intelectual coletivo organicamente vinculado a uma classe que almeja a hegemonia. Assim, o Partido Comunista seria a expressão de uma vontade coletiva orientada para a fundação de um novo Estado, o qual seria ordenador da hegemonia da classe do trabalho” (DEL ROIO, 2018, p. 111).

¹⁶⁹ “Para Gramsci seriam justamente as características de um movimento jacobino que impediriam as massas de se abandonar à fase primitiva de sua vontade coletiva, dentre as quais a construção de um partido revolucionário que encarnasse a vontade nacional coletiva como sua vanguarda e a utilização da violência contra as classes adversárias. Mais do que a violência, seria a formação do partido jacobino, construído em função de conferir direção política ao levante das massas, que não apraz Sorel. É sua recusa a reconhecer legitimidade a qualquer tipo de liderança política ou intelectual

Pois bem. Se a *superação da estratégia conselhistista* já nos apresenta que a *decomposição da vontade coletiva passiva soreliana* é uma *decomposição* que precisamente impulsiona a *superação – decomposição* esta que levou a *superação* daquele *espontaneísmo soreliano*, mas ao mesmo tempo a *preservação* de sua *espontaneidade* e que, no cárcere, desemboca na necessidade do componente *jacobino*, atingindo amplos extratos das massas para orientar a *vontade coletiva* da *espontaneidade* – podemos extrair novas *decomposições* que nos auxiliam na *superação da estratégia conselhistista* e na elaboração em direção à *estratégia revolucionária nos Quaderni* quando conjugamos a elaboração teórico-prática do “sardo”, as influências intelectuais que absorve e os dissídios práticos vivenciados a partir da realidade italiana.

Se de Sorel, o “**espírito de cisão**” do proletariado em relação ao capital é quase que *uma disposição do espírito do proletariado*, quer dizer, recordando o mito da greve geral, o “espírito de cisão” poderia ter condições de vir à tona ao proletariado; em Gramsci, será *revisto*, porque ademais de *superado*, será *preservado*. Ora, se a *decomposição da vontade coletiva passiva soreliana* já nos indicou que as massas deixadas *ao abandono ao impulso do irracional* não podem engendrar uma *vontade coletiva ativa* em direção à *transição*, inserindo-se o partido (*como representação jacobina*) para estimulá-la e desenvolvê-la a partir de sua *espontaneidade*, também o “espírito de cisão” para o “sardo” não pode ser desenvolvido *voluntariamente* pela recordação do mito da greve geral e pela contradição entre capital e trabalho vivenciada na fábrica. Gramsci, novamente, está pondo em cheque o *espontaneísmo soreliano*. Se Gramsci está questionando o *espontaneísmo* de Sorel pelo extremo *voluntarismo* de seu sindicalismo revolucionário e se está indicando que, tanto para que a *vontade coletiva* e, agora, para que o “espírito de cisão”, sejam desenvolvidos, é necessário àquele partido de massas; como então Gramsci analisa a centralidade da fábrica, como *locus* da contradição do capital e do trabalho vivenciada pelo proletariado, em relação ao partido – questão absorvida de Sorel e muito presente na *estratégia conselhistista*?. A fábrica é descartada na elaboração da *estratégia revolucionária* que envolve o partido?. Não. A fábrica permanece sendo importante para a *estratégia revolucionária* porque fornece os quadros para o próprio partido. Se Sorel valorizava a centralidade da fábrica em detrimento das organizações políticas era porque, como já sabemos, o sindicalista francês entendia a *política como instância absoluta de poderio burguês que deveria ser combatida*. A fábrica então se apresentava como instância *econômica*, a única pela qual se torna possível combater diretamente o capital em sua raiz e produzir uma nova forma de organização da própria economia. Ainda que o “sardo” não pactuasse integralmente com essa inferência, dado que em Gramsci nunca se verificou

das massas que suscita a observação de Gramsci de que, em Sorel, a vontade coletiva seria abandonada à sorte vulnerável e dispersante do espontaneísmo absoluto” (GALASTRI, 2009, p. 87).

uma separação entre economia e política, o combate aos sindicatos e aos partidos políticos, à época do *L'Ordine Nuovo* e dos CF, representavam uma grande aguerrida a influência de Sorel. Mas o fato é que na elaboração sobre o partido político Gramsci permaneceu a tomar a fábrica como *fundamento organizativo e subjetivo do partido*, indicando a sua importância para o próprio partido na medida em que é *locus* possível para o desenvolvimento da educação *política e cultural* do proletariado – daí que a defesa de constituição organizativa do partido a partir de *células*. O que Gramsci empreende é, pois, um avanço em relação à Sorel por tomar o partido, instância política, como sujeito revolucionário, sem desconsiderar a fábrica, mas atentando para a necessidade de *educar* o proletariado para *além da fábrica*. Permanece, portanto, válida a lição de Sorel, mas, agora, enriquecida por Lênin na leitura de Gramsci: a centralidade da fábrica é mantida mesmo na elaboração sobre o partido político, dado que se o partido deve estar *junto* à massa, porque é parte *orgânica* da própria massa, precisamente deve ocupar o lugar ocupado por ela, para fazer-lhe desenvolver o “espírito de cisão”. Da *decomposição* do “espírito de cisão” de Sorel duas questões se nos abrem, pois, para demonstrar a *superação com preservação* de Sorel por Gramsci: 1) a primeira, de nos aludimos acima, de que o “espírito de cisão” de Sorel *decomposto* por Gramsci não significa uma ruptura com o próprio Sorel: o “espírito de cisão”, a *consciência daquele antagonismo radical entre burguesia e proletariado*, é mantido em Gramsci, mas diferente de Sorel, não se brota *voluntariamente* na fábrica apenas pela recordação do mito da greve geral, gerando uma *consciência constante de diferenciação* entre a classe operária e a classe burguesa; o “espírito de cisão” deve antes ser desenvolvido pelo partido que não nega a centralidade da fábrica, mas a toma como *locus* essencial para educar *política e culturalmente* o proletariado. A crítica reside, portanto, na fábrica de Sorel *tomada por si só* e no mito da greve geral como capaz de organizar os elementos organizativos das massas e; 2) a segunda, de que nos ocuparemos a partir de então, é a questão que nos coloca a *questão da classe operária e de seus aliados* – leitura possível pelo contexto italiano de abertura do período de ditadura fascista e pela assimilação da herança de Lênin por Gramsci a partir das discussões no centro da IC.

*Como relacionar a decomposição do “espírito de cisão”, absorvido de Sorel por Gramsci, com a sua assimilação da herança leniniana? Mais exatamente, o que tem a ver o “espírito de cisão” com o desenvolvimento da estratégia revolucionária depois de absorvida a herança de Lênin?. Já sabemos que a experiência moscovita que o “sardo” experimentou entre 1922-1923 foi decisiva para engendrar, de fato, a sua *maturação* política. A apreensão da fórmula da *frente única* ordenada pelo III Congresso da IC como tática atual da revolução comunista custou a ser assimilada por Gramsci, visto os esforços, na Itália, para diferenciar a atuação de *socialistas* e de *comunistas*. É, no entanto, só quando da *declaração do fascismo* e da *insistência de Bordiga em não assimilar as diretrizes da IC*, que Gramsci finalmente pôde incorporar a *teoria política* de Lênin, quando compreendeu a tática*

da *frente única*, atentando que a revolução comunista sob as palavras de ordem “*governo operário*” e “*ditadura do proletariado*” não representava uma leitura correta do *real*, haja vista que o momento atual exigia *formas defensivas* e não *ofensivas* de atuação política. Se até então Gramsci destacava o espectro de uma revolução comunista a ser construída em *curto prazo*, como expressa a experiência *conselhist* de Turim, agora, com a mediação da *teoria política* de Lênin (e a conseqüente análise do *real* que passa a colocar em movimento), a revolução adquire um caráter menos *imediatista* e capaz de se articular em *longo prazo*. A assimilação da *frente única*, ademais de explicitar a *processualidade* da própria *estratégia revolucionária*, está nos indicando que Gramsci pôde encontrar na herança de Lênin uma resposta para uma questão que há tempos permanecia em seu *campo de visão*, qual seja: *os camponeses haveriam de ter um lugar na revolução comunista? Como empreender a revolução comunista na Itália, locus que combina um desenvolvimento industrializado com resíduos feudais camponeses, quer dizer, comporta um extremo fosso entre o Norte e o Sul? É no seu encontro com a teoria política de Lênin e observada as muitas semelhanças guardadas entre a Rússia czarista e a Itália meridional que Gramsci absorveu da frente única a tradução de Lênin para as condições da Itália. Já iniciando a sua investigação da formação social italiana para descobrir as causas do atraso do sul no artigo nunca finalizado A questão meridional, o “sardo” está colocando o problema de como articular os camponeses a revolução, visto que o Risorgimento italiano não os havia integrado no processo de revolução burguesa italiana – e, por isso mesmo, o seu processo foi o de uma revolução passiva, daí que os resíduos feudais ainda presente da Itália daquele período. Aí reside a nossa pedra-de-toque. Na medida em que funde o problema histórico dos camponeses italianos a frente única de Lênin¹⁷⁰, Gramsci está dando resposta à própria questão meridional e mais: está fazendo da própria questão meridional uma questão nacional. O problema histórico dos camponeses excluídos das lutas estaria dado pela aliança que deveria compor com o proletariado para colocar em movimento a estratégia revolucionária. Eis o significado da frente única de Lênin, traduzida por Gramsci, para a realidade italiana: a aliança-operário camponesa, a integração entre Norte e Sul. Retornemos agora ao nosso ponto inicial.*

A decomposição do “espírito de cisão” realizada por Gramsci quando do início da revisão de Sorel e após a derrota do *biennio rosso*, leva, no processo de assimilação da *teoria política* de Lênin,

¹⁷⁰ “Sem o conhecimento da história da particular luta de classes que forjou o capitalismo italiano seria impossível a realização de uma frente única antifascista e anticapitalista, assim como a formulação de um projeto revolucionário centrado na classe operária e na aliança operário-camponesa. A relativa ignorância do processo histórico era agravada pelo invólucro ideológico imposto pelas classes dominantes italianas e que alcançava em cheio a classe operária industrial do Norte por meio de certa concepção sociológica positivista, particularmente conservadora e discriminatória em relação ao campesinato. O próprio campesinato meridional, por sua vez, era mantido submisso por meio da religião católica e do domínio clerical” (DEL ROIO, 2018, p. 174-175).

quer dizer, no processo de incorporação do significado da *frente única*, a repor aquele problema do proletariado e de seus aliados. Ora, se até então, como expresso pela *estratégia conselhist*, Gramsci valorizava o “espírito de cisão” desenvolvido *voluntariamente* pelo *locus* da fábrica, agora, já visto que a fábrica não *desenvolve por si só* o “espírito de cisão”, mas é o partido que, *indo junto à fábrica através de suas células*, é capaz de promover uma *autoeducação das massas*; também, com o atento para a *frente única* e a necessidade da *aliança operário-camponesa* na Itália como condição para a revolução comunista, *podemos afirmar que o “espírito de cisão” deve ser desenvolvido não apenas pelo proletariado, como supunha Sorel, mas, inclusive, pelo próprio campesinato*¹⁷¹ – *que deve se despir das outras influências (na Itália, dos latifundiários e dos católicos), aliando-se ao próprio proletariado para abrir caminhos para a revolução comunista.* “[...] era necessário selar a aliança com o campesinato, submetido ao tacão do latifúndio e da ideologia religiosa [...] Esse era o problema que Gramsci vinha analisando nos meses que precederam a sua prisão” (DEL ROIO, 2018, p. 133).

Do “espírito de cisão” *decomposto*, pois, explicitando a cisão a ser promovida pelo conjunto “do proletariado e do campesinato” é que Gramsci *traduz* a *frente única* de Lênin e permanece a *reatualiza-la* no cárcere. Por esse motivo é que a *decomposição do “espírito de cisão” de Sorel* leva a *superação* do *antagonismo radical* brotado *voluntariamente* da fábrica pelo *mito da greve geral*, mas *preserva* seu núcleo essencial: o rompimento com a dominação ideológica da burguesia, possível pelo desenvolvimento da *consciência daquele antagonismo radical existente*; mas, para Gramsci, sob a *preparação* e a *condução* de um agente específico, o partido, que se dirige a fábrica e ao sindicato a fim de *suscitá-lo, educá-lo e desenvolvê-lo*. Se o “espírito de cisão” de Sorel permanece presente em Gramsci, inferência atestada pela própria *tradução* de Lênin para a Itália, através da *frente única* e da necessidade de conquistar aliados, *o campesinato*; nos *Quaderni* Gramsci aprofunda a questão ao articular “espírito de cisão”, reformulação da *estratégia revolucionária* e novas alianças de classe do proletariado.

De antemão, já podemos afirmar que, no cárcere, a *frente única* é *atualizada* porque Gramsci está promovendo uma análise das causas da derrota da revolução comunista na Itália, empreendendo a reformulação da *estratégia revolucionária* pela análise do *real*, ao passo em que passa a investigar a historiografia das classes sociais na Itália, quer dizer, passa a investigar os conceitos de proletariado e de campesinato. No processo de análise do *real*, sobretudo, posto em movimento após a assimilação

¹⁷¹ “Para alcançar o objetivo da frente única da classe operária como o campesinato a estratégia definida por Gramsci indicava a necessidade de uma inserção importante do partido revolucionário entre o proletariado agrícola e o campesinato, com a elevação cultural e incorporação a suas fileiras de militantes oriundos dessas frações sociais. Mas o mais importante, pelo menos em um momento inicial, era selar a aliança com os intelectuais meridionais liberal-revolucionários, que percebiam e reconheciam a importância nacional da classe operária e o papel que poderia desempenhar na luta pela emancipação das massas camponesas do Sul” (DEL ROIO, 2018, p. 133-134).

de Gramsci do marxismo pela via da herança leniniana, se já se atentou a necessidade de reformular a *estratégia revolucionária*, seja por conta da aliança que o proletariado deveria estabelecer com o campesinato, seja pelas novas configurações assumidas pelo Estado em seu “sentido ampliado” – completada, no cárcere, pela necessidade de “substituição” da guerra de movimento pela guerra de posição –, é somente, no cárcere, que, promovendo uma investigação aprofundada do campesinato é que pôde observar a grande diversidade cultural presente no sul da Itália. Gramsci está partindo das especificidades nacionais para demonstrar a grande *desagregação social* que é o sul. Em verdade, a constatação de juventude “sarda”, de grande disparidade entre o norte e o sul, adquire, agora, novas determinações enriquecidas pelas *mediações* do cárcere. O sul e agora também o norte não é um todo homogêneo articulado entre si. No sul, não se objetiva a existência somente de um campesinato e de um proletariado agrícola, mas também de grupos tradicionais expressos pelas camadas de artesões e extratos de comerciantes. Também ao norte, os grupos orgânicos *tendem* a se complexificar devido ao *americanismo*, ao processo de implementação do “*fordismo/taylorismo*”, posto em movimento, se irradiando dos Estados Unidos para o resto do globo, produzindo grupos segregados como o próprio lumpemproletariado. Diante da investigação das *especificidades nacionais* é que podemos dizer que o movimento teórico e prático empreendido por Gramsci foi àquele de investigar o proletariado e o campesinato e, por isso mesmo, *teve de ir muito mais além*: estudar os **grupos subalternos** presentes na Itália meridional e na Itália setentrional, quer dizer, na Itália como um todo. Por esse motivo é que a *atualização da frente única* se reitera no cárcere. A aliança operário-camponesa de que Gramsci já havia assinalado pouco tempo antes de seu encarceramento é aprofundada na reflexão carcerária: a investigação das *especificidades nacionais* já nos indica que a aliança operário-camponesa¹⁷² não é suficiente para agregar forças à revolução comunista; *é preciso antes uma unificação dos diversos grupos subalternos*, daí que o movimento posto para analisar uma historiografia das classes sociais na Itália, *uma historiografia das classes subalternas*. O “problema” passa então a ser a indagação de quais *grupos*, além do campesinato, poderiam ser os aliados da classe operária e como se proceder a unificação destes grupos (DEL ROIO, 2018).

A partir da investigação da *historiografia das classes subalternas* e da constatação de que a subalternidade não alcança apenas o proletariado e o campesinato, isto é, não é apenas o proletariado e o campesinato que estão sujeitos à hegemonia burguesa, mas todo conjunto dos *grupos subalternos*, é que a resposta à questão, analisada à luz de Gramsci, se dá na necessidade de *unificação dos grupos*

¹⁷² “[...] Gramsci trata particularmente da situação da classe operária, de um ponto de vista metodológico, do seu formar-se como classe capaz de dirigir um arco de alianças composto pelo conjunto das classes subalternas contra a dominação burguesa. Permanece, portanto, no fundo o problema da aliança operário-camponesa e da frente única, esboçado no período imediatamente precedente ao encarceramento, notadamente no ‘Alguns temas da questão meridional’” (DEL ROIO, 2018, p. 184).

*subalternos a ser operada pelo proletariado*¹⁷³. Se o proletariado é a única classe capaz de produzir *intelectuais orgânicos* em contraposição aos *intelectuais orgânicos da burguesia*, então é o próprio proletariado que, organizado por meio de seu *intelectual coletivo* (moderno-príncipe), assimilando os demais *grupos subalternos*, empreende a sua própria *unificação* em direção à construção de um novo Estado. “Caberia então à classe operária, uma classe subalterna particular, agrupar o conjunto das classes subalternas para a luta contra o capitalismo e por uma nova ordem social” (DEL ROIO, 2018, p. 189). Os aliados da classe operária na luta contra a hegemonia burguesia são precisamente, todos os *grupos subalternos*¹⁷⁴, os tradicionais e os orgânicos, submetidos ao “*domínio político e cultural*” da burguesia. O proletariado e, mais especificamente, os *intelectuais orgânicos do proletariado* no centro do *partido*, deve preceder de uma unificação dos *grupos subalternos* com a direção do próprio proletariado para possibilitar a constituição daqueles *grupos subalternos* em *classes subalternas*¹⁷⁵. É também aqui que o “espírito de cisão” de Sorel se articula ao sistema de alianças e a reformulação da *estratégia revolucionária*.

Se na *historiografia das classes subalternas* Gramsci identifica uma grande heterogeneidade e uma enorme tendência à desagregação, os *grupos subalternos* ainda na condição de *grupos*, em seu estado primário de existência, nada mais são do que *grupos* desarticulados politicamente, sem possuir uma agremiação de classe, quer dizer, os *grupos* se diferenciam das *classes* por ainda permanecerem na incapacidade de exercer a *luta política orientada*. *O problema fundamental então colocado para Gramsci é precisamente como fazer dos grupos subalternos, classes subalternas. Como promover os grupos subalternos inativos em classes subalternas ativas preparadas para romperem com a sua subalternidade?* É preciso iniciar pela *unificação*, pela agregação do que está desagregado. A falta de coesão dos *grupos subalternos* faz com que suas rebeliões, quando manifestadas, se configurem em rebeliões por rebeldia espontânea. Sem a canalização do movimento, sem a *direção consciente* para fazer desenvolver a *espontaneidade* dos *grupos*, o próprio movimento se esvai. A condição, pois, para a *unificação* dos *grupos subalternos* é a atuação dos *intelectuais orgânicos do proletariado* do partido, atuando junto a eles, para superarem sua subalternidade, quer dizer, superarem sua condição

¹⁷³ “A categoria de grupos subalternos-classes sociais subalternas compreende muitos outros componentes da sociedade, além da ‘classe operária’ e do ‘proletariado’. G. não usa ‘subalterno’ ou ‘subalternos’ como simples substituto de ‘proletariado’, para se esquivar da censura carcerária ou por outras razões” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 746-747).

¹⁷⁴ “A categoria ‘subalterno’ e o conceito de ‘subalternidade’ têm sido utilizados, contemporaneamente, na análise dos fenômenos sociopolíticos e culturais, normalmente para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. No pensamento gramsciano, contudo, tratar das classes subalternas exige, em síntese, mais do que isso. Trata-se de recuperar os processos de dominação presentes na sociedade [...]” (SIMIONATTO, 2009, p. 42).

¹⁷⁵ “Esse movimento histórico só se torna possível na medida em que as classes subalternas geram um grupo de intelectuais orgânicos. Orgânicos emersos do seio da própria classe e porque atuam historicamente em razão dos interesses da classe da qual se originam. Organizados constituem o príncipe moderno [...] Se for assim, fica evidente que não se pode pensar a condição subalterna e a luta pela sua emancipação dissociada dos grupos intelectuais” (DEL ROIO, 2018, p. 185).

de *grupos subalternos* politicamente desarticulados diante do complexo aparato estatal de dominação burguesa (GALASTRI, 2014).

Assim, a direção das massas, ou sua vanguarda, pode – e, na verdade, deve – se originar das próprias massas subalternas, de intelectuais que permaneçam em ligação orgânica com ela. Os subalternos não conseguem sair por si mesmos de sua condição se permanecerem num nível espontaneísta de resistência e revolta contra as classes dominantes. Não se trata de direção que seja trazida ou mesmo imposta “de fora” das massas subalternas, mas que haja em seu próprio interior, ou em parcela dele, um salto qualitativo representado pela organização política (GALASTRI, 2014, p. 46).

Se as classes dominantes sustentam o seu *poder político* porque, ademais de controlar os aparelhos coercitivos de Estado (sociedade política), estendem um complexo “*poder cultural*” pela ampla difusão das capacidades institucionais de difundir sua concepção de mundo e seus valores pela sociedade civil; *a sua dominação nunca é total*, haja vista que a própria sociedade civil, componente do complexo superestrutural, *é sempre permeada por interesses distintos*, inclusive pelos interesses dos *grupos subalternos*. O que se nos apresenta nada mais é senão que um “[...] formidável aparelho composto de dispositivos institucionais e culturais que lhe permitem difundir direta e indiretamente sua concepção de mundo, inculcar seus valores e plasmar a opinião pública” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 748). Por essa razão é que o *front* para promover a *unificação* dos *grupos subalternos* em *classes subalternas* é iniciar pelo complexo *trabalho ideológico*, buscando subtrair àquela influência das classes dominantes e atraindo o proletariado (e os demais *grupos subalternos*) para o projeto de sociedade socialista. É preciso que, através do partido e de seus intelectuais, se organize a construção de uma nova subjetividade, àquela que se erige a partir de novos valores e nova cultura que conceba um novo projeto de vida social. É somente quando o proletariado e os demais *grupos subalternos* são capazes de questionar a hegemonia burguesa, *porque conscientes da exploração e da dominação de classe na sociedade capitalista*, e de se inserir na luta política prática e ativa, é que se inicia o processo de elevação dos *grupos subalternos* em *classes subalternas*. As *classes subalternas* acendem como *classes enquanto tal* quando “[...] *politicamente orientadas para a luta* num campo de relações de força inicialmente desfavoráveis” (GALASTRI, 2014, p. 53, grifos do autor). *Unificados os grupos subalternos em classes subalternas, pelos intelectuais orgânicos do partido, é que se torna possível a luta para romper com a própria subalternidade*. A subalternidade é a permanência dos *subalternos* na condição de *grupos*, quer dizer, de subjugação a hegemonia burguesa. A ruptura com a condição de subalternidade é, portanto, condição para compor um novo Estado. Iniciando-se pela *unificação* dos *grupos* em *classes*, pelo *trabalho ideológico* de conquista da maioria para a objetivação de um *novo projeto de sociedade* e pela *irrupção da luta política ativa*, é que cabe às *classes subalternas*

romper com a subalternidade – fazer-se *Estado integral*, àquele que, ademais da conquista da *guerra de posição*, avança para a conquista da *guerra de movimento*, isto é, para a conquista e a construção de um novo *bloco histórico*.

É assim que ao passo em que Gramsci *atualiza a frente única*, porque parte da elaboração da aliança operário-camponesa em direção à *unificação dos grupos subalternos*, está reconhecendo que esta *unificação, agremiação de grupos subalternos em classes subalternas*, possibilita a luta política orientada – iniciada pela construção de uma nova *subjetividade*, um novo *modo de pensar* que liberta as *classes subalternas* das amarras da hegemonia burguesa, ou seja, iniciada pelo complexo *trabalho ideológico*; e finalizada pela conquista do *Estado integral*, pela ruptura com a subalternidade e com o aparelho estatal que gera as próprias condições para a subalternidade¹⁷⁶ – e traz *implicitamente a ampliação do Estado* e, portanto, a necessidade de *reformular a própria estratégia revolucionária* para empreender a *transição*, já que está nos demonstrando que, pela vigência do *Estado integral*, a luta política contra o poder *político e cultural* estabelecido deve se iniciar pela *sociedade civil* – e, por isso, pela construção da nova subjetividade através do *trabalho ideológico* – até atingir a própria *sociedade política*, o Estado restrito. A construção da nova subjetividade pelos intelectuais orgânicos do partido, trabalhando para *unificar os grupos subalternos*, nada mais expressa senão a necessidade de romper com a subalternidade pelo desenvolvimento do “espírito de cisão”. O “espírito de cisão” de Sorel aparece aqui, para Gramsci, como a *conquista progressiva das consciências, a consciência do antagonismo radical entre burguesia e proletariado*, tarefa primeira a ser *trabalhada, suscitada e inculcada* para *unificar os grupos subalternos*. Por isso é que o “[...] empenho do Estado e da classe dominante é submeter essa autonomia e bloquear o eventual desenvolvimento do ‘espírito de cisão’, caminho para a negação da subalternidade, constituindo a hegemonia..” (DEL ROIO, 2018, p. 195).

Da *decomposição* do “espírito de cisão” de Sorel poder-se-ia dizer que Gramsci *supera o espontaneísmo* com o qual supostamente é desenvolvido pela recordação do mito da greve geral na fábrica pelo proletariado, avançando para a necessidade do partido, através de seus intelectuais, para poder desenvolvê-lo. Gramsci reconhece “[...] a viabilidade de uma situação de ‘cisão’, mas duvida que ela possa se manter apenas por meio do ‘espontaneísmo’” (GALASTRI, s/d, s/p). Outrossim, na medida em que a herança leniniana é apropriada e se traduz Lênin para as condições da Itália através

¹⁷⁶ “A incorporação da sociedade civil à esfera estatal ocorre através de diferentes mecanismos, especialmente na formação da opinião pública enquanto estratégia de fortalecimento da hegemonia política por parte do Estado em assuntos de seu interesse [...] quando quer iniciar uma ação pouco popular cria, preventivamente, a opinião pública adequada [...] ocorre [então] a luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo que só uma força modele a opinião e, portanto, a vontade pública nacional [...] pode-se dizer que o Estado ‘educa o consenso’, através dos ‘aparelhos privados de hegemonia’, especialmente através dos meios televisivos e dos grandes monopólios privados da mídia, mecanismos fortalecedores da fragmentação social das classes subalternas [...]” (SIMIONATTO, 2009, p. 42-43).

da investigação da formação social italiana e da proposta da *frente única*, Gramsci *preserva* ainda o “espírito de cisão” de Sorel, porque está apostando na necessidade do proletariado (agora juntamente com o campesinato, na *frente única*) apoderar-se da *contradição estrutural* que define suas condições de vida, isto é, apoderar-se do significado da *contradição entre capital e trabalho*, para se diferenciar das classes dominantes e combatê-las por meio da *constituição de um “novo Estado”*. A *estratégia revolucionária* vai se maturando na medida em que reconhece a necessidade de *aliados* para fazer avançar as *possibilidades de transição*. No cárcere, finalmente através de uma acurada investigação da *formação social italiana* (já iniciada no período pré-cárcere) e de uma *historiografia das classes subalternas* expande o *campo de análise* e *atualiza a frente única* por entender que não é apenas o proletariado e o campesinato que são aviltados pela hegemonia burguesa, mas todo o conjunto e toda a diversidade dos *grupos subalternos*. A *frente única* para combater a hegemonia burguesa deve se dar então pela *unificação dos diversos grupos subalternos* porque esta *unificação* é o que permite, em realidade, a própria *unificação* em direção à realização do gênero humano. A *unificação das classes subalternas* sob a direção do proletariado deve se dar através de um *trabalho ideológico* capaz de promover a *consciência progressiva da personalidade histórica de classe*, quer dizer, deve ser capaz de desenvolver o *espírito de cisão* que não brota pela recordação do mito da greve geral, mas precede da capacidade dos *intelectuais orgânicos do proletariado* no centro do partido de ampliá-lo da classe protagonista (proletariado) às classes aliadas em potencial (demais *grupos subalternos*). Esta tarefa de *expansão* já nos indica que o processo de constituição de um *novo bloco histórico* se inicia pela conquista da *sociedade civil* e avança para a *sociedade política*, daí que a imbricada *reformulação da estratégia revolucionária* pela captação do Estado em seu sentido *integral*. A ruptura com a sua condição de subalternidade dos *grupos subalternos* é, pois, imbricada a capacidade de constituir um *novo bloco histórico – a superação, em verdade, da subalternidade se faz quando se centrifuga os mecanismos de dominação política e cultural da própria burguesia, quer dizer, quando se everte a estrutura material e a superestrutura ideológica de dominação, quer dizer, quando se desintegra o bloco histórico burguês*. Se o “espírito de cisão” de Sorel é *superado* em função de todo este complexo de *trabalho ideológico* necessário para suscitá-lo e desenvolvê-lo no proletariado e *grupos subalternos* aliados, recusando o *espontaneísmo soreliano*, *preserva-o* por representar a necessidade de produzir nos *grupos subalternos* a consciência de diferenciação entre burguesia e proletariado. A possibilidade de vivenciar o próprio *gênero humano* se dá pela ruptura com a subalternidade – condição que tende sempre a ser preservada pela hegemonia burguesa, haja vista que se funda na própria exploração do trabalho pelo capital. Do “espírito de cisão” do proletariado, promovido pelo movimento dos CF, em direção à constituição do “*Estado operário e camponês*”, Gramsci passa ao reconhecimento da aliança operário-camponesa na *frente única*, demarcando, *de fato*, o lugar do campesinato na própria

revolução (inspirado pela *tradução* de Lênin), evidenciando a necessidade de unificação das classes exploradas e o desenvolvimento de um “espírito de cisão” para a luta *antifascista e anticapitalista*. No cárcere, *expandindo a sua análise*, o “espírito de cisão” nos aparece requerendo um intenso trabalho de construção de uma nova subjetividade porque é dela que inicia o movimento de *unificação*, não apenas do proletariado e do campesinato, mas agora do proletariado e do conjunto dos demais *grupos subalternos* para a constituição de um novo bloco histórico que permita a realização plena do *gênero humano* – atualizando a *frente única*¹⁷⁷. No cárcere, o “espírito de cisão” aparece *expandido* porque adquire novas determinações: as *classes subalternas*, na época do “*Estado em seu sentido integral*”, disputando a *hegemonia* para possibilitar a construção de um *novo bloco histórico*, reiterando àquela necessidade de *reformular a estratégia revolucionária* – iniciando a disputa pela *sociedade civil*, guerra de posição, até a *sociedade política*, guerra de movimento. Eis que neste processo em que as categorias gramscianas só podem ser apreendidas em sua imbricada relação e no conjunto interno de seus próprios nexos, a *reforma intelectual e moral* se nos apresenta de modo *preservativo* na teoria e prática de Gramsci no cárcere.

Ora, a **reforma intelectual e moral**, tal como desenvolvida no cárcere, é pressuposto para a elaboração da *vontade coletiva* e a construção do “espírito de cisão”; e a sua formulação também está em relação direta com a influência soreliana, ainda que guardada suas devidas distinções no próprio processo de *maturação* política gramsciana. O movimento *decompositivo* de que estamos pretendendo exercitar, *revisando* as categorias do sindicalismo revolucionário de Sorel, tem a possibilidade de nos fazer apreender a maneira como Gramsci vai *maturando* sua incorporação, em grande medida, pela influência de Lênin e pela sua conseqüente assimilação do marxismo, e produz uma nova *síntese*. É assim que a *reforma intelectual e moral* é também uma categoria central que aparece condensada no cárcere e na imbricação com o *moderno príncipe*, que nos remete diretamente ao universo de Sorel.

Em Sorel, a *reforma intelectual e moral*, na verdade, a *reforma moral*, faz parte de sua tese sindicalista. Já visto que o *espontaneísmo* a partir do qual as massas se organizam no *lócus* da fábrica pela recordação do mito da greve geral, ao produzir *voluntariamente* uma *vontade coletiva* devido ao “espírito de cisão” e a clara distinção entre a classe burguesa e a classe proletária que o proletariado

¹⁷⁷ “A construção de um novo bloco histórico, portanto, é o projeto que deve resistir no horizonte político das classes subalternas como um “mito-perspectiva”, ou seja, o mito soreliano com as mesmas funções de criar a imagem do possível para as classes trabalhadoras, mas ao mesmo tempo retraduzido nos termos gramscianos da direção política das forças produtivas, da união consciente, executada pelo partido como concretização da vontade coletiva, entre estrutura e superestrutura, economia e política, história e filosofia. Caminho cujo passo inicial é o desenvolvimento da soreliana cisão de classes, mas também aqui retraduzida em Gramsci para além da ruptura passional e efêmera que se nega um projeto político, retraduzida para as necessidades de se alcançar uma contínua agregação das classes subalternas por meio da criação e consolidação de valores próprios, de novos anseios, de uma nova concepção de mundo” (GALASTRI, 2009, p. 84).

passa a adquirir, quer dizer, uma *vontade coletiva* produzida pela *auto-organização* das massas na fábrica e seu consequente desenvolvimento do “espírito de cisão”, quase uma *disposição do espírito do proletariado*, um *determinismo* da ação prática produzindo a *consciência do antagonismo radical entre burguesia e proletariado*, Sorel também supunha que esta “*auto-organização voluntária*” das massas, produtora de um “espírito de cisão”, só era possível porque da *auto-organização* se produzia uma *reforma moral*. A *reforma moral* possibilitava produzir, nos trabalhadores, novos valores com os quais se tornava possível desenvolver o seu “sentimento sublime”, àquele que fazia o proletariado renunciar aos interesses particulares em detrimento dos interesses universais. A *reforma moral* de Sorel se conectava, pois, a elaboração de uma *nova moral dos produtores* com vista à apoderação do processo produtivo para o *autogoverno*. “A construção de uma nova moral do proletariado tem como pressuposto seminal o fenômeno da cisão” (GALASTRI, 2009, p. 84). É do “espírito de cisão” a ser desenvolvido pela recordação do mito da greve geral no *locus* da contradição da fábrica que àquela *nova moral* dos produtores tornar-se-ia possível, haja vista que são os *sentimentos* gerados nas lutas do proletariado contra os seus patrões que transmitem uma *educação* para o proletariado, àquela que faz desenvolver o “espírito de cisão” e àquela que, por isso mesmo, torna-se alavanca para a nova moral. Em Sorel podemos falar, portanto, de *valores morais criados no e pelo trabalho*, reiterando a sua recusa das organizações políticas por considerá-las organizações burguesas. Se a *reforma moral* está como uma *reforma que produz uma nova moralidade para o proletariado*, é também a constante recordação do mito da greve geral, como o *sistema de imagens* que estimula a ação prática, que torna a fazer com que o “espírito de cisão” se intensifique, produzindo uma “*constante consciência de distinção entre as classes sociais*”, e a promover uma permanente *reforma moral* ocasionada pela constante *distinção* produzida pela recordação do mito. É assim que a *reforma moral* de Sorel é uma *reforma* que se sucede na *consciência* e nela se fixa. Basta que, pelo *espontaneísmo* da ação prática, se construa uma *auto-organização* do movimento das massas e que desta *auto-organização* (que é *voluntarista* e *autonomista*) se forje um “espírito de cisão” possível pela *reforma moral* empreendida. A *reforma moral* de Sorel é suficiente para promover a revolução; uma revolução que, em Sorel, se dá na *consciência*. Pela *reforma moral* é que se estariam dadas as premissas da *ação espontânea com força de determinação histórica*, quer dizer, a promoção da *reforma moral* e a consequente *nova moral dos produtores* já pressupunham que já se caminharia em direção à *transição*. Por esse motivo é que a *reforma moral* aparece, em Sorel, com todos os seus outros elementos (a produção da *vontade coletiva* e do “espírito de cisão”), como premissa direta para a ruptura com o Estado burguês, podendo afirmar que a “revolução soreliana” acontece, precisamente, na *consciência*, já que pressupunha que é a criação de novos valores, mais precisamente, de *valores morais*, que permitiriam soldar o caminho para a *transição*. Os elementos da *consciência* ainda *irracionais* do proletariado seriam desenvolvidos

pelo “*espontaneísmo*” do movimento das massas, na fábrica, produzindo uma *reforma moral*¹⁷⁸ que assegurava a *racionalização* da consciência porque, agora, com o movimento e a luta prática ativa, alimentada pelo “espírito de cisão”, pelo *antagonismo radical*, pela *consciência da distinção entre burguesia e proletariado*. A propagação da *reforma moral*, ao passo que se desenvolve pela tomada do “espírito de cisão” (e, por ele, também é alimentada), permite, ademais da *elevação da consciência do antagonismo radical*, a eliminação das influências burguesas que podem captar o movimento das massas, quer dizer, a influência dos partidos burgueses e das organizações políticas que desviam o proletariado do ideal do socialismo. Assim estava pavimentada a *reforma moral de Sorel*: uma *reforma* que, produzindo a *vontade coletiva* e o “espírito de cisão”, “difunde” novos *valores morais* junto ao proletariado, incumbidos da possibilidade de desenvolver a sua *unidade moral* para que aponte para a realização de seus interesses universais (GALASTRI, 2009).

Ainda que a categoria *reforma intelectual e moral* vá, de fato, se manifestar na elaboração de Gramsci apenas na mediação do cárcere (construída a partir da *síntese* que realiza pela capacidade de *revisar* as suas influências intelectuais e de *desenvolver* os seus temas de juventude), os indícios da absorção da propagação de uma *reforma moral* já se antecipa durante a elaboração conselhistas. No período *ordinovista*, na medida em que o movimento dos CF também guardava muito da influência de Sorel, Gramsci valorizava o espaço do *duplo poder* da fábrica como possibilidade de *autoeducação* do proletariado. Ora, o contato cotidiano dos trabalhadores com os seus patrões “*ensinava muito ao próprio proletariado*”. A contradição vivificada diariamente no espaço fabril ocasionava na classe operária um sentimento de revolta pelo atento da apropriação privada da riqueza. É nesse sentido que a congruência entre classe operária no seu *lôcus* de trabalho gerava sempre a possibilidade de uma *educação recíproca*, àquela verdadeira *educação comunista* dos trabalhadores. Para Gramsci, estava válida, portanto, a tarefa de *unificar a classe*, condição possível pela conquista de suas consciências a fim de esclarecer-lhe sobre a *luta de classes* e a *contradição estrutural* em que se alicerça o modo de produção capitalista. Finalmente aquele atento para a temática da *cultura* dos anos anteriores pôde encontrar em uma experiência prática e concreta da realidade italiana força para se expressar. Ora, a

¹⁷⁸ “O socialismo seria uma questão moral, no sentido de conduzir o mundo a uma nova maneira de apreciar todos os atos e valores humanos [...] O fato de que a ‘noção de propriedade’ se desvaneceria no operário produziria já uma transformação drástica nas maneiras de pensar e distinguiria as aspirações socialistas das que tiveram os revolucionários burgueses de outras épocas. Em sua luta constante contra o capitalismo, o proletariado teria adquirido ‘noções catastróficas’ sobre a propriedade, ou seja, sobre a base do direito burguês. Assim, estaria apto a cumprir sua missão histórica, que seria a imposição incessante à sociedade de um sistema jurídico novo, incompatível com a tradição, mas ao mesmo tempo capaz de trazer alguma melhoria ao próprio sistema capitalista [...] De acordo com Sorel, o proletariado encontraria, em suas condições de vida, a fonte para seus sentimentos de solidariedade e revolta. Estando em guerra cotidiana com a hierarquia e com a propriedade, poderia conceber valores morais opostos aos consagrados pela tradição. Seria nessa nova avaliação de todos os valores pelo proletariado militante que consistiria a originalidade do novo socialismo [...] Sorel apostaria, portanto, na edificação de novos valores morais no seio do proletariado, decorrentes da luta de classes” (GALASTRI, 2015, p. 154).

construção de uma *nova cultura* que expresse *novos valores, rompendo com o individualismo, a competição e a livre concorrência da sociedade burguesa*, é a condição para a *unificação da classe operária* e para a *conquista progressiva das consciências*. Esse movimento, de *construção de nova cultura*, conquistando as *consciências*, é que permitiria *educar o proletariado* em direção ao novo tipo de Estado.

Gramsci incentivava-os e os orienta, explicando a função objetiva dos *Conselhos* como instituições que iniciam uma prática de convivência social e de exercício da democracia que deve necessariamente desembocar no autogoverno do Estado operário e na conquista da completa autonomia do produtor no campo econômico, político e cultural. Trata-se de uma experiência que, tendo como princípio o trabalho coletivo e solidário, desencadeia um processo de educação mútua no interior das unidades de trabalho que, expandindo-se para outras instituições operárias (comissões de bairros, conselhos camponeses), torna possível romper com relações e valores que sustentam a sociedade capitalista baseada na livre concorrência, na competição, no individualismo exacerbado; por meio de assembleias, ampla participação nos debates e um trabalho incessante de divulgação dos objetivos a alcançar, o que se pretendia era transformar a ‘psicologia média proletária’ e elaborar uma nova psicologia, novos costumes que superassem ideologias, mitos, utopias, preparando o desenvolvimento histórico que conduziria ao comunismo (SCHLESENER, 2002, p. 105).

A *reforma moral* de Sorel aparece, portanto, para Gramsci, ainda que não com a mesma designação, como a *autoeducação* do proletariado pelo movimento dos CF. Esta *autoeducação*, a *educação recíproca do proletariado* permite com que o seu conjunto aprenda com a *contradição* do *locus* da fábrica, tendendo a construir *novas consciências* pela elaboração de uma *nova cultura* que possibilita fazer a classe operária avançar para o estabelecimento de um *poder operário* na fábrica – àquele que estende o controle sob a produção, gerindo a *autogestão* em direção ao *autogoverno dos produtores*; àquele que caminha para a construção do *novo Estado*, iniciando-se pelo *poder operário na fábrica* e expandindo-se para o *poder operário no Estado em geral*. A “*reforma moral soreliana*” está, pois, para Gramsci como a necessidade elaborar uma *nova cultura* que permita a *elaboração da consciência unitária do proletariado* em torno do projeto socialista; está traduzida pela *autoeducação do proletariado* possibilitada pela experiência dos CF, a formação da *nova psicologia* para o *novo tipo de Estado*.

É assim que, resguardadas as muitas semelhanças entre a *reforma moral* de Sorel e àquela *autoeducação* do proletariado pelos CF, é que a *maturação* em direção à *reforma intelectual e moral*, no cárcere, vai se desenvolvendo. O *ponto culminante* para a reformulação dessa categoria é, como em todas as demais, a incorporação da *herança leniniana* e a tradução da *teoria política* de Lênin para a Itália por Gramsci. Este período de *incorporação e tradução* é coincidente com a cisão *bem mais a*

esquerda do PSI, condição que resulta na fundação do PCI. Neste momento, a tarefa de frente do novo partido era selar a *distinção* entre comunistas e socialistas. Por essa razão é que, ademais de Gramsci já ter se convencido do caráter *passivo* do PSI, de não estabelecer com a *massa* uma *relação orgânica* para possibilitar o desenvolvimento de seu movimento (como provou a experiência conselhistas), e da necessária cisão com o PSI, Gramsci *aprofunda a reforma moral* de Sorel, possível de ser identificada pela tarefa que deveria ser assumida pelo PCI naquele momento: a promoção de uma *reforma moral* para agregar as *energias revolucionárias* e *organizar as suas vontades*¹⁷⁹. A dominação capitalista dar-se-ia não apenas pela *subordinação material* que a obriga, mas, inclusive, pela própria dominação espiritual, quer dizer, pela “*constituição de valores, de cultura e de uma concepção de mundo*” que subordinam os trabalhadores a dinâmica capitalista. Aqui, a noção da *ampliação do Estado* já nos aparece de forma *implícita*, elemento cujo Gramsci desenvolverá no cárcere e que estabelece relação direta com a *reforma intelectual e moral*. O *campo de análise* de Gramsci a partir de 1921 e, sobretudo, de 1923-1924, momento em que retorna a Itália e estabelece confronto aberto com o “sectarismo” de Bordiga, nos evidencia a preocupação do “sardo” em formar uma sólida base de “resistência moral”, encaminhar mudança no *modo de pensar* para a *formação ideológica* como caminho para sedimentar a direção à *estratégia revolucionária*. Todas estas inferências já vão nos indicando que Gramsci está aqui antecipando o que mais tarde, nos *Quaderni*, consolidará como o *Estado em seu sentido integral*.

Se Gramsci já nos indica a sua *ampliação* do Estado pela necessidade de domínio do espírito para a manutenção da própria ordem burguesa, o reconhecimento da *reforma moral* se amplia com a consolidação do fascismo e com a tradução da *frente única* para a Itália: *a reforma moral deveria ser propagada entre os operários e os camponeses para promover uma intensa penetração cultural*¹⁸⁰ *que permita a elaboração de uma vontade canalizada em direção à construção do novo Estado – àquele que é anticapitalista e antifascista*. Outrossim de traduzir a “linguagem leniniana” para o solo italiano, está confrontando a direção política de Bordiga no PCI, visto que o primeiro grupo dirigente do partido não acondicionava a aliança do proletariado com outros grupos e perseguia o ideal daquela “*ditadura do proletariado*” a todo custo, sem considerar a *processualidade do real* e as constantes *análises que a realidade – sempre dinâmica – demandava*. O exercício posto em movimento pelo

¹⁷⁹ “Na opinião de Gramsci, a função do dirigente era a de elevar as massas, educá-las para que se tornassem autônomas, difundindo uma nova concepção de mundo, pois a opressão capitalista se manifestava não apenas materialmente, mas também espiritualmente” (SCHLESENER, 2002, p. 147).

¹⁸⁰ “O trabalho de penetração cultural precisava atingir também os jovens operários e camponeses que não possuíam a compreensão dos princípios da doutrina, mas eram movidos por uma ‘profunda intuição das necessidades da classe da qual provinham’, procuravam esclarecer-se, tinham ‘necessidade de conhecer e saber mas, ao mesmo tempo, sentiam que não tinham tempo a perder nas academias e nas discussões estéreis’, porque se sentiam impelidos a responder às exigências da ação [...] Para Gramsci a questão cultural enquanto processo de educação devia se realizar na resistência dos trabalhadores, tanto à crise econômica que se instaurava e se traduzia no desemprego em massa, quanto ao avanço fascista” (SCHELESENER, 2002, p. 147).

“sardo” foi, portanto, o de, traduzindo Lênin para a Itália, partir de uma acurada investigação do real e da realidade italiana – fato que o colocava em confronto com as posições de Bordiga (ainda que as suas desavenças já estivessem presentes desde o período *ordinovista*) porque passa a necessidade do partido de manter um *vínculo orgânico* com a massa, rompendo com o seu *intelectualismo*; atentando para a alteração da palavra de ordem “ditadura do proletariado”, já que diante do real de *consolidação do fascismo*, era necessário garantir as *conquistas democráticas* para impor a atualidade da *estratégia revolucionária*, imperando a palavra de ordem “governo operário e camponês”, pressupondo a aliança que o proletariado deveria estabelecer com o campesinato – grupo com grande expressão na realidade italiana, mas *historicamente excluído das lutas nacionais e constantemente cooptado pelas classes e elites dirigentes*.

Nos *Quaderni*, como já sabemos, a *reforma intelectual e moral* será estendida a elevação cultural do conjunto dos *grupos subalternos* e será preservada, mas também agora, anunciando novos elementos – dois dos quais merecem a nossa atenção porque sintetiza as *semelhanças* e as *diferenças* (vale dizer, as *superações* e as *preservações*) de Gramsci em relação a Sorel, quais sejam: 1) a relação imbricada entre *reforma intelectual e moral* e *reforma econômica*; e 2) a *reforma*, precisamente, como *moral*, mas também como *intelectual*.

No primeiro ponto, temos que a *reforma moral soreliana* se constitui no elemento fundante da perspectiva da revolução. Sorel nos apresenta a sua *reforma* como uma tarefa que, sendo capaz de se realizar, se coloca quase que como uma pré-disposição determinista para a *transição*, rompendo com o ordenamento jurídico da propriedade privada. É como se do *espontaneísmo* e da recordação do mito da greve geral se soldassem as condições para a construção da *vontade coletiva* e do “espírito de cisão”, estimulados pela propagação da *reforma moral*. A *reforma moral* criaria os *valores morais* que permitiriam o proletariado romper com a dominação burguesa no centro da fábrica e estabelecer a sua própria *autogestão*. Desde já, a *reforma moral soreliana* nos aponta que a possibilidade da revolução acontece na consciência, exatamente àquela *reforma moral* como uma pré-disposição à *transição*. Em Gramsci, apesar de sua incorporação da *reforma moral* de Sorel, podemos dizer que o elemento da conquista material sempre permeou o seu campo de análise. Ora, a construção do *novo Estado* sempre ilustrou o seu ponto de chegada que não se esgota na propagação de uma nova cultura para elevação das consciências, mas antes na *edificação de um novo bloco histórico, na subversão material, objetiva e concreta da ordem burguesa em direção à construção da sociedade comunista*. O que Gramsci pretende então com esta inferência? A conquista progressiva das consciências por meio da elaboração de uma nova cultura não ocupa lugar importante na estratégia revolucionária?. O que Gramsci está nos demonstrando nada mais é do que a sua capacidade de articulação entre *condições objetivas e condições subjetivas*. Se a construção de um novo Estado demarca o imperativo *material e*

objetivo a ser alcançado, a sua própria construção demanda àquela nova elaboração da *cultura* para agregar as *consciências* em torno de uma *vontade coletiva*. Em outras palavras isso seria o mesmo que dizer: a construção do *novo Estado* se inicia pela tarefa de propagar uma nova *cultura* que organiza as *consciências* para a concretização do projeto socialista de sociedade. *A reforma intelectual e moral pressupõe uma reforma econômica*. O moderno príncipe, *representação jacobina* porque *canalizador e direcionador das massas*, é a encarnação objetiva das sociedades ocidentais modernas da *vontade coletiva* e da *reforma intelectual e moral*. Ora, se a propagação de uma *nova cultura* estabelece por objetivo a elaboração de uma nova *subjetividade*, um *novo modo de pensar* que caminhe na formação de uma *vontade coletiva* para a realização de uma nova sociabilidade, então a *reforma econômica* se realiza quando àquela proposta indicada pela *vontade coletiva ativa das classes subalternas* também se realiza, quer dizer, *a reforma econômica não é senão a realização da reforma intelectual e moral*. A propagação de uma *nova cultura* não se esgota em si mesma e não comporta uma *pré-disposição* à transição, como em Sorel. Ainda que a “*revolução cultural*” seja o elemento que (re)fundou Gramsci como um dos autores marxistas “*muito citado, mas pouco lido*”, não exclui a dimensão da *conquista objetiva* para a fundação do novo Estado. Nos *Quaderni*, a *guerra de posição* não exclui a *guerra de movimento*. Ambos são momentos distintos, mas complementares. Para Gramsci, a viabilidade da *estratégia revolucionária* estava conectada a capacidade do *moderno príncipe*, expressão da *vontade coletiva nacional-popular* e da *reforma intelectual e moral*, de se ligar *espiritualmente* com as massas para avançar na possibilidade da *conquista material*. Assim é que se de Sorel Gramsci trata de *superar a reforma moral* limitada ao âmbito da conquista das *consciências* e da difusão de *novos valores* como suficiente para encaminhar a *transição*, Gramsci *preserva* a necessidade de elaboração de uma *nova cultura* que difunda *novos valores* junto às *classes subalternas* porque a conquista do poder deve se iniciar pela *sociedade civil*, pelo complexo dos *aparelhos privados de hegemonia* que conquistam o *consenso* e a *adesão voluntária* à ordem social estabelecida, haja vista a constituição do Estado nas sociedades de tipo ocidental; mas, ao mesmo tempo, só se *finaliza* na medida em que tomar o Estado em seu sentido “*restrito*”, a *sociedade política* e constituir um *novo bloco histórico* – àquele que se constitui de novas relações *estruturais* e *superestruturais*. Gramsci pôde finalmente agora encontrar articulação entre a *vontade coletiva humana* (superestrutura ideológica) e a estrutura econômica. O *trabalho ideológico* para agregar as classes subalternas e elaborar sua própria *cultura* para conquistar suas *consciências* é o trabalho *superestrutural* que tem em vista radicalizar a própria estrutura. Eis que no cárcere a *reforma moral soreliana* é *preservada*, mas enriquecida pelas novas determinações que o “sardo” desenvolve: a *ampliação do Estado* e a articulação das condições objetivas e subjetivas para a construção do novo bloco histórico mediadas pelo *moderno príncipe*.

A articulação entre a estrutura e a superestrutura promovida por Gramsci nos *Quaderni* ao discorrer sobre a *reforma intelectual e moral*, quer dizer, a relação que estabelece sobre a necessidade de uma *reforma intelectual e moral* para iniciar a constituição de um novo bloco histórico, nos leva a indagação do por quê a *reforma* em Gramsci é “*intelectual e moral*” e não apenas “*moral*”, como em Sorel. Há alguma implicação teórica na nova semântica?. O início dessa investigação deve se iniciar mesmo pelo próprio resgate dos momentos superestrutural e estrutural da elaboração gramsciana. Se já sabemos que a superestrutura é composta pela sociedade civil e pela sociedade política, conjunto que tem por função a garantia da reprodução da estrutura, mantendo este complexo a manutenção do bloco histórico, a leitura realizada por Gramsci sobre as sucessivas derrotas da revolução na Itália, se comparada à vitória da Rússia de 1917, possibilitou *ampliar* as suas próprias análises no cárcere: a configuração assumida pelos Estados indica que, pela modernização das sociedades de massas, o Estado se *complexificou, ampliando-se em suas funções*. As causas da derrota da revolução na Itália se sucederam pela incompreensão das funções expandidas exercidas. Assim é que captando a essência do Estado *integral* no cárcere, toda a problemática gramsciana é *reformular* a estratégia revolucionária para empreender a revolução comunista. Neste interim, iniciando-se pela superestrutura, cabeira ao *moderno príncipe*, partícipe dos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil, buscar romper com a dominação espiritual¹⁸¹ das instituições burguesas através de uma *reforma intelectual e moral*, àquela que elabora uma *nova cultura*, suscitando o desenvolvimento de uma determinada *vontade coletiva nacional-popular*. O início pela *sociedade civil*, pela busca do “espírito de cisão” com a cultura burguesa, já nos demonstra que a *reforma é moral* porque deve criar *novos valores*, nova *subjetividade* para se diferenciar dos valores propagados pela ideologia burguesa. Apenas a difusão de uma *cultura superior*, a *cultura do proletariado*, cria condições para unificar os grupos subalternos, rompendo com a hegemonia burguesa e os coloca em direção a constituição de uma nova estrutura econômica. Esta *reforma moral* não pode, no entanto, para Gramsci, deixar de ser também *intelectual*, o que significa que a *nova cultura* não brota voluntariamente do *espontaneísmo* do movimento de massas, mas é antes suscitada pelos intelectuais orgânicos, organizadores da direção política e cultural das classes sociais, capazes de produzir *consenso*, estimular a *vontade coletiva* e *propagar a reforma intelectual e moral*. É por esse motivo que o *moderno príncipe*, *intelectual coletivo*, pressupõe ser parte orgânica da classe para que, extraindo de seu núcleo as aspirações das massas, encaminhe a elaboração de sua própria

¹⁸¹ A sociedade civil da esfera superestrutural exerce o poder cultural por meio da dominação espiritual. “Designa mais precisamente, o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias; ela compreende assim o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc” (COUTINHO, 1994, p. 53-54).

*cultura*¹⁸² através da *reforma intelectual e moral*. De Sorel, portanto, permanece autêntico o olhar para aquilo que é popular “[...] para ali colher os sinais do surgimento potencial de uma nova civilização [...]” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 680). Organizando os elementos populares das *classes subalternas* a fim desenvolvê-las *espiritualmente* é que se prepara o terreno para a dominação *material*. É esta a *reformulação* da estratégia revolucionária maturada no cárcere e é esta a *reformulação* que se soldou a partir da investigação das derrotas da revolução no solo italiano, seja àquela recente implementada pelo movimento conselhistas, seja àquela que inaugurou a *nova ordem* na Itália – o *Risorgimento*. A revolução comunista na Itália deve ser distinta da revolução passiva do *Risorgimento*, dado que esta não difundiu os elementos básicos para a sua própria atualidade: *o jacobinismo, a atuação massiva dos intelectuais orgânicos e a elaboração de um reforma intelectual e moral para possibilitar uma vontade coletiva nacional-popular*. A análise decompositiva da estratégia revolucionária para a Itália desenvolvida por Gramsci é a análise do processo do *Risorgimento* que revisa Sorel a partir de Lênin e incorpora Maquiavel.

3.3 A AUFHEBUNG GRAMSCIANA: A SUPERAÇÃO COM PRESERVAÇÃO

Se chegamos até aqui, depois de *revisar* a incorporação do “*espontaneísmo soreliano*” pela experiência dos Conselhos de Fábrica e de *decompor* as incorporações de juventude que Gramsci se apropria, devemos *retornar novamente os nossos olhos ao real* para apreender a totalidade complexa – composta por complexos de complexos que é nosso objeto de pesquisa, a *estratégia revolucionária de Antonio Gramsci*.

Estabelecemos, ao longo do capítulo, **três possíveis mediações** que consideramos essenciais para o salto qualitativo de Gramsci em direção à *estratégia revolucionária nos Quaderni*. Como temos insistido, através da *decomposição* da *vontade coletiva*, do *espírito de cisão* e da *reforma intelectual e moral* empreendida por Gramsci, só podemos falar em uma **superação com preservação**. Ora, o desenvolvimento da *estratégia conselhistas* no *biennio rosso* e a sua “revisão” após a sua derrocada, caminhando em direção à *estratégia revolucionária nos Quaderni* não significa a *ruptura completa* e a *negação sistemática* de toda a elaboração do período anterior. Consideramos que **dois principais equívocos** são cometidos quando se reitera esta afirmação.

¹⁸² “A cultura é definida como um ‘mundo’ uma ‘esfera’, um ‘campo’, uma ‘estrutura’ de atividade realizada por ‘camadas’ intelectuais [...] A questão *organizativa* é central, seja porque é à luz desta que G. distingue a função dos intelectuais de outras funções sociais ou profissionais, seja porque a G. [...] interessa a cultura como expressão prática, ou seja, estruturada e articulada, em suma, organizada ou organizadora da sociedade” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 172).

O **primeiro**, ao afirmarmos a *descontinuidade* entre a *estratégia revolucionária do biennio rosso* e a *estratégia revolucionária dos Quaderni*, implica numa espécie de **oposição radical** entre os dois momentos, negando qualquer possibilidade de aprendizado anterior do “sardo” com a experiência conselhistas. Aqui, o grande intelectual do cárcere é, então, àquele dotado de capacidade para grandes elaborações teóricas em contraposição ao militante prático dos anos turinenses. A suposição não pode ser senão a de inutilização da experiência gramsciana inserida na luta prática e ativa da vida nacional e política italiana, valorizando apenas o momento da reflexão carcerária, porque esta sim, dotada de *cunho filosófico* e de *acurada reflexão teórica*, é que nos fornece uma elevada análise das temáticas gramscianas. A **juventude** gramsciana é qualitativamente *mais empobrecida* quando comparada a sua **maturidade**. Por esse motivo é que a maturidade apresenta um *maior valor* que a própria juventude.

O **segundo** é a afirmação de que a *suposta descontinuidade* entre a *estratégia revolucionária do biennio rosso* e a *estratégia revolucionária dos Quaderni* são **radicalmente opostas** porque uma representa a tática dos Conselhos de Fábrica e a outra a tática do partido político para a viabilidade da própria *estratégia revolucionária*. O pressuposto para a sua completa oposição é, pois, reduzida a uma *mudança de tática percebida por Gramsci no decorrer de sua experiência prática*. Por esse motivo é que dois momentos podem ser verificados na elaboração gramsciana: o período do *biennio rosso* em que aposta na revolução pelos Conselhos de Fábrica e o período pós *biennio rosso* e dos *Quaderni* em que aposta na revolução pelo partido político. Dois momentos distintos estariam, desta forma, dados na elaboração gramsciana, estando o “sardo”, durante a vigência do *biennio rosso*, elaborando uma *estratégia conselhistas*, e, nos *Quaderni*, elaborando a *estratégia do partido político/moderno príncipe*.

O exercício que pretendemos desenvolver foi precisamente o de afirmação da **inexistência de descontinuidade** entre a *estratégia revolucionária do biennio rosso* e a *estratégia revolucionária dos Quaderni*, dado que a *descontinuidade* pressupõe àqueles equívocos a que acima nos referimos, quer dizer, supõe que pactuamos da dicotomia e/ou do fosso existente entre o **jovem Gramsci** da prática militante turinense e o **velho Gramsci** da maturidade intelectual teórica adquirida no *cárcere*; e da explicação do desenvolvimento da *estratégia revolucionária gramsciana* com base numa mudança reducionista de tática (a tática dos Conselhos de Fábrica e a tática do partido político) e, portanto, na existência de **duas estratégias revolucionárias**: a *estratégia conselhistas* e a *estratégia partidária/moderno príncipe*.

Qual é então o movimento que fizemos para demonstrar a indissociabilidade entre juventude e maturidade de Gramsci? **Por que juventude e maturidade se imbricam**, de tal modo que a *própria maturidade só é compreendida quando se leva em conta a juventude*?. O movimento a ser colocado em exercício é precisamente *reproduzir, no plano ideal, o movimento real de maturação política de Gramsci*. Isso significa dizer que a “**maturidade gramsciana**”, enquanto a conformação final de suas

elaborações teórico e práticas nos *Quaderni*, não se desenvolve de maneira *endógena*, embotada em si mesma e cujo *status* de maturidade é assumido instantaneamente quando do período de inserção no regime carcerário. Aqui está a nossa primeira premissa para o adentro da investigação da maturidade: ela é, sobretudo, **processo**. Por ser *processo*, a maturidade é também *construção*, o que significa que *é resultado de análises de processos anteriores*. Se assim pudéssemos caracterizar, a maturidade é àquela que, estabelecendo uma **antítese** à **tese** inicial, põe em “produção” uma nova **síntese**. Por esse motivo é que a maturidade só pode ser compreendida se nos determos a análise da tese e da antítese contraposta para produção da nova síntese. *Neste modelo, a síntese é a própria maturidade; a tese, a juventude e, a antítese, a sua própria decomposição. A análise da estratégia revolucionária nos Quaderni é uma síntese que se “produziu” a partir da antítese (da decomposição) da tese inicial (da estratégia conselhistas)*. A investigação da “maturidade-síntese” deve se iniciar pelo **seu avesso**, pela “juventude-tese” para capturarmos o momento do “salto qualitativo e decompositivo-antítese” em direção à maturidade-síntese. Por esta razão é que, na investigação sobre as relações de continuidade entre a *estratégia revolucionária do biennio rosso* e a *estratégia revolucionária dos Quaderni*, nós iniciamos pelo momento de afirmação da tese inicial, quer dizer, pela *estratégia conselhistas vincada no biennio rosso*. Esta exigência já **desmonta** o primeiro equívoco quando afirmamos àquela suposta superioridade do velho Gramsci, *o Gramsci maduro do cárcere*, em detrimento do jovem Gramsci, *o Gramsci militante de Turim*, pois o ponto de partida para a compreensão daquele Gramsci maduro é exatamente o jovem Gramsci. A juventude *não é mais empobrecida* que a maturidade, pelo contrário: *a juventude comporta a mesma riqueza porque é lócus fortuito que comporta ricos elementos com os quais a própria maturidade se desenvolverá*. Assim é que se a *estratégia revolucionária do biennio rosso*, mais exatamente, expressa na *estratégia conselhistas*, é a afirmação de uma tese inicial, em que Gramsci, já iniciado o seu afastamento do neoidealismo croceano e estabelecendo uma incorporação direta da influência do movimento “*mais a esquerda*” de revisão do marxismo, quer dizer, de Sorel, traduz os *soviets* da Revolução Russa para o cenário italiano por meio dos Conselhos de Fábrica. Este é o ponto de partida para compreendermos a *estratégia revolucionária nos Quaderni*, porque é do modo como incorpora a influência de Sorel e como a experiência prática das relações que estabelece com os atores italianos da vida política nacional e internacional e da chegada da herança leniniana em seu arcabouço intelectual que *revisará* Sorel e, por conseguinte, porá em *decomposição* a *estratégia conselhistas*.

Aqui, podemos afirmar que também podemos **colocar em cheque** o segundo equívoco da existência de *duas estratégias revolucionárias na elaboração gramsciana*: uma conselhistas e outra partidária. Ora, ao separarmos em campos distintos *duas estratégias* estamos, novamente, incorrendo no equívoco de identificar a existência de “dois Gramscis”, *o jovem e o maduro*. Também, para nós,

uma simples mudança na tática do “agente” que celebraria a revolução não é suficiente para explicar o desenvolvimento da estratégia revolucionária gramsciana, numa simbiose “Conselhos de Fábrica ou Partido Político”. *O que estamos tomando como possibilidade é que o que trata de explicar o desenvolvimento da estratégia revolucionária gramsciana é o seu próprio processo de maturação política.* O processo que leva o “sardo” a *superar a estratégia conselhist*a e reconhecer a necessidade do partido político não é questão de mudança de tática e/ou de “agente” para direcionar o processo revolucionário, mas é o próprio reconhecimento das *disfunções* que o partido político do proletariado no cenário italiano vinha assumindo, *do abandono das massas pelo PSI*, e da chegada de Lênin em suas influências intelectuais. A partir daí, período em que data a derrocada do *biennio rosso* em fins de 1920, Gramsci inicia o processo de *revisão da estratégia conselhist*a e, por conseguinte, de Sorel, sob a arcada de Lênin, *superando a estratégia conselhist*a porque também reconhece a necessidade do partido político para o seu próprio processamento, demarcando a correção das *disfunções* exercidas pelo PSI por meio da sinalização das *funções* a serem desempenhadas pelo PCI.

O questionamento a que nos fizemos a partir de então foi o de, após verificar a *superação* de Gramsci em relação à *estratégia conselhist*a, desvendar aquilo que possivelmente o “sardo” também pôde *preservar*, quer dizer, se a *superação* não significa a **negação total**, mas *superação dialética*, *superação com preservação*, quais elementos da *estratégia conselhist*a Gramsci tratou de *preservar*? A experiência anterior do *biennio rosso* forneceu subsídios para a elaboração da própria *estratégia revolucionária nos Quaderni*?. *Se a estratégia conselhist*a é a nossa tese, agora, o momento é o de *captar a antítese – a decomposição de Gramsci para o desenvolvimento de novas determinações na produção da nova síntese.*

É assim que, se o encontro com Lênin já data o período de 1917, pelo ascenso da Revolução Russa, é o novo encontro de Gramsci com a sua *teoria e prática* a partir dos primeiros anos da década de 1920 que fornece o arcabouço para a sua *maturação política*. Ao incorporar a *frente única* e, com ela, sobretudo, o *método*, a leitura do real para o encaminhamento da ação, reformula suas temáticas a partir das novas influências intelectuais. Este é o ponto nodal para engendrar a *antítese*: o processo de *decomposição* da *estratégia conselhist*a porque, imbuído do *método* pela via da herança leniniana, realiza uma leitura do real, da realidade italiana, para corrigir os erros táticos e organizativos para a viabilidade da *estratégia revolucionária*. As implicações práticas desta mesma leitura já sabemos: a ruptura aberta com Bordiga e a dedicação ao trabalho de constituição de novo grupo dirigente para o PCI. O que mais exatamente nos importa são as implicações teóricas (que, em Gramsci, não pode, no fundo, deixar de ter também uma implicação prática). *A leitura do real para o encaminhamento da estratégia revolucionária, princípio universal dos bolcheviques compreendido por Gramsci através de Lênin, demarcou, de fato, o seu engajamento na rota da tradição marxista. A implicação deste*

fundamento teórico-metodológico na elaboração gramsciana só poderia ser a revisão de suas fontes de juventude, em particular àquela que praticamente formou seu pensamento político na construção da estratégia revolucionária – Sorel. O interessante é que Gramsci, ao colocar em *revisão* a influência soreliana, **não nega por inteiro as suas determinações, mas antes preserva aquilo que de inovador Sorel apresenta.** Aqui não temos nenhum indício de um Gramsci *eclético*, mas antes uma subversão da lógica com que o “sardo” de início se nos apresentou: se podíamos falar de uma *leitura soreliana de Lênin por Gramsci*, agora, estamos falando de uma *leitura leniniana*, mas, sobretudo, *marxista de Sorel por Gramsci.* **É somente nesse sentido que Gramsci pode preservar Sorel**, construindo um fundamento teórico-metodológico marxista que comporta autores singulares presentes na formação política de juventude de Gramsci.

É assim que àquela *revisão da estratégia conselhistas* e de Sorel pela influência da herança de Lênin nos permite dizer que em Gramsci não existem duas *estratégias revolucionárias*, mas antes um *desenvolvimento intelectual e político*, quer dizer, um processo de **maturação política**, que tem suas origens já na *desprovincianização “sarda”* e na *nacionalização turinesa*, distanciando-se do idealismo de juventude que absorve de Croce e de Salvemini, mas adentrando no universo da tradição marxista pelo enviesamento do movimento latino *a esquerda* de revisão do marxismo por Sorel, o que faz com que a Revolução Russa e o movimento dos Conselhos de Fábrica sejam lidos e interpretados a partir da ótica soreliana, e finalmente se completa com a *internacionalização moscovita*, com aquele novo encontro com Lênin após a derrota do movimento conselhistas, quando se *põe a leitura do real para nele intervir*, permitindo que a *estratégia revolucionária se mature porque também incorporado o fundamento teórico-metodológico marxista e posto em movimento o método de leitura e apreensão da realidade – terreno concreto e objetivo a partir do qual a estratégia revolucionária se incorrerá.* Podemos separar *duas estratégias revolucionárias* apenas **metodologicamente**, mas, na prática, a sua compreensão está vincada ao processo de *maturação política gramsciana.* É a incorporação da herança leniniana na *teoria e prática* de Gramsci que possibilitou a *decomposição da estratégia conselhistas* e, mais exatamente, *das implicações teóricas de Sorel sob a sua arcada.* É por esse motivo que a nossa aposta na **continuidade** entre *estratégia revolucionária do biennio rosso* e *estratégia revolucionária dos Quaderni* só pode a nossa aposta no fato de que a compreensão da *estratégia revolucionária dos Quaderni* só é compreendida, em sua plenitude, quando apreendemos a *estratégia revolucionária do biennio rosso.* A chegada da influência intelectual de Lênin, engendrando o processo *decompositivo da antítese*, permitiu-nos realizar o exercício de identificação das *possíveis categorias decompositivas* que Gramsci engendra de Sorel. Ao elencarmos a *vontade coletiva*, o “*espírito de cisão*” e a reforma intelectual e moral, estávamos demonstrando como o “sardo” se apropria das categorias de Sorel, mas também como articula novas determinações. É no centro deste processo que, incorporando as *novas*

determinações, Gramsci está produzindo a sua *síntese*, quer dizer, está *maturando* as categorias de Sorel a partir da *assimilação, aplicação e tradução* de Lênin, **expressando a sua maturidade** – a sua *síntese*. Neste processo, *de incorporação das novas determinações na síntese*, Gramsci não nega o núcleo essencial das categorias de Sorel. A *vontade coletiva*, o “*espírito de cisão*” e a reforma moral e intelectual **continuam válidas**, ainda que a *vontade coletiva passiva soreliana* só pudesse ser, para Gramsci, uma *vontade coletiva ativa e construtiva de componente jacobino*; o “*espírito de cisão*” de caráter voluntário do proletariado, um “*espírito de cisão*” desenvolvido pelo partido com o objetivo de agregar os grupos subalternos para a ruptura com a sua condição de subalternidade; e a reforma moral como revolução na consciência, uma reforma intelectual e moral de elaboração de uma nova cultura realizada, no seu limite, pela reforma econômica. Vê-se, portanto, que Gramsci supera as categorias sorelianas, mas a sua superação não significa a negação total de todos os seus elementos, pelo contrário, *preserva* o que de mais íntimo elas se nos apresentam: a sua **originalidade**. Por esse motivo é que a *maturação* política de Gramsci é a expressão de uma *aufhebung*, isto é, uma *superação com preservação*. Ao mesmo tempo em que *revisa* Sorel pela *estratégia conselheira*, *preserva* Sorel na e pela *estratégia revolucionária dos Quaderni*. A *aufhebung* empreendida por Gramsci na nova *síntese* é uma *superação dialética* engendrada pela sua *maturação* política – *reprodutora de várias preservações e produtora de várias superações*. Neste processo, *de constituição da “síntese” pela decomposição da “antítese” ou produção da maturidade pela revisão da juventude ou elaboração da estratégia revolucionária dos Quaderni pelo desenvolvimento da estratégia revolucionária do biennio rosso*, ademais da *preservação* dos autores de juventude gramsciana, novas figuras compõem o *quadro de referências* na edificação da *síntese*. Maquiavel é a manifestação direta deste interim, absorvido por Gramsci e *completando* o seu fundamento teórico-metodológico marxista singular. Se podemos afirmar que entre a *estratégia revolucionária do biennio rosso* e a *estratégia revolucionária dos Quaderni* **há uma relação de continuidade**, pois Gramsci desenvolverá *muitos elementos* do período anterior – aqui trabalhados por meio da *decomposição* da *vontade coletiva*, do “*espírito de cisão*” e da *reforma intelectual e moral* – a continuidade não significa, por outro lado, a ausência de novas determinações, dado que Gramsci empreende é um *salto qualitativo*. Ora, se a continuidade é possível de ser identificada, ela não significa *ausência de diferenciação*. O “sardo” está *preservando o seu núcleo essencial*, ao mesmo tempo em que está *reformulando* as categorias. É isto que o *salto qualitativo* de Gramsci nos indica: uma *revisão* porque agora *desenvolvidas as categorias sorelianas a partir da herança leniniana, conjugando a influência de Maquiavel*. O *salto qualitativo* da *maturação* política gramsciana é processo que possibilita a *aufhebung*: **preservação e, por isso, continuidade, com superação e, por isso, com novas determinações**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento constitutivo do método, *de realizar o caminho de volta*, permite-nos, agora, ao final (sempre em construção) estabelecer algumas *aproximações sucessivas* para responder ao nosso problema de pesquisa, haja vista que toda investigação científica é sempre *aproximativa* da verdade. A nossa proposta em analisar a possível existência de uma relação de continuidade entre a *estratégia revolucionária do biennio rosso* e a *estratégia revolucionária dos Quaderni* nos levou, *dado que é o nosso objeto que nos coloca o seu próprio movimento*, a iniciar a presente investigação pelo período marcado pelas *origens* do processo de maturação política de Gramsci, qual seja: pelo período aberto pela *desprovincianização “sarda” e pela nacionalização turinesa*. É por esta razão que **no primeiro capítulo** tivemos de tratar da relação que Gramsci estabelece com o PSI e suas frações majoritárias, bem como a sua aproximação com os jovens socialistas da FGSI, sobretudo, Tasca, pela bagagem da época da Sardenha que trouxera consigo: o *neoidealismo croceano*. Este contato, reforçando a sua *extremada subjetividade em detrimento da objetividade*, entra em processo de contradição com o caráter *passivo e imobilista* do PSI. Por esse motivo é que a experiência conselhistas acompanhada no *biennio rosso* já traz elementos da conjuntura anterior: o reforço das críticas ao PSI, a conservação da temática da cultura e a apropriação da influência *soreliana* que já havia se iniciado pelo afastamento de Gramsci com os idealistas a partir do início da guerra mundial. Todo o período precedente, *de início da vida militante em Turim, de acompanhamento da Revolução Russa e do engajamento no pensamento marxista pela via de Sorel*, se desdobra no período *ordinovista*. A experiência dos CF se põe no exercício prático de Gramsci *como militante à frente do movimento* e afirma a urgência, assim como afirmou a Revolução Russa por meio dos bolcheviques, da *ditadura do proletariado na Itália* por meio de um movimento *auto-organizativo e autoeducativo* do proletariado, quer dizer, através de um movimento *espontaneístico*, como de Sorel, para o estabelecimento do poder operário na fábrica quando da transformação das Comissões Internas de Fábrica em Conselhos de Fábrica. O que estamos chamando de *estratégia revolucionária do biennio rosso* ou *estratégia conselhistas* está condensado nestas inferências. Este foi o nosso percurso para **identificar a estratégia revolucionária elaborada por Gramsci no período turinense do biennio rosso e expressa nos Conselhos de Fábrica**.

No **segundo capítulo**, a investigação da *estratégia revolucionária nos Quaderni* também nos exigiu a reconstrução do movimento *teórico, prático e político* de Gramsci no processo de ruptura com o PSI após a derrota do movimento conselhistas, haja vista os sucessivos abandonos do partido a causa do movimento operário turinense. Este momento decisivo é o *ponto de deslanche* para a sua distinção com os socialistas reformistas do PSI, mas também para a *maturação política de Gramsci*, com a sua vivência junto aos *debates da Internacional* e com o combate ao *sectarismo de Bordiga*.

Novamente, aparecem aqui as questões já presentes no itinerário anterior: *o reconhecimento do PSI como partido do proletariado separado das próprias massas e a revisão de Sorel pela incorporação da herança de Lênin, estabelecendo, agora, um contato com o fundamento teórico-metodológico do marxismo pela tradição marxista*. Estes encaminhamentos dados pela *internacionalização moscovita* é que permitem Gramsci *assimilar, aplicar e traduzir* Lênin para a Itália, ou melhor, *assimilar, aplicar e traduzir* Lênin para a Itália para desbravar novos caminhos para o encaminhamento da *estratégia revolucionária*. A *tradução da frente única* para a formação social da *Itália* não é senão a inferência com a qual Gramsci desenvolve para elaborar a sua *estratégia revolucionária nos Quaderni*. A partir daí, conjugando Lênin e Maquiavel, descobre no *moderno príncipe*, a construção ativa da *vontade coletiva nacional-popular* e da *reforma intelectual e moral* para a elaboração do novo bloco histórico, reiterando que a atualidade da *estratégia revolucionária* está precisamente no combate da nova tática desferida pela IC *stalinista*, *reformulando* o seu encaminhamento pelo atento das configurações das sociedades ocidentais e orientais e o par guerra de movimento e guerra de posição que deveriam por em prática. Buscamos-nos, portanto, **identificar a estratégia revolucionária elaborada por Gramsci nos Cadernos do Cárcere e expressa no moderno príncipe**.

O **terceiro capítulo** é, pois, *mediador*. Ainda que seja importante levar em conta o processo histórico da *maturação política*, haja vista que, sobretudo, em Gramsci 1) as influências intelectuais, 2) os diálogos que mantém com os atores italianos da conjuntura nacional e, 3) o debate internacional é o tripé que possibilita captar os nexos da produção gramsciana, visto que o nosso autor não possui uma única obra produzida com a finalidade de publicação, restando-nos os milhares de artigos que produziu e uma obra *work in progress* carcerária, nos centramos na análise do processo que leva o “sardo” a *superar a estratégia conselhistas e a desenvolver a estratégia do partido político/moderno príncipe*. Esta análise, certa de que demanda a historicidade do processo de *maturação política* de Gramsci, teve de colocar em movimento um *esforço intelectualivo abstrativo* de apoderarmos do modo como Gramsci nos expressou a sua influência *soreliana*, quando do período de *teorização prática* dos Conselhos de Fábrica. Ora, **as relações de continuidades devem ser buscadas exatamente no período precedente para verificarmos se permanecem preservadas no período posterior**. É assim que a nossa investigação teve de ir buscar as possibilidades de manifestação do *espontaneísmo soreliano em Gramsci*. Se pudemos constatar que a presente manifestação está inspirada pelo 1) autodesenvolvimento do proletariado, 2) pela centralidade da fábrica, 3) pela críticas as instituições tradicionais do movimento operário e pela 3) constituição do autogovernos dos produtores, expresso pelo *movimento conselhistas*, o próximo passo foi o de verificar precisamente a *superação da estratégia conselhistas* por Gramsci. Como vimos, em realidade, esta *superação* apenas se tornou possível pela congruência do *imobilismo* do PSI e pela chegada de Lênin nas influências intelectuais de Gramsci,

reconhecendo a necessidade do partido político para orientar o movimento de massas. É assim que do reconhecimento do partido político na viabilidade da *estratégia revolucionária* e realizando a leitura do *real* a partir de Lênin para superar as sucessivas causas das derrotas das revoluções na Itália, nos dirigimos a verificar se na *estratégia revolucionária do pós-biennio rosso e em direção à estratégia revolucionária dos Quaderni*, Gramsci preservou elementos da *estratégia revolucionária do biennio rosso*. **Nós identificamos, portanto, as relações de continuidades presentes entre a elaboração teórico e prática da estratégia revolucionária do biennio rosso e da estratégia revolucionária dos Cadernos do Cárcere manifestada no moderno príncipe.** Os desdobramentos desta mesma verificação já vimos que possivelmente desemboca na revisão de algumas categorias sorelianas por Gramsci, da qual consideramos pedra-de-toque a *vontade coletiva*, o “*espírito de cisão*” e a *reforma intelectual e moral*. Estas categorias, já presentes quando da elaboração da *estratégia conselhistas* nos indica que Gramsci *preservará* Sorel na elaboração da *estratégia revolucionária dos Quaderni* na medida em que as suas lições permanecem válidas, *ainda que devendo ser enriquecidas pelas novas determinações que Gramsci conjuga no cárcere pela influência de Lênin*. Por esse motivo afirmamos é que Gramsci empreende no cárcere uma *superação com preservação*, isto é, não nega a *estratégia conselhistas* para o *desenvolvimento da estratégia revolucionária dos Quaderni*, pois fazem parte de um *processo de maturação política*. Frente ao nosso problema de pesquisa identificado, “a estratégia revolucionária de Antonio Gramsci elaborada no *biennio rosso* e expressa nos Conselhos de Fábrica, e aquela elaborada nos *Cadernos do Cárcere* e manifestada no moderno príncipe, apresentam relação de continuidade entre si?”, temos as condições de afirmar *aproximativamente* que **em realidade, se a estratégia revolucionária do biennio rosso e a estratégia revolucionária dos Quaderni fazem parte de um mesmo processo, o processo de maturação política de Gramsci, àquele que permite um salto qualitativo porque supera a experiência anterior com preservação, então quando nós também passamos a compreensão da estratégia revolucionária como uma maturação política desenvolvida, uma maturação política work in progress, não existe mais uma segregação entre a “estratégia revolucionária do biennio rosso” e a “estratégia revolucionária dos Quaderni”, quer dizer, uma separação entre duas estratégias revolucionárias; temos, antes, o que nós estamos denominando de estratégia revolucionária de maturidade. Dilui-se então as “fronteiras” entre o biennio rosso e os Quaderni. A estratégia revolucionária de Antonio Gramsci é uma única e se compreendida como work in progress, como em constante maturação política dentro de seu próprio pensamento, tem condições de ser apreendida como uma estratégia revolucionária de maturidade, àquela que chega em sua conformação final promovendo a superação dialética, ou se assim se quer dizer, a superação com preservação.**

A guisa do encaminhamento das considerações do presente trabalho dissertativo, também consideramos que **três elementos**, um de ordem metodológica e dois de ordem pedagógica, se nos apresentou surpreendentemente ao longo do método de investigação – *movimento natural quando é o objeto que vai nos demonstrando as suas determinações “as mais simples” até as determinações mais profundas*. O **primeiro**, de ordem metodológica, é aquele que, durante o processo que se põe a captação do real para o plano ideal, *seguindo o caminho de ida*, para depois retornar do ideal para o real, *seguindo o caminho de volta*, pudemos constatar somente depois de *voltar os nossos olhos ao real*, isto é, esta inferência não pôde se nos apresentar no *primeiro contato* com nosso objeto e na sua *aparência fenomênica imediata*, mas somente depois de transcorrido o processo de investigação. No início de nossa investigação, não podíamos contar que a influência *soreliana* sob Gramsci seria tão decisiva para captar *as análises das relações de continuidades* entre a estratégia revolucionária do *biennio rosso* e a estratégia revolucionária dos *Quaderni*. Durante a nossa investigação do objeto esta premissa, no entanto, *assumiu um lugar central*, tendo em vista que compreendemos que a *formação intelectual* de Gramsci é inseparável de sua elaboração teórico e prática. Por esse motivo, reiteramos ainda em tempo que, para nós, a análise do desenvolvimento da estratégia revolucionária do *biennio rosso* até a estratégia revolucionária dos *Quaderni*, é o processo de como Gramsci “*incorporado de Sorel*”, revisará esta sua influência pela chegada de Lênin.

O **primeiro** elemento, de ordem pedagógica, é aquele que consideramos fundamental para o seu desenvolvimento posterior para aprofundar em *suas múltiplas determinações* a presente pesquisa e se refere à categoria **hegemonia**. Desde Dias (2000), o conceito de hegemonia é decisivo e tomado como fio condutor de todo o *deslanche* da *maturação gramsciana*. Partilhamos desta afirmação dado que ainda que *implicitamente*, as primeiras sinalizações da temática já aparecem ilustradas desde o período turinense de Gramsci. Ora, é o desenvolvimento original *levado, mais intensamente, a cabo nos Quaderni* da necessidade da conquista da *hegemonia civil* para a construção de um novo bloco histórico que põe Gramsci na atualidade presente. É certo que a hegemonia não pode ser entendida de maneira isolada no cerne da obra gramsciana, pois outras categorias estão diretamente relacionadas e todo o léxico categorial só pode ser compreendido *em sua interrelação*. Sinalizamos a hegemonia pois acreditamos que sintetiza todo o *otimismo do intelecto* posto em movimento por Gramsci no cárcere para buscar caminhos para a *estratégia revolucionária* na Itália – acabando por servir de base para todo o movimento *internacional*. O **segundo** elemento a que devemos fazer referência é a inserção de Gramsci no movimento de **refundação comunista**. Se Hobsbawm (1984) já nos indica que Rosa¹⁸³

¹⁸³ “Rosa Luxemburg toma consciência política no seio da socialdemocracia alemã, mas dela se afasta progressivamente. É a guerra que demonstra a falência da social-democracia numa questão de princípio até então considerada inviolável: o

e Lênin podem ser considerados *fundadores* da renovação pela teoria e prática em combate a *revisão* da II Internacional, dado que, ainda que de maneiras distintas, resgatam em suas *teorias políticas* os elementos marxianos debandados pela social-democracia alemã, epicentro do revisionismo: o método dialético para a leitura *sócio-histórica da realidade*; a perspectiva da *revolução* e; a teoria do “valor-trabalho”. Na época contemporânea de Rosa e de Lênin estes elementos se traduziam na investigação do *real* para a leitura *sócio-histórica* de abertura de uma nova fase do capitalismo, o imperialismo; no combate aos *reformistas* e na *necessidade da cisão*, tendo em vista que a guerra mundial provou o seu alijamento às burguesias nacionais.

Ainda que Gramsci não pudesse ter tido um encontro com Lênin, quando de 1917, e esgotado todas as *múltiplas determinações* da herança leniniana, sempre se postou na defesa dos bolcheviques e da Revolução Russa, quando toda a leitura do socialismo italiano aferia a sua validade pela leitura rígida a que submetiam Marx – é só nos lembrarmos do polêmico artigo de 1917, *A Revolução contra O’capital*. Embora a defesa dos bolcheviques também tivesse se dado pela ótica idealista com a qual realizava a leitura dos acontecimentos, guardados pela *neoidealismo* e pelo *sorelianismo*, a própria experiência do movimento conselhistas dos anos posteriores pretendiam traduzir o intenso trabalho dos bolcheviques na Rússia para a Itália. Podemos dizer que Gramsci sempre valorizou a revolução do leste e sempre a tomou como inspiração e possibilidade para gestar as condições revolucionárias na Itália, ainda que não estivesse munido suficientemente de um arcabouço de influências intelectuais para compreender, de imediato, a verdadeira atuação dos bolcheviques. Esta inferência só pôde ser desenvolvida quando de suas experiências junto a IC na primeira metade da década de 1920. É aí que o seu *salto qualitativo* se nos apresenta, demonstrando *explicitamente* a sua *teoria e prática* como *refundador comunista*. Se a época de Rosa e de Lênin, o combate ao reformismo em nome de Marx, espraído pela social-democracia alemã e difundido no centro da II Internacional, pôde expressar Rosa e Lênin como um *ponto de ruptura*; a época de Gramsci, mais especificamente, após a morte de Lênin, o “sardo” é **herdeiro da refundação**. *Incorporado, aplicado e traduzido* a herança de Lênin, se posta contra a *regressão teórica do bolchevismo*, empreendida pela *direção stalinista* da IC, e contra o *idealismo puro* de juventude, mais especificamente, de Croce e de Gentile, através da fundação do materialismo histórico como *filosofia da práxis*. Aqui, ainda que não podemos demasiado nos tardar, devemos apontar caminhos. A filosofia, para Gramsci, não é restrita aos intelectuais. *Está disponível*

internacionalismo proletário. Talvez precisamente neste momento torne-se definitivamente claro para Rosa Luxemburg que aquele partido, que tão rapidamente abandona seus próprios compromissos solenes nas relações com a classe operária dos outros países e se integra no sistema imperialista de relações interestatais, que fora até então combatido ao preço de numerosas vítimas, não está em condições de travar, no interior da própria sociedade, uma luta conseqüente para sua transformação revolucionária. Quem abandonou os compromissos internacionais, também perdeu a força interior para fazer frente aos compromissos nacionais” (HOBSBAWN, 1984, p. 12-13).

ao conjunto dos homens da sociedade, porque “*todos os homens são filósofos*”, pactuando de seu *senso comum, de seu folclore, de sua concepção de mundo*. A originalidade da filosofia da práxis é precisamente **unir** a filosofia (o senso comum, o folclore, a concepção de mundo) à práxis. É preciso fazer as classes subalternas construir a sua **filosofia** para edificarem a sua própria **civilização**, quer dizer, **unir teoria e prática**. Esta foi a contribuição que Antonio Labriola¹⁸⁴ forneceu ao “sardo” no cárcere e este foi o caminho que Gramsci percorreu para *revisar* Croce: a filosofia da práxis pressupõe a imbricação entre *filosofia, economia e política*, ligação indissociável entre *vontade superestrutural e estrutura econômica*, herdeiro indelével da *refundação comunista pós-Lênin*.

¹⁸⁴ “Antonio Labriola não é uma figura quantitativamente dominante na cultura do G. de Turim. As referências à obra dele são raras; contudo, são todas positivas e ligadas a posições sobre as quais G. não voltará mais em seguida: Labriola é para G. o único filósofo marxista italiano que abraçou tal teoria para desenvolvê-la do seu interior e não para neutralizá-la com base em interesses que lhe são estranhos; ademais, ele é propugnador de uma versão não fatalista do materialismo histórico, que permite pensar com coerência a ação política [...]” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 455). A sua principal contribuição foi, portanto, a de que a realização do movimento operário só pode se concretizar se fundar uma civilização integral (nova estrutura e nova superestrutura). “Indicando na práxis o centro da filosofia de Marx, Labriola identificou o ponto do qual é necessário partir para um trabalho construtivo desse gênero” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 456).

REFERÊNCIAS

ARECO, Sabrina Miranda. **Vontade e vontade coletiva no pensamento de Antonio Gramsci:** breves considerações. In: Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. Londrina, 2013.

BIANCHI, Álvaro. **Croce, Gramsci e a “autonomia da política”.** In: Revista Sociologia Política. Dossiê Gramsci e a Política. Curitiba, n. 29, nov., 2007, p. 15-30.

_____. **O laboratório de Gramsci:** filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

COROCCI, Giampiero. **Storia del fascismo:** le vicende che hanno segnato la vita di tanti italiani. Roma: Newton Compton Editori, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci:** um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **Marxismo e política:** a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Gramsci, herdeiro de Lenin:** o problema da relação entre teoria e paixão. In: LOLE, Ana; GOMES, Victor Leandro Chaves; DEL ROIO, Marcos (Org.). Gramsci e a revolução russa. Rio de Janeiro: Mórula, 2017, p. 127-139.

DEL ROIO, Marcos. **A revolução russa como caminho de Gramsci para o marxismo.** In: LOLE, Ana; GOMES, Victor Leandro Chaves; DEL ROIO, Marcos (Org.). Gramsci e a revolução russa. Rio de Janeiro: Mórula, 2017, p. 109-125.

_____. **Gramsci contra o Ocidente.** In: AGGIO, Alberto (Org.); Apresentação de Leandro Konder. Gramsci: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998, p. 103-118.

_____. **Gramsci e a emancipação do subalterno.** São Paulo: Editora UNESP, 2018.

_____. **Os prismas de Gramsci:** a fórmula política da frente única (1919-1926). São Paulo: Xamã, 2005.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Do giolittismo à guerra mundial.** Primeira Parte. Textos Didáticos, n. 39. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2004a.

_____. **Do pós-guerra a fundação do PCD'I.** Segunda Parte. Textos Didáticos, n. 39. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2004b.

_____. **Gramsci em Turim:** a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.

FIORI, Giuseppe. **A vida de Antonio Gramsci.** Tradução de Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FROSINI, Fabio. **Benedetto Croce**. In: PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos; ARECO, Sabrina (Orgs.) Gramsci e seus contemporâneos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 21-45.

GALASTRI, Leandro. **A construção do bloco histórico: via jacobina e o “debate” com Georges Sorel nos *Cadernos do Cárcere***. In: Revista Lutas Sociais, São Paulo, n. 23, 2º semestre, 2009, p. 80-92.

_____. **Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política**. In: Revista Crítica Marxista. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, n. 39, 2014, p. 35-55.

_____. **Gramsci, marxismo e revisionismo**. Campinas: Autores Associados, 2015.

_____. **Reforma intelectual e moral: o aporte soreliano**. s/d. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao4/Leandro_Galastri.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**. Volume 1: 1926-1930. Tradução de Luiz Sérgio Henriques; Organização de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

_____. **Cartas do cárcere**. Volume 2: 1931-1937. Tradução de Luiz Sérgio Henriques; Organização de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

_____. **Escritos políticos**. Volume 1: 1910-1920. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. **Escritos políticos**. Volume 2: 1921-1926. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. 4. ed. Torino: Einaudi, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **História do marxismo III: o marxismo na época da segunda internacional**. Segunda parte. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Fátima Murad e Luiz Arturo Obojes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LAJOLO, Laurana. **Antonio Gramsci: uma vida**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LEPRE, Aurélio. **O prisioneiro: a vida de Antonio Gramsci**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano**. Tradução de Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia de Bernardinis; Revisão técnica de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis. Florianópolis, v. 10, n. esp, p. 37-45, 2007.

LOSURDO, Domenico. **Antonio Gramsci**: do liberalismo ao “comunismo crítico”. Tradução de Teresa Ottoni; Revisão da tradução de Giovanni Semeraro. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social**: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel. São Paulo: LECH, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 9-29.

MUSSI, Daniela. **Política e cultura**: Antonio Gramsci e os socialistas italianos. Revista Outubro, n. 22, 2º semestre, 2014, p. 109-139.

MUSSI, Daniela; BIANCHI, Álvaro. **Antonio Gramsci, a cultura socialista e a revolução russa**. In: Revista Lua Nova, São Paulo, n. 102, 2017, p. 267-298.

NERES, Geraldo Magella. **Gramsci e o “moderno príncipe”**: a teoria do partido político nos *Cadernos do cárcere*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

_____. **Política e hegemonia**: a interpretação gramsciana de Maquiavel. Curitiba: Ibplex, 2009.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da questão social**. In: Temporalis. Brasília: ABEPSS, nº 3, 2001, p. 41-49.

_____. **Introdução ao método da teoria social**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 667-700.

_____. **O serviço social e a tradição marxista**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 30, abril, 1989, p. 89-102.

_____. **Transformações societárias e serviço social**: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 50, abril, 1996, p. 87-132.

OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo:** manifestações no ensino da metodologia no serviço social. São Paulo: Cortez, 1991.

RAPONE, Leonardo. **O jovem Gramsci:** cinco anos que parecem séculos (1914-1919). Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília, DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura:** Gramsci. 3. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

_____. **O pensamento político de Croce:** o modelo liberal. In: Revista Sociedade e Estado. Brasília, v. 22, n. 1, jan./abr., 2007b, p. 71-96.

_____. **Revolução e cultura em Gramsci.** Curitiba: Editora UFPR, 2002.

SCHLESENER, Anita Helena; LIMA, Michelle Fernandes de. **Gramsci e a revolução russa:** uma abordagem dos escritos de 1917-1918. In: LOLE, Ana; GOMES, Victor Leandro Chaves; DEL ROIO, Marcos (Org.). Gramsci e a revolução russa. Rio de Janeiro: Mórula, 2017, p. 43-58.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMIONATTO, Ivete. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia:** uma abordagem gramsciana. In: Revista Katálysis. Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jun., 2009, p. 41-49.

VACCA, Giuseppe. **Vida e pensamento de Antonio Gramsci:** 1926-1937. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.